

N.º 6

Cadernos Barão de Arêde

Revista do
Centro de
Estudos
de Genealogia
e Heráldica
Barão de Arêde
Coelho

Outubro-Dezembro 2015





CENTRO DE ESTUDOS DE GENEALOGIA E HERÁLDICA BARÃO DE ARÊDE COELHO

PRESIDENTE – Luís Soveral Varella, *Barão de Arêde Coelho*

SECRETÁRIO – Óscar Caeiro Pinto

| 1

EDIÇÃO E PROPRIEDADE – Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho

ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO – Luís Soveral Varella e Óscar Caeiro Pinto

COLABORADORES NESTE NÚMERO:

Daniel Estudante Protásio

José Manuel Martins Ferreira Coelho

Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes

Luís Soveral Varella

Óscar Caeiro Pinto

Vítor Manuel Pacheco Guedes

INPI – 533081

ISSN – 2183-3672

Depósito Legal –

Revista trimestral de edição digital, N.º 6 – Outubro – Dezembro 2015 (Ano II)

www.aredede.eu

info@aredede.eu

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus Autores tal como a revisão final das provas de cada artigo, os quais seguem ou não o acordo ortográfico conforme melhor entendem.

A presente revista disponibiliza espaço para publicação dos trabalhos aos seus Autores não podendo nunca vir a ser responsabilizada no caso de publicação de artigos ou imagens protegidos pelo direito de autor, cabendo essa responsabilidade unicamente ao Autor de cada artigo.



Sumário	2
Editorial – <i>por Luís Soveral Varella</i>	3
Títulos Nobiliárquicos, Apontamentos e Reflexões sobre Direito Nobiliárquico – <i>por Luís Soveral Varella</i>	5
Figuras da História	
Os intelectuais portugueses e a questão de Casamansa (1839-1843 – <i>por Daniel Estudante Protásio</i>)	13
Genealogia	
As Linhas de Costado de Pedro Cerveira da Cunha (1654-1734), Senhor da Quinta dos Telhais em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda – <i>por Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes</i>	33
Os Morgados de Santa Comba em S. Miguel de Lobrigos, Penaguião – <i>por Vítor Manuel Pacheco Guedes</i>	73
Os Giraldes Quadrado de Almendra e Freixo de Numão – <i>por Óscar Caeiro Pinto</i>	145
Os Heredia – <i>por Luís Soveral Varella (Conclusão)</i>	155
Heráldica e Ex-Librística	
Breves Considerações à Importância das “Paraheráldicas” no Tardo Medieval e Renascimento – <i>por José Manuel Martins Ferreira Coelho (Continuação)</i>	189
Carlos Navarro, Artista Heráldico	205
À Conversa com Sua Alteza Real o Príncipe Davit, Chefe da Casa Real e Herdeiro do Trono da Geórgia – <i>por Luís Soveral Varella</i>	211
António de Sousa Lara – Grande oficial da Ordem do Infante D. Henrique	217
Notícias	219



EDITORIAL

Com algum atraso, damos à estampa o n.º 6 dos nossos *Cadernos Barão de Arêde*. Questões do foro pessoal ligadas a uma sobrecarga nos afazeres profissionais, não permitiram que este número, previsto para Dezembro de 2015, pudesse vir a lume nessa altura nem antes do presente momento. Por isso nos penitenciámos perante os nossos leitores. Estou convencido, no entanto, que valeu a espera, e os nossos leitores disso serão juízes.

Porém, esta situação, até agora de excepção, obrigou-nos a reposicionar o nosso compromisso na prestação com a publicação dos nossos Cadernos, tendo-se tornado claro para todos os envolvidos, que, a menos que situação de excepção em sentido inverso aconteça, a nossa revista passará a ter uma edição semestral e não trimestral como tanto desejámos e cujo compromisso conseguimos manter durante quase um ano e meio. Optámos no entanto, para já, manter a versão integral disponibilizada na nossa página.

E nessas circunstâncias avolumam-se mais do que desejaríamos artigos para publicação que terão de esperar por melhor ocasião para serem tornados públicos. Aos nossos colaboradores, particularmente os que estão agora nessa situação de espera, apesar de lhes termos já apresentado as nossas desculpas, registamos agora a nossa penitência publicamente.

E assim damos por passados praticamente seis meses, meio ano, desde a nossa última publicação.

Pessoalmente, apercebo-me surpreendentemente da quantidade de aconteci-

mentos desde então. Não falo do facto do nosso País ter mudado o governo e ter mudado o Presidente da República, e continuarmos todos, como antes, sem sentirmos qualquer segurança no que será o nosso futuro próximo, para já não falar do distante. Não falo já do facto de depois de tantos terem sido “Charlie” e Parisienses em Janeiro e Novembro do ano passado, ninguém ter sido Turco em Janeiro deste ano, e tudo continuar igual com poucas perspectivas para melhor, até por causa disso mesmo, de afinal sermos só o que nos convém. Não falo já do facto de Portugal entretanto ter feito 872 anos de idade a 5 de Outubro do ano que passou e praticamente ninguém o ter assinalado, a par do dia da Restauração não ter sido devidamente comemorado oficialmente e com isso se perder um pouco mais da nossa Identidade Histórica. E não falo já do entendimento que tenho desse facto ser premeditado. E também não falo já do facto do Mundo inteiro ter vindo a ser presenteado pelo Papa Francisco com autênticas lições de Humildade, de Consciência, de Humanidade e de Fé, que apresentam a todos uma nova Igreja, a Verdadeira Igreja, e revolucionam o seu posicionamento no Mundo abalando os alicerces dos conservadores mais radicais. Dessas retenho talvez como a Sua manifestação mais pura: *Quem se aproxima da Igreja deve encontrar portas abertas e não fiscais da Fé.*

Não, não falo de nada disso.

Falo apenas do nosso Mundo pequeno e individual onde alguns ficaram felizmente mais crescidos, outros mais maduros, e

outros mais velhos, e a consciência da perenidade do tempo. Em particular fica-me a sensação constante de que muito há por fazer. E refiro-me apenas à questão alvo deste nosso Centro de Estudos e desta nossa publicação, no que me diz respeito com maior carinho – a Genealogia e História da Família.

Mas fica-me também a sensação, agora agradavelmente doce, que a produção genealógica trazida a público nos últimos tempos, e sobretudo a de grande qualidade, é cada vez maior. Como o é a produção heráldica e ex-libristica e o grande incentivo ao colecionismo de ex-libris, que tem como seus grandes mentores os nossos Membros Segismundo Pinto e Sérgio Avelar Duarte. Verificamo-lo todos os dias nomeadamente nas redes sociais. E tudo acompanhado de eventos públicos como palestras, seminários e afins, como excelente sobremesa em final de uma ainda melhor refeição.

Se me fosse permitido um diagnóstico, diria que a investigação genealógica, a produção heráldica e ex-libristica em Portugal e a sua divulgação, estão de boa saúde e recomendam-se. E a tudo isso não pode ser alheio a nossa excelente ferramenta: internet.

Relembro uma frase por mim registada em 2013 no meu livro *Os Soveral da Beira*, a propósito, por exemplo, da forma como se espalham por inúmeras páginas na internet a origem tão errada, dos Soveral. Em nota de fim de página 14 registei: *A facilidade com que boje a informação se distribui e corre na internet é em casos como este bem como na propagação de outros erros de maior ou menor dimensão ou mesmo apenas de lapsos, nociva*

para o conhecimento. [...] Mas como se costuma dizer não há bela sem senão.

Felizmente o tempo tem-nos ajudado a constatar que há mais *bela* do que *senão*, e que este meio poderoso de comunicação tem sido para todos nós, desde que atentos, uma forma excelente de divulgação do conhecimento, nomeadamente genealógico.

Até porque erros e omissões rapidamente se corrigem e logros mais tarde ou mais cedo são denunciados.

É na sequência deste registo, nomeadamente a propósito de logros e a sua divulgação abusiva na internet, e particularmente no que diz respeito a atropelos dos direitos de outros no que diz respeito ao uso de Títulos Nobiliárquicos, que é urgente trazer à colação uma discussão séria sobre o assunto que configura afinal um direito que se refere à nossa identidade.

Infelizmente a falta de dedicação e estudo geral nessa área nomeadamente por parte dos nossos juristas, talvez porque lhes pareça assunto que não merece a devida seriedade, tem permitido o uso abusivo por alguns, e infelizmente a internet tem sido veículo de transmissão de informação tantas vezes conspurcada, abusiva e falsa. E com esse intuito, como complemento a este *Editorial*, apresentamos um breve texto sobre o assunto, afinal um direito tão esquecido.

Entretanto mantermo-nos-emos por cá com a nossa dedicação e o intuito de divulgar mais estudos, trabalhos e autores, com o interesse e a qualidade que nos tem caracterizado e que os nossos leitores tanto reconhecem.

Luís Soveral Varela (Barão de Arêde)



TÍTULOS NOBILIÁRQUICOS APONTAMENTOS E REFLEXÕES SOBRE DIREITO NOBILIÁRQUICO

por *Luís Soveral Varella*¹

| 5

Não sendo jurista, sempre me interessei no entanto pelas várias áreas do direito. Não só do direito aplicado ao urbanismo e à construção, mercê da minha actividade profissional como Arquitecto, mas do direito em geral, sendo um curioso aprendiz na área, e em particular pelo Direito Nobiliárquico.

E sendo uma área do conhecimento tão afastada do interesse da generalidade dos nossos juristas, foi com a maior satisfação que no ano passado pude assistir às inéditas “I Jornadas do Direito Nobiliárquico” que decorreram a 19 de Fevereiro de 2015 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, organizadas pelo Centro de Investigação de Direito Privado, sob o alto patrocínio de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança e Chefe da Nobreza Portuguesa, que as presidiu juntamente com os Professores Doutores António Menezes Cordeiro e José Artur Duarte Nogueira.

E foi com o maior dos encantos que ouvi discorrer sobre tema tão apaixonante e tive a oportunidade e o privilégio de aprender mais um pouco do muito pouco que sei com os Mestres, de entre outros o Prof. Doutor António Menezes Cordeiro, Prof. Doutor José Artur Duarte Nogueira, Prof. Doutor Gonçalo Sampaio e Mello, Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, e o Dr. Miguel Esperança Pina, para não citar todos os oradores.

Assunto que me é particularmente interessante quanto penso que o será para os nossos leitores, registo aqui algumas reflexões, rendendo a minha homenagem aos especialistas. Reflexões essas independentes dos *acho que* por não have lugar para tal, porque sustentadas em textos e pareceres jurídicos de juristas reconhecidos e nos quais não ficam margens para opiniões pessoais ou outras interpretações mas tão-somente a aplicação prática a situações concretas da matéria. Não se trata pois de mero exercício de agitação mental e psico-motora mas sim de uma abordagem pragmática da questão.

Sobre o tema, porque me é particularmente querido, debruço-me sobre os Títulos Nobiliárquicos.

Começaria, porque é de extrema importância para contextualizar o assunto, por recuperar um muito pequeno excerto de algumas palavras proferidas pelo Prof. Doutor António Menezes Cordeiro numa palestra na Academia das Ciências de Lisboa em

¹ Este texto decorre de várias conversas e trocas de informação entre o autor e o Barão de São João Marcos, Dr. Felipe de Vasconcelos, jurista brasileiro e estudioso do Direito Nobiliárquico Português, que se tornaram fundamentais para ajudar a aclarar algumas questões, a quem deixo expressos os meus agradecimentos pela colaboração, e de quem esperamos um dia ver trazer a público um trabalho mais aprofundado sobre a matéria.



Outubro de 2008 sob o título «Títulos nobiliárquicos e registo civil – A inconstitucionalidade da reforma de 2007»², dado que essas mesmas palavras revelam o que é essencial e base para despoletar o melhor entendimento do porquê desta questão:

“Os títulos nobiliárquicos prendem-se, tecnicamente, com o direito ao nome e com o direito à honra. Ambos são direitos de personalidade, dobrados por direitos fundamentais. [...]”

Colocada a questão de forma tão clara, abordada pelo seu autor de forma profissional como uma questão jurídica, é pertinente então que entendamos o que são os Títulos Nobiliárquicos e entendamos o seu actual formato legal na plenitude.

E desta feita, apoiar-me-ei no texto sublime do Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz³ a propósito do título de Visconde de Botelho, num dos seus vários pareceres jurídicos publicados em «Títulos de Nobreza, Pareceres Jurídicos», jurista que provavelmente entendeu melhor do que ninguém a plena amplitude e aplicação da Lei Mental, e que melhor do que ninguém soube expor com clareza o tema historiando-o suficiente e brevemente.

[CRUZ, Guilherme Braga da (2011), *Parecer sobre o uso de Visconde de Botelho* (29.11.1965), in Títulos de Nobreza, Pareceres Jurídicos, Lisboa, Cruz Editores, p.90-93], ouçamo-lo:

“[...]”

7. Esclareça-se, para começar, que o antigo direito português admitia duas espécies de títulos nobiliárquicos, cujas diferenças de regime jurídico se mantiveram bem diferenciadas até à abolição do regime monárquico: os *títulos de juro e herdade* e os *títulos em vida*.

Os primeiros eram conferidos pelo monarca para uso do contemplado e de toda a sua descendência, sem limite de vidas. A sucessão no respectivo uso era regulada pela famosa Lei Mental, de 8 de Abril de 1434 (reproduzida nas *Ord. Filipinas*, livro II, tít. 35), e que assentava, fundamentalmente, nas regras da masculinidade e da primogenitura; e por isso se utilizava a fórmula «dispensado da lei mental» quando se queria assinalar que esse título, por especial mercê régia, podia transmitir-se por linha feminina, na falta de filho varão do último titular. O caso mais corrente era o da «dispensa da lei mental em duas vidas», pela qual o título podia, ao longo das gerações, transmitir-se duas vezes por linha feminina, devendo considerar-se extinto e revertido à Coroa quando, pela terceira vez, não houvesse descendente do sexo masculino do seu último detentor.

Foi pela *Lei Mental* que a sucessão destes títulos continuou a regular-se na época da Monarquia Liberal, até à proclamação da República, embora uma observação

² Texto publicado posteriormente na Revista da Ordem dos Advogados, Ano 69, 2009, p.19 e segs., e disponível na página na internet da Ordem dos Advogados em http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idsc=84042&ida=84317 (consulta: Fevereiro 2016), cuja leitura atenta se recomenda vivamente.

³ Guilherme Braga da Cruz, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, consultor jurídico do Conselho de Nobreza (1948-1963) e Lugar-Tenente de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte Nuno (1960-1964).



apressada tenha levado alguns autores a sustentar ter sido essa lei revogada, como lei reguladora da sucessão de títulos, nos começos do liberalismo, pelo decreto de 13 de Agosto de 1832 e pela lei de 22 de Junho de 1846⁴. O que sucede é que, a partir da época liberal, passou a não fazer-se grande caso de estarem ou não preenchidas as «dispensas da lei mental» previstas na concessão do título ou, até, de não existir nenhuma dispensa originária, tornando-se quase invariável a respectiva transmissão por linha feminina, na falta de descendente varão do último titular; mas, em tudo o mais, eram as regras da *Lei Mental*, com as alterações nela introduzidas por D. João IV, em lei de 2 de Maio de 1647, que continuavam a regular a devolução sucessória dos títulos de juro e herdade.

Um facto, porém de extrema importância cumpre acentuar, a propósito destes títulos: o de que, apesar de naturalmente transmissíveis de geração em geração, o respectivo uso por parte de cada novo titular que neles houvesse sucedido *estava dependente de autorização e confirmação régia* (Ord. Filip., II, 38). Com isto se pretendia fazer face, como é óbvio, aos casos de *indignidade*: - A ninguém era lícito assumir o uso dum título, mesmo sucedendo nele por direito próprio – como era o caso destes títulos de juro e herdade –, sem que o Rei expressamente *confirmasse* a sucessão e *autorizasse* o respectivo uso, o que era uma forma indirecta de reservar ao monarca plenos poderes para impedir o encabeçamento de um título em quem se mostrasse pessoalmente *indigno* ou *incapaz* de continuar as tradições familiares de dedicação à Coroa e à Pátria, que tinham justificado a outorga inicial do título⁵.

8. Outros eram os *títulos em vidas*. Em vez de concedidos para uso do contemplado e de toda a sua descendências, constituíam a regra geral e tão somente uma mercê *individual* e *vitalícia*, destinada a premiar serviços relevantes prestados ao Rei ou à Na-

⁴ Nota nossa: a primeira objecção jurídica à abolição da Lei Mental foi feita pelo Marquês do Funchal em 1915 e seguida pelo Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz em pareceres jurídicos ao Conselho de Nobreza: *Parecer sobre a vigência da Lei Mental* (16.9.1963), conjugado como *Parecer sobre o sucessor do Título de Conde Murça* (31.10.1956), onde não ficam dúvidas sobre a sua vigência até 5 de Outubro de 1910 e a sua óbvia aplicabilidade ao assunto em apreço após a implantação da República. Esclareça-se que efectivamente, como se verifica de uma simples leitura dos documentos, o decreto de 13 de Agosto de 1832 no seu artigo 7º *salva a conservação puramente honorária dos Títulos* da então decretada extinção dos *prazos da Coroa, os Relegos, os Reguengos, os Senhorios das terras e as Alcaldarias Mores*; o que é confirmado no § 16º, § único da lei de 22 de Junho de 1846. A partir de 1832 e a implantação do Liberalismo os Títulos Nobiliárquicos deixaram então de estar associados a territórios, como o eram no tempo do Rei D. Duarte e da implementação da Lei Mental, e passaram a ser apenas títulos honoríficos salvaguardados quer no decreto quer na lei supracitados.

⁵ Nota nossa: não é só esta a abordagem a ter sobre a questão. Mouzinho da Silveira, com a abolição dos bens da Coroa e de pequenos morgadios cujo rendimento líquido não chegava a 200.000 reis (decreto de 1832), atingia os seus objectivos políticos nomeadamente de alargamento da distribuição dos bens dos vínculos aos restantes irmãos permitindo o aumento da circulação dos meios de indústria e de trabalho, e, a par da autorização das gentes para ocupação e exploração de terrenos abandonados, desenvolver a agricultura. A não dispersão do poder do Rei, e fundamentalmente do parlamento, e a redução do poder dos Senhores das terras e morgadios era fundamental para colocar em prática as suas políticas, como veio a acontecer.

ção. Podiam, porém, ser concedidos *em mais duma vida*, quando o Rei pretendia distinguir a descendência do contemplado numa ou em mais gerações (geralmente no máximo de duas), sem contudo desejar fazê-lo *in perpetuum*.

Na época liberal, foram deste tipo quase todas as mercês nobiliárquicas concedidas, sendo bastante raros os títulos criados de novo como «de juro e herdade», ao contrário do que sucedera até aí, em que a concessão de títulos perpétuos constituía a regra; e, na sua grande maioria, os títulos de novo criados foram-no mesmo *numa só vida*, o que não impedia a sua fácil renovação em favor dum descendente ou parente do primitivo titular, após a sua morte, ou mesmo ainda em sua vida e a solicitação sua.

Se o título era outorgado *em mais duma vida*, a sua transmissão hereditária, até esgotamento das vidas por que fora concedido, fazia-se exactamente nos mesmos termos dos títulos de juro e herdade, em obediência às regras da *Lei Mental*. Se era concedido, porém, *numa vida*, considerava-se extinto e revertido à Coroa por morte do respectivo beneficiário; e o Rei, se entendesse dever renová-lo, *era livre de o fazer em quem melhor julgasse* - nada impedindo, até, pelo menos em teoria, que o fizesse em favor dum indivíduo inteiramente estranho ao anterior titular -, porque esta *renovação*, verdadeiramente, do ponto de vista jurídico, era uma *concessão nova e independente da anterior*.

Isto significa que, nestes títulos - e ao contrário do que acontecia com os títulos de juro e herdade -, falecido o titular vitalício ou esgotadas as vidas por que o título fora concedido, não havia, da parte de ninguém, um *direito à sucessão* no título. Juridicamente, o título considerava-se extinto e revertido ao monarca; e dependia exclusiva e totalmente do arbítrio régio renová-lo em quem entendesse, e através duma nova *concessão*.

Compreende-se que, com o andar dos tempos, este tipo de mercês nobiliárquicas passasse a ter a preferência absoluta, da parte dos monarcas, sobre o das concessões perpétuas. Na verdade, conquanto nos *títulos de juro e herdade* os casos de indignidade ficassem suficientemente prevenidos e afastados - como já dissemos (*supra*, nº 7) - pela exigências da *confirmação* e da *autorização para o uso do título* a respeito de cada novo sucessor, forçoso é reconhecer que a denegação desta autorização, além de colocar o Rei numa posição antipática e ingrata, lançava escusadamente um ferrete de ignomínia sobre o sucessor do título a quem a autorização fosse denegada. Tudo se apresentava mais simples, mais discreto e menos odioso, nesta *necessária fiscalização régia*, perante a mecânica jurídica dos *títulos vitalícios*, já que não havia *um direito* à respectiva sucessão da parte de nenhum descendente ou parente do último titular: o título ficava, nesse momento, juridicamente extinto, considerando-se revertido à posse do Rei; e uma *nova outorga* do mesmo título a outro beneficiário representava sempre uma *nova mercê pessoal*, com a qual nenhum parente ou sucessor do anterior titular poderia considerar-se prejudicado. Em vez dum ostensivo afastamento da sucessão no título por indignidade, como nos títulos de juro e herdade, havia aqui uma *ponderação positiva* das razões que poderiam justificar uma renovação do título e *uma escolha também positiva* da pessoa considerada mais idónea para honrar e continuar as tradições do título renovado. A hipótese de preterição dum mais próximo sucessor por indignidade ou incapacidade apresentar-se-ia, assim, *sem*



autonomia e sem vexame para o visado, diluída no quadro desta ampla liberdade do monarca para renovar ou não renovar o título e para o renovar em quem entendesse.

[...]” (sic)

Não se poderia ser mais claro sobre a questão. E esta é a abordagem que é essencial ter na actualidade no que diz respeito ao reconhecimento e confirmação dos Títulos Nobiliárquicos. Era afinal o procedimento dos nossos Reis durante a vigência da Monarquia e na sua fase final, o Liberalismo, e não é possível pretender adoptar outras regras pervertendo as regras originais após a implantação da República⁶. Para que haja a continuidade da tradição Nobiliárquica e consequentemente a legitimidade da sua aplicação, é fundamental e imprescindível a permanência das regras do Direito Nobiliárquico vigente até 5 de Outubro de 1910. É uma matéria em que para haver sustentabilidade não há lugar à inovação e apenas à tradição. Aliás, essas mesmas regras, do modo de exercício do Direito Nobiliárquico, foram continuadas pelo Rei D. Manuel II no exílio, como veremos já de seguida.

E nesse sentido, para reforçar e dar ainda maior consistência a esta ideia, debruçemo-nos sobre outro parecer do mesmo Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz a propósito do reconhecimento feito por Sua Majestade o Rei D. Manuel II no exílio, em 1923, do direito ao uso do Título de Visconde de Coruche:

[CRUZ, Guilherme Braga da (2011), *Parecer sobre o herdeiro do título de Visconde de Coruche* (19.2.1949) in *Títulos de Nobreza*, Pareceres Jurídicos, Lisboa, Cruz Editores, p.36-37; publicado parcialmente no *Boletim Oficial do Conselho de Nobreza*, II, Porto, Livraria Fernando Machado, 1950, p.191-193], ouçamo-lo mais uma vez:

“[...]

II

Trata-se, porém, dum *título em vidas*, o que equivale a dizer que, por morte do titular autorizado a usá-lo, o título fica de novo, e totalmente, à disposição de El-Rei, que poderá atribuí-lo a quem entender, tal como se fizesse uma concessão inteiramente nova.

Nestes termos, El-Rei D. Manuel não quebrou nenhum princípio nobiliárquico ao autorizar o uso do título, em 6 de Agosto de 1923, a *António José Pereira da Costa Luz*, e em 21 de Março de 1930, ao filho deste, *José Lourenço da Luz*. No uso duma prerrogativa que lhe pertencia, El-Rei D. Manuel outorgou o uso do título ao representante duma linha segundogénita.

Não se infira daqui, porém, que o título ficou agora, de pleno direito, a pertencer à linha segundogénita. Justamente porque não se trata dum título de juro e herdade, mas dum título em vidas, não se pode afirmar que a posse do título se tenha consolidado na nova linha. O título está, de novo, colocado *à disposição de El-Rei* e este poderá, com inteira liberdade, atribuí-lo a quem bem entender. [...]” (sic)

⁶ Atente-se que Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte Nuno através das Suas Ordens Régias nunca alterou as regras mas apenas aclarou por quanto ao seu procedimento.



Efectivamente, se restassem ainda quaisquer dúvidas para alguns que os Títulos Nobiliárquicos eram propriedade do Rei, deixa de as haver. Eram-no durante a vigência da Monarquia, foram-no depois da implantação da República, como o são na actualidade.

E se houvesse alguma dúvida, fica devidamente demonstrado, que se nos títulos de juro e herdade a sua sucessão, embora fosse regulada e fiscalizada pelo Rei, se dava na descendência do primeiro titular, já no caso dos títulos em vidas o Rei tinha total liberdade para, extintas as vidas nomeadas na concessão, dispor deles como melhor entendesse sem obrigação nenhuma nem de os renovar, e renovando-os, nem sequer de os renovar nos descendentes ou herdeiros do titular, os quais não se podiam **nunca** arrogar de qualquer direito a lhes suceder. E essa questão foi tão válida então quanto o é hoje.

A este passo atalhemos já outra questão que parece deixar algo inquietos os espíritos de alguns: na actualidade, não sendo o Chefe da Casa Real e Chefe da Nobreza Portuguesa, Rei reinante, estarão as prerrogativas e poder para dispor dos títulos nobiliárquicos e até de conceder novos títulos nobiliárquicos, suspensos como alguns pretendem ou lhes convém que estejam?

Não. As prerrogativas e os poderes do Chefe da Casa Real não estão suspensos de forma alguma para este efeito. Não é possível suspender essas prerrogativas e poderes do Chefe da Casa Real e Chefe da Linha Dinástica porque Este detém um direito personalíssimo, apenas seu. Como não o estiveram nunca para o Rei D. Manuel II no exílio como se verifica do parecer acima acerca do título de Visconde de Coruche, e de tantos outros, de que esse é apenas um exemplo.

De facto, embora não reinante, o actual Chefe da Casa Real Portuguesa mantém intactas todas as Suas prerrogativas, direitos e poderes **únicos** de *fons honorum* e o Seu **Direito Personalíssimo** como *Rex de jure*, tal como as teve Sua Majestade o Rei D. Manuel II no exílio, até pela especificidade de se tratar precisamente de um direito personalíssimo e inalienável. Nem seria possível entender o regime Monárquico e apoiá-lo e defendê-lo, bem como ao seu Príncipe e Pretendente, mas não Lhe reconhecer esse direito.

Efectivamente o Rei D. Manuel II quando partiu para Inglaterra para o exílio levou consigo esse Seu direito Personalíssimo que exerceu até ao final dos Seus dias. Levou aliás consigo a própria instituição Monárquica que era o próprio Rei, nada deixando à República, que não tendo esse direito personalíssimo, não teve nunca nem tem as prerrogativas e o poder para autorizar, reconhecer, confirmar ou outorgar títulos nobiliárquicos. O próprio conceito de República é antagónico com esse reconhecimento, confirmação ou outorga. E mesmo que o não fosse, está vazia desse poder. Resta-lhe apenas, e o que devia, reconhecer a sua existência e dar-lhes a protecção necessária como património histórico imaterial da Nação.



É a República vazia desse poder e dessa prerrogativa, porque o *fons honorum* é um direito personalíssimo e não de algum Estado ou entidade.

Isso mesmo podemos concordar num dos vários textos do jurista Brasileiro Mário de Méroe na sua obra «Tradições Nobiliárias Internacionais e sua integração ao Direito Civil Brasileiro», ed. Centauro, a propósito do Principado de Andorra:

| 11

[MÉROE, Mário (2005), Tradições Nobiliárias Internacionais e sua integração ao Direito Civil Brasileiro, ed. Centauro, Brasil, p.345]:

“[...]”

É um Estado *sui generis*: possui dois chefes de Estado⁷, que partilham o poder em igualdade de condições; tem o *status* e a organização política de principado, porém não possui dinastia nem Casa Real, nem príncipes nativos. A constituição do principado define a função de copríncipe como nomeação em carácter pessoal (arts. 43 e 44).

Por essas razões, o Principado, apesar de sua denominação, não é um país monárquico, no sentido tradicional do termo, não tendo legitimidade para conceder título de nobreza, o que é privativo das monarquias, das Igrejas tradicionais e monarcas em exílio dinástico reconhecido. [...]” (sic)

[IDEM, p.346]

“A *fons honorum*, direito personalíssimo e indissociável do monarca, no caso concreto é inexistente: não há o direito/poder tradicional, transmitida por sucessão dinástica nem formal, originada de texto constitutivo do Estado [...]” (sic)

Estamos pois perante o exemplo claro que esse direito personalíssimo de *fons honorum* do monarca ou *em exílio dinástico reconhecido*, como é o caso do actual Chefe da Casa Real Portuguesa, não pode ser detido pelo Estado nem por qualquer entidade. É um direito personalíssimo e como tal apenas e unicamente do monarca ou do monarca *em exílio dinástico reconhecido*.

Aconteceu com o Rei D. Miguel I, quando destituído das suas prerrogativas de Rei e Chefe de Estado e banido e exilado; como aconteceu com o Rei D. Manuel II quando destituído das suas prerrogativas de Rei e Chefe de Estado e igualmente banido exilado para Inglaterra; situações em que essa questão se coloca da mesma forma. E ambos os monarcas mantiveram e exerceram após o banimento e o exílio as suas prerrogativas únicas de *fons honorum*. Estamos, em qualquer um dos casos, perante o *exílio dinástico reconhecido* em que cada um reservou para Si o Seu direito personalíssimo.

Fica pois claro que o actual Chefe da Casa Real Portuguesa, o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, detém intactas as Suas prerrogativas únicas de *fons honorum*, como as detiveram o Rei D. Manuel II no exílio, o Rei D. Miguel I no exílio, a Rainha D. Amélia no exílio, e o Senhor Dom Duarte Nuno, Duque de Bragança.

⁷ Nota nossa: o Presidente da República Francesa e o Bispo de Urgel.



E nessas circunstâncias, também o actual Duque de Bragança reserva para Si o direito e a liberdade de reconhecer e confirmar quer os títulos de juro e herdade quer os títulos em vidas, e mesmo de outorgar novos títulos. Nem de outra forma poderia ser. E tendo a generalidade dos títulos em vida revertido a Si pelo cumprimento de todas as vidas estipuladas nas concessões, dispõe totalmente dos mesmos para os autorizar, reconhecer e confirmar em quem bem entender. O que Sua Alteza Real, perante algumas hipotéticas dúvidas e desconhecimento quase grosseiro de alguns, devidamente **Aclarou** em documento datado do ano passado, assinado pelo Excelentíssimo Senhor Marquês de Rio Maior, D. João Vicente Saldanha Oliveira e Sousa, Membro Emérito do Conselho de Nobreza, em Sua representação e a Seu pedido.

Como Príncipe Real e Chefe da Casa Dinástica de Bragança e de toda a Nobreza Portuguesa, deixou-o claro ao reafirmar o Seu direito histórico de reconhecer e renovar títulos nobiliárquicos em todo o território que é hoje e que foi um dia Portugal, na Sua intervenção nas supracitadas “I Jornadas do Direito Nobiliárquico”. E se para alguns passou despercebido, recuperamos aqui o essencial da Sua intervenção no que diz respeito à matéria para que não possam ficar dúvidas ou haver eventuais equívocos:

“Quando fui a Goa alguns anos atrás perguntei se poderia, de algum modo, nalguma cerimónia extra-oficial, renovar os Títulos dos Goeses que tinham recebido títulos de Nobreza. E o Governador de Goa disse que sim, mas tinha que ser então no Palácio do Governo, e organizou uma cerimónia oficial, onde Eu entreguei uns diplomas, ao Barão de Dompó, ao Marquês de Damão e a vários outros Goeses que representavam famílias tradicionais?”.(sic)

E prossegue Sua Alteza Real afirmando claramente que embora quer o Próprio quer Seu Pai tenham criado e autorizado órgãos para assumir a responsabilidade de O aconselhar sobre o reconhecimento de títulos nobiliárquicos, evitando assim por vezes envolver-se em conflitos familiares que advinham de disputas para suceder na representação dos Títulos, a decisão é sempre Sua, ao referir que dessas instituições recebe o conselho para poder tomar a Sua decisão. Não deixando margem para outro entendimento senão que no final, essa disposição é Sua e assim, Pessoal.

E apresentada assim esta matéria, esperando ter contribuído para a dissipação de eventuais dúvidas que em alguns espítios pudessem ainda existir, voltemos às doutas palavras do Prof. Doutor António Menezes Cordeiro:

“Os títulos nobiliárquicos prendem-se, tecnicamente, com o direito ao nome e com o direito à honra. Ambos são direitos de personalidade, dobrados por direitos fundamentais.”

E como direito de personalidade o seu uso indevido por não autorizado e confirmado por Quem de direito, é abusivo e poderá invadir os direitos de outrem, em desrespeito pelo nome e honra de quem o tem por direito, e uma violação dos seus direitos de personalidade, configurando assim um atropelo grosseiro da lei. O que alguns parecem desconhecer e outros pretendem ignorar.



FIGURAS DA HISTÓRIA

OS INTELLECTUAIS
PORTUGUESES
E A QUESTÃO DE
CASAMANSA
(1839-1843)

| 13

*por Daniel Estudante
Protásio*

OS INTELLECTUAIS PORTUGUESES E A QUESTÃO DE CASAMANSA (1839-1843 ¹)*por Daniel Estudante Protásio* ⁽²⁾

Na primeira metade do século XIX, numa época anterior à ocupação efectiva dos territórios portugueses em África, vários intelectuais – autores, historiadores, deputados, diplomatas – atarefaram-se à volta da disputa sobre Casamansa (Guiné) com o governo francês. Durante um curto período de cinco anos, surgiu um efervescente e aceso debate sobre essa matéria, que hoje urge repensar e documentar sob uma outra perspectiva: a da projecção que tais intelectuais vão ganhar, entre os seus pares e na sociedade a que pertencem, quando se ocupam da questão de Casamansa.

Apresentação metodológica e estado da arte

Já vários autores debateram e documentaram a questão de Casamansa, sobretudo Maria Luísa Esteves na sua obra clássica, *A questão do Casamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné* (1988). Outros teorizaram sobre o papel que os intelectuais e um sub-grupo destes, os académicos (sobretudo os correspondentes e os sócios da Academia das Ciências de Lisboa), desenvolveram na sociedade portuguesa do século XIX, entre os quais Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, em *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos* (1985). Porém, qual o resultado de cruzar o essencial dessas duas obras com as fontes deixadas sobre o assunto por vários autores das décadas de 1830 e 1840? É isso que o presente artigo pretende realizar e, com ele, colocar duas hipóteses inovadoras: saber qual o papel dos intelectuais na dinamização dos estudos históricos sobre territórios ultramarinos; e estabelecer de que forma o debate público consequente serviu – ou não – de oportunidade fulcral para que tais autores tenham ganho alguma preponderância no seu próprio país e no estrangeiro.

É sabido que a questão do território de Casamansa provinha já do século XVIII e que foi objecto de negociações no reinado de D. Miguel – em 1831. Em 1836 os representantes diplomáticos de Portugal em Londres e Paris, o Barão da Torre de Moncorvo e o Visconde da Carreira, oficiavam, a mando do seu governo, ao Visconde de Santarém, ex-Secretário de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros de D. Miguel, na tentativa de estabelecer uma série de argumentos históricos e documentais

¹ Comunicação proferida a 7 de Outubro de 2015, no âmbito da Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa.

² Bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra e investigador integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa (UID/HIS/04311/2013).



que permitissem disputar à França a posse do território ⁽³⁾. Mas como veremos, o assunto não pode nem deve ser reduzido à figura e obra do Visconde de Santarém, que será um dos intelectuais portugueses a celebrar-se por causa de Casamansa (comentando obras de Zurara e de André Álvares de Almada sobre a chegada dos portugueses à Guiné), mas que não foi certamente o único a intervir na questão. Outro autor foi Honório Pereira Barreto, o governador interino da Guiné, que em 1837, «sem elementos que lhe permitissem uma resposta melhor fundamentada, pois não tinha à mão os documentos nos quais se poderia apoiar para basear a sua contestação, soube, no entanto, com altivez e dignidade, refutar os argumentos do governador do Senegal» ⁽⁴⁾.

O próprio conceito de intelectual é difuso e questionável, como o de académico ou de homem de letras. Se se fala já em *Intelectuais na Idade Média* (conforme a obra homónima de Jacques Le Goff), referir-se os *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, como o faz Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, numa obra de sociologia histórica que tem por amostra cinquenta nomes de autores, pode constituir um bom ponto de partida. A autora procura elaborar uma tipologia dos intelectuais, referindo alguns dos mais prestigiados da época e outros que considera esquecidos ou «desclassificados», pela falta de protagonismo ou de sobrevivência de fontes para o seu estudo completo de vida e obra. Mas sem dúvida que, à falta de melhor designação, o conceito de intelectuais, abrangendo sobretudo escritores, burocratas, políticos e militares (com menos presença desta última categoria) pode explicar a abrangência de nomes de oradores e de autores que se pronunciaram publicamente sobre a questão de Casamansa. Como se sabe, as problemáticas da sociologia histórica, do estudo das elites (ou prosopografia) e das redes sociais no século XIX estão sempre a ser inovadas, não devendo envolver rigidez de conceitos ou de perspectivas ⁽⁵⁾.

1839-1840: as primeiras intervenções

O ano de 1839 parece ter sido decisivo, com múltiplas intervenções e solicitações de pareceres e obras, tanto do lado francês como português. É aqui que acaba o que se poderia considerar a pré-história da questão de Casamansa. O ministério francês da Marinha publica umas *Notices statistiques sur les colonies françaises...*, que na sua parte mais importante foram redigidas por Marie-Armand d’Avezac de Castera-

³ Maria Luísa Esteves, *A questão do Casamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988, pp. 42-53.

⁴ Idem, *Op. Cit.*, p. 57.

⁵ Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 9-31 e 341-348. Aparentemente, não são consideradas figuras de exilados que assim tenham permanecido, por razões políticas, durante vários anos, como D. Francisco Alexandre Lobo e o 2º Visconde de Santarém, embora a autora se refira à guerra civil de 1832-1834 e aos legitimistas, sem nomear nenhum em concreto, a pp. 22-23 do seu estudo.

Macaya (Avezac), director do departamento das Colónias e arquivista do ministério. E, sobretudo, a 27 de Janeiro, o presidente do conselho e ministro francês dos Negócios Estrangeiros, o Conde de Molé, emite uma nota que parece ter exercido uma acção decisiva na busca de várias respostas por parte do governo português. Tratou-se, de facto, da primeira nota oficial, diplomática, de base, a suscitar uma atenção redobrada sobre a questão de Casamansa, embora o autor da mesma abandone as funções oficiais a 30 de Março seguinte (6).

Já em Fevereiro (ou mesmo antes), o ministro português dos Estrangeiros encarrega Frei Francisco de São Luís, sócio efectivo da Academia das Ciências, seu vice-presidente, ex-guarda-mor da Torre do Tombo e ex-Secretário de Estado e Ministro do Reino, «de reunir as provas necessárias para fundamentar o direito da coroa portuguesa ao rio de Casamansa». Trata-se, pois, de uma decisão de peso, para fundamentar historicamente as teses portuguesas sobre o território. A 4 de Fevereiro, o Visconde da Carreira rebate a nota de Molé, o que parece ter significado a interrupção da disputa diplomática até 1842. A 4 de Setembro, num «extenso documento que rebate a teoria do [Conde de] Molé», antigo ministro francês dos Estrangeiros, o conselheiro Manuel António Martins, ex-prefeito de Cabo Verde, pronuncia-se também sobre a questão de Casamansa. O dito documento, de 15 páginas, fora solicitado a 31 de Agosto e elaborado, pois, em menos de uma semana (7).

Embora Maria Luísa Esteves afirme que, a propósito de Casamansa, Frei Francisco de São Luís (Cardeal Saraiva) redigiu *Os portugueses em África, Ásia, América e Oceânia...* (que Armando Cortesão data de 1877-1890, ou seja, como publicação póstuma), a primeira obra que lhe é atribuída – publicada, anónima, pela Imprensa Nacional – sobre a questão foi o título *Reflexões gerais acerca do infante D. Henrique, e dos descobrimentos de que ele foi autor no século XV*, em 1840 (8). Tais *Reflexões...*, reproduzidas nas *Obras Completas do Cardeal Saraiva...*, tomo V, de 1875, que se estendem por mais de quarenta páginas, carecem de carácter polémico, de confronto – não nos esqueçamos que o autor contava perto de setenta e cinco anos. E, sobretudo, terão sido iniciadas em 1830, época em que em Portugal reinava D. Miguel, quando o futuro Cardeal Saraiva era então preso político do regime miguelista e em França começavam a surgir as

⁶ Maria Luísa Esteves, *Op. Cit.*, p. 64, Armando Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Junta da Investigação Ultramarina, 1969, p. 33 e https://fr.wikipedia.org/wiki/Mathieu_Molé (consultado a 4/12/2015). Molé fora presidente do conselho e ministro dos Estrangeiros entre 6 de Setembro de 1836 e 30 de Março de 1839 e seria eleito para a Academia Francesa a 20 de Fevereiro de 1840. Foi também membro da Sociedade de Geografia de Paris. O seu governo foi combatido por Thiers e por Guizot, dois políticos e académicos que faziam parte das relações do Visconde de Santarém. *Notices statistiques sur les colonies françaises. Imprimées para ordre de M. le Baron Duperré, ministre secrétaire d'État de la Marine et Colonies*, Paris, Imprimerie Royale, Troisième Partie, 1839.

⁷ Maria Luísa Esteves, *Op. Cit.*, pp. 62, 65 e 66.

⁸ Idem, *Op. Cit.*, p. 66, n. 81, Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português...*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 425, n.º 1095 e Armando Cortesão, *Op. Cit.*, p. 36.



primeiras tentativas intelectuais de refutar a prioridade portuguesa na chegada à Guiné (9). Numa nota datada de 1840, é fácil perceber que Frei Francisco refere-se sobretudo às *Notices statistiques...* como a obra que mais impacto lhe causou. Embora em 1832 já surgissem trabalhos, em França, preparatórios de uma contestação sólida e articulada da posse de Casamansa e que por exemplo o Visconde de Santarém, nas suas notas pessoais, comente desapassionadamente tal contestação e mencione os nomes e as personalidades de alguns dos autores franceses que vai conhecendo, no seu exílio parisiense posterior a 1834, isso não denota uma consciência clara do que mais tarde estará em causa (10). Ou seja, é apenas em 1839-1840 que a situação se torna preocupante, do ponto de vista da sociedade e do governo portugueses, embora há muito o ministério dos Negócios Estrangeiros de Lisboa seguisse de perto e refutasse os argumentos franceses.

O contributo de Alexandre Herculano

De tal forma se terá Alexandre Herculano sentido incomodado por artigos de Janeiro e Fevereiro de 1840, no *Times*, sobre Casamansa e, sobretudo, pelas afirmações de um deputado madeirense (11), que escreveu em Julho que tanto em 1836 quanto em 1840 os governos nacionais em funções ignoravam ou *dormiam* relativamente à questão daquele território. Ivo Carneiro de Sousa, num texto significativamente intitulado «O primeiro discurso parlamentar de Alexandre Herculano: a questão de Casamansa», refere-nos como esta foi uma das intervenções da breve carreira de deputado que Herculano manteve em 1840-1841. Especificando-se a data do discurso como 6 de Julho, afirma-se o seu carácter oral e imediatista, procurando suscitar reacções emocionais fortes, «uma comunicação para ser ouvida em contexto da luta política partidária e parlamentar». É mesmo dito que «não se descobre [...] uma verdadeira «dissertação» sobre o problema da presença e colonização portuguesa da Senegâmbia» (12), o que é compreensível, dado ser essa uma das principais queixas que Honório Pereira Barreto, governador interino da Senegâmbia, afirmará amargamente em 1843: a ausência de uma política ultramarina concertada e informada sobre essa possessão portuguesa que foi a Guiné e que se procurou que fosse a Senegâmbia, isto é, estendendo-se

⁹ *Obras completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de São Luís) Patriarca de Lisboa precedidas de uma introdução pelo Marquês de Resende. Publicadas por António Caldeira Correia*, tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, «Reflexões gerais acerca do infante D. Henrique e dos descobrimentos de que ele foi autor no século XV», pp. 12, n. 6 (refere Avezac, 1837), 36, 39 (Idem) e 41-42 (menciona as *Notices statistiques...*).

¹⁰ É o caso de algumas referências feitas a um diálogo com Avezac a 4 de Setembro de 1836 (Visconde de Santarém, *Inéditos (miscelânea), coligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas (bibliotecário da Biblioteca da Ajuda) e trazidos à publicidade pelo 3º Visconde de Santarém*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1914, pp. 204-205), mas também ao autor Formaleone (pp. 216-217), em finais desse mesmo ano ou início de 1837.

¹¹ Maria Luísa Esteves, *Op. Cit.*, p. 72.

¹² Ivo Carneiro de Sousa, «O primeiro discurso parlamentar de Alexandre Herculano: a questão de Casamansa», *Africana Studia* n.º 2, s.l., Edição da Fundação Eng. António de Almeida, 1999, pp. 184-185, 188 e 190. O discurso de Herculano vem reproduzido, na íntegra, a pp. 188 a 197.

pelos actuais países do Senegal e da Gâmbia e não somente o que hoje é a Guiné-Bissau. Aliás, Herculano nunca manteve um particular interesse pelo ultramar ou pela época dos descobrimentos portugueses, por razões ideológicas já devidamente assinaladas (13). Outros historiadores, como Frei Francisco de São Luís (Cardeal Saraiva) e o Visconde de Santarém, teriam uma atenção muito mais aguda relativamente à dupla temática de Casamansa e dos descobrimentos, o que serviu, mesmo que apenas de forma temporária, os interesses da fragmentária política ultramarina da época. Para Herculano, Casamansa será invocada como «paradigma da desastrosa política colonial portuguesa, mas entendida, sobretudo, como espelho da política nacional» e das divisões internas dos homens e grupos do liberalismo, que considerava preocupantes (14). Ou seja, é um dos vários temas com que o historiador, jornalista e literato critica os homens e a governação coeva, não se detendo muito tempo naquele assunto. Aliás, não invoca a troca de notas e os esforços diplomáticos de Portugal e França, nem, porventura, os argumentos históricos que desde 1832 e – sobretudo desde 1839 – franceses e portugueses esgrimiam. Usa um tom retórico e inflamado, próprio de um jovem deputado que se estreia a discursar na câmara baixa (15). Herculano aponta que à nota do Conde de Molé de 27 de Janeiro de 1839 não houve uma resposta portuguesa digna desse nome, mesmo passados ano e meio sobre o facto consumado. O que, como vimos, não é inteiramente verdade, pois o Visconde da Carreira rebatera, a 4 de Fevereiro seguinte, a dita nota, «citando os tratados de Alcântara e de Tordesilhas, firmados entre Portugal e Espanha, e a linha de demarcação estabelecida por Alexandre VI, que foram a base do direito público europeu». Alexandre Herculano invoca, para o final do discurso, a questão da prioridade histórica da presença de Portugal na Guiné e mesmo a legitimação de tal presença, graças às várias bulas papais do século XV dedicadas ao tema, embora as afirme desnecessárias, por existir legislação interna e direito fundado em «descoberta e conquista» (16). Mas fá-lo com uma afirmação verdadeiramente surpreendente, de tão inesperada, no contexto do que hoje entendemos como a questão de Casamansa: «querer provar que nós descobrimos a Guiné no meado do século XV e que nos assenhoreámos desses mares e costas, *chegaria a ser tão ridículo como querer provar que tinha existido o império romano*» (17). Isto parece invalidar todo o trabalho de que o governo português, já quase um mês antes, encarregara o Visconde de Santarém de produzir em Paris, no sentido de provar a prioridade e posse nacional da costa da Guiné. É muito interessante perceber as perspectivas aparentemente tripartidas de diferentes historiadores portugueses sobre Casamansa: Frei Francisco de São Luís, Cardeal Saraiva a partir de 1840, com títulos publicados nesse ano e seguin-

13 Rui Ramos, «As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins», *Análise Social*, 4ª série, vol. XXXII, nº 140, Outubro de 1997, pp. 113-119.

14 Ivo Carneiro de Sousa, *Op. Cit.*, pp. 185 e 191-192.

15 Idem, *Op. Cit.*, pp. 190-194.

16 Maria Luísa Esteves, *Op. Cit.*, pp. 65 e 68-71 e Ivo Carneiro de Sousa, *Op. Cit.*, p. 194 e ss.

17 Ivo Carneiro de Sousa, *Op. Cit.*, p. 195. Itálico meu.



te/seguíntes, exaltando a figura e o papel do infante D. Henrique nos descobrimentos portugueses e listando as descobertas geográficas nacionais em África; Alexandre Herculano, enquanto deputado e orador liberal, tocando a rebate para defesa de um território que diferentes facções dentro do liberalismo português, em desunião, pareciam não conseguir valorizar ao ponto de operacionalizarem as respostas diplomáticas e a ocupação territorial; e o Visconde de Santarém, que, como veremos mais adiante, estava no centro geográfico da polémica de Casamansa (Paris), celebrizado pelas suas intervenções na disputa acerca da prioridade da chegada ao Novo Mundo de Colombo ou de Vespúcio e pelo seu papel na publicação da *Crónica... da Guiné*. O qual, a seu tempo, vai desenvolver trabalhos de índole histórica, diplomática e cartográfica que perdurarão muito para além da disputa de Casamansa e da sua definitiva perda territorial, quatro décadas depois (em 1885).

Mas concluamos, ainda, com o discurso de Herculano, muito rico em termos de simbologia e mentalidade liberais, em invocações historicistas de glórias passadas e decadência ultramarina actual, falando em Casamansa mas, no fundo, reclamando da família política liberal uma união aparentemente impossível na época e que, de facto, apenas com a Regeneração de 1851 seria alcançada. Este discurso não deve, assim, ser isolado das restantes intervenções feitas em ambas as câmaras, então existentes por força da Constituição de 1838, em vigor em 1840.

Intervenções sobre Casamansa nas câmaras dos deputados e dos senadores (Junho-Julho de 1840)

Que Herculano não esteve sozinho na discussão de Casamansa, no parlamento, provam-no as palavras de Jordão de Freitas: «Nos extractos das sessões da Câmara dos Deputados, dos dias 30 de Junho, 2, 3, 6 e 7 de Julho de 1840, encontrará o leitor notícia do que aí se passou sobre a questão de Casamansa, entrando no debate os deputados J.A. de Magalhães, Sá Nogueira, [Oliveira] Marreca, José Estevão [Coelho], Alexandre Herculano e [...] e os ministros do Reino [Joaquim António de Aguiar] e da Justiça [António Bernardo da Costa Cabral] e dos Estrangeiros, que ao tempo era já Rodrigo da Fonseca»¹⁸. Temos, pois, uma verdadeira *constelação* de figuras de políticos e estadistas a pronunciarem-se sobre Casamansa, um verdadeiro *Who's Who* da política e intelectualidade portuguesa das décadas de 1830 a 1860. Porém, infelizmente, dessas intervenções pouco resta no *Diário da Câmara dos Deputados...*, nada de substancial, exceptuando a intervenção de Herculano. Apesar de este colocar retoricamente a questão «será às cortes de Madrid, às câmaras [parlamentares] de Paris e de Londres ou a nós, deputados da nação portuguesa, que incumbirá defender os direitos de

¹⁸ Jordão de Freitas, *O 2º Visconde de Santarém e os seus Atlas Geográficos por...* (Estudo publicado pelo actual Visconde de Santarém), Lisboa, Oficina Tipográfica, 1909, p. 48 n. a. Curiosamente, alguns desses nomes são referidos por Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Op. Cit., pp. 341-348.

Portugal?», a verdade é que não foi às câmaras (alta e baixa) do parlamento português que coube criar – com exceção do próprio Alexandre Herculano – um discurso que contivesse qualquer contributo sólido, informado e duradouro sobre a questão de Casamansa. É possível que pela imprensa periódica da época mais alguma intervenção de peso tenha sobrevivido, mas ignora-se a existência dessas fontes ⁽¹⁹⁾. Poder-se-á, assim, concluir algum desconhecimento, por parte dos oradores de primeira água acima invocados, intelectuais da craveira de um José Estevão Coelho ou de um Oliveira Marreca, dos dossiers em questão e das suas ramificações e base factual? Permanece a pergunta, por enquanto, irrespondida.

Mas das palavras de Herculano, quase proféticas ⁽²⁰⁾, pode vislumbrar-se o que acabou por ser a solução tomada para resolver, não definitivamente, mas pelos quarenta e cinco anos seguintes, a questão de Casamansa. Conheceria então Alexandre Herculano a correspondência trocada entre o Conde de Vila Real e Rodrigo da Fonseca, ministros dos Estrangeiros, com o Visconde de Santarém, a propósito do pedido de elaboração de obras para convencer a França da justiça dos argumentos portugueses? Não é possível, também neste caso, sabê-lo com uma certeza absoluta. Mas quando Herculano escreve que a solução passaria por «Reclamar à França, com moderação e firmeza, uma, dez, cem vezes» e que «De um lado da câmara tenho eu ouvido confessar que o partido do absolutismo conta no seu seio muitos homens honestos e probos», parece pressentir que a reclamação firme e moderada, perante a França, dos direitos históricos de Portugal ao território guineense cabia, então, precisamente, a um homem honesto e probo que pertencera a (e liderara) uma facção moderada do miguelismo, quando D. Miguel reinou em Portugal. E que, justamente, fora titular da pasta dos Negócios Estrangeiros quando o administrador colonial, estatístico e publicista Joaquim José Lopes de Lima negociou, em Casamansa, um contrato de cedência territorial em 1831. Falo, como é sabido, do Visconde de Santarém ⁽²¹⁾.

¹⁹ No *Diário da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da nova Câmara reunida em Maio de 1840. Publicada pelo empresário David da Fonseca Pinto*, volume 4º (Julho), Lisboa, na Imprensa Nacional, 1840, apenas se encontram menções de Casamansa, dignas de relevo, nas pp. 38-39 e 64-68 (referentes às sessões de dias 3/7 e 6/7, esta a intervenção de Herculano e brevíssima resposta do ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães). Citação de Herculano retirada de Ivo Carneiro de Sousa, *Op. Cit.*, p. 190. O Duque de Palmela, em *Discursos parlamentares proferidos por... nas câmaras legislativas desde 1834 até hoje*, vol. 1º, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, pp. 198-200, refere-se, em sessão de 17 de Julho de 1840, a Casamansa, mas como contraponto à questão da escravatura na baía de Lourenço Marques, sem tecer considerações sobremaneira importantes.

²⁰ Não é por acaso que se estreara na poesia com uma obra intitulada justamente *A Voz do Profeta*, dedicada a Rodrigo da Fonseca Magalhães, seu patrono na política.

²¹ Ivo Carneiro de Sousa, *Op. Cit.*, pp. 190 e 191 e Maria Luísa Esteves, *A questão do Casamansa...*, *Op. Cit.*, pp. 51-52.

Outras intervenções

Uma outra figura mais modesta e menos mediática, o militar Cipriano José Rodrigues das Chagas (c.1780-1846), capitão do regimento de milícias de Lisboa, escreve e publica a obra *Descoberta e ocupação da Guiné, só pelos portugueses, ou refutação das modernas pretensões da França àquela descoberta*, de 15 páginas (22).

| 21

Quanto a Frei Francisco de São Luís (Cardeal Saraiva), voltou a publicar um título relacionado com a questão, *Índice cronológico das navegações, viagens e descobrimentos dos portugueses desde o princípio do século XV*, que Inocêncio Francisco da Silva data de 1841 e Armando Cortesão de 1842. Ambos os autores fornecem informações adicionais: Inocêncio, que se tratava de uma segunda versão, alargada, de uma obra de 1840, *Relação cronológica sumária das navegações, descobrimentos e conquistas dos portugueses...*, publicada também, como vimos, na Imprensa Nacional; Armando Cortesão explica-nos que o *Índice Cronológico...* deu origem aos sete volumes de *Os Portugueses em África, Ásia, América ou Oceânia ou história cronológica dos descobrimentos, navegações, viagens e conquistas dos países ultramarinos desde o princípio da monarquia até ao século actual* (23). Do *Índice cronológico das navegações...*, reproduzido, também ele, no tomo V das *Obras completas do Cardeal Saraiva...*, podem ser destacadas duas informações. Primeiro, que o autor começou a escrever o referido texto em 1832 – quem sabe se motivado pelos ecos que lhe chegariam, no convento onde estava enclausurado, das teses francesas sobre a prioridade normanda da descoberta da Guiné. Depois, que o que considera ser a escassez de fontes, excluindo Cadamosto, leva-o a adicionar, em nota, que «Quando isto escrevíamos ainda não tinha aparecido a edição da obra de *Azurara*, há pouco publicada em Paris pelo Sr. Visconde de Santarém» (24). Mais uma vez trata-se de uma obra de carácter descritivo, nem problematizante nem polémico, que se estende, na edição de 1875, entre texto principal e notas, por cerca de cento e cinquenta páginas.

A intervenção do Visconde de Santarém (1840-1842)

Entretanto, em Paris, nas primeiras semanas de 1840, sabe-se que os viscondes de Santarém e da Carreira trabalhavam na preparação de uma edição da *Crónica... da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, que Francisco Adolfo de Varnhagen noticiara, a 11

22 Maria Luísa Esteves, *Op. Cit.*, p. 72 e Cipriano José Rodrigues das Chagas, *Descoberta e ocupação da Guiné, só pelos Portugueses, ou refutação das modernas pretensões da França àquela descoberta. Escrita nas duas línguas. Publicada, e acrescentada por...*, Lisboa, Tipografia da Academia das Belas Artes, 1840, 15 pp. Está datado o texto introdutório de Lisboa, 16 de Julho de 1840, pp. 1-3. Inclui uma carta publicada no *Investigador Português em Inglaterra...* de Setembro de 1814, reproduzida a pp. 4-9 e a tradução, inserida na mesma publicação, a pp.10-15. Carta original de 1802, de «um literato anónimo [...] respondendo aos escritores franceses» (p. 1).

23 Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português...*, *Op. Cit.*, vol. II, p. 429, nº 1181 e Armando Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa, Op. Cit.*, vol. I, p. 36.

24 Cardeal Saraiva, *Obras completas do...* «*Op. Cit.*, tomo V», pp. 48, n. 1 e 50.

de Janeiro, como tendo sido descoberta em Paris em 1837 por Ferdinand Denis ⁽²⁵⁾. Porém, apesar de isso conceder ao Visconde de Santarém alguma celebridade – nas edições francesas, condensadas, da *Geschichte von Portugal* do germânico Henrich Schaefer, surge uma nota do português sobre tal fonte, até então inédita ⁽²⁶⁾ – não será essa a razão pela qual o governo português pedirá o contributo do autor para a resolução da contenda sobre Casamansa. Pois, como afirma o diplomata Nuno Barbosa de Figueiredo, em 20 de Julho de 1840, na obra de Zurara «não encontrara mencionado o nome de Casamansa nem mesmo qualquer intenção de se fundar algum presídio naquela costa», remetendo para Cadamosto como eventualmente referindo o rio Casamansa ⁽²⁷⁾. O mais curioso é que, um mês antes, a 19 de Junho, Santarém afirmava que na mesma obra se notava a ausência de menção da presença dos franceses na costa da Guiné, o que tem o condão de transformar um argumento aparentemente negativo num outro positivo, que reforçava a importância da publicação de tal inédito ⁽²⁸⁾.

Não, foi, pois, por causa da obra de Zurara que a 8 de Junho de 1840, quase um mês antes da intervenção de Herculano e de vários deputados a propósito de Casamansa, que o ministro dos Negócios Estrangeiros, o Conde de Vila Real, solicita a Santarém uma memória que especificasse quais os direitos de Portugal sobre o território, de forma a poderem ser rebatidas as obras de Estancelin e Avezac. Seria este uma espécie de plano B do executivo nacional, uma vez que – conforme denunciaria Herculano a 6 de Julho – não havia nem poderia haver consenso, no seio dos liberais, sobre que medidas tomar e que argumentos invocar? Como sinal, até, da fragilidade dos governos portugueses, a 1 de Julho já é um novo ministro interino dos Estrangeiros, Rodrigo da Fonseca Magalhães, quem escreve ao Visconde, em resposta ao agradecimento que este redigira a 19 de Junho ao Conde de Vila Real ⁽²⁹⁾. Vila Real terá mesmo falado sobre Santarém no parlamento de Lisboa. E, o que não deixa de ser muito interessante, Santarém, ignorando que o conde cessara funções ministeriais, informa que logo a 4 e 19 de Julho lhe enviara «a cópia de uma *Memória* que fiz, acerca

²⁵ Daniel Estudante Protásio, «Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de forças da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841)», *História da Historiografia*, n.º 14, Ouro Preto (Brasil), Abril de 2014, p. 40, in <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/669/447> (consultado a 4/12/2015).

²⁶ Idem, verbete sobre Henrich Schaefer no *Dicionário de historiadores portugueses*, in http://dichp.bnportugal.pt/historiadores_estr.htm (consultado a 4/12/2015), pp. 7 e 8 de 12.

²⁷ Maria Luísa Esteves, *A questão do Casamansa...*, *Op. Cit.*, p. 74.

²⁸ Visconde de Santarém, *Correspondência do...* *Coligida, coordenada e com anotações de Rocha Martins (da Academia das Ciências de Lisboa)*. Publicada pelo 3.º Visconde de Santarém, vol. VI, Lisboa, Alfredo Lamas, Mota e C.ª, Editores, 1919, p. 115.

²⁹ Jordão de Freitas, *O 2.º Visconde de Santarém e os seus Atlas Geográficos...* *Op. Cit.*, pp. 48-51 e Visconde de Santarém, *Correspondência do...*, *Op. Cit.*, vols. VI, pp. 114-116 e 122 e VII, p. 259. O conde de Vila Real era, curiosamente, sogro de um dos sobrinhos por afinidade de Santarém, sobrinho esse, futuro 8.º Conde da Ponte, com o qual Santarém se correspondia amiúde.



dos nossos direitos à posse e domínio de Casamansa». A 26 do mesmo mês afirma, em carta para Rodrigo da Fonseca:

«A estas horas, V.Ex.^a terá já em seu poder a dita *Memória*. Pelo próximo correio conto enviar a V. Ex.^a a continuação, isto é, o § X^o, no qual provo, pelo exame das antigas cartas geográficas desde o século XV, muitas das quais são inéditas, que as denominações de Petit-Dieppe e Sestro-Paris não se encontram senão nas cartas francesas posteriores à obra de Villaut de Bellefond, isto é, ao meado do século XVII». E acrescenta que os parágrafos da *Memória*... já enviados tinham por objectivo «desbaratar, em primeiro lugar, os argumentos de algumas obras francesas, argumentos que produziram as asserções formais que se encontram na obra ultimamente publicada pelo ministério da Marinha [de França, as *Notices statistiques*...] e [isto] por me parecer que a dita refutação era essencial, visto que tem sido pela propagação de tais erros que os franceses julgaram ter direitos a Casamansa e concederam privilégios a companhias comerciais, com faculdade de fundarem feitorias naquele território».

Desta forma, concisa e objectiva, Santarém demonstrava uma prontidão e uma rapidez quase fulminantes de argumentos, conhecimentos e resultados, sobretudo se pensarmos que desde pelo menos 1836 que a disputa sobre Casamansa se arrastava e até então, que se saiba, o Visconde pouco ou nada produzira de concreto sobre tais matérias. Estava ainda em decurso a preparação da publicação da *Crónica... da Guiné* – vinda a público no ano seguinte, 1841. Santarém recentemente saíra de uma polémica acesa, sobretudo epistolar, com Francisco Adolfo de Varnhagen, a propósito da questão das pseudo-viagens de Vespúcio, na qual pela primeira vez mencionara o conceito de cartografia, a 8 de Dezembro de 1839 ⁽³⁰⁾.

Parece-me hoje difícil aceitar que o governo português se socorreu formalmente dos conhecimentos e inteligência do Visconde de Santarém com a lisura com que fala desta situação o encomiástico Armando Cortesão ⁽³¹⁾. O próprio Alexandre Herculano colocava o dedo na ferida, falando na ineficiência e divisões dos liberais portugueses e no silêncio ou *adormecimento* de anos da diplomacia e governação portuguesas, muito dificultadas, em boa verdade, pelo carácter efémero dos executivos e câmaras nacionais. É possível que, informalmente, o Visconde da Carreira, amigo desde 1834 de Santarém e o Conde de Vila Real, que Santarém substituíra como Secretário de Estado e Ministro dos Estrangeiros de D. Miguel em 1828, se tenham concertado para, através de canais oficiais e officiosos ⁽³²⁾, fosse pedido ao autor exilado em França uma actuação discreta, uma preparação cuidada de materiais para, caso necessário, interviesse. Pois ainda em 8 de Agosto desse ano de 1840, Santarém afirmava que «O

³⁰ Visconde de Santarém, *Op. Cit.*, vol. VI, pp. 69, 115 e 118.

³¹ Armando Cortesão, *Op. Cit.*, p. 10.

³² Neste caso, o 8^o Conde da Ponte, genro de Vila Real e sobrinho da Viscondessa de Santarém.

trabalho que enviei sobre as possessões da África ocidental é muito curioso, apesar de ter sido feito com a maior rapidez, em pouco mais de uma semana, isto consagrando-lhe apenas duas horas pela manhã». Embora Rocha Martins, editor da *Correspondência...*, afirme em nota infrapaginal que «Este trabalho não é citado por Inocêncio» Francisco da Silva, sem dúvida que o Visconde falava no que até então designava por *Memória* e que teria o título definitivo, quando publicada em meados de Abril de 1841, de *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa de África ocidental, para servir de ilustração à “Crónica da Conquista da Guiné”, por Azurara...* Como vimos, a 26 de Julho de 1840 nove parágrafos da obra já haviam sido redigidos e enviados para Lisboa. E, pelo menos até Outubro, tal obra não era oficial, isto é, seria suportada pelo autor. Daí que em 8 de Agosto Santarém refira uma obra do Cardeal Saraiva, que tanto pode ser as *Reflexões gerais acerca do infante D. Henrique...* como, mais provavelmente, o *Índice cronológico das navegações...*, só publicado em 1841: «Estou com muita curiosidade de ver o que o São Luís, hoje Patriarca, fez sobre o mesmo objecto e que o ministro do Reino anunciou na câmara achar-se já no prelo». E depois invoca aquelas que me parecem ser as razões substantivas para que o que começou por ser um trabalho em parte redigido em apenas uma semana, se tornou um sistema articulado de obras de natureza histórica, diplomática, cartográfica e cosmográfica: «Entretanto, estou certo que, apesar do muito saber daquele literato, lhe seria impossível fazer em Portugal, sobre este objecto, o trabalho que acabo de fazer aqui, visto que nesse reino faltam os subsídios que aqui sobejam. Somos pobríssimos aí em cartografia» (33).

Temos, assim, como dos vários intervenientes, dos vários intelectuais que mencionaram ou dissertaram sobre Casamansa, referindo-se ou não a esse território (não terá sido o caso, por exemplo, do Cardeal Saraiva, tanto quanto sei), o Visconde de Santarém foi aquele cujo nome e obra mais andam associados àquele território, hoje integrado no Senegal. O traquejo em polémicas histórico-geográficas, conseguido desde 1835-1837 até 1842, no seio da Sociedade de Geografia de Paris, a propósito de Vespúcio; as manobras pouco claras em que se envolveu, com o Visconde da Carreira, para conseguir copiar e editar a *Crónica...* de Zurara, desde pelo menos Dezembro de 1839 (34); e o interesse que a propósito de Vespúcio já dedicara às cartas geográficas e à cartografia, fizeram com que em 1840-1842 desempenhasse um papel decisivo nesta polémica diplomática e ultramarina, até então em claro impasse.

Um conjunto explícito de razões para tal eficiência é enunciado pelo próprio, quando, a 2 de Novembro de 1840, em carta para Rodrigo da Fonseca, refere o pedido, já feito a 21 de Setembro, para que a *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses...* – ainda inédita – fosse ao mesmo tempo traduzida para francês, para obter maior impacto junto do governo e comunidade científica de França:

33 Visconde de Santarém, *Op. Cit.*, pp. 123-124 e nota 1 e Jordão de Freitas, *Op. Cit.*, p. 51. Itálicos meus.

34 Daniel Estudante Protásio, «Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de forças da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841)», *Op. Cit.*, pp. 38-40.



«Fique V. Ex^a. descansado que não só aparecerá a tradução [impressa em volume], mas também nos jornais científicos e políticos aparecerão, em seu devido tempo, extractos e análises deste trabalho, as quais hão-de infalivelmente exercer uma grande influência, tanto na opinião [pública] aqui, como nos outros países. *Todas as análises serão, como espero, favoráveis, pois tenho a mais firme convicção [disso], em razão da minha posição literária neste país e das relações que tenho com os homens mais influentes nas ciências e nas letras; tanto mais que, sendo eu um dos colaboradores dos Annales des Voyages, do Bulletin e das Memórias da Sociedade Geográfica [de] Paris e hoje presidente da mesma, em consequência do impedimento do ministro de Estado [dos Trabalhos Públicos, Jaubert], tenho meio de dispor destas importantes publicações»* (35).

A segurança, a rapidez, a eficiência com que o Visconde se disponibilizou para esta *autêntica campanha científica e de marketing político e diplomático*, junto de França e da Europa, é verdadeiramente notável pela sua velocidade e carácter inesperado, quase salvífico. De repente, numa questão que se arrastava havia anos, num país como Portugal, dividido em diferentes sensibilidades políticas dentro do liberalismo vitorioso, mas incapaz de se unir na operacionalização de uma resposta unívoca e coerente, aparece alguém que demonstra um *savoir-faire* e uma capacidade de mobilizar competências, o que hoje designamos por empreendedorismo, verdadeiramente sensacionais. A cronologia, isto é, o encadeamento dos factos, embora eventualmente enfadonho, não pode deixar de nos levar a admirar a rapidez e a articulação com que um simples particular, não um representante oficial do governo português, exilado, indesejado no seu país pelo seu passado político, elabora uma resposta em várias frentes, que se é verdade que o levará aos píncaros da glória do seu tempo e a uma reconhecida fama até à actualidade, não pode deixar de denotar uma lucidez e uma clareza de planeamento, execução e conhecimento de causa raros num estrangeiro que vivia em França não há décadas, mas sim há pouco mais de seis anos.

Logo a 15 de Novembro envia ao mesmo Rodrigo da Fonseca, na sua capacidade de ministro interino dos Estrangeiros, o resumo dos parágrafos VII a XII da sua *Memória...* (sendo que apenas os X a XII são novos). E tece considerações que, no fundo, denotam uma visão global de que o assunto de Casamansa poderia significar, se vitorioso para a França, apenas a ponte do icebergue e uma verdadeira testa-de-ponte para toda a África portuguesa:

³⁵ Hippolyte François Jaubert foi Ministro e Secretário de Estado dos Trabalhos Públicos entre 1 de Março e 29 de Outubro de 1840 (https://fr.wikipedia.org/wiki/Liste_des_ministres_français_des_Travaux_publics e https://fr.wikipedia.org/wiki/Société_de_géographie, consultados a 4 / 12 / 2015). Como se viu, Santarém escreveu a carta quando Jaubert já estava demissionário, isto é, a 2 de Novembro de 1840.



É como esta questão é da mais alta importância para nós [portugueses], como V.Ex.^a, com luminosa política e verdadeiro amor da pátria a considerou desde [o] seu princípio, pareceu-me oportuno acabar com ela *por uma vez e para sempre* e não deixar parte alguma sem uma demonstração e prova incontestável, visto que a mesma questão envolve em si mesma: 1º, uma demonstração e uma usurpação tentada de uma parte integrante dos domínios da coroa de Portugal; 2º, porque uma vez encetada, esta pode ser seguida de outras, mais conseqüentes; 3º, porque [com] esse esbulho se pretende autorizar, disputando-nos, não títulos contestáveis e recentes, mas sim os mais autênticos documentos, os brasões e os direitos mais legítimos da nossa glória entre as nações do mundo, preparando-se a opinião [pública] cá por fora, por meio da propagação de factos supostos e fabulosos, por mais obras (aliás interessantes) e por isso mesmo perigosas, nas quais muitas vezes somos chamados *orgulhosos usurpadores!!!* Tendo tais autores em vista, não a aplicação delas a propósito de um ponto isolado como a Casamansa, mas sim a toda a parte de África por nós descoberta e conquistada e que dois deles, que aliás são ambos membros da câmara dos deputados [um era Estancelin], levaram ainda mais longe, pretendendo que os normandos dobraram até o Cabo da Boa Esperança e navegaram no Mar Índico e em outras partes antes de nós!!»⁽³⁶⁾.

O Visconde fala mesmo naquilo que poderíamos designar por *febre africana* francesa, isto é, depois da conquista de Argel, em 1830, «um grande movimento nos espíritos», nas explorações geográficas, nas ciências, a «febre de especulação» económica e comercial, «o desejo do domínio»⁽³⁷⁾. Ainda perdura, tal como sucederá nas décadas seguintes, o direito histórico e não o direito de ocupação. Vai revelar-se decisiva a intervenção de Santarém na fundamentação do primeiro, mas como se queixará amargamente Francisco Honório Barreto, o direito de ocupação não será acautelado em Casamansa e no que designava por Senegâmbia Portuguesa, com resultados desastrosos.

Mas, por enquanto, a verdadeira «campanha por Casamansa» do Visconde de Santarém prossegue, fulminante e infatigável. E, curiosamente, ele próprio nos explica a causa da sua eficácia; basta atentarmos no que escreve e fornece-nos a chave do seu

³⁶ Visconde de Santarém, *Op. Cit.*, pp. 131-132 (o primeiro itálico é meu) e Armando Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa, Op. Cit.*, vol. I, p. 30. Na edição de 1958 da *Memória sobre a prioridade...*, do Visconde de Santarém, com o título *Prioridade dos descobrimentos portugueses*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique, o § VIII é o dedicado ao «rio e território de Casamansa» (pp. 79-83).

³⁷ Visconde de Santarém, *Correspondência do...*, *Op. Cit.*, vol. VI, p. 132.



sucesso: «O que vou ter a honra de expor a V.Ex.^a é em resultado da experiência que tenho adquirido, em razão de ter estudado as cousas deste país [França] e por ser também escritor e por trabalhar em diversas obras científicas que se têm aqui publicado e continuam a publicar; finalmente, por estar em relação com grande número de autores, de editores e, mesmo, de impressores» (38). É este conhecimento do mundo, político, diplomático, científico, académico, editorial, que vai fazer a diferença e explicar o verdadeiro *blitzkrieg* de publicações e textos de Santarém, nos meses seguintes. A 23 de Novembro desse mesmo ano de 1840, é autorizada confidencialmente a publicação de um *Atlas* que sirva de complemento à memória sobre Casamansa. A 30 de Março de 1841, está terminada a impressão da obra de Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné...*, com introdução e notas de Santarém; a 15 de Abril, sucede o mesmo com a *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa de África ocidental, para servir de ilustração à «Crónica da Conquista da Guiné»...* Em seguida, a 24 de Junho, é emitido o despacho oficial que autoriza a publicação, no mês seguinte, Julho, do *Atlas composé des cartes des XIVe, XVe, XVIe et XVIIe siècles, pour la plupart inédites, devant servir de preuves à l'ouvrage sur la priorité de la découverte de la côte occidentale de l'Afrique au delà du cap bojador par les portugais...*, de 23 monumentos e duas tiragens. De 22 de Setembro data uma epístola do célebre Alexander von Humboldt, geógrafo, explorador, estadista, dito fundador da geografia humana, qualificando a edição da *Crónica...* de Zurara como «un noble témoignage de la grandeur et de l'heroïsme d'une nation». E porque a edição francesa, ampliada, da *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses...* só sairá impressa, em francês, em Junho de 1842, com o título de *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale de l'Afrique...*, acompanhada de uma nova edição do *Atlas*, agora com 29 estampas e 44 monumentos, logo em Outubro de 1841 o *Bulletin* da Sociedade de Geografia reproduz fragmentos da dita obra, para gáudio dos académicos e do público francês que quisesse ser instruído com os escritos de Santarém (39). Em conclusão, este conhecia todos os truques do ofício do *marketing editorial e científico*, trabalhava com uma eficiência e uma precisão inigualáveis, com a eficácia estratégica de um homem que conseguia o que governos, equipas ministeriais e a própria Academia das Ciências de Lisboa não alcançam: derrotar a poderosa máquina governamental, académica, científica, política e económica da França, ávida de tomar posse de qualquer porção do território africano, que despontava então nas imaginações do público, dos militares e dos capitalistas franceses. Será mesmo o Visconde quem, a 19 de Julho de 1841, escreve umas «Observações sobre a Nota do conde [de Molé], de 27 de Janeiro de 1839, acerca de Casamansa», isto é, a resposta que até então ninguém, em Portugal, conseguira dar ao ex-

38 Idem, *Op. Cit.*, p. 135.

39 Jordão de Freitas, *O 2º Visconde de Santarém e os seus Atlas Geográficos por...*, *Op. Cit.*, pp. 47-48, nota a), 54, 57, 78, 85 e nota b), Visconde de Santarém, *Op. Cit.*, vols. VI, p. 210 e VIII, p. 77 e Armando Cortesão, *História da Cartografia Portuguesa*, *Op. Cit.*, p. 16.

ministro dos Estrangeiros francês, exceptuando o Visconde da Carreira ⁽⁴⁰⁾. Estava justificado o que Herculano considerava desnecessário justificar: a prioridade da descoberta da Guiné pelos portugueses.

Na síntese de Maria Luísa Esteves, «Começa assim a esboçar-se uma tentativa de rigor histórico com a descoberta do manuscrito de Zurara e o desenvolvimento da investigação, sendo o seu exemplo mais brilhante a referida *Memória* do Visconde de Santarém, justamente considerada o alicerce deste terçar de armas entre as duas diplomacias». Afirmando Honório Barreto, após a morte de Santarém, em ofício de 26 de Agosto de 1857, que «estas duas obras [*Crónica...* de Zurara e *Memória...*] destruíram de uma vez por todas a pretensão gaulesa de considerar os normandos os descobridores da Guiné» ⁽⁴¹⁾.

Na sua obra de 1843, *Memória sobre o estado actual de Senegâmbia Portuguesa, causas de sua decadência e meios de a fazer prosperar...*, o mesmo Honório Pereira Barreto descreve uma situação verdadeiramente caótica, de falta de apoio da metrópole, de desinformação por parte dos funcionários locais para com a administração central, de doenças, de fome, de falta de cultivo dos solos, de ignorância, superstição, revolta e ataques constantes dos indígenas aos portugueses. O tom amargurado do autor, ex-governador-geral interino e nascido na Guiné, reflecte bem o estado de abandono e de desconhecimento a que o governo, os políticos, as câmaras e a imprensa nacionais tinham para com os territórios ultramarinos. É algo que eventualmente sucederia com outras possessões portuguesas em África e Ásia, numa época em que não estava montada uma máquina administrativa eficaz, nem em Portugal, nem nas colónias; em que as comunicações eram unilaterais e demoradas e o despotismo dos juízes e governadores locais todo-poderoso ⁽⁴²⁾. O interesse pelas fontes documentais e estatísticas sobre Cabo-Verde, Guiné Portuguesa e demais enclaves espalhados por uma enorme extensão geográfica, em dois continentes, nas décadas de 1830 e 1840, revelavam um envolvimento crescente de intelectuais, governantes e público, mas não se reflectiam em políticas ultramarinas eficientes, estruturadas e inequívocas. Kopke, Lopes de Lima, Chelmicki e Varnhagen, Manuel António Martins ⁽⁴³⁾, Visconde de Santarém, a partir de Paris, Porto, Lisboa, procuravam lutar contra a estagnação da administração colonial portuguesa, que se prolongaria, eventualmente, até à fundação da Sociedade de

⁴⁰ Visconde de Santarém, *Correspondência do...*, *Op. Cit.*, vol. VI, pp. 170 e 172-177.

⁴¹ Maria Luísa Esteves, *A questão do Casamansa...*, *Op. Cit.*, pp. 74-75 e n. 99.

⁴² Honório Pereira Barreto, *Memória sobre o estado actual de Senegâmbia Portuguesa, causas de sua decadência e meios de a fazer prosperar, por... ex-governador da mesma*, Lisboa, Tipografia da Viúva Coelho e Companhia, 1843, pp. 3-12 e ss.

⁴³ *Apologia do Cidadão Manuel António Martins...*, Lisboa, 1836; *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo-Verde...* Publicado por Diogo Kopke, Porto, 1841; *Corografia Cabo-Verdiana...* por José Conrado Carlos de Chelmicki... [e Francisco Adolfo de Varnhagen], Lisboa, 1841, 2 vols.; Joaquim José Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguesas...*, Lisboa, 1844, 3 vols.



Geografia de Lisboa, em 1875, à Conferência de Berlim de 1884-1885 e à questão do Mapa Cor-de-Rosa, em 1890.

Conclusão

Os intelectuais portugueses procuraram, nas décadas de 1830 a 1840, afirmar-se no panorama cultural, científico, académico e político nacional. Conforme teoriza Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, a carreira literária e a ascensão social de cada autor, de cada intelectual, no carácter difuso dessa designação, depende das oportunidades que surgem para brilhar, para se destacar dos seus pares. Seja pela originalidade dos seus escritos, seja pela oportunidade de intervir em questões públicas, metropolitanas ou ultramarinas. O sucesso ou fracasso de cada acção, isto é, o carácter duradouro ou efémero de uma actuação individual numa questão como a de Casamansa, pode ser aferido, subjectivamente, pela durabilidade do nome de um autor específico associado a um determinado acontecimento ou necessidade de defesa de direitos, internos ou externos. E, por mais que um conjunto significativo de intelectuais se tenha afirmado a propósito da Guiné Portuguesa, nos cinco anos considerados no presente estudo, nenhum alcançou o prestígio do Visconde de Santarém, mesmo que nas *Obras Completas do Cardeal Saraiva...* estejam incluídos textos sobre o assunto e Alexandre Herculano tenha brilhado numa sessão parlamentar em que pela primeira vez falou na tribuna da câmara baixa portuguesa. As razões para tal singularidade prendem-se com a preparação intelectual e a rede de contactos académicos, diplomáticos e políticos que o Visconde mantinha, em Portugal e em França, apesar de indelevelmente marcado pela colaboração activa com o vencido regime de D. Miguel. Muito, também, devido à capacidade considerável de trabalho e de auto-mobilização de saberes, contactos e documentos a propósito da prioridade portuguesa na chegada à Guiné, bem como uma concepção moderna de marketing científico e de opinião pública a esclarecer e a influenciar através da imprensa escrita.

Fontes e bibliografia consultadas

- BARRETO, Honório Pereira, *Memória sobre o estado actual de Senegâmbia Portuguesa, causas de sua decadência e meios de a fazer prosperar, por... ex-governador da mesma*, Lisboa, Tipografia da Viúva Coelho e Companhia, 1843.
- CHAGAS, Cipriano José Rodrigues das, *Descoberta e ocupação da Guiné, só pelos Portugueses, ou refutação das modernas pretensões da França àquela descoberta. Escrita nas duas línguas. Publicada, e acrescentada por...*, Lisboa, Tipografia da Academia das Belas Artes, 1840.
- CORTESÃO, Armando, *História da Cartografia Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Junta da Investigação Ultramarina, 1969.
- ESTEVES, Maria Luísa, *A questão do Casamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga/Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.
- FREITAS, Jordão, *O 2º Visconde de Santarém e os seus Atlas Geográficos por... (Estudo publicado pelo actual Visconde de Santarém)*, Lisboa, Oficina Tipográfica, 1909.
- PALMELA, Duque de, *Discursos parlamentares proferidos por... nas câmaras legislativas desde 1834 até hoje*, vol. 1º, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.
- RAMOS, Rui, «As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins», *Análise Social*, 4ª série, vol. XXXII, nº 140, Outubro de 1997, pp. 113-141.
- SANTARÉM, Visconde de, *Inéditos (miscelânea), coligidos, coordenados e anotados por Jordão de Freitas (bibliotecário da Biblioteca da Ajuda) e trazidos à publicidade pelo 3º Visconde de Santarém*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1914.
- IDEM, *Correspondência do... Coligida, coordenada e com anotações de Rocha Martins (da Academia das Ciências de Lisboa). Publicada pelo 3º Visconde de Santarém*, vols. VI-VIII, Lisboa, Alfredo Lamas, Mota e Cª, Editores, 1919.
- IDEM, *Prioridade dos descobrimentos portugueses*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1958 (1ª ed., *Memória sobre a prioridade dos descobrimentos portugueses na costa de África ocidental...*, Paris, na Livraria Portuguesa de J.-P. Aillaud, 1841).
- SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1985.
- SARAIVA, Cardeal, *Obras completas do... (D. Francisco de São Luís) Patriarca de Lisboa precedidas de uma introdução pelo Marquês de Resende. Publicadas por António Caldeira Correia*, tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.
- SILVA, Inocência Francisco da, *Dicionário Bibliográfico Português...*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.



- SOUSA, Ivo Carneiro, «O primeiro discurso parlamentar de Alexandre Herculano: a questão de Casamansa», *Africana Studia* n° 2, s.l., Edição da Fundação Eng. António de Almeida, 1999, pp. 183-197.
- *Diário da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da nova Câmara reunida em Maio de 1840. Publicada pelo empresário David da Fonseca Pinto*, volume 4º (Julho), Lisboa, na Imprensa Nacional, 1840.

Webgrafia (consultada a 4/12/2015)

- PROTÁSIO, Daniel Estudante, «Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de forças da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841)», *História da Historiografia*, n° 14, Ouro Preto (Brasil), Abril de 2014, pp. 27-43, disponível em <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/669/447>
- IDEM, verbete sobre Henrich Schaefer no *Dicionário de historiadores portugueses*, in http://dichp.bnportugal.pt/historiadores_estr.htm
- https://fr.wikipedia.org/wiki/Mathieu_Molé
- https://fr.wikipedia.org/wiki/Liste_des_ministres_français_des_Travaux_publics
- https://fr.wikipedia.org/wiki/Société_de_géographie



Casamansa e a Guiné. Imagem disponível em <http://ncultura.pt/casamansa-a-ex-colonia-portuguesa-que-luta-pela-independencia/> (consultado em 2/2016)



GENEALOGIA

AS LINHAS DE
COSTADO DE PEDRO
CERVEIRA DA CUNHA
(1654-1734), SENHOR
DA QUINTA DOS
TELHAIS
EM SÃO SEBASTIÃO DA
MACEIRA,
FORNOS DE ALGODRES,
GUARDA

| 33

*por Luís Miguel Pulido Gar-
cia Cardoso de Menezes*



**AS LINHAS DE COSTADO DE PEDRO CERVEIRA DA CUNHA (1654-1734),
SENHOR DA QUINTA DOS TELHAIS EM S. SEBASTIÃO DA MACEIRA,
FORNOS DE ALGODRES, GUARDA**

por Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes

Introdução

Ao debruçar-me há poucos anos sobre a família Cerveira da Cunha, da Quinta dos Telhais em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda, além de se ter encontrado mais uma linha descendente desconhecida de Pedro Cerveira da Cunha (1654-1734), Capitão de Algodres e senhor da dita quinta, constatei na sua ascendência e árvore de costados, que o mesmo ascendia a outras ilustres famílias da região da Beira, nomeadamente nos distritos da Guarda (Fornos de Algodres e Celorico da Beira) e de Viseu (Sernancelhe e Vouzela), confirmada por estudos entretanto publicados por Luís Soveral Varella e Óscar Caeiro Pinto.

Este artigo procura assim explorar cinco linhas / costados ascendentes do dito Pedro Cerveira da Cunha, Capitão-mor de Algodres, nomeadamente: 1^a a dos Cerveira da Cunha, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda, já estudada e apresentada por mim num artigo «A ligação dos Antunes de Meruge aos Cerveiras da Cunha da Maceira», in *Raízes & Memórias* n.º 30, Dezembro de 2013, Lisboa: Produção Gráfica - Tipografia Lobão, 2014, pp. 213-252; a 2^a a dos Ribeiro, da Quinta do Ribeiro em Fataúncos, Vouzela, Viseu, também abordada por mim no referido artigo anterior e estudada por Eduardo Osório Gonçalves - *Raízes da Beira: Genealogia e Património da Serra da Estrela ao Vale do Mondego*, vol. II, 1^a edição, Lisboa: Dislivro Histórica, 2006, p. 644; e “*Memórias Históricas e Genealógicas da Casa de Santa Eulália e seu solar, dividida em duas partes, que fazem outras tantas épocas do estabelecimento e duração da Casa*”, redigidas por um seu descendente em 1788 e acrescentada por outro depois de 1834 e afiorada por Manuel Abranches de Soveral no seu artigo “Ensaio sobre a origem dos Proença”, pp. 25-27; 3^a a dos Carvalhos Manueis do concelho de Celorico da Beira, Guarda, referida num manuscrito do século XVIII de Agostinho Sá Veloso, intitulado “Famílias da Província da Beira”, e transcrito posteriormente na *Revista da Beira* (em 1947 e 1997), in Manuel Ramos de Oliveira - *Os Carvalhos de Celorico* Vol. VI, fascículo II, 2º Trimestre, 1947, pp. 115-122, in *Beira Alta: revista trimestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta / propr. e ed. Junta de Província; dir. Alexandre de Lucena e Vale J., e Eduardo Manuel Abreu Cerveira de Albuquerque - Os Carvalhos Manueis de Celorico da Beira: Subsídios para o seu estudo*, 1997, Vol. LVII, N.º 3 e 4, pp. 467-471 e 476; 4^a a dos Soveral de Sernancelhe em Viseu e de Fornos de Algodres na Guarda, da obra genealógica de referência de Luís Soveral Varella - *Os Soveral da Beira: de Algodres a Sernancelhe, Viseu, Canas de Senhorim e Oliveira do Conde*, Porto: Instituto de Genealogia e Heráldica da Univer-



sidade Lusófona, 2012, pp. 20-25, 85-86, 127-128, 186-196; e 5ª a dos Tenreiros de Viseu e Fornos de Algodres, do artigo de Óscar Caeiro Pinto - A ligação genealógica dos Tenreiros ao termo de Fornos de Algodres, in *Cadernos Barão de Arêde - Revista do Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho*, N.º 3 (Janeiro-Março 2015), pp. 182-199.

Este artigo finaliza com três anexos: o primeiro com uma árvore de costados deste ilustre fidalgo beirão; os dois últimos com duas árvores de Cerveira da Cunha-Ribeiro e Carvalhos-Soveral-Tenreiro, que mostram a ligação de Pedro Cerveira da Cunha (1654-1734) a estas famílias.

| 35

CERVEIRA DA CUNHA

de S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda

Esta família descende de Lourenço Cerveira da Cunha, que terá nascido por volta de 1490, sendo seu filho João Cerveira, nascido cerca de 1520, que casou com Isabel Ribeiro, natural de Fornos de Algodres.¹

A quinta dos Telhais (dos Cerveira da Cunha), segundo monsenhor José Pinheiro Marques *«fica a dois quilómetros para sul, no vale de Cortiço. Hoje retalhada e decadente, foi outrora uma das maiores e mais ricas propriedades desta região, não só pela sua importância agrícola, mas também pelo solar brasonado, onde viveram os grandes fidalgos Cerveiras da Cunha, seus ricos proprietários, de grande nomeada não só na Beira, mas em todo o país (...)»*.²

A quinta dos Telhais e a capela de invocação de N. S.^{ra} da Conceição, constituíam um vínculo largamente dotado, com muitas propriedades dentro e fora do concelho de Algodres, foi instituído por João Cerveira da Cunha (* c. 1520 -), com o encargo de 25 missas, anteriormente a 1618, conforme confessa seu filho Gaspar Cerveira da Cunha (* c. 1560 -), na escritura de dote de casamento da quinta a sua filha Maria Cerveira da Cunha (- 1639), com seu primo João Cerveira da Cunha (- 1639), da casa dos Cerveiras, de Alvarelhos por escritura notarial feita em Algodres, existente no

¹ cf. Esta família, foi profusamente estudada e divulgada pelo confrade Eduardo Albuquerque no Fórum Genea no tema “Cerveiras da Cunha”, que praticamente esgotou, qualquer dado adicional sobre a mesma. Contudo, novos elementos vieram a lume e a acrescentar mais uma linha geracional nesta ilustre família, através de Pedro Saraiva e Cerveira, natural da Quinta dos Telhais em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda. Posteriormente, esta família foi apresentada por Eduardo Osório Gonçalves, na sua obra “Raízes da Beira: Genealogia e Património da Serra da Estrela ao Vale do Mondego”, vol. II, in “Ribeiros de Fornos de Algodres e Santa Eulália”, 1ª edição, Lisboa: Dislivro Histórica, 2006, pp. 643-661.

² cf. José Pinheiro Marques - Terras de Algodres: concelho de Fornos, Lisboa: [s.n.], 1938 (Lisboa: -- Tip. da Empresa do Anuário Comercial), pp. 315-316. Esta quinta dos Telhais, freguesia de S. Sebastião da Maceira, foi vendida nos finais do século XIX (1888), por D. Maria Genovesa da Cunha Cerveira de Abranches, reservando para si e para seus herdeiros a posse da capela, onde jaziam as cinzas dos seus ascendentes.

cartório do notariado de Fornos de Algodres a 3-9-1618. Com a compra de diversos bens de Gaspar Cerveira da Cunha a seus irmãos Miguel Ribeiro, António da Cunha e Helena Cerveira da Cunha, para acrescentar ao vínculo, foi elevado o encargo para 35 missas, constatando-se nesse documento que tinha ainda um filho João Cerveira da Cunha, pensionário da igreja de Cavernais. A capela de N. S.^{ra} da Conceição da quinta dos Telhais, teve “*repaíro e bencam*” em 1627, o que revela que esta já existia muito antes.

A pedra de armas (atípica), que nos dias de hoje se encontra na fachada da capela da Quinta dos Telhais do século XVI, mas que antes ostentava a fachada principal da casa de família, é constituída por quatro quartéis: no 1º e 4º Cerveiras, com uma cerva de púrpura, passante (em vez de duas cervas); 2º Cunha, de ouro, nove cunhas de azul, postas três, três e três; e 3º Ribeiros (?), com três linhas ou faixas veiradas onduladas e paralelas de prata e vermelha, sendo estas armas desprovidas de timbre e paquife.³



Armas Cerveira da Cunha na quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres

³ cf. Exemplo de armas anómalas, temos a tampa tumular com as armas de Lourenço Cerveira, Cónego da Sé de Braga (em 1569), que tomou ordens menores em 1525, filho de João Cerveira, Cavaleiro da Casa do Arcebispo D. Diogo de Sousa, que lhe deu a administração da Capela de S. Miguel e S.^{ra} Bárbara, então vaga, na Sé de Braga em 1519 e de sua mulher Leonor Ribeiro, filha do Bacharel Lopo Ribeiro, Juiz e Ouvidor em Braga (1509-1510), e de sua mulher D. Violante da Cunha, onde só figuram nas armas Cerveira, uma única cerva, in Artur Vaz Osório da Nóbrega - Pedras de armas e armas tumulares do distrito de Braga, Vol. I, Tomo I: Cidade e concelho de Braga, Braga: Junta Distrital, 1970, pp. 80-82; e Felgueiras Gaio (Manuel José da Costa) - Nobiliário das Famílias de Portugal, IV Volume, Tomo X, Título Cunhas, § 44, n.º 11, p. 174. O mesmo acontece com a família dos Marinho da Galiza e dos Távoras com cinco cunhas.



I – LOURENÇO CERVEIRA DA CUNHA.⁴

* cerca de 1490.

Filho:

1 (II) João Cerveira da Cunha, que segue.

| 37

II – JOÃO CERVEIRA DA CUNHA, instituiu anteriormente a 1618, um morgadio na Quinta dos Telhais e a capela de N. S.^{ra} da Conceição, com o encargo de 25 missas em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda.

* cerca de 1520.

= com Isabel Fernandes Ribeiro⁵, * em Fornos de Algodres cerca de 1530, filha de Pedro Ribeiro, Estribeiro do imperador Maximiliano (1459-1519), e possivelmente Senhor da quinta do Ribeiro em Fataúños, Vouzela, * cerca de 1485 e de Joana Fernandes, * cerca de 1504 (ver RIBEIRO, da quinta do Ribeiro em Fataúños, Vouzela n.º I, onde vem a sua ascendência e descendência).

Filho:

1 (III) Gaspar Cerveira da Cunha, que segue.

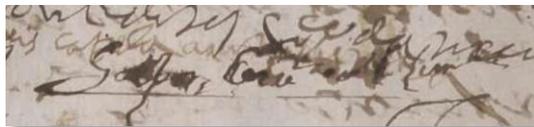
III – GASPAR CERVEIRA DA CUNHA, Bacharel e Licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra (de 22-12-1567 a 7-7-1572 e 20-3-1586), Abade de Cavernais (ou Cavernães), no termo de Viseu; por escritura notarial de 3-9-1618, dotou sua filha e genro com o morgadio da Quinta dos Telhais e a capela de N. S.^{ra} da Conceição em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda, com muitas propriedades dentro e fora do concelho de Algodres. Comprou diversos bens a seus irmãos Miguel Ribeiro, António da Cunha e Helena Cerveira da Cunha, para acrescentar ao vínculo da Quinta dos Telhais, elevando o encargo para 35 missas, constatando-se no documento de 3-9-1618, que tinha ainda um filho João Cerveira da Cunha, pensionário da igreja de Cavernais.⁶

⁴ cf. Eduardo Osório Gonçalves - Raízes da Beira: Genealogia e Património da Serra da Estrela ao Vale do Mondego, vol. II, 1ª edição, Lisboa: Dislivro Histórica, 2006, p. 644; e “Memórias Históricas e Genealógicas da Casa de Santa Eulália e seu solar, dividida em duas partes, que fazem outras tantas épocas do estabelecimento e duração da Casa”, redigidas por um seu descendente em 1788 e acrescentada por outro depois de 1834.

⁵ cf. Eduardo Osório Gonçalves, op. cit., pp. 643-644.

⁶ cf. A instituição do vínculo e capela da quinta dos Telhais instituída a 3-9-1618, encontra-se no Arquivo Distrital da Guarda, Livro de Notas, do tabelião João Fernandes (1617-01-28/1619-04-07) do Ofício Notarial de Algodres, PT-ADGRD-NOT-NALG-001-00001_m0095.TIF e PT-ADGRD-NOT-NALG-001-00001_m0159.TIF; e AUC, Livro 10, p. 87 V, IV, 1º D, I e AUC, Livro 15, p. 49, 49 V e 50 IV, 1º D, I, I; e Felgueiras Gaio (Manuel José da Costa) - Nobiliário das Famílias de Portugal, 2ª edição, Braga: Carvalhos de Basto, 1989, vol. XII, tomo IV de costados, árvore 118, n.º 4, p. 526. Para o bacharelato e licenciatura em Cânones consulte-se: AUC, Livro dos Autos e Graus, n.º 10, do ano de 1569-1570, fl. 87

* em Linhares cerca de 1550.
= com Leonor Correia.



Assinatura de Gaspar Cerveira da Cunha em 1618



Capela da Quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres

Filha:

1 (IV) Maria Cerveira da Cunha, que segue.

IV – MARIA CERVEIRA DA CUNHA, Senhora da Quinta dos Telhais em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda e irmã de João Cerveira da Cunha, pensionário da igreja de Cavernais (ou Cavernães), no termo de Viseu.

† em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 29-11-1639.

= em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 3-9-1618 com seu primo co-irmão João Cerveira da Cunha, Ouvidor do 4º Conde de Linhares, D. Miguel de Noronha em 1628, sendo certamente ele quem efectuou as obras e pediu bênção da capela de N. S.^{ra} da Conceição em 1627⁷, † em S. Sebastião da Maceira, Fornos de

v.º, IV / 1ª D / 1 / 1 / 10 e AUC, Livro de Actos e Graus - 1585-1588, fl. 49 e 49 v.º, 50, IV / 1ª D / I / I / 15.

⁷ cf. Foi também seu filho natural António, Δ em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 5-1-1619, tido de Maria, filha de Domingos Lourenço, o Arrocho.

Algodres, Guarda a 21-11-1639, filho de João Cerveira da Cunha, que frequentou o Colégio das Artes em Coimbra, * em Leiria, Maceira e de Maria Simões; neto paterno de João Cerveira da Cunha e de sua mulher Isabel Fernandes Ribeiro. (citados no n.º II desde capítulo)



Assinatura de João Cerveira da Cunha em 1618

Filho:

1 (V) João Cerveira da Cunha, que segue.

V – JOÃO CERVEIRA DA CUNHA, Sargento-mor de Algodres e Ouvidor do Conde Linhares, Senhor da Quinta dos Telhais em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda.⁸

* na Quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 15-12-1619, † em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 31-12-1664.

= na Quinta da Aveleira, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda com Maria Tenreiro, Δ em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 11-6-1628⁹, † em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 8-10-1706, filha de Inácio Ferreira [Manuel], * em S.^{ta} Maria, Celorico da Beira, Guarda a 9-2-1603 e de Francisca Tenreiro, que viveu com seu marido na quinta da Aveleira, † em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 10-4-1668; neta paterna de Domingos Manuel de Carvalho, * cerca de 1560 e de sua mulher Catarina Ferreira; neta materna de Lourenço Fernandes Anes ou Neto, Capitão-mor de Algodres, serviu de testemunha em diversos casamentos em Sobral Pichorro entre 20-3-1602 e 8-12-1607, † na quinta

⁸ cf. Felgueiras Gaio (Manuel José da Costa) - Nobiliário das Famílias de Portugal, 2ª edição, Braga: Carvalhos de Basto, 1989, vol. XII, tomo IV de costados, árvore 118, n.º 4, p. 526; ANTT, Real Mesa Censória Genealogias, Maço n.º 1, n.º 328, documento n.º 161, § 2, n.º 6, do I; e Eduardo Osório Gonçalves, op. cit., p. 656.

⁹ cf. ANTT, Registos Paroquiais, Mistos 1 (1595-1674), Baptismo de Maria Tenreiro a 11-6-1628, freguesia de S. Sebastião de Maceira, Fornos de Algodres, fl. «Aos onze dias do mês de Junho baptizei a / Maria filha de Inacio Ferreira e de sua molher / Francisca tenrreira forao padrinhos João Cerveira / da Cunha e Luísa tenreira molher de Fr.co(?) / Nunes do Juncral(?) e por verdade / fiz e asinei dia mês era acima dita / Pacheco», Microfilme n.º 686. Esta senhora era irmã de Frei Inácio Ferreira, frade Terceiro; e Eduardo Osório Gonçalves, op. cit., p. 656.



da Aveleira em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 9-3-1609 e de Jerónima Tenreiro, que é referida por Felgueiras Gaio no costado 118 e segundo o manuscrito genealógico do padre Manuel Cabral era proveniente da «antiga e nobre Casa de Sobral Pichorro», * cerca de 1555. (ver CARVALHOS MANUEIS, de Celorico da Beira n.º VII, SOVERAL, de Sernancelhe em Viseu e de Fornos de Algodres na Guarda, n.º IX e TENREIRO, de Viseu e Fornos de Algodres, n.º XII, onde vem a sua ascendência).

Filho:

1 (VI) Pedro Cerveira da Cunha, que segue.

VI – PEDRO CERVEIRA DA CUNHA, Capitão-mor de Algodres, Senhor da Quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda.

Δ na Quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 6-7-1654¹⁰, † em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 5-2-1734.¹¹

= 1ª vez em S.^{ta} Maria de Celorico da Beira, Guarda a 23-9-1671 com Mariana de Haro, * na Quinta da Lavandeira em S.^{ta} Maria de Celorico da Beira, Guarda 14-9-1653, † em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 16-12-1685, filha de João Cardoso de Pina da Fonseca e de sua mulher Francisca Coelho Ferreira, com geração.¹²

¹⁰ cf. ANTT, Registos Paroquiais, Mistos 1 (1595-1674), Baptismo de Pedro Cerveira da Cunha de 6-7-1654, freguesia de S. Sebastião de Maceira, Fornos de Algodres, fl. 168, Microfilme n.º 686 «Aos seis dias do mes de Julho da era acima ditta bautizou por / minha licença o prior de Juncais a Pedro filho de João Serveira / e de sua molher maria tenreira foram padrinhos Aires (?) de Saã de mello / morador na sua quinta de Catarinha (?) e por asi pasar na verdade fis este / termo e asinei era ut supra / o padre Antonio de mesquita /era acima foi na era de Mil o Cincoenta / e Coatro annos por se não estar a Lan / car acta acima fis esta lembranca / Cura (?) o Padre Padre Antonio da Cunha irmam do dito Pedro aCima / Cura Antonio da Cunha Cerveira».

¹¹ cf. ANTT, Registos Paroquiais, óbito de Pedro Cerveira da Cunha a 5-2-1734, freguesia de S. Sebastião de Maceira, Fornos de Algodres, livro n.º, fl., Microfilme n.º 686 «Em os Cinco dias do mes de fevreyro da era de / Mil e sete Centos e trinta e coatro annos se faleceu / da vida presente Pedro Cerveyra da Cunha natural / da quinta dos tilhais e Capitam Mor desta / Concelho de Villa de Algodres e filho que foi de / Joam Cerveyra da Cunha natural da mesma / e de sua may Maria tenreyra natural da / quinta d aveleira adonde casou o dito seu / pai e may e se faleceu con todos os Sacramentos es / ta Sepultado dentro da dita igreya de Santo Se / bastiam nas sepulturas de seus antepasados / iunto aos altares de Nosa Senhorã do rosario / e do menino Deos e não fes testamento o que por asi / passar na verdade fis este termo que asignei era Mes ut Supra Cunha seo Irmam seo / o Padre Antonio da Cunha Cerveyra / era de 1734 (na margem) Pedro Cer / veyra da / Cunha / Capitam / maor deste / Concelho / dalgodres / da quinta / dos tilhais / desta freguesia/ poe ele Joam / Cerveyra / da Cunha / e Pina / da quinta / dos tilhais / seo filho / dava conta / e não fes / testamento».

¹² cf. Filhos deste 1º casamento: 1º Maria Cerveira, que adoptou o nome de Soror Maria da Conceição, religiosa no mosteiro de Tabosa, Δ em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 24-8-1673, fl. 199; 2º Joana Cerveira, que adoptou o nome de Soror Joana da Trindade, religiosa no mesmo mostei-



= 2ª vez em Cortiçô, Fornos de Algodres, Guarda a 25-5-1687 com Isabel de Albuquerque, * em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 4-10-1652, † aí a 7-12-1698, filha de Manuel de Paiva e de sua mulher Isabel de Albuquerque, com geração.¹³

Teve de ainda duas ligações a primeira com Francisca Coelho, com geração¹⁴ e uma segunda ligação com Domingas Nunes, que foi religiosa em Vila Chã, Fornos de Algodres, Guarda «assistio algum tempo religiosa de vila Chaã, deste Bispado», Δ no Porco, concelho e distrito da Guarda a 19-2-1687, filha de Domingos Rodrigues e de sua mulher Domingas Nunes, com geração.¹⁵

| 41

ro, Δ em S. Sebastião da Maceira a 8-1-1675, fl.; 3º Manuel Cerveira, Δ em S. Sebastião da Maceira a 8-9-1676, fl. 5; 4º D. Mariana Cerveira, Δ em S. Sebastião da Maceira a 6-2-1678, fl. 8 v.º; 5º D. Micaela Cerveira, Δ em S. Sebastião da Maceira a 15-5-1679, fl. 12 v.º; 6º D. Francisca Cerveira, Δ em S. Sebastião da Maceira a 9-12-1680, fl. 15 v.º, † em S. Sebastião da Maceira a 24-12-1698; 7º João Cerveira da Cunha e Pina, Capitão-mor de Algodres, Senhor da Quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda, Δ em S. Sebastião da Maceira a 8-10-1682, fl. 17 v.º, † em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 22-10-1760, casado em Muxagata a 21-11-1709 com Mariana Eugénia Coelho de Sousa, nasceu em Muxagata, filha do Licenciado Manuel de Oliveira Caldeira e de sua mulher Maria de Sousa, c.g.; 8º D. Mariana Josefa de Haro, Δ em S. Sebastião da Maceira a 12-6-1684, fl. 20, casada com Estêvão Rodrigues Cardoso, nasceu em Nabais; 9º Francisco Cerveira da Cunha, Δ em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 10-12-1685, fl. 22 v.º, † em Albacete, Espanha, servindo na guerra da Catalunha a 25-4-1707, s.g., in Eduardo Osório Gonçalves, op. cit., pp. 659-660.

¹³ cf. Filhos deste 2º casamento: 1º Isabel Albuquerque, Δ em S. Sebastião da Maceira a 26-3-1688, fl. 25 v.º, † em S. Sebastião da Maceira a 30-12-1698, sendo sepultada na capela-mor da igreja; 2º Leonor Josefa da Cunha e Albuquerque, Δ em S. Sebastião da Maceira a 26-9-1689, fl. 29, † em Cortiçô, Fornos de Algodres, Guarda a 10-5-1754, que casou em S. Sebastião da Maceira a 5-2-1711 com José da Fonseca Coutinho, * em S.ta Maria de Celorico da Beira, Guarda, filho de Manuel Veloso Cabral, juiz de fora da Guarda, provedor em Évora e de sua mulher D. Maria Veloso de Almeida Cabral, s.g.; 3º Dr. Jerónimo de Albuquerque, Bacharel em Cânones em 1716 e formado em 1718, Δ em S. Sebastião da Maceira a 10-10-1691, fl. 31 v.º, † em Cortiçô, Fornos de Algodres, Guarda a 8-4-1760; e 4º o Padre Manuel de Albuquerque, Bacharel em Cânones em 1718 e formado em 1720, Δ em Cortiçô, Fornos de Algodres, Guarda a 11-9-1695, fl. 33 v.º e 34, † em S. Sebastião da Maceira a 2-10-1747, in Eduardo Osório Gonçalves, op. cit., pp. 659-660.

¹⁴ cf. Desta união teve o seguinte filho natural: Hermenegildo Coelho, Δ em Cortiçô, Fornos de Algodres, Guarda a 21-8-1687, tido em Francisca Coelho, que casou em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 7-2-1717 com Maria Ribeiro, filha de Manuel Ribeiro, barbeiro e de sua mulher Maria Francisca, da Quinta dos Outeiros na freguesia de Sobral Pichorro, in ANTT, Registos Paroquiais, Mistos 2 (1674-1744), Casamento de Hermenegildo Coelho com Maria Ribeiro a 7-2-1714, freguesia de S. Sebastião de Maceira, Fornos de Algodres, fl. 239 v.º, Microfilme n.º 686.

¹⁵ cf. ANTT, Registos Paroquiais, Porco, concelho e distrito da Guarda, Mistos 1 (1656-1708), 1687, microfilme n.º 768, fl. 74. Desta união foi filho Pedro Saraiva e Cerveira, * na Quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda, † em Cortiçô, Fornos de Algodres, Guarda a 19-9-1774 (estando sepultado dentro da igreja de S. Pelágio de Cortiçô). No assento de baptismo de sua filha Josefa (1757) e de seus netos maternos aparece sempre com o nome de Pedro Cerveira; no assento de baptismo de sua filha Maria (1745), aparece como Pedro Saraiva Nunes; no assento de casamento de sua filha Maria com José de Andrade (1773), aparece como Pedro Saraiva e Cerveira; e no seu assento de óbito apenas como Pedro Saraiva (1774). Refira-se ainda, que em relação ao local da sua naturalidade, ora



Quinta dos Telhais em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres

RIBEIRO

da quinta do Ribeiro em Fataúncos, Vouzela, Viseu

Esta família descende por legítima varonia de Pedro Ribeiro (* cerca de 1485 -), possivelmente Senhor da quinta do Ribeiro em Fataúncos, Vouzela em Viseu, casado com Joana Fernandes, que viveram nos finais do século XV e princípios de XVI.



Pedra de armas, existente na capela da quinta do Ribeiro em Fataúncos, Vouzela

refere-se a Quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda, ora Cortiçô, Fornos de Algodres, Guarda. Foi casado com Maria Madalena Rodrigues, com geração.



I – PEDRO RIBEIRO, Estribeiro do imperador Maximiliano (1459-1519) e possivelmente Senhor da quinta do Ribeiro em Fataúncos, Vouzela em Viseu.

* cerca de 1485

= com Joana Fernandes, * cerca de 1504, filha de Mateus Fernandes, o Farto, Cavaleiro do Rei D. João III, tendo esta alcunha porque hospedou na sua Casa da Cunha Alta em Mangualde, o rei D. João III e mais tarde, sua mulher a rainha D. Catarina, a qual deu à mulher do dito Mateus Fernandes, dois vestidos riquíssimos em generoso reconhecimento da boa hospedagem com que eles tinham servido aos dois soberanos, que tinham conhecimento da pessoa de Pedro Ribeiro seu genro, * em Fornos de Algodres cerca 1475 e de sua mulher Joana Monteiro; neta paterna de Fernão Anes, Capitão de Algodres, que estava sepultado junto à porta travessa da igreja matriz de Fornos de Algodres «e sobre sua campa se conserva esculpida uma espada, insígnia de cavaleiro», segundo nota genealógica.¹⁶

Filha:

1 (II) Isabel Fernandes Ribeiro, que segue.

II – ISABEL FERNANDES RIBEIRO.¹⁷

* em Fornos de Algodres cerca de 1530.

= com João Cerveira da Cunha, * cerca de 1520, instituiu anteriormente a 1618, um morgadio na Quinta dos Telhais e a capela de N. S.^{ra} da Conceição, com o encargo de 25 missas em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda, filho de Lourenço Cerveira da Cunha, * cerca de 1490.¹⁸

¹⁶ cf. Eduardo Osório Gonçalves, na sua obra *Raízes da Beira: Genealogia e Património da Serra da Estrela ao Vale do Mondego*, vol. II, p. 644.

¹⁷ cf. Eduardo Osório Gonçalves, op. cit., pp. 643-644, refere que Isabel Fernandes Ribeiro, nasceu em Fornos de Algodres cerca de 1530, sendo filha de Simão Fernandes Furtado, que nasceu em Fornos de Algodres e de sua mulher Eufémia Ribeiro e neta materna de Pedro Ribeiro e de sua mulher Joana Fernandes. No entanto, esta filiação é refutada por Manuel Abranches de Soveral no seu artigo “Ensaio sobre a origem dos Proença”, pp. 25-27, que refere «Pedro Ribeiro, marido de Mécia Botelho, dizem as mesmas genealogias que era filho de Simão Fernandes Furtado e sua mulher Eufémia Ribeiro, o que é um anacronismo, pois esta Eufémia Ribeiro ainda tem netos maternos a nascer em 1612, pelo que não pode ter nascido antes de 1536. Da mesma forma, dizem que Isabel Fernandes Ribeiro (casada com João Cerveira da Cunha) é filha desta Eufémia, quando esta Isabel tem um filho matriculado em Coimbra em 1571. Na verdade, quer esta Isabel quer Pedro Ribeiro eram não filhos, mas sim irmãos de Eufémia Ribeiro (...) Seriam todos filhos de outro Pedro Ribeiro, nascido cerca de 1485, que foi estribeiro do imperador Maximiliano (1459-1519), e de sua mulher Joana Fernandes, nascida cerca de 1504», in *Ensaio sobre a origem dos Proença de Manuel Abranches de Soveral*, Porto, 2010, in http://www.academia.edu/1036120/Ensaio_sobre_a_origem_dos_Proença, pp. 25-27; e Eduardo Osório Gonçalves - *Raízes da Beira: Genealogia e Património da Serra da Estrela ao Vale do Mondego*, vol. II, 1ª edição, Lisboa: Dislivro Histórica, 2006, pp. 643-644.

¹⁸ cf. Eduardo Osório Gonçalves, op. cit., vol. II, 1ª edição, Lisboa: Dislivro Histórica, 2006, p. 644; e “Memórias Históricas e Genealógicas da Casa de Santa Eulália e seu solar, dividida em duas partes, que



Filho:

1 (III) Gaspar Cerveira da Cunha, que segue.

III – GASPAR CERVEIRA DA CUNHA, Bacharel e Licenciado em Cânones pela Universidade de Coimbra (de 22-12-1567 a 7-7-1572 e 20-3-1586), Abade de Cavernais (ou Cavernães), no termo de Viseu; por escritura notarial de 3-9-1618, dotou sua filha e genro com o morgadio da Quinta dos Telhais e a capela de N. S.^{ra} da Conceição em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda, com muitas propriedades dentro e fora do concelho de Algodres.

* em Linhares cerca de 1550.

= com Leonor Correia. (Ver CERVEIRA DA CUNHA, de S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda n.º III, onde vem a sua ascendência e descendência).

CARVALHOS MANUEIS

de Celorico da Beira, Guarda

Os Carvalhos Manueis, do concelho de Celorico da Beira, Guarda, descendem por legítima varonia de Diogo Gonçalves (ou Rodrigues) de Carvalho, que nasceu cerca de 1433 e de Teresa Dias [Maldonado]. Deste casal provêm dois filhos e duas linhas distintas: a 1^a de Diogo Gonçalves de Carvalho (* cerca de 1458), Vereador de Celorico da Beira (em 1483), cujo bisneto paterno, Gaspar de Carvalho de Sampaio, vem a ser Fidalgo de Cota de Armas (a 12-6-1602, escudo esquartelado: 1º as armas dos Carvalhos; 2º as dos Saraivas; no 3º as dos Sampaio; e no 4º as dos Pereiras; timbre dos Carvalhos); e a 2ª linha provém de Nuno [Gonçalves] de Carvalho, também Vereador nessa localidade (em 1495).

Por um manuscrito, Maço n.º 1, n.º 328, doc. 161, da Real Mesa Censória, Genealogias do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, referente aos “Carvalhos Manoeis de Celorico da Beira”, supõe-se que estes dois irmãos, sejam da mesma família de Luís Anes de Carvalho, Bacharel em Leis pela U. de Coimbra, Desembargador do Paço e Chanceler-mor do Reino, Senhor da Casa de S.^{ta} Eufémia, Pinhel, Guarda, da família dos Marqueses de Pombal, embora fosse referido no mesmo, que os Carvalhos de Celorico da Beira eram mais antigos que os Carvalhos de «Luis eannes / em que começou a família de S.ta Eufemia. /».¹⁹

fazem outras tantas épocas do estabelecimento e duração da Casa”, redigidas por um seu descendente em 1788 e acrescentada por outro depois de 1834.

¹⁹ cf. A família dos Marqueses de Pombal, provém dum irmão e sobrinho de Luís Anes de Carvalho: Belchior de Carvalho, senhor da casa de seu pai, Escrivão dos Órfãos de Sernancelhe, foi legitimado por seu pai a 26-1-1555, * em 1532, † em Sernancelhe a 19-7-1601, filho de Sebastião de Carvalho, Capelão de D. João III e Arcebispo e Beneficiado da igreja de Sernancelhe, * cerca de 1507 e de Marta Fernandes,

Segundo as notas do Dr. Valério de Abreu de Castelo-Branco, descendente do mesmo Nuno [Gonçalves] de Carvalho, esta família dos Carvalhos de Celorico da Beira, descendiam dos Duques de Ossuna.²⁰

As armas dos Carvalhos (citadas no 1º quartel na carta de brasão de armas de Gaspar de Carvalho Sampaio em 12-6-1602) são: em campo azul uma estrela de ouro de oito pontas acompanhada de uma quadernal de crescentes de prata e uma flor-de-lis do segundo por diferença; timbre: um cisne de prata com a estrela das armas no peito.

| 45



Armas dos Carvalhos

I – DIOGO GONÇALVES (ou RODRIGUES) de CARVALHO.²¹

* cerca de 1433

= com Teresa Dias [Maldonado]

Filhos:

1 (II) Diogo Gonçalves de Carvalho, Vereador de Celorico da Beira (em 1483), Fidalgo de Cota de Armas.²²

neto paterno de Mestre João de Carvalho, Vassalo de D. João II (a 18-10-1483), mestre talvez por ser médico ou cirurgião, * cerca de 1482 e de Isabel Reimonde, in Felgueiras Gaió (Manuel José da Costa) - Nobiliário das Famílias de Portugal, III Volume, Tomo IX, Título Carvalhos, § 71, n.º 1-4, pp. 453-454 e 459; Cristóvão Alão de Moraes - Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal), vol. IV, “Carvalhos de Cernancelhe”, Braga: Edições de Carvalhos de Basto, 1938, pp. 362 ou 425.

²⁰ cf. Eduardo Manuel Abreu Cerveira de Albuquerque - Os Carvalhos Manuais de Celorico da Beira: Subsídios para o seu estudo, in Beira Alta: revista trimestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta / propr. e ed. Junta de Província; dir. Alexandre de Lucena e Vale J., 1997, Vol. LVII, N.º 3 e 4, pp. 467-471 e 476; e Manuel Ramos de Oliveira - Os Carvalhos de Celorico, in Beira Alta: revista trimestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta / propr. e ed. Junta de Província; dir. Alexandre de Lucena e Vale, Vol. VI, fascículo II, 2º Trimestre, 1947, pp. 115-122 e Agostinho Sá Veloso - “Famílias da Província da Beira”, manuscrito do século XVIII.

²¹ cf. Manuel Ramos de Oliveira, op. cit., pp. 118-119.



* cerca de 1458

= com [?]

Filho:

1 (III) Manuel Dias Maldonado, Fidalgo de Cota de Arnas.²³

* cerca de 1490

= com [?]

Filho:

1 (IV) João de Carvalho [Maldonado], Fidalgo de Cota de Armas, morador em Celorico da Beira, Guarda.²⁴

* cerca de 1525

= com Senhoresa Pereira de Sampaio, filha de Simão de Saraiva Sampaio, que serviu em África, sendo armado Cavaleiro por D. Álvaro de Noronha em 1528, Senhor do Reguengo de Trancoso e de Catarina Coelho de Campos; neta paterna de Vasco Saraiva, que comprou o Reguengo de Trancoso, Guarda, com os lugares de Póvoa del-Rei, Granja e Vila Franca a D. João de Castro, Conde de Monsanto (por confirmação do Rei D. João II de Portugal) e de Isabel Pereira de Sampaio (filha de Luís Vaz de Sampaio e de Luísa Margarida de Carvalho ou Maria de Carvalho ou Carvalho); neta materna de João de Campos Coelho e de Brites Afonso Garcês, do Pinhel.

Filho:

1 (V) Gaspar de Carvalho de Sampaio, Fidalgo de Cota de Armas (por mercê de Filipe II de Portugal e III de Espanha a 12-6-1602, escudo esquartelado: 1º as armas dos Carvalhos; no 2º as dos Saraivas; no 3º as dos Sampaio; e no 4º as dos Pereiras; timbre dos Carvalhos), sendo esta redigida por Baltasar Vale Cerqueira, Rei de Armas da Índia e Escrivão da Nobreza; vivia na cidade de Lisboa.²⁵

* cerca de 1555

= em Alenquer com Francisca de Avelar, com geração.

2 (II) Nuno [Gonçalves] de Carvalho, que segue.

²² cf. Manuel Ramos de Oliveira, op. cit., pp. 118-119; Nuno Gonçalo Pereira Borrego - Cartas de brasão de armas II, Lisboa: Dislivro, 2003, pp. 169-170 e Eduardo Manuel Abreu Cerveira de Albuquerque, op. cit., p. 468. Na referida carta de brasão de armas, vem citado como Fidalgo de Cota de Armas.

²³ cf. Manuel Ramos de Oliveira, op. cit., pp. 118-119; Nuno Gonçalo Pereira Borrego, op. cit., pp. 169-170. Na referida carta de brasão de armas, vem citado como Fidalgo de Cota de Armas.

²⁴ cf. Manuel Ramos de Oliveira, op. cit., pp. 118-119; Nuno Gonçalo Pereira Borrego, op. cit., pp. 169-170. Na referida carta de brasão de armas, vem citado como Fidalgo de Cota de Armas; Cristóvão Alão de Morais - Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal), vol. V, "Saraivas de Trancoso", Braga: Edições de Carvalhos de Basto, 1938, pp. 58-60.

²⁵ cf. Manuel Ramos de Oliveira, op. cit., pp. 118-119; Nuno Gonçalo Pereira Borrego, op. cit., pp. 169-170 e Eduardo Manuel Abreu Cerveira de Albuquerque, op. cit., p. 468.



Celorico da Beira

II – NUNO [GONÇALVES] de CARVALHO, Vereador de Celorico da Beira (em 1495), «pessoa no-/bre, e de distinção com 300 anos de antiguid.e (...)».²⁶

* cerca de 1470

= com Joana Manoel «da esclarecidíssima fa-mília dos Manoeis, bem conhecida neste Reino»²⁷, que seria provavelmente filha de D. Frei João Manuel (* em Lisboa cerca de

²⁶ cf. Manuel Ramos de Oliveira, op. cit., pp. 118-119 e Eduardo Manuel Abreu Cerveira de Albuquerque, op. cit., p. 469.

²⁷ cf. Consta isto de uma miscelânea genealógica reunida por Agostinho de Sá Veloso, volume que depois pertenceu ao bispo da Guarda, Mendonça Arrais. Diz o autor, em redacção pouco cuidada: «D. Frei João Manuel que foi frade do Carmo, ensinam as letras bispo de Ceuta e da Guarda, capelão-mor d'el-rei D. João 2º, teve em Justa Rodrigues, mulher nobre, que foi ama d'el-rei D. Manuel, filha de Francisco Rodrigues Pereira, criado do infante D. Fernando, e de sua mulher D. Cecília Tavares, entre outros filhos tiveram D. Nuno Manuel, que foi legitimado por el-rei D. Afonso 5º em 1475, foi guarda-mor e almotaçé-mor de el-rei D. Manuel, e do seu conselho, senhor da Torre das Águias e de Salvaterra de Magos, casou com D. Leonor de Milão [...] [...] Segundo as memórias do Desembargador Álvaro Mendes da Mota, que principiam falando da família dos Manueis desta maneira: Justa Rodrigues se chama a ama que criou el-rei D. Manuel e foi manceba do bispo da Guarda D. João, e dela teve dois filhos e se chamaram D. João Manuel e foi camareiro-mor, e D. Nuno Manuel que [foi] guarda-mor, e este teve um filho natural e se chamou Jorge Manuel, e veio para a Serra da Estrela onde casou e deixou sucessão, e destes procedem muitas casas na Beira e outras partes, isto é o que dizem as memórias do dito Desembargador feitas em 1596. E em antiguidades se pode fazer alguma conjectura, por se não poderem com certeza e bem de raiz averiguar algumas coisas, seja-nos permitido dizermos que Joana Manuel, de Figueiró da Serra termo de Linhares, casada com Nuno de Carvalho de Celorico [irmão de Diogo Gonçalves de Carvalho Maldonado], nobilíssima família das mais antigas da dita vila, cuja ascendência de Carvalhos provou seu neto Gaspar de Carvalho era descendente deste senhor Jorge Manuel, mas como nos toca esta família o não afirmamos, mas que segundo a relação do dito Desembargador Álvaro Mendes da Mota persuadir menos, que esta Joana Manuel era destes Manueis, que hoje são tronco da esclarecida casa da Atalaia, e se esta conjectura for a alguns escrupulosos mal aceite, nós a não vendemos por Evangelho, nem queremos que se lhe dê mais vida do que aquela que a sua boa ou má estimação lhe quiser dar». A



1416, † em 1476), Bispo de Ceuta e Primaz de África (1443-1459) e da Guarda (1459-1476).²⁸

Filho:

1 (III) Jacinto Manuel de Carvalho, que segue.

III – JACINTO MANUEL DE CARVALHO.²⁹

* cerca de 1500

= em Viseu com Inês Varella

Filho:

1 (IV) Afonso Manuel de Carvalho, que segue.

IV – AFONSO MANUEL DE CARVALHO.³⁰

* cerca de 1530

= no Sabugal com Domingas Martins Frazão.

Filho:

1 (V) Domingos Manuel de Carvalho, que segue.

Joana Manoel pela cronologia, apenas poderá ser filha do referido bispo e irmã dos citados D. João Manoel, * 1466 e D. Nuno Manoel, * 1469.

²⁸ cf. Pretendem alguns linhagistas, que teria sido filho do rei D. Duarte e de D. Joana Manuel de Vilhena. Segundo Felgueiras Gaio «foi criado incognitamente sem q seu Pay o declarasse e dipos ElRey D. Afonso 5º seu irmão o estimou m.to e lhe deo grandes lugares. Foi seu Capelão Mor, Embaixador ao Papa Eugenio 4 e era pessoa de grandes Talentos e Letras, tinha sido Caramelita em cuja relegião se criou». Esta filiação, seguida por muitos genealogistas, a partir de uma carta de Gaspar Barreiros a Damião de Gois (1567) - 130 anos depois da morte do rei -, não foi aceite por D. António Caetano de Sousa na sua História Genealógica da Casa Real Portuguesa e foi peremptoriamente contestada por Braamcamp Freire (Brasões da Sala de Sintra) sem no entanto, conseguir identificar quem teriam sido os progenitores da família Manoel, de Portugal. Mais recentemente (2005), o historiador Luís Miguel Duarte na biografia que escreveu do rei D. Duarte, publicada pelo Círculo de Leitores / Temas e Debates, acrescenta um argumento definitivo que confirma a tese de Braamcamp Freire: no seu testamento, a herança que o bispo da Guarda deixa a seu filho impõe a condição de este mandar rezar anualmente, pela Quaresma, uma missa por alma dele, bispo e pelas de seu pai e mãe. No final dessas missas, os clérigos oficiantes sairiam com responso e água benta «para rezar sobre a cova onde jaz o dito seu padre e madre», que estavam sepultados no mosteiro do Carmo em Lisboa, como ele próprio declara. Fica assim, definitivamente posta de parte a filiação do bispo da Guarda em D. Duarte. Por esclarecer fica em todo o caso, o uso do apelido Manoel que continuou nos seus descendentes, nomeadamente nos Marqueses de Tancos-Conde de Atalaia.

²⁹ cf. Manuel Ramos de Oliveira, op. cit., pp. 118 e Eduardo Manuel Abreu Cerveira de Albuquerque, op. cit., p. 469.

³⁰ cf. Manuel Ramos de Oliveira, op. cit., pp. 118 e Eduardo Manuel Abreu Cerveira de Albuquerque, op. cit., p. 469.



Celorico da Beira

V – DOMINGOS MANUEL DE CARVALHO.³¹

* cerca de 1560

= na quinta de Lavandeira, S. Pedro, termo de Celorico da Beira, Guarda com Catarina Ferreira, filha de João Ferreira e de Mécia Vaz; neta paterna de António Ferreira, como consta do cartório da câmara da dita vila, aonde se acha assinado por vários meses no ano de 1559 e de Genebra de Gouveia; neta materna de Pedro Vaz.

Filho:

1 (VI) Inácio Ferreira [Manuel], que segue.

VI – INÁCIO FERREIRA [MANUEL].³²

Δ em S.^{ta} Maria, Celorico da Beira, Guarda a 9-2-1603.

= em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 8-8-1627³³ com Francisca Tenreiro, que viveu com seu marido na quinta da Aveleira, * cerca de 1605, † em S.

³¹ cf. Manuel Ramos de Oliveira, op. cit., pp. 118-119 e Eduardo Manuel Abreu Cerveira de Albuquerque, op. cit., p. 470.

³² cf. Manuel Ramos de Oliveira, op. cit., pp. 118-119 e Eduardo Manuel Abreu Cerveira de Albuquerque, op. cit., pp. 470-471 e Baptismo de Inácio Ferreira 9-2-1603: «Aos nove de Fevereiro baptizei a Ignacio filho / de Domingos Manoel e de sua molher Caterina ferreira fo / rão pp Antonio Saraiva e Isabel Cabral / Figuero asy (...)\», in ANTT, Registos Paroquiais, S.ta Maria, Celorico da Beira, livro misto n.º, fl.

³³ cf. Casamento de Inácio Ferreira e de Francisca Tenreiro a 8-8-1627 «Aos oito dias do mes dagosto da era de mil / e seiscentos e vinte sete annos recebi a Inacio / Ferreira filho de Manoel diguo de Domingos / Manoel e de sua molher Catarina fereira ia defuntos / moradores na villa de Ceroliquo com francisca / tenreira filha de Lourenço Fernandez e de Iheronima ten / reira ia defuntos desta freiguesia em face da / igreja conforme ao sagrado concilio tridentino he / constituicois Sinodais deste bispado testemunhas / João Cerveira Lourenco d amaral e a maior parte / do povo e per verdade fiz este que assinei na / mes era ut supra Pacheco», in ANTT, Registos Paroquiais, S. Sebastião de Maceira, Fornos de Algodres, livro n.º, fl.

Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 10-4-1668, filha de Lourenço Fernandes Anes ou Neto, Capitão-mor de Algodres, serviu de testemunha em diversos casamentos em Sobral Pichorro entre 20-3-1602 e 8-12-1607, † na quinta da Aveleira em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 9-3-1609 e de Jerónima Tenreiro, que é referida por Felgueiras Gaio no costado 118 e segundo o manuscrito genealógico do padre Manuel Cabral era proveniente da «antiga e nobre Casa de Sobral Pichorro», * cerca de 1555³⁴; neta paterna de Fernão Anes e de Leonor Fernandes, † em Sobral Pichorro, Fornos de Algodres, Guarda a 31-3-1632; neta materna de Simão do Soveral, Escudeiro de Fornos de Algodres (1538), Senhor da quinta de Figueiró e do Morgado da Muxagata, * cerca de 1520 e de Beatriz Vaz Tenreiro ou Jerónima (ou Joana) Lopes Tenreiro, * cerca de 1523. (ver SOVERAL de Sernancelhe em Viseu e de Fornos de Algodres na Guarda, n.º IX e TENREIRO, de Viseu e Fornos de Algodres, n.º XII, onde vem a sua ascendência)

Filha:

1 (VI) Maria Tenreiro, que segue.

VII – MARIA TENREIRO, irmã de Frei Inácio, frade da 3ª Ordem de S. Francisco, Δ em S.^{ta} Maria, Celorico da Beira, Guarda a 14-12-1636.

Δ em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 11-6-1628.³⁵

= na Quinta da Aveleira, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda com João Cerveira da Cunha, Sargento-mor de Algodres e Ouvidor do Conde Linhares, Senhor da Quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda³⁶, * na Quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 15-12-1619, † em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 31-12-1664, filho de João Cerveira da Cunha, Ouvidor do 4º Conde de Linhares, D. Miguel de Noronha em 1628, sendo certamente ele quem efectuou as obras e pediu bênção da capela de N. S.ra da Conceição em 1627³⁷, † em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 21-11-1639 e de Maria Cerveira da Cunha, Senhora da Quinta dos

³⁴ cf. Padre Manuel Cabral - Relação verdadeira que veio da Casa de Lagiosa trº da v.ª de Celorico e da hi passarão a d.ª v.ª e varias terras desta Prov.ª da Brª (manuscrito datado de 1723).

³⁵ cf. Eduardo Manuel Abreu Cerveira de Albuquerque, op. cit., p. 471; ANTT, Registos Paroquiais, Mistos 1 (1595-1674), Baptismo de Maria Tenreiro a 11-6-1628, freguesia de S. Sebastião de Maceira, Fornos de Algodres, fl.?, Microfilme n.º 686, Eduardo Osório Gonçalves - “Ribeiros de Fornos de Algodres e Santa Eulália”, in Raízes da Beira: Genealogia e Património da Serra da Estrela ao Vale do Mondego, vol. II, 1ª edição, Lisboa: Dislivro Histórica, 2006, p. 656.

³⁶ cf. Felgueiras Gaio (Manuel José da Costa) - Nobiliário das Famílias de Portugal, 2ª edição, Braga: Carvalhos de Basto, 1989, vol. XII, tomo IV de costados, árvore 118, n.º 4, p. 526; ANTT, Real Mesa Censória Genealogias, Maço n.º 1, n.º 328, documento n.º 161, § 2, n.º 6, do I; e Eduardo Osório Gonçalves, op. cit., p. 656.

³⁷ cf. Foi também seu filho natural António, Δ em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 5-1-1619, tido de Maria, filha de Domingos Lourenço, o Arrocho.

Telhais em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda. † em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 29-11-1639 (com quem casou em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 3-9-1618. (ver CERVEIRA DA CUNHA, de S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda, n.º V, onde vem a sua ascendência e descendência).

SOVERAL

de Sernancelhe em Viseu e de Fornos de Algodres na Guarda

Os Soveral de Sernancelhe em Viseu e de Fornos de Algodres na Guarda, remontam com alguma segurança a Fernão Pires do Soveral (c. 1310 -), Alcaide-mor de Celorico da Beira (pelo menos desde 1359). Presumivelmente a linhagem Soveral, descende da família Pacheco, senhores de Ferreira de Aves, com domínios no centro do País desde Ferreira de Aves até Trancoso e Moreira do Rei e desde Algodres e Celorico da Beira até Lamego, pelo menos desde o século XI.

As armas Soverais, existentes no arco e na capela medieval de Sobral Pichorro, originais e desconhecidas, das quais não é possível identificar os metais e esmaltes usados, seriam as armas usadas pela linhagem dos senhores de Soveral / Sobral Pichorro, que o foram também de Avelos e Ferreira de Aves, dos quais saiu a linhagem Pacheco. Estas armas seriam provavelmente idênticas às dos Pachecos, que usariam em campo de ouro com a cruz e a bordadura em preto, metal e esmalte, que esses outros usariam depois na composição das suas armas.³⁸



Armas medievais dos Senhores de Sobral Pichorro, ascendentes por varonia dos Soveral, aceites como as armas desta Família, e que não constam dos armoriais

³⁸ cf. Luís Soveral Varella - Os Soveral da Beira: de Algodres a Sernancelhe, Viseu, Canas de Senhorim e Oliveira do Conde, Porto: Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona, 2012, pp. 20-24, 85-86. Neste trabalho, o autor discute, prova e desmonta a errada origem dos Soveral trazida pelas genealogias tradicionais a partir dos finais do séc. XVII e princípios do séc. XVIII que os fazem descendentes dos Avelar, e que alguns autores mais incautos ainda hoje assim o trazem, bem como discute e prova o uso errado e abusivo das armas dos Avelar pelos Soveral precisamente desde esse final do séc. XVII e princípio do séc. XVIII.

I – FERNÃO PIRES DO SOVERAL, 1º Senhor do Morgado de Sernancelhe em Viseu (1366), conforme se lê na inscrição tumular de seu 5º neto, Pedro do Soveral, Fidalgo da Casa de El-Rei, existente na capela do Santíssimo na ermida do Santuário da Lapa, termo de Sernancelhe, datada de 1586; documenta-se na Chancelaria do Rei D. Pedro I de Portugal a 5-3-1359, quando prestou homenagem ao soberano na qualidade de Alcaide-mor de Celorico da Beira, onde é referido como “meu vassalo” e a 3-6-1367, na mesma qualidade na chancelaria de D. Fernando I.³⁹

* cerca de 1310

Filho:

1 (II) João do Soveral, que segue.



Sernancelhe em Viseu

II – JOÃO DO SOVERAL, 2º Senhor do Morgado de Sernancelhe em Viseu, Escudeiro do Comendador do Casal na O. de Avis, testemunha um emprazamento dum casal e terrenos que se situavam entre os moinhos de Acha e a igreja da freguesia de S. Miguel de Gança, termo de Guimarães a Gonçalo Martins, morador na freguesia de S. Bartolomeu da Esperança, no julgado de Lanhoso a 4-3-1406.⁴⁰

* cerca de 1355

= com Estefânia de Sousa, * cerca de 1367, provável filha de Vasco Martins de Souza, Chanceler-mor de D. Pedro I (em 10-10-1357) «querendo fazer graça e merce a Vco Miz de Sousa Ricome meu vassalo e meu chanceler moor por grandes dividas que tem na minha merce de linhagem e de creança desy por outro serviço q me fez sempre e aquelles donde ele vem e aos reis que ante mi foram na casa de Portugal [...]», do Conselho de D. João I de Portugal (a 10-4-1385), Escrivão da Puridade, 1º Senhor de

³⁹ cf. Luís Soveral Varella, op. cit., pp. 25, 127-128.

⁴⁰ cf. Luís Soveral Varella, op. cit., pp. 127-128.



Mortágua de juro e herdade (a 3-4-1385), Senhor de Serva e de Atei (31-7-1368), Aguiar de Pena, Penaguião, Gestaço, Fontes e portagem de Amarante (24-1-1369); doação de juro e herdade de Penaguião, Gestaço e Fontes (13-2-1372) e da terra de Jurdim no Almojarifado de Guimarães (8-1-1375), foreiro da Quinta de Mirandela (20-1-1378) e das rendas de Mortágua (1-4-1377), Senhor da quinta e torre de S.^{to} Estêvão (a 20-1-1372), etc.; como “Rico-Homem, Vassalo e Filho dalgo” recebeu de D. Pedro I, seu primo (como é tratado), por carta de 10-10-1357, os muitos bens que tinham sido de Pedro Coelho, matador de D. Inês de Castro, bens que o rei D. Fernando I lhe confirmou a 29-6-1367; em 1366 aparece como rico-homem natural de Grijó “por graça del Rey”, assim como dois de seus filhos, “huu ha nome Martim Affonso”, e a filha D. Beatriz; era já falecido em princípios de 1387, como se pode verificar da carta de confirmação do senhorio de Amarante outorgada pelo Rei a Álvaro Gonçalves Camelo a 24-1-1387⁴¹, † em 1386/87 e de Estefânia Garcia; neta paterna de Martim Afonso de Souza Chichorro, Rico-Homem e do Conselho de El-Rei D. Dinis, seu tio, Senhor da torre de S.^{to} Estêvão; acompanhou El-Rei D. Dinis, quando este se encontrou com El-Rei de Castela, D. Fernando IV no ano de 1297; e no ano de 1319, das justas queixas que o magoavam, da desobediência de seu filho o Infante D. Afonso, nomeia na sua Crónica, somente D. João Mendes Briteiros, Martim Afonso de Souza Chichorro, Gonçalo Annes de Berredo, D. Pedro Estaco, Mestre da O. de Santiago, D. Gil Martins, Mestre da O. de Cristo, D. Vasco, Mestre de Avis e Vasco Pereira; em -3-1321, D. Dinis deu carta a “Martim Afonso meu sobrinho” sobre o direito de um casal em Lordelo; em 1322, sendo dito “rico-homem de Souza”, faz uma doação ao mosteiro de Pombeiro, de que era natural e padroeiro; obteve juntamente com sua irmã D. Maria Afonso, vários bens da Casa de Souza, de que eram coherdeiros, nomeadamente as honras e coutos de Freixieiro, Travassos, Amarante, Barroso, Andrães, Galegos e Mouções (por arbitrio do infante D. Afonso de 8-1-1323)⁴², * cerca de 1275, † depois de 1323 e de D. Aldonça Annes de Briteiros, Abadessa de Arouca, que em 20-4-1353, foi autorizada por D. Dinis a deixar ao Mosteiro de Arouca, 200 libras de renda cada ano, filha de D. João Roiz (ou Rodrigues) de Bri-

⁴¹ cf. D. António Caetano de Sousa - História Genealógica da Casa Real Portuguesa, vol. XIV (Tomo XII, Parte II), Lisboa: QuidNovi-Público-Academia Portuguesa de História, 2007, pp. 4-7; Manuel José da Costa Felgueiras Gaio - Nobiliário de Famílias de Portugal, X^o vol. (Tomos XVIII e XIX), título Souza, 3^a Edição, Braga: Edições de Carvalhos de Basto, 1992, p. 369; Luiz de Mello Vaz de São Payo - «A Família de Martim Afonso de Sousa “o da Batalha Real”: A disparidade do tempo», in Armas e Troféus, II série, Braga-Lisboa: Instituto Português de Heráldica, tomo VI, 1965, pp. 366, 375-379.

⁴² cf. D. António Caetano de Sousa, op. cit., vol. XIV, p. 3; Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, op. cit., X^o vol., p. 369 e Luiz de Mello Vaz de São Payo - «A Família de Martim Afonso de Sousa, “o da Batalha Real”: Os Filhos», in Armas e Troféus, II série, tomo VII, n.º 1, [s.l.]: Instituto Português de Heráldica, 1966, pp. 211-212. Foi também sua filha D. Brites Afonso, como consta de uma carta de confirmação de arras de 7-6-1369 que casou cerca de 1357/1367 com D. Lopo Dias de Souza, Rico-Homem, Senhor de Chaves (27-6-1368) e de Linhares (24-1-1372), etc.



teiros, Rico-Homem, e de D. Guiomar Gil de Soverosa; bisneta paterna de Martim Afonso Chichorro (Chichorro talvez por ser baixo), Rico-Homem, Governador (tenens) de Chaves (como se vê numa escritura, em que assina com os ricos homens, na doação que El-Rei fez no ano de 1274, a sua filha D. Leonor das terras de Azambuja); no testamento de El-Rei D. Afonso III, seu pai, é igualado nos legados com seus irmãos «Item Martino Alphonsi, filio meo mille libras»; no reinado de El-Rei seu irmão, conservou a mesma estima e acha-se confirmando em diversas escrituras, entre os primeiros Ricos-Homens, sendo entre outras, a mais memorável a composição, que no ano de 1294, fez El-Rei D. Dinis, seu irmão, com El-Rei D. Fernando IV de Castela, feita na vila de Alcanises ou Alcaniças; teve de seu pai aforada a quintã coutada e torre de S.^{to} Estêvão, propriedade da família real no termo de Chaves; teve bens no termo de Torres Vedras, que vendeu a seu pai por 1.500 libras de ouro; a última memória que temos sua é na doação do dito Rei, realizada a 12-11-1299 à O. de Avis, da igreja de S.^{ta} Maria do Castelo de Portalegre⁴³, * cerca de 1251, † depois de 1299 e de D. Ignês Lourenço de Valadares, filha de D. Lourenço Soares de Valadares, Rico-Homem, Fronteiro-mor de Entre-Douro e Minho, Senhor de Tangil, e de D. Maria Mendes de Souza, primogénita e herdeira de seu pai e tinha a progenitura dos Souzas, filha do Conde D. Mendo ou Mem Garcia de Souza, Rico Homem, Governador em Trás-os-Montes (1255), Senhor de Panóias e de Souto de Rebordães e de D. Teresa Annes de Baticela; trineta paterna de D. Afonso III, Rei de Portugal e dos Algarves, * em Coimbra a 5-5-1210, † em Lisboa a 16-2-1279 (jaz sepultado no Mosteiro de S.^{ta} Maria de Alcobaça) e de Madragana (?), depois baptizada com o nome de Mor Afonso, filha de Aloandro ben Bekar, Alcaide de Faro.

Filho:

1 (III) Afonso Anes do Soveral, que segue.

III – AFONSO ANES DO SOVERAL, Criado e Escudeiro de D. Duarte de Menezes, com quem esteve na tomada de Ceuta em 1415, Escrivão dos Feitos e Sisas de Fornos de Algodres e de Figueiró da Granja (a 9-5-1443 e confirmação de 30-4-1450), Tabelaão do Cível e Crime da mesma vila (desde 11-5-1443).⁴⁴

* cerca de 1395, † cerca de 1468

Filho:

1 (IV) Gonçalo Afonso, que segue.

⁴³ cf. D. António Cactano de Sousa, op. cit., vol. XIV, pp. 1-3; e Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, op. cit., X^o vol., p. 369.

⁴⁴ cf. Luís Soveral Varela, op. cit., pp. 186-187.



IV – GONÇALO AFONSO, Tabelião de Fornos de Algodres (por carta de 24-9-1482) e Escrivão de Figueiró da Granja (por carta de 25-9-1482).⁴⁵

* cerca de 1440

Filho:

1 (V) João Afonso, que segue.

| 55

V – JOÃO AFONSO, Tabelião do Público e Judicial do concelho de Fornos de Algodres (por carta de 19-9-1513), onde lhe são aforadas umas casas a 25-2-1514.⁴⁶

* cerca de 1465

Filho:

1 (VI) Gonçalo Afonso, que segue.

VI – GONÇALO AFONSO, Vereador do Senado da Câmara Municipal de Fornos de Algodres e Senhor do Morgado de Muxagata.⁴⁷

* cerca de 1495

= com sua prima Catarina do Soveral, * cerca de 1500, filha presumível do padre Pedro Anes [do Soveral], clérigo e morador em Algodres, * cerca de 1470; neta paterna de João Afonso do Soveral, Escudeiro da Casa do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, com quem esteve na batalha de Alfarrobeira em 20-5-1449, sendo perdoado por D. Afonso V, Rei de Portugal por carta de 13-6-1452, * cerca de 1430; bisneta paterna de Afonso Anes do Soveral (citado aqui neste capítulo em cima no n.º III).⁴⁸

Filho:

1 (VII) Simão do Soveral, que segue.

VII – SIMÃO DO SOVERAL, Escudeiro de Fornos de Algodres (1538), no qual se documenta e consta a sua filiação; nesse ano (1538), partiu na nau S.^{to} António para a Índia, onde foi armado cavaleiro, Senhor da quinta de Figueiró e do Morgado da Muxagata.⁴⁹

* cerca de 1520

= por volta de 1541 com Beatriz Vaz Tenreiro ou Jerónima (ou Joana) Lopes Tenreiro, * cerca de 1523, filha de Gaspar Tenreiro, Cavaleiro da Casa de D. Fernando de Noronha e tabelião de Matança em Fornos de Algodres (em substituição de seu pai a

⁴⁵ cf. Luís Soveral Varella, op. cit., p. 188.

⁴⁶ cf. Luís Soveral Varella, op. cit., pp. 190-192.

⁴⁷ cf. Luís Soveral Varella, op. cit., pp. 190-192.

⁴⁸ cf. Luís Soveral Varella, op. cit., pp. 190-192.

⁴⁹ cf. Luís Soveral Varella, op. cit., pp. 193-194.

23-7-1533).⁵⁰ (ver TENREIRO, de Viseu e Fornos de Algodres, n.º X, onde vem a sua ascendência).



*Pedra de armas no arco medieval em Sobral Pichorro
(in Luís Soveral Varella - Os Soveral da Beira..., p. 77)*

Filha:



*Arco medieval de entrada para pátio e casa de morada em Sobral Pichorro
(in Luís Soveral Varella - Os Soveral da Beira..., p. 77)*

1 (VIII) Jerónima Tenreiro, que segue.

VIII – JERÓNIMA TENREIRO, que é referida por Felgueiras Gaio no costado 118 e segundo o manuscrito genealógico do padre Manuel Cabral, da Companhia de Jesus,

⁵⁰ cf. Luís Soveral Varella, op. cit., pp. 194-195.

procedia da «antiga e nobre Casa de Sobral Pichorro», que viveu na quinta da Avelreira em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda, com seu marido.⁵¹

* cerca de 1555, † na quinta da Avelreira em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 13-9-1626.

= com Lourenço Fernandes Anes ou Neto, Capitão-mor de Algodres, serviu de testemunha em diversos casamentos em Sobral Pichorro entre 20-3-1602 e 8-12-1607, † na quinta da Avelreira em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 9-3-1609, filho de Fernão Anes e de Leonor Fernandes, † em Sobral Pichorro, Fornos de Algodres, Guarda a 31-3-1632.

| 57



Pórtico da casa medieval de Sobral Pichorro no termo de Fornos de Algodres, Guarda (in Óscar Caeiro Pinto - A ligação genealógica dos Tenreiros ao termo de Fornos de Algodres, p. 195)

Filha:

1 (IX) Francisca Tenreiro, que segue.

IX – FRANCISCA TENREIRO, que viveu com seu marido na quinta da Avelreira, em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres.

* cerca de 1605, † em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 10-4-1668.

= em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 8-8-1627⁵² com Inácio Ferreira [Manuel]⁵³, Δ em S.^{ta} Maria, Celorico da Beira, Guarda a 9-2-1603, filho de

⁵¹ cf. Felgueiras Gaio (Manuel José da Costa) - Nobiliário das Famílias de Portugal, 2ª edição, Braga: Carvalhos de Basto, 1989, vol. XII, tomo IV de costados, árvore 118, n.º 4, p. 526; Padre Manuel Cabral - Relação verdadeira que veio da Casa de Lagiosa trº da v.^a de Celorico e da hi passarão a d.^a v.^a e varias terras desta Prov.^a da Br^a (manuscrito datado de 1723); e Luís Soveral Varela, op. cit., pp. 78, 195-196. Sabe-se pelas inquirições de D. Afonso III, que a aldeia de Sobral Pichorro, então apenas chamada de Soveral era curada da igreja matriz de Algodres em meados do século XIII.

Domingos Manuel de Carvalho, * cerca de 1560 e de Catarina Ferreira. (ver CERVEIRA DA CUNHA, de S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda, n.º V, CARVALHOS MANUEIS, de Celorico da Beira n.º VI e TENREIRO, de Viseu e Fornos de Algodres, n.º XII, onde vem a sua ascendência e descendência)

TENREIRO

de Viseu e Fornos de Algodres



Armas Tenreiro

Os Tenreiros aqui estudados remontam a Diogo Lopes Tenreiro, Alcaide-mor da Corunha e de Aldara Fernandes de Andrade, que viveram no século XIV. Deste casal foi filho Garcia Tenreiro, Alcaide-mor da vila de Monforte e fidalgo honrado do Rei D. Fernando I de Portugal, que passou a Portugal por volta de 1369, instalando-se a sua família em Fronteira, Viseu e Fornos de Algodres.

As armas dos Tenreiro, são em campo de azul, com um pinheiro arrancado de verde, e enroscada nele uma serpente volante de prata, armada e lampassada de vermelho; elmo de prata a $\frac{3}{4}$ tauxeado de ouro e forrado de vermelho; virol e paquifes de prata e azul; timbre: a serpente do escudo; correias de azul perfiladas de prata. Tachões de ouro.⁵⁴

⁵² cf. ANTT, Registos Paroquiais, S. Sebastião de Maceira, Fornos de Algodres, livro n.º, fl.

⁵³ cf. Manuel Ramos de Oliveira, op. cit., pp. 118-119; Eduardo Manuel Abreu Cerveira de Albuquerque, op. cit., pp. 470-471.

⁵⁴ cf. Óscar Caeiro Pinto - A ligação genealógica dos Tenreiros ao termo de Fornos de Algodres, in Cadernos Barão de Arêde - Revista do Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho, N.º 3 (Janeiro-Março 2015), pp. 182-199.



I – DIOGO LOPES TENREIRO, Alcaide-mor da Corunha, Senhor de Villalva, Flor de Betanzos e da vila de Andrade (tudo terras de família de sua mulher).⁵⁵

= com Aldara Fernandes de Andrade, da poderosa família Freire de Andrade da Galiza.

Filho:

1 (II) Garcia Tenreiro, que segue.

| 59

II – GARCIA TENREIRO, Alcaide-mor da vila de Monforte e fidalgo honrado do Rei D. Fernando I de Portugal, que lhe deu em tença juntamente com o dito castelo 150 libras e com outras rendas impostas na dita vila (carta de Lisboa a 4-2-1381); passou a Portugal por volta de 1369, fugindo à perseguição que moveu Henrique da Trastâmara “o Bastardo”, aos partidários de seu irmão o rei D. Pedro “o Cru”; teve assento no livro de moradores da Casa do Rei D. Fernando I de Portugal; o dito soberano, deu-lhe ainda para pagamento das suas moradias, todas as rendas de Sarzedas e Sobreira Formosa, conjuntamente com as rendas que os moradores de vila de S. Vicente da Beira eram obrigados a dar cada ano ao rei (por carta passada em Lisboa a 8-9-1411, ano de Cristo de 1373); parece ainda documentado, numa procuração do concelho de Castelo Branco (feita a 21-7-1421, ano de Cristo de 1383), onde aparecem como testemunhas presentes «garcja tenrreijo e Lorenço [sic] Aijras e joham fernandez seus escudeijros»; era natural da Galiza.⁵⁶

Filho:

1 (III) Afonso Tenreiro, que segue.

III – AFONSO TENREIRO, Cavaleiro e depois Mestre da Ordem de Cristo (por escolha de D. Lopo Dias de Souza), Alcaide-mor de Miranda do Douro (1384-1385), Comendador de Mogadouro, Alcaide do castelo de Penas Róias (1383); em 1396, recebeu 15.000 maravedis das terças de Zamora, em compensação dos seus trabalhos e perdas; a 10-6-1383, o rei D. Fernando I de Portugal, manda a Afonso Tenreiro, que entregue o castelo de Penas Róias a Fernando Afonso, senhor de Valença e seu vassalo; a 26-6-1397, obtém de Henrique III, a legitimação de seus dois filhos Nuno e Garcia, tidos com Mência Fernandes.⁵⁷

= com sua prima direita Maria Tenreiro, filha de Vasco Tenreiro.

Filho:

1 (IV) Vasco Afonso Tenreiro, que segue.

⁵⁵ cf. Óscar Caeiro Pinto, op. cit., p. 183 e José Francisco Correa Árias - A Casa de Andrade 1160-1560: Nobreza, mentalidade e ideologia na Galiza baixo medieval, Editorial Toxosoutos, 2009.

⁵⁶ cf. Óscar Caeiro Pinto, op. cit., p. 183.

⁵⁷ cf. Óscar Caeiro Pinto, op. cit., pp. 183 e 185.



Fronteira

IV – VASCO AFONSO TENREIRO, que viveu na vila de Fronteira.⁵⁸

Filho:

1 (V) Lourenço Vaz Tenreiro, que segue.

V – LOURENÇO VAZ TENREIRO.⁵⁹

* na vila de Fronteira

Filho:

1 (VI) João Lourenço Tenreiro, que segue.



Vista geral de Viseu

VI – JOÃO LOURENÇO TENREIRO, Tabelião das Notas e Contador dos Feitos de Viseu, morador nesta cidade.⁶⁰

† antes de 21-7-1445

⁵⁸ cf. Óscar Caeiro Pinto, op. cit., p. 185.

⁵⁹ cf. Óscar Caeiro Pinto, op. cit., p. 185.

⁶⁰ cf. Óscar Caeiro Pinto, op. cit., p. 185.



Filho:

1 (VII) João Lourenço Tenreiro, que segue.

VII – JOÃO LOURENÇO TENREIRO, o Moço, Tabelião das Notas e Contador dos Feitos de Viseu, por carta de eleição dos homens bons da cidade de Viseu e nomeação de D. Afonso V de 23-7-1455 e confirmação no cargo a 8-1-1482, Escudeiro e Vassallo da Casa do Rei D. Afonso V, formado pela U. de Coimbra e Juiz de Fora da cidade do Porto; a 18-2-1473, o rei concede-lhe licença para andar de besta muar de sela e freio por todo o Reino. Cristóvão Alão de Morais, no seu título de Tenreiros diz «não pude averiguar se era o irmão de Pêro Lourenço Tenreiro, mas tenho por muito verosímil que o seja», morador em Viseu.⁶¹

* cerca de 1430

= com Catarina Afonso [de Andrade], Moça da Câmara da Infanta D. Joana, que teve de D. Afonso V a 20-3-1473, pelo seu casamento uma tença anual de 10.000 reais de prata.

Filho:

1 (VIII) Gil Afonso Tenreiro, que segue.

VIII – GIL AFONSO TENREIRO, Escudeiro, Tabelião do Público e Judicial de Pena-verde (por carta de 29-10-1522) e tabelião de Matança em Fornos de Algodres, morador no termo de Sernancelhe.⁶²

* cerca de 1468

Filho:

1 (IX) Gaspar Tenreiro, que segue.

IX – GASPAS TENREIRO, Cavaleiro da Casa de D. Fernando de Noronha e tabelião de Matança em Fornos de Algodres (em substituição de seu pai a 23-7-1533).⁶³

* cerca de 1493

Filha:

1 (X) Beatriz Vaz Tenreiro ou Jerónima (ou Joana) Lopes Tenreiro, que segue.

X – BEATRIZ VAZ TENREIRO ou JERÓNIMA (ou JOANA) LOPES TENREIRO.⁶⁴

* cerca de 1523.

⁶¹ cf. Óscar Caeiro Pinto, op. cit., p. 189.

⁶² cf. Óscar Caeiro Pinto, op. cit., p. 190.

⁶³ cf. Óscar Caeiro Pinto, op. cit., p. 190.

⁶⁴ cf. Luís Soveral Varella, op. cit., pp. 194-195 e Óscar Caeiro Pinto, op. cit., p. 192.



= por volta de 1541 com Simão do Soveral, Escudeiro de Fornos de Algodres (1538), no qual se documenta e consta a sua filiação; nesse ano (1538), partiu na nau S.^{to} António para a Índia, onde foi armado cavaleiro, Senhor da quinta de Figueiró e do Morgado da Muxagata, * cerca de 1520, filho de Gonçalo Afonso, Vereador do Senado da Câmara Municipal de Fornos de Algodres e Senhor do Morgado de Muxagata, * cerca de 1495 e de sua prima Catarina do Soveral.⁶⁵ (ver SOVERAL de Sernanacelhe em Viseu e de Fornos de Algodres na Guarda, n.º VII, onde vem a sua ascendência e descendência).

Filha:

1 (XI) Jerónima Tenreiro, que segue.

XI – JERÓNIMA TENREIRO, que é referida por Felgueiras Gaio no costado 118 e segundo o manuscrito genealógico do padre Manuel Cabral, da Companhia de Jesus, procedia da «antiga e nobre Casa de Sobral Pichorro», que viveu na quinta da Aveleira em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda, com seu marido.⁶⁶

* cerca de 1555, † na quinta da Aveleira em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 13-9-1626.

= com Lourenço Fernandes Anes ou Neto, Capitão-mor de Algodres, serviu de testemunha em diversos casamentos em Sobral Pichorro entre 20-3-1602 e 8-12-1607, † na quinta da Aveleira em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 9-3-1609, filho de Fernão Anes e de Leonor Fernandes, † em Sobral Pichorro, Fornos de Algodres, Guarda a 31-3-1632. (ver SOVERAL de Sernanacelhe em Viseu e de Fornos de Algodres na Guarda, n.º VIII, onde vem a sua ascendência)

Filha:

1 (XII) Francisca Tenreiro, que segue.

XII – FRANCISCA TENREIRO, que viveu com seu marido na quinta da Aveleira, em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres.⁶⁷

* cerca de 1605, † em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 10-4-1668

= em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 8-8-1627⁶⁸ com Inácio Ferreira [Manuel]⁶⁹, Δ em S.^{ta} Maria, Celorico da Beira, Guarda a 9-2-1603, filho de

⁶⁵ cf. Luís Soveral Varella, op. cit., pp. 193-194.

⁶⁶ cf. Felgueiras Gaio (Manuel José da Costa) - Nobiliário das Famílias de Portugal, 2ª edição, Braga: Carvalhos de Basto, 1989, vol. XII, tomo IV de costados, árvore 118, n.º 4, p. 526; Padre Manuel Cabral - Relação verdadeira que veio da Casa de Lagiosa trº da v.^a de Celorico e da hi passarão a d.^a v.^a e varias terras desta Prov.^a da Br^a (manuscrito datado de 1723); e Luís Soveral Varella, op. cit., pp. 78, 195-196; Óscar Caeiro Pinto, op. cit., pp. 192, 195-196.

⁶⁷ cf. Óscar Caeiro Pinto, op. cit., pp. 197-198.

⁶⁸ cf. ANTT, Registos Paroquiais, S. Sebastião de Maceira, Fornos de Algodres, livro n.º, fl.



Domingos Manuel de Carvalho, * cerca de 1560 e de Catarina Ferreira. (ver CARVALHOS MANUEIS, de Celorico da Beira n.º VII e SOVERAL de Sernanacelhe em Viseu e de Fornos de Algodres na Guarda, n.º VIII, onde vem a sua ascendência).

BIBLIOGRAFIA

1 - MANUSCRITAS E NÃO PUBLICADAS

1.1 - Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

- Memórias Históricas e Genealógicas da Casa de Santa Eulália e seu solar, dividida em duas partes, que fazem outras tantas épocas do estabelecimento e duração da Casa”, redigidas por um seu descendente em 1788 e acrescentada por outro depois de 1834
- Real Mesa Censória Genealogias, Maço n.º 1, n.º 328, documento n.º 161, § 2, n.º 6, do I

2 - FONTES SECUNDÁRIAS

2.1 - Monografias

- ALBUQUERQUE, Eduardo Manuel Abreu Cerveira de - Os Carvalhos Manueis de Celorico da Beira: Subsídios para o seu estudo, in Beira Alta: revista trimestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta / propr. e ed. Junta de Província; dir. Alexandre de Lucena e Vale J., Vol. LVII, N.º 3 e 4, 1997
- ÁRIAS, José Francisco Correa - A Casa de Andrade 1160-1560: Nobreza, mentalidade e ideologia na Galiza baixo medieval, Editorial Toxosoutos, 2009
- BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira - Cartas de brasão de armas II, Lisboa: Dislivro, 2003

⁶⁹ cf. Manuel Ramos de Oliveira, op. cit., pp. 118-119 Manuel Ramos de Oliveira, op. cit., pp. 118-119. e Eduardo Manuel Abreu Cerveira de Albuquerque, op. cit., pp. 470-471.

- CABRAL, Padre Manuel - Relação verdadeira que veio da Casa de Lagiosa trº da v.ª de Celorico e da hi passarão a d.ª v.ª e varias terras desta Prov.ª da Brª (manuscrito datado de 1723)
- GAYO, Felgueiras (Manuel José da Costa) - Nobiliário das Famílias de Portugal, 2ª edição, Braga: Carvalhos de Basto, 1989, vol. III, Tomo IX, vol. IV, tomo X, Xº vol. (Tomos XVIII e XIX), título Souzas, vol. XII, tomo IV de costados, árvore 118, n.º 4
- GONÇALVES, Eduardo Osório - Ribeiros de Fornos de Algodres e Santa Eulália, in Raízes da Beira: Genealogia e Património da Serra da Estrela ao Vale do Mondego, vol. II, 1ª edição, Lisboa: Dislivro Histórica, 2006
- MARQUES, José Pinheiro - Terras de Algodres: concelho de Fornos, Lisboa: [s.n.], 1938 (Lisboa: - Tip. da Empresa do Anuário Comercial)
- MORAIS, Cristóvão Alão de - Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal), vol. IV, “Carvalhos de Cernancelhe”, vol. V, “Saraivas de Trancoso”, Braga: Edições de Carvalhos de Basto, 1938
- OLIVEIRA, Manuel Ramos de - Os Carvalhos de Celorico, in Beira Alta: revista trimestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta / propr. e ed. Junta de Província; dir. Alexandre de Lucena e Vale, Vol. VI, fascículo II, 2º Trimestre, 1947
- PINTO, Óscar Caeiro - A ligação genealógica dos Tenreiros ao termo de Fornos de Algodres, in Cadernos Barão de Arêde - Revista do Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho, N.º 3 (Janeiro-Março 2015), 2015
- SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de - «A Família de Martim Afonso de Sousa “o da Batalha Real”: A disparidade do tempo», in Armas e Troféus, II série, Braga-Lisboa: Instituto Português de Heráldica, tomo VI, 1965
- SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de - «A Família de Martim Afonso de Sousa, “o da Batalha Real”: Os Filhos», in Armas e Troféus, II série, tomo VII, n.º 1, [s.l.]: Instituto Português de Heráldica, 1966
- SOUSA, D. António Caetano de - História Genealógica da Casa Real Portuguesa, vol. XIV (Tomo XII, Parte II), Lisboa: QuidNovi-Público-Academia Portuguesa de História, 2007
- SOVERAL, Manuel Abranches de - Ensaio sobre a origem dos Proença, Porto, 2010, in http://www.academia.edu/1036120/Ensaio_sobre_a_origem_dos_Proença
- VARELLA, Luís Soveral - Os Soveral da Beira: de Algodres a Sernancelhe, Viseu, Canas de Senhorim e Oliveira do Conde, Porto: Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona, 2012
- VELOSO, Agostinho Sá - “Famílias da Província da Beira”, manuscrito do século XVIII



ÁRVORE DE COSTADOS N.º 1

1. **PEDRO CERVEIRA DA CUNHA**, Capitão-mor de Algodres, Senhor da Quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda.

N. S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 6-7-1654.

F. S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 5-2-1734.

| 65

PAIS:

AVÓS

BISAVÓS

2. **João Cerveira da Cunha**, Sargento-mor de Algodres Senhor da Quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda

N. S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 15-12-1619.

F. S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 31-12-1664.

C.

3. **Maria Tenreiro**

B. S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 11-6-1628.

F. S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 8-10-1708.

4. **João Cerveira da Cunha**, Ouvidor do 4º Conde Linhares, Senhor da Quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda

N. , F. S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 21-11-1639

C. S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 3-9-1618 c.

5. **Maria Cerveira da Cunha**, Senhora da Quinta dos Telhais, S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda.

N. , F. S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 29-11-1639.

6. **Inácio Ferreira [Manuel]**

B. S.ª Maria, Celorico da Beira, Guarda a 9-2-1603

F.

C.

7. **Francisca Tenreiro**

N. c. 1605.

F. S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 10-4-1668.

8. **João Cerveira da Cunha**

N. em Leiria ou S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda.

C.

9. **Maria Simões**

N. Vila Garcia.

10. **Gaspar Cerveira da**

Cunha, Bacharel e Licenciado em Cânones (1572 e 1586), Abade de Cavernais no termo de Viseu.

N. Linhares

C.

11. **Leonor Correia**

12. **Domingos Manuel de Carvalho**

N. c. 1560.

C.

13. **Catarina Ferreira**

14. **Lourenço Fernandes Anes**, Capitão-mor de Algodres

C. na Quinta da Aveleira, em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres

15. **Jerónima Tenreiro**

N. c. 1555.

ÁRVORE DE COSTADOS N.º 2

10. **GASPAR CERVEIRA**, Bacharel e Licenciado em Cânones, Abade de Cavernais no termo de Viseu.

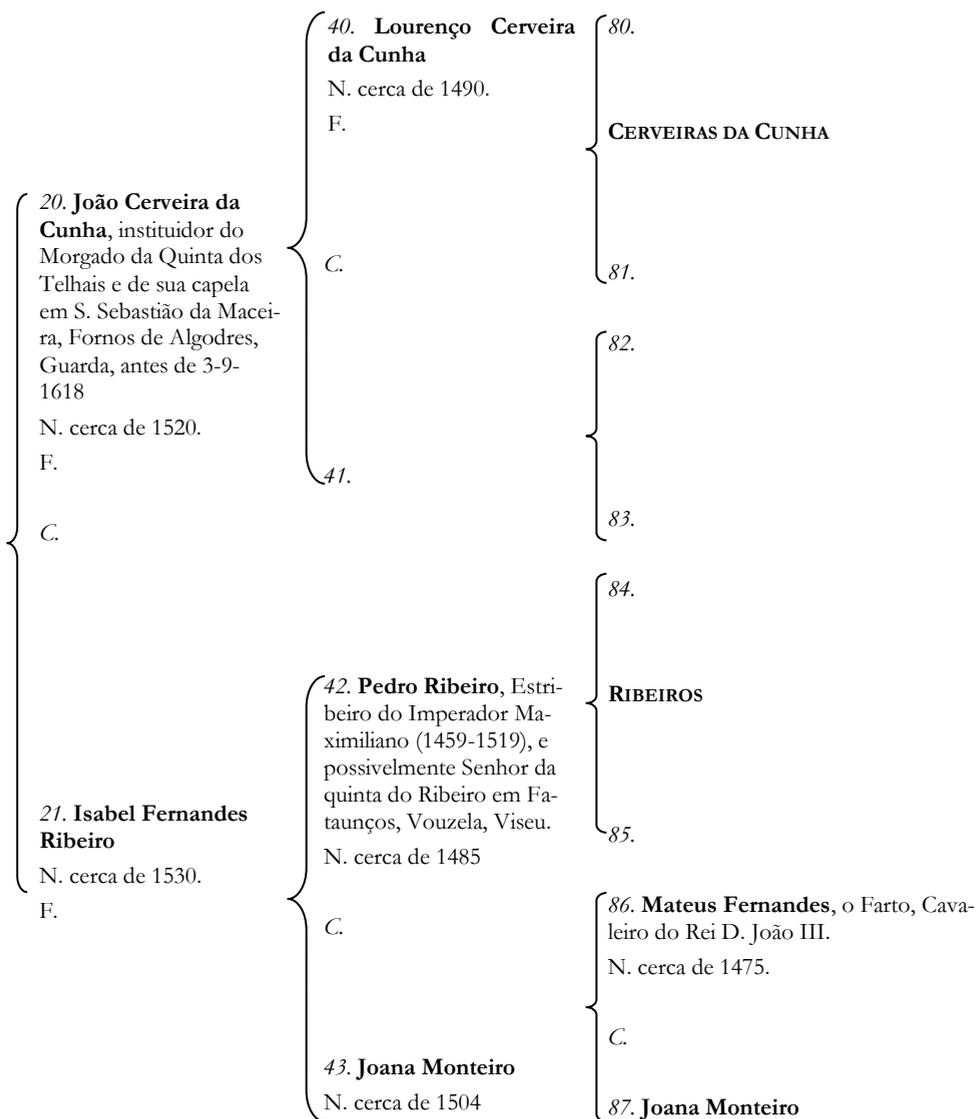
N. Linhares ou Coimbra.

F.

TRISAVÓS

TETRAVÓS

QUINTOS-AVÓS





ÁRVORE DE COSTADOS N.º 3

12. DOMINGOS ANES DE CARVALHO

N. cerca de 1560.

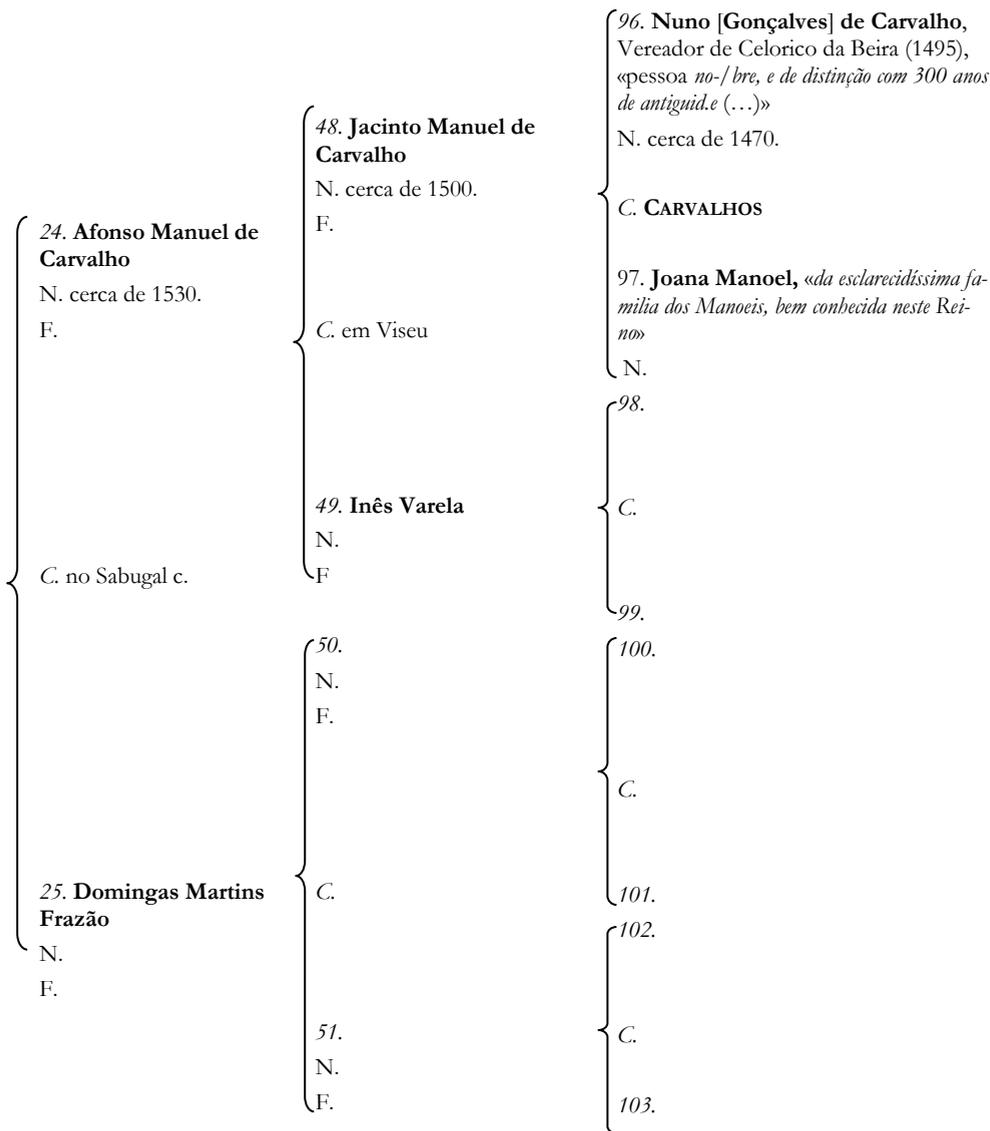
F.

TRISAVÓS

TETRAVÓS

QUINTOS-AVÓS

| 67



ÁRVORE DE COSTADOS N.º 4

15. **JERÓNIMA TENREIRO**, segundo o manuscrito genealógico do padre Manuel Cabral, da Companhia de Jesus, procedia da «antiga e nobre Casa de Sobral Pichorro».

N. cerca de 1555.

F. quinta da Avelreira em S. Sebastião da Maceira, Fornos de Algodres, Guarda a 13-9-1626

TRISAVÓS

TETRAVÓS

QUINTOS-AVÓS

30. **Simão do Soveral**, Escudeiro de Fornos de Algodres (1538), nesse ano (1538), partiu na nau S.^{to} António para a Índia, onde foi armado cavaleiro, Senhor da quinta de Figueiró e do Morgado da Muxagata.

N. cerca de 1520.

F.

C. por volta de 1541 c.

31. **Beatriz Vaz Tenreiro** ou **Jerónima** (ou **Joana**) **Lopes Tenreiro**

N. cerca de 1523.

F.

60. **Gonçalo Afonso**, Vereador do Senado da Câmara Municipal de Fornos de Algodres e Senhor do Morgado de Muxagata.

N. cerca de 1495.

F.

C.

61. **Catarina do Soveral**

N. cerca de 1500.

F.

62. **Gaspar Tenreiro**, Cavaleiro da Casa de D. Fernando de Noronha e tabelião de Matança em Fornos de Algodres (1533).

N. cerca de 1493.

F.

C.

63.

N.

F.

120. **João Afonso**, Tabelião do Público e Judicial do concelho de Fornos de Algodres (1513)

N. cerca de 1465.

C. **SOVERAL**

121.

N.

122. Padre **Pedro Anes [do Soveral]**, clérigo e morador em Algodres.

N. cerca de 1470.

C. **SOVERAL**

123.

124. **Gil Afonso Tenreiro**, Escudeiro, Tabelião do Público e Judicial de Pena-verde (1522) e tabelião de Matança em Fornos de Algodres, morador no termo de Sernancelhe

N. cerca de 1468.

C. c. **Tenreiro**

125.

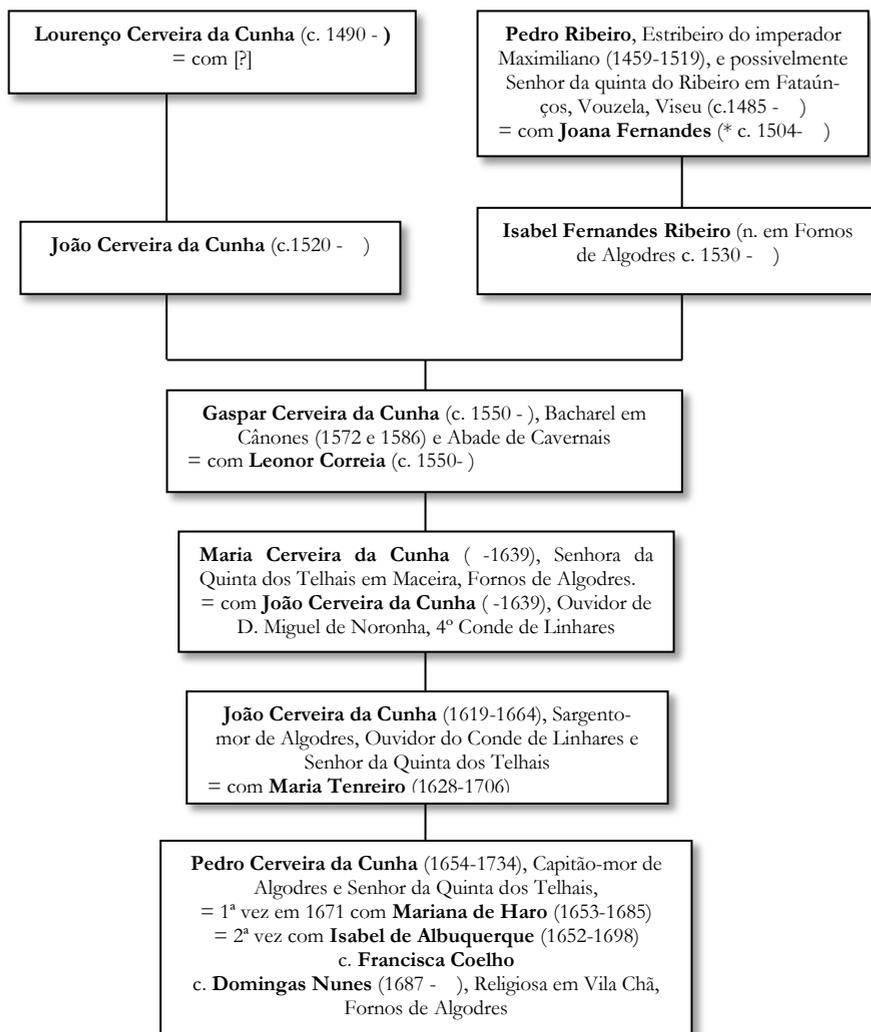
126.

N.

C.

127.

ANEXO CERVEIRA DA CUNHA-RIBEIRO



ANEXO CARVALHO – SOVERAL - TENREIRO



Carvalho

Diogo Gonçalves (ou Rodrigues) de Carvalho (c. 1433 -)
= com **Teresa Dias [Maldonado]**

Nuno [Gonçalves] de Carvalho (c. 1470 -), Vereador de Celorico da Beira (em 1495), *«pessoa nobre, e de distinção com 300 anos de antiguidade (...)»*
= com **Joana Manoel** «da esclarecidíssima família dos Manoéis, bem conhecida neste Reino»

Jacinto Manuel de Carvalho (c. 1500-)
= em Viseu com **Inês Varela**

Afonso Manuel de Carvalho (c. 1530 -)
= no Sabugal com **Domingas Martins Frazão**

Domingos Manuel de Carvalho (c. 1560 -)
= na quinta de Lavandeira, S. Pedro, termo de Celorico da Beira, Guarda com **Catarina Ferreira**



Soveral

Fernão Pires do Soveral, 1º Senhor do Morgado de Sernancelhe em Viseu (1366), Vassalo dos reis D. Pedro I (1359) e de D. Fernando I (c. 1310 -)

João do Soveral, 2º Senhor do Morgado de Sernancelhe em Viseu, Escudeiro do Comendador do Casal na O. de Avis (c. 1355 -)
= com **Estefânia de Sousa** (* c. 1367-)

Afonso Anes do Soveral, Escrivão dos Feitos e Sisas de Fornos de Algodres e de Figueiró da Granja (1443 e 1450), Tabelião do Cível e Crime da mesma vila (1443) (c. 1395 – m. cerca de 1468)

Gonçalo Afonso, Tabelião de Fornos de Algodres (1482) e Escrivão de Figueiró da Granja (1482) (c. 1440-)

João Afonso, Tabelião do Público e Judicial do concelho de Fornos de Algodres (1513) (c. 1465 -)



Tenreiro

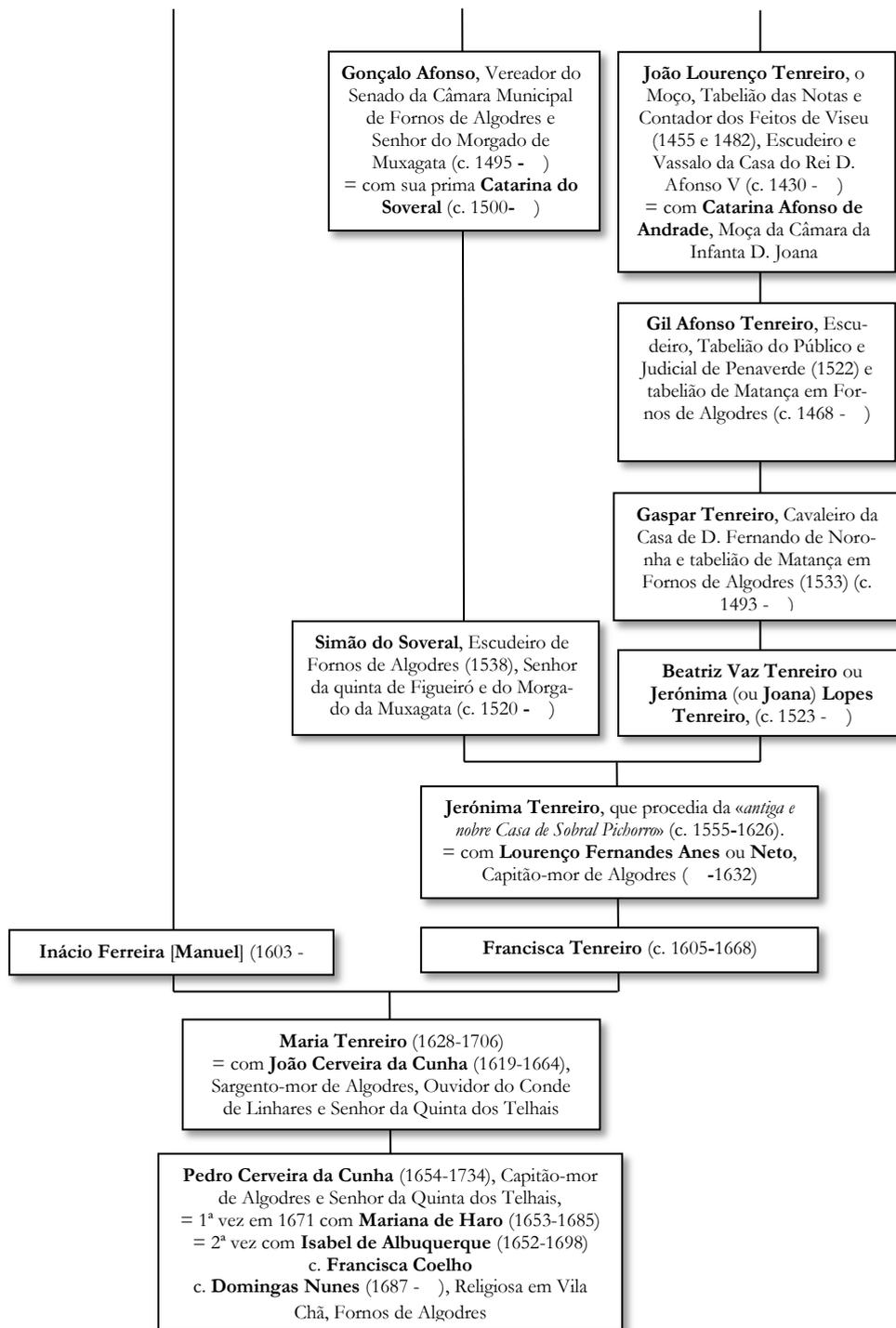
Diogo Lopes Tenreiro, Alcaide-mor da Corunha
= com **Aldara Fernandes de Andrade**

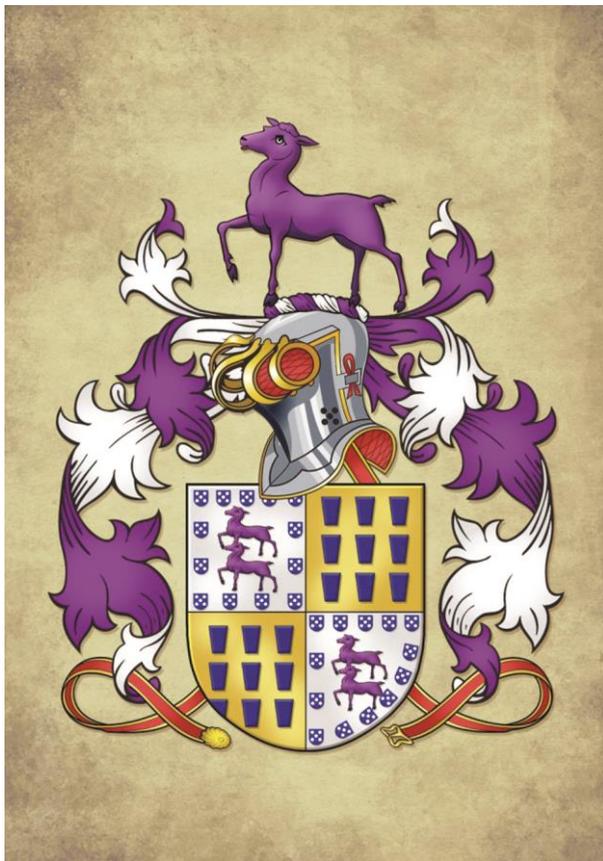
Afonso Tenreiro, Mestre da Ordem de Cristo, Alcaide-mor de Miranda do Douro (1384-1385) e do castelo de Penas Róias (1383)
= com sua prima direita **Maria Tenreiro**

Vasco Afonso Tenreiro, que viveu na vila de Fronteira

Lourenço Vaz Tenreiro (n. Fronteira-)

João Lourenço Tenreiro, Tabelião das Notas e Contador dos Feitos de Viseu (- m. antes de 21-7-1445)





Armas usadas pelos descendentes de Pedro Saraiva e Cerveira (- 1774), nomeadamente pelo seu ramo Marques Antunes, desenho de Luís Camilo Alves – Reídamas



GENEALOGIA

OS MORGADOS DE
SANTA COMBA
EM S. MIGUEL DE
LOBRIGOS, PENAGUIÃO

| 73

*por Vítor Manuel Pacheco
Guedes*

**OS MORGADOS DE SANTA COMBA
EM S. MIGUEL DE LOBRIGOS, PENAGUIÃO
ENSAIO GENEALÓGICO**

*por Vítor Manuel Pacheco Guedes
Porto, 2015*



INTRODUÇÃO

O Morgado de Santa Comba foi instituído no ano de 1462 por Gonçalo Vaz Guedes, em seu filho Gonçalo Vaz, o moço, na Capela que edificou na Igreja de S. Miguel de Lobrigos, no lugar de Santa Comba, Concelho de Penaguião. Este Morgado foi também conhecido pelo Morgado dos Guedes tendo percorrido muitas gerações e perdurado por mais de 300 anos. O ensaio genealógico aqui apresentado é um contributo para a história desse Morgado, das famílias envolvidas na sua posse e das peripécias havidas na sua transmissão. Como se verá, o período de domínio Filipino espanhol em Portugal (1580-1640) teve forte influência no desenrolar desta história.

Além dos Guedes, os Borges, Pinto, Vaz, Alcoforado e Mesquita são alguns dos apelidos mais representados nestas genealogias, desenrolando-se sobretudo nos Séculos XVI e XVII e abrangendo os Concelhos de Penaguião, Mesão Frio, Régua e Lamego, junto ao Douro.



ÍNDICE

[Agradecimentos]

1. Santa Comba de Lobrigos
2. Instituição do Morgado
3. A origem dos Guedes em Penaguião
4. Os primeiros Morgados
5. A desavença e a não sucessão
6. O herdeiro que não foi Morgado
7. A sentença
8. Linha dos legítimos Morgados
9. Linha dos pretendentes ao Morgado
10. Os Borges de Penaguião
11. Linha dos novos Morgados
12. Convergência
13. O último Morgado

[Referências e Bibliografia]

[Esquemas Genealógicos]

| 75

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

- FSO, Familiar do Santo Ofício
COX, Cavaleiro da Ordem de Cristo
FCR, Fidalgo da Casa Real
c. – cerca de
f. – filho(a) de
n. – nascido(a) em
c.c. – casou com
s.m. – sua mulher / seu marido
c.g. – com geração
s.g. – sem geração
n.p. – neto paterno de
n.m. – neto materno de
s.m.n. – sem mais notícia



[Agradecimentos]

Gratidão...

Ao meu bisavô Manuel Guedes Osório, natural de Loureiro, na Régua, de quem herdei o apelido. Quis o meu pai Guedes da Silva, a quem agradeço também, dar o Guedes aos filhos, e não o Silva, pela estima e preferência que tinha ao avô Guedes!

Às Guedes que como eu herdaram o apelido e me rodeiam no dia-a-dia e a quem este ensaio subtraíu alguma da minha atenção, a minha mulher Cláudia, a mãe Laura, e as filhas Leonor, Benedita e Constança.

À Dra. Maria Teresa de Aragão, na disponibilidade e gentileza bem como na partilha de alguns dos conteúdos presentes neste estudo e sobretudo das memórias.

A Fabrício Gerin, do Brasil, na ajuda na pesquisa e sistematização de alguns dos elementos apresentados, tendo ele, como eu, laços de parentesco com as famílias deste estudo.

Ao Arq. Fernando Abrunhosa de Brito, um apoio constante na elaboração deste trabalho, quer pelos livros que me foi emprestando na pesquisa quer pelo incentivo permanente na conclusão do estudo

[...]

— Se me perder, a santidade e a grandeza do fim que aqui me trouxe vale bem esse sacrifício!

— Eu por mim não lho agradeço!

— Nem eu preciso!

[...]

“AMANHÃ”, 1901
ABEL BOTELHO

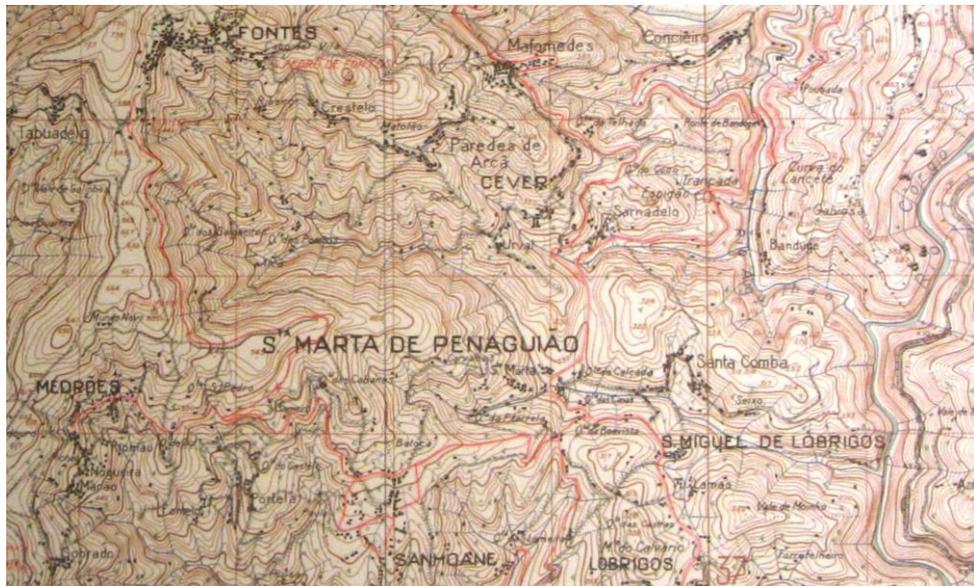
1. SANTA COMBA DE LOBRIGOS

Comecemos pelo espaço, a terra.

Santa Comba é um lugar, uma aldeia, situada na antiga freguesia de S. Miguel de Lobrigos, que desde a reorganização administrativa do território (Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio) passou a ser União das freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, no Concelho de Santa Marta de Penaguião.

Diz-nos a história, ser este Concelho o prolongamento temporal das Terras de Penaguião, espécie de divisão administrativa que na baixa idade média (sécs. XI -XIV) compreendia o território existente entre os rios Douro e Corgo, a Serra do Marão e as Terras de Panóias (Vila Real). Englobava assim a área actual do Concelho de Santa Marta de Penaguião e parte significativa dos concelhos de Peso da Régua e Vila Real.

No mapa cartográfico desta região de 1951, podemos ver a localização de Santa Comba logo acima de S. Miguel de Lobrigos.



| 77

Hoje existe no local uma estátua a lembrar a Santa Comba, na Ermida que se pensa ser o seu local original, estando supostamente a imagem antiga guardada na capela da Quinta da Mitra, alguns metros ao lado da sua irmã mais nova.



E o que vê esta Santa? Um pouco à frente, na parede da casa da Quinta do Lamego o brasão com as armas dos Guedes, a relembrar toda a história que aqui se conta.



2. INSTITUIÇÃO DO MORGADO

A instituição de morgados (ou morgadios) foi uma forma institucional e jurídica para defesa da base territorial da nobreza e perpetuação da linhagem que se desenvolveu sobretudo a partir do século XIII. No regime de morgadios os domínios senhoriais eram inalienáveis, indivisíveis e insusceptíveis de partilha por morte do seu titular,

transmitindo-se nas mesmas condições ao descendente varão primogénito ou, na falta deste, a outras pessoas segundo uma ordem de sucessão estritamente estabelecida. Casos haviam, em que para se suceder numa destas propriedades, era obrigatório o uso de determinado apelido (habitualmente, o do instituidor). Ao titular do morgado chama-se igualmente morgado.

Assim, o conjunto dos bens dum morgado constituía um vínculo, uma vez que esses bens estavam vinculados à perpetuação do poder económico da família de que faziam parte, ao longo de sucessivas gerações. Esta instituição vincular tem origem na legislação castelhana e, embora seja adoptada pelo reino de Portugal antes, só entra na legislação portuguesa com as Ordenações Filipinas de 1603. O morgadio difundiu-se como uma forma de contrariar o empobrecimento das famílias devido às sucessivas partilhas, servindo, assim, para manter o seu ramo principal com o suficiente estatuto económico-social. A instituição de morgadios estava normalmente associada à instituição de capelas e ao cumprimento dos chamados “bens de alma” definidos pelo instituidor, sendo esta também uma razão para a sua difusão. O empobrecimento dos filhos não primogénitos foi uma das razões que levou à sua extinção em Portugal, no reinado de D. Luís I, por Carta de Lei de 19-5-1863.

Gonçalo Vaz Guedes, o velho, foi o responsável pela instituição do Morgado de Santa Comba no ano de 1462, - sentença da Instituição no Registo de El Rei D. João I, fol. 38 - em seu filho Gonçalo Vaz, o moço, na Capela que edificou na Igreja de S. Miguel de Lobrigos, no lugar de Santa Comba, Concelho de Penaguião. Este Morgado foi também conhecido pelo Morgado dos Guedes.

Transcreve-se abaixo o texto integral do referido registo, retirado dos Livros da Família dos Guedes¹.

“Saibam quantos esta pública escritura de Instituição virem, como aos dez dias do mês de Novembro do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1462 em Santa Comba de São Miguel nas moradas de Gonçalo Vaz Guedes de Tabuado Escudeiro estando ele dito Gonçalo Vaz Guedes presente com todo o seu juízo e entendimento comprido que lhe Deus deu ele disse que podia haver dois meses pouco mais ou menos que ele fizera seu testamento solene em o qual declarara e mandara ante as outras coisas no dito testamento declaradas que seus filhos e herdeiros não tornassem de fazer o que ele dito Gonçalo Vaz Guedes mandava, e destinava fazer para seu Jazigo e de seu Pai e Mãe e herdeiros na Igreja de S. Miguel do dito lugar de Santa Comba, e por quanto no dito seu testamento não se declarou somente quantas missas se em cada um ano bajam de dizer para sempre nem assim mesmo quem da dita Capela seja

¹ Estes livros, referidos várias vezes ao longo deste estudo, encontram-se no Arquivo Distrital de Viseu num Fundo de Família. A Sr.^a D. Maria Teresa de Aragão Vasconcelos Osório, de Lamego, vendeu ao ADV dois livros. O primeiro, é composto por documentos que se prendem com a história nobiliárquica da família. O outro, é cópia integral de todos os documentos constantes do primeiro livro, autenticado pelo escrivão da provedoria.

Administrador nem declarou as coisas que na dita Capela dotaria para que se haja de tudo fazer, e por que aos depois não possa ver sobre ele alguma duvida, ou alguém entre dos herdeiros dele dito Gonçalo Vaz Guedes disse, e declarou tudo em esta maneira como adiante fez menção == Primeiramente disse, e mandou, e instituiu a dita Capela se edificar e fazer na dita Igreja de S. Miguel a onde seu corpo manda lançar e que por as rendas e coisas que a dita Capela dota se digam em cada um ano na dita Igreja, e Capela para sempre cinco missas, quatro rezadas e uma oferecida por dia de S. Miguel de Setembro com a vestimenta e cálice que mandou fazer, e no dito seu testamento tem declarado, e acabadas as ditas missas de dizer por o dito dia venham os Clérigos que as disserem dizer um Responso de finados sobre sua Sepultura com sua Oração encomendando em ela sua Alma e de seu Pai e Mãe e daqueles a que for obrigado e para se a dita Capela haver de manter e cantar que para ele tomava e dotaria e instituía para sempre a sua Quinta de Santa Comba em que ele dito Gonçalo Vaz Guedes mora a qual Quinta tomava para si em seu terço de seus bens com tudo o que a ela pertence, e seu era da dita Quinta, e que outrossim tornava mais para si em o dito seu terço a Quebrada do dito lugar de S. Miguel a qual ele deixa a dita Quebrada ao Abade ou Capelão da dita Igreja de S. Miguel para sempre, e porque assim deixa a dita Quebrada ao dito Abade ou Capelão eles ou cada um deles venham cada um de todos os Domingos e festas do ano para sempre com a Cruz, e água benta dizer um responso com sua Oração à dita Sepultura fazendo-se ele a dita Oração a ele dito Gonçalo Vaz e seu Pai e de sua Mãe e mulher e herdeiros. E ele dito Gonçalo Vaz Guedes instituiu como defeito instituiu por Administrador Gonçalo Vaz Guedes seu filho o qual em sua vida haja a dita administração e a dita Quinta, e frutos novos, foros, serventias e pertenças dela, e faça por tudo ter, e manter tudo pela guiza [maneira], que dito é, e por morte dele Administrador haja administração da dita Capela qualquer filho do dito Gonçalo Vaz Guedes que para ele entender que é mais pertencente, e esse fique por Administrador e assim de aí em diante em guiza que sempre a dita Capela e administração dela ande em os herdeiros varões descendentes do dito Gonçalo Vaz seu filho administrador, enquanto o hower aí descendentes varões não venha a dita administração a fêmeas e à mingua de descendentes varões se os aí não hower então venha a fêmeas e não havendo aí descendentes varões nem fêmeas em direito grau então venha a dita administração da dita Capela e do que para ele é, deixado aos herdeiros transversais e sempre venha aos herdeiro mais chegado indevido a ele dito Instituidor, e não havendo aí venham dos ditos herdeiros suso [acima] declarados, então venha a dita administração ao Abade da dita Igreja que então for e por tempos então forem, e acontecendo-se qualquer administrador assim homem como mulher que por os tempos forem, assim descendentes como transversal ou Abade que será negligente em cumprir e administrar tudo disto é ou forem pródigos, ou destruidores dos ditos bens, que então os Juizes do Concelho de Penaguião, que então forem provejam sobre ele e fação tudo arrecadar e haver para os cativos para rinimento deles; e disse mais que quer e manda que sempre a dita Quinta e Quebrada fiquem por forma e em jurisdição secular e fazendo-se a dita Capela e dizendo-se nela as cinco Missas e resposos e Orações como suso dito e declarado por os frutos da dita Quinta e Quebrada e o que mais remanescer além do que mando que se faça, que haja tudo para si o dito Administrador e os outros que por tempos forem e se

o Abade ou Capelão da dita Igreja não quiser dizer os ditos responsos e Orações que mando que digam por minha Alma, meu Pai, Mãe e Mulher e berdeiros por que mando que hajam a renda da dita Quebrada que então haja tudo o Ladairo [Procissão de penitência] da dita freguesia e Igreja e digam em cada um ano uma missa rezada com seu responso e Orações e acabado o dia do Ladairo e que vão com a Cruz e água benta dizer o dito responso e Orações sobre a Igreja e toda a fazenda da dita Quebrada haja o dito o Ladairo que são quatro libras de boa moeda e querendo o Abade ou Capelão da dita Igreja dizer os ditos responsos e Orações pela guiza que dito é, e pede por mercê o dito Gonçalo Vaz Guedes a El-Rei Nosso Senhor que se a isto for necessário sua autoridade e confirmação que lha dê e em testemunho dele o outorgou e mandou assim ser feita esta pública Escritura de Instituição, testemunhas que presente foram Vasco Anes o novo morador em parada de Pinhão termo de Vila Real, Jerónimo Novo seu filho e Álvaro Eanes morador nas Asoreiras [lugar de Sedielos] termo de Penaguião e eu Fernão de Torres Escudeiro del Rei Nosso Senhor e público notário fiel em todos os seus Reinos e Senhorios que este Instrumento de Instituição e outorgamento do dito Instituidor escrevi e em ele meu sinal fiz, que tal é.”

Em 12-3-1498, na Quinta de Santa Comba, de Gonçalo Vaz Guedes, estando presente Afonso Homem, Escudeiro da Casa de El-rei nosso Senhor, se fez **tombo da Capela e Herdamento** que edificou Gonçalo Vaz Guedes, Escudeiro, já defunto, morador que foi na dita Quinta, na maneira que adiante se resume.

“Primeiramente um monumento de pedra na dita Igreja de S. Miguel de Santa Comba que está à mão direita quando entram pela dita porta principal, junto com o arco da outra porta, no qual jaz o dito Gonçalo Vaz que a dita Capela edificou à qual deixou estas heranças que se ao diante seguem.

Uma Quinta de Casas que está no começo de Santa Comba, que tem uma casa sobradada; e outra casa também telhada; uma Quintam entre as ditas casas com dois alpendres telhados; um pardieiro pegado com as ditas casas; tem outro pardieiro e uma adega telhada que parte do fundo com a Ordem de Moura Morta e das outras partes com Herdades da dita Quinta; tem um lagar calmado; um serrado de Pomar; vinhas, castanheiros, oliveiras e sementeira de centeio, confrontando com Mancelos e S. Miguel; o olival parte de cima com a estrada e do fundo com o Ribeiro; tem outra leira de herdade com sementeira de cevada; uma leira de herdade que jaz à Portela de Santa Comba de sementeira de trigo e parte de cima com Sarnadelo [lugar em Fontes]; tem em Bangude [Bandugem?] outra leira de Souto; e mais leiras na Bandugem, Fontainhas, Devesa, Portela do Eiró, Oliveiras do Monte, Santa Maria das Leiras, Corredeira, S. João de Alpendurada e outra na Comieira; tem uma Quebrada que trás Martim Anes e paga cada ano 80 reis ao Capelão que serve a dita Capela para os merecer em responsos sobre a sepultura de Gonçalo Vaz, os quais dizem cada Domingo; tem uma Herdade a onde chamam S. Miguel; etc.”

3. A ORIGEM DOS GUEDES EM PENAGUIÃO

Passemos aos actores, e a seu tempo.

Os primeiros dos Guedes de que há registo são anteriores à nacionalidade. Faz-se aqui, resumidamente, uma breve apresentação dos elementos mais importantes desta linhagem até aos primeiros Morgados.

| 81

Os nobiliários antigos, nomeadamente o do Conde D. Pedro [LAVANHA], título 30, e 61 n. 1, dão D. **Gueda Mendes**, o velho, Rico Homem, como o primeiro da linha dos Guedes, filho de D. Mem (ou Mendo) Gomes, morador em Toledo - Álvaro Ferreira de Vera nas Notas ao Conde D. Pedro, pla. 162. E mais nos informa o Livro Velho de Linhagens: “E D. Gueda casou com huma dona, e fege nella Mem Gueda e Oer Gueda”, e [MATTOSO] – “...a família dos Guedões. Parece terem vindo da região de Chaves, onde se documentam como descendentes de D. Gueda, o Velho, que devia viver no fim do século XI...”

E ainda [MATTOSO], confirma que um dos filhos de Mem Guedas, de nome **Gueda Mendes** foi governador da terra de Basto em 1132 e da de Panóias, que com aquela certamente acumulava, em 1139. E esteve ligado ao nascimento do Reino de Portugal, pois já desde 1103 frequentava a corte condal, e aí foi aparecendo até 1140. A confiança que D. Teresa nele depositava está bem expressa pelo facto de ter servido de intermediário no acordo que estabeleceu com D. Urraca, e a que lhe testemunhava Afonso Henriques por se lhe dirigir dizendo: “aquele que amo porque me foste sempre fiel”.

É este Gueda Mendes que obteve, em 1130, carta de couto do mosteiro beneditino de Refojos e que presenteou a S. Miguel, patrono desse mosteiro, com um belo cálice de prata datado de 1152, que ainda hoje se conserva em Coimbra, no Museu Machado de Castro.

Foi porém o irmão de Gueda Mendes quem deu continuidade à família, D. **Gomes Mendes Guedeão**, Rico Homem, que casou com D. Chamoá Mendes (de Souza) - Conde D. Pedro, título 30 n. 3 - e o mesmo livro nos diz que D. Gomes Mendes casou segunda vez com “*dona Moor Paaez filha de dom Paay Romeu o prestomeiro e de dona Samcha Amrriquiç de Portocarreiro, e fez em ella semel ...*”

É também a este Guedeão que se atribui a fundação de Penaguião e a Igreja de S. Miguel (de Lobjigos). Esta terá ocorrido nas últimas décadas do séc. XII, o que está de acordo com as informações fornecidas nos Livros da Família Guedes sobre a existência de um pergaminho antigo que relata essa história (ou lenda), e se apresenta em seguida:

“Treslado do Pergaminho Velho que se fez authenticico, com os registos Del Rey D. Afonso 3º que estão na Torre do Tombo a folhas 101, 102, e 105 do dito Rey”



Fundação de Penagion e Igreja de S. Miguel

“Como o Abbade de Sam Migel de Borba de Godim esquivasse um dia peitar colheita, e albergagem com boa cor, e franqueza, a Dom Gomes Mem Gedeom, por trager muita gente em saa companha, dixolhe que os Abbades nom guizarão Caldeira para as hostes, ne ele fora nunca contente de tal uzança. Ouvindo esto Dom Gomes, e os que ivam com ele creceulhe arebentina, e nom le catarão as Ordens, athá que alvorizou por seu malgrado, rezando a maldicon de Abiron. Entonces D. Gomes, que hera mui sanbudo, fijo hi rivar em terra aquela Igreja qua era fundaçom de saa avoenga, e el tomado de colera, mas tanto que este fijo se afriçio em seu Coraçom de mal feitoria, e se virou a Deus pelo perdon, mandou casar ao Mosteiro do Sobrado ao Padre que nello era mais sabido que se dizia Gil Affonço, o de seu concelho escreveo do padre Santo de Roma pregandolhe que le mandaçe absolviçom para el e para todos daquel peccado, cá era rico homem, e nom poderia leixar a suas terras, que aveia com a sua fadiga populadas, nem andar com todo seu pendon cavalla a Roma. Aprouge ao Padre Santo a tal razom, e mandoula, com condiçom que fignesse outra Igreja maior, e mais coragioza ao mesmo Santo Arcanjo, naquel, ou altro melho paradeiro, que travasse na saa terra, e le doasse mais arvores e erdamentos que acolantre aveia de primeiro, e que nom se alexasse da qual logo alli que todo fosse mui comprido, e que quando se finace fosse soterrado dentro della como le pregava, mas non na principal Capela ao pé do Altar, que hi queria que jouvessem ous Abbades da Igreja, e nom outra ossada salvo de Bispo ou Abbade, mas nom del, ne dos padrons que apos de Venecem aser da questa Igreja, para que se acordassem para sempre de honrar a Crogezia, e que por esto nom les quitava os demais proes, ne fagerem hi outra capella com altar, donde seus corpos jouvessem, se declarava que mancando semel no postrimeiro padron, nom era contente que ouvesse nella outro padron que o Bispo. O que todo nesta guiza le mandava em pena do seu peccado, e soto sua bençon. Do que todo Dom Gomes foi muito ledto, e em quanto fijo per esto mandamento a tal Igreja no logo em que hora jaz fixou cabel o seu padrom, e nom ouzou de lidear, pousava na saa Quinta onde nenhum dos seus o leixou, cá era dellos mui quarta, e huira hi tanta vivenda de gente que populou a queste logo na guiza, que sabedes da grande Villa, e por esta cajom deste tempo em cá ouve por nome = Penna Guedeom = E por que o Bispo Dom Martinbo Pirez na vezitaçom que ha pouco fijo por aqui trovou todo esto ser passado na guiza sopra declarada pregou o Juiz João Affonço, que feita inqueriçom de bons homes, e testemunhas que soubessem desto mandasse fazer de todo instrumento, por que a mingea del nom perdesse o juz que tinha para a Igreja de Sam Miguel mancando nella semel do postrimeiro padrom. E el o mandou fager a mim Tabalion, e eu o figi e firmei aqui com o meu nome em trez de Abril de MCCXXIX. + Pedro Folche I.º A.º Juiz.”

[PINHO LEAL], no seu “Portugal Antigo e Moderno”, corrobora esta informação no artigo de LOBRIGOS – freguesia, com o orago S. Miguel Arcanjo. Aí diz que o primeiro nome desta freguesia foi S. Miguel de Penaguião, cuja igreja matriz foi fundada em 1191 (1153 de Jesus Cristo) e mais refere que existe um documento na Torre do Tombo que diz o seguinte: “Entonces, D. Gomes, que era mui sanbudo (arreatado), fijo irivar



(derrubar) em terra, aquella igreja que era fundação de saa avoenga”. Passado algum tempo, D. Gomes, arrependido do que havia feito, mandou construir a igreja à sua custa. E mais diz falando sobre as sepulturas “Mas non na principal capella ao pé do altar : que hi queria que jovessem os abbades da egreja e non onyra ossada, salvo de bispo ou abbade, mas non d’el ne dos padrons que após el venessem para jouver”. Perante as semelhanças pensamos que se trata do mesmo documento.

Vários Guedaz, Guedas e Guedes se seguiram nesta linha descendente, Ricos Homens, Alcaldes de Olivença e Monsanto, etc., cujo detalhe não cabe neste estudo. Mas importa salientar o quicá mais famoso e referido de todos eles, **Gonçalo Vaz Guedes**, n. c. 1365, sempre assinalado por todos os Guedes como um marco de referência nas suas genealogias.

Este Gonçalo Vaz Guedes, ainda muito novo, acompanhou seu tio Gonçalo Vasques Guedes, Senhor de Murça, escudeiro vassalo de D. João I, em Aljubarrota, tendo-lhe aí sido concedido um honroso privilégio - mercê de “ajuda companhão” - para si seus filhos e descendentes no ano de 1423 (4-9-1423, Era de César, em 1385), casou **com D. Isabel de Melo** (Regimento da Torre do Tombo no primeiro Livro de Além Douro fol. 30).

A história ou lenda da origem do privilégio dado por D. João I tem por pano de fundo a Batalha de Aljubarrota e, que se conheça, não foi documentada pelo que não é possível confirmá-la. Mas é interessante! E como qualquer lenda, é possível que esteja próxima da verdade. Reza assim:

"Ajuda-me companhão"

«D. João, Mestre de Avis, a determinada altura, encontra-se em dificuldades e pede ajuda ao peão mais próximo gritando: "Ajuda-me companhão", pelo que este o fez de imediato. No final da batalha o rei procurou quem o tinha socorrido. Todos diziam que o tinham ajudado, mas ao perguntar-lhes a forma como tinha pedido ajuda, ninguém o sabia dizer. E foi um soldado, que se encontrava a comer em cima de um cavalo morto, que afirmou ter sido ele quem o ajudou, após o pedido de "ajuda-me companhão". D. João concedeu o privilégio de Ajuda-me Companhão a Gonçalo Vaz, o Moço, de Ermelo, por o ter auxiliado, e a todos os seus descendentes directos por linha varonil, os quais ficavam escusos de todos os encargos do concelho, [e com direito às] honras e privilégios, dados aos que são filhos dalgo como se fossem filhos de Donas e de cavaleiros de Espada à Cinta, mediante justificação da descendência e do pedido das regalias.»

E estamos chegados ao fundador do Morgado de Santa Comba, filho deste Gonçalo.

4. OS PRIMEIROS MORGADOS

1. c. 1400, **Gonçalo Vaz Guedes**, o velho, vassalo de El Rei D. João I (1385-1433) e Alcaide-mor de Monsanto, casou com **D. Isabel de Moraes Pimentel** [GAIO, Gue-



des, §1, N4], filha de Gil Afonso Pimentel, e de s.m. D. Leonor de Morais, Padroeiro do Convento de S. Francisco de Bragança, casou 2ª vez com **D. Maria Rodrigues**, conforme se vê nos Livros da Família dos Guedes. Em 1439, D. Duarte nomeia Gonçalo Vasques, do Tavoado, criado de João Rodrigues, para Meirinho da Correição de Trás-os-Montes (Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 18, fls. 105v). Gonçalo Vaz Guedes, escudeiro, foi o instituidor do Morgado de Santa Comba, nos termos já ditos acima. Teve os seguintes filhos todos do 2º casamento.

2. c. 1435, **Gonçalo Vaz Guedes**, segue.

2. João Vaz Francisco Guedes, que depois se chamou João Francisco Guedes vendo que seu pai instituíu o Morgado em seu irmão, Gonçalo Vaz Guedes, foi Abade de Lobrigos e alcançou Sentença em Roma sobre o Padroado da dita Igreja para seu irmão Pedro Vaz Guedes. Teve um filho espúrio chamado Gonçalo Vaz Guedes, deixou com geração.

2. Vasco Lourenço Guedes, Abade de Sedielos [GAIO]

2. Martim Vaz Guedes, Monge de S. Bento [GAIO]

2. c. 1450, Pedro Vaz Guedes, serviu no Toro (1-3-1476) e a D. João II, Sr. da Quinta de Cimo de Vila, em Sedielos, c.c. Ana Pinto da Fonseca, filha de Álvaro Gonçalves Pinto, 2º Morgado de Balsemão, e de s.m. Aldonça Rodrigues da Fonseca. Teve Carta de Privilégio de D. Afonso V, passada na Cidade do Toro em 29-4-1476, por “*nos haver de socorrer na Guerra com homens, armas e cavalos*” [GAIO, Guedes, §1 N5].

3. c. 1480, Joana Pinto da Fonseca c.c. Francisco Vaz Guedes Alcoforado, vai abaixo, no n.º 3.

3. c. 1485, Nuno Vaz Guedes c.c. Filipa Rodrigues Alcoforado, da Quinta da Rede – vid. “Azeredos de Mesão Frio” [PINTO MELO]

3. c. 1490, Gonçalo Vaz Guedes c.c. D. Catarina de Carvalho de Sousa (ou D. Maria Pinto), FCR, escrivão da câmara de Lamego

4. c. 1530, Pedro Guedes de Carvalho c.c. D. Joana Cardoso, da Casa de Cardoso, Concelho de Resende. Foi FCR, da Casa do Rei D. João III a quem o mesmo Rei confirmou a Carta de Privilégio concedida a seu pai e avô [GAIO, Guedes, §20 N7].

5. c. 1565, Francisco Guedes de Carvalho c.c. Clara da Fonseca, f. Nuno Vaz Guedes e de s.m. Joana da Fonseca de Carvalho, da casa do Souto d’ El Rei, junto a Lamego, moraram na cidade de Lamego.

3. c. 1495, Francisco Vaz Guedes, Licenciado, foi Sr. da quinta de Cimo de Vila, em Sedielos, onde viveu. Pelos serviços que seu pai ti-



nha feito se lhe deu o Foro de Fidalgo, e o hábito de Cristo com uma grande tença. Casou com D. Joana de Melo f. João Pinto de Almeida, e de s.m. D. Francisca de Melo. Deixou vasta descendência em Santa Maria de Sedielos e em Santo Adrião de Sever, nomeadamente os Guedes Ferraz.

2. c. 1435, **Gonçalo Vaz (ou Vasques) Guedes**, o moço, c.c. **D. Helena Rodrigues (ou Vaz) Alcoforado**, nascida c. 1440, filha de D. Filipa Rodrigues (ou Vaz) e de Rui Gonçalves Alcoforado, Senhor das Vilas de Bemposta e Roxas, em Trás-os-Montes, que lhe deu por mercê El-Rei D. João I, “*para ele e para todos seus filhos e netos, e descendentes legítimos que dele descenderem por linba direita*”.

Foi o **1º ADMINISTRADOR DO MORGADO DE SANTA COMBA** - Sentença do Morgado, registo no Livro de Além Douro folhas trinta, e confirmou em 17-11-1500 a mercê “ajuda companhão” do avô Gonçalo Vasques Guedes.

Em 1451, D. Afonso V nomeou Gonçalo Vasques Guedes, escudeiro do conde de Ourém, e a seu pedido, para o cargo de meirinho da correição da comarca de Trás-os-Montes, em substituição a Gonçalo Vasques, que estava doente, e em 1455, como escudeiro do Marquês de Valença, para o cargo de chanceler na comarca e correição de Trás-os-Montes, em substituição de Gonçalo Eanes, que morrera. Em 1458, D. Afonso V privilegiou a Gonçalo Vasques Guedes, escudeiro do Marquês de Valença, concedendo-lhe licença para nomear um escrivão que exerça por ele os officios.

Em 1475, D. Afonso V privilegiou Gonçalo Vasques Guedes, seu escudeiro, meirinho de Trás-os-Montes, por ser homem fidalgo e estar pronto a servir na guerra com homens, armas e bestas.

Em 1496, Gonçalo Vaz, escudeiro, foi nomeado meirinho na comarca de Entre-Douro-e-Mínho e Trás-os-Montes, tal como o até aqui foi de Trás-os-Montes por carta régia, mas não terá nunca exercido, pois no mesmo dia foi nomeado meirinho da comarca de Entre-Douro-e-Mínho André Pinto e em 1501, já tinha sido substituído na comarca de Trás-os-Montes pelo antedito André Pinto.

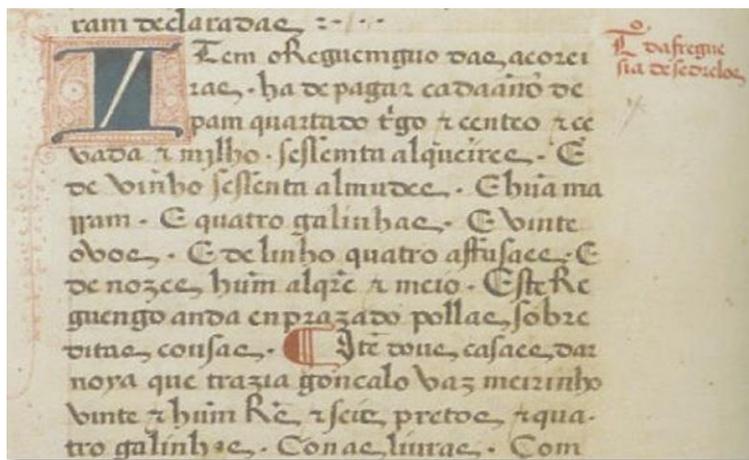
Em 1512, Gonçalo Vasques Guedes e Helena Rodrigues, sua mulher, fazem procuração para se cobrar de Diogo Fernandes Cabral ou do almoxarife de Lamego o que se lhe ficou a dever do ordenado de meirinho que serviu da correição de Trás-os-Montes.

Em 1519, no Livro dos Forais Novos da Comarca de Trás-os-Montes, Foral da Terra e Concelho de Penaguião e dos concelhos de Fontes e Godim seus anexos, - Carta de Foral dada por D. Manuel I em 15.12.1519 – no título da freguesia de Sedielos são mencionados “*dous casaes darnoya que trazia goncalo vaz meirinho*” (ver na figura abaixo), no título de Medrões, o Reguengo da fonte “*aforado a Gonçalo Vaz*” e um “*logar*” no de Loureiro.

No mesmo foral se observa que uma parte das terras de S. Miguel de Lobrigos, incluindo Santa Comba, era foreira do Mosteiro de S. João de Alpendurada.

E nos prazos do dito Mosteiro, guardados no Arquivo Distrital do Porto, encontram-se efectivamente a Quinta, Casal e Quebrada de Santa Comba bem como referências aos seus foreiros, muitos dos quais serão identificados ao longo deste texto.

*Extracto da Carta
de Foral de
Penaguião, em
1519, Título da
freguesia de Sedielos,
com referência a
Gonçalo Vaz
(Guedes).*



De Gonçalo Vaz Guedes e D. Helena Rodrigues Alcoforado conhecem-se os seguintes filhos:

3. c. 1470, **Francisco Vaz Guedes Alcoforado**, segue.

3. João Rodrigues Alcoforado, Senhor da Quinta de Sedielos, onde viveu com seu tio Vasco Lourenço Guedes, abade da Igreja de Sedielos. Foi Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Meirinho da Correição de Trás-os-Montes. Casou em Mesão Frio com Clara de Azevedo, com geração.

Nos livros de prazos de Alpendurada², está dito que nos prazos velhos sobre a Quebrada de Santa Comba de Lobrigos “há outro [prazo] a João Roiz Alcoforado, meirinho da Correição de Trás-os-montes com 100 R^z. de pensão”, com recibo nos anos de 1546 e 1547.

3. Vasco Lourenço Guedes, casou em Mesão Frio e aí morou com D. Catarina Teixeira, filha de Gonçalo Teixeira, com descendência.

4. c. 1490, Damião Guedes Teixeira, viveu em Mesão Frio, ali sendo Padroeiro da Igreja de S. Nicolau. Segundo Felgueiras Gaio foi tam-

² Os livros dos prazos do Mosteiro de São João Baptista de Alpendurada, no Marco de Canaveses, fazem parte do Fundo documental do dito Mosteiro, existente no Arquivo Distrital do Porto (ADP).



bém Senhor da Honra de Vila Marim, “*q fora de seus antepassados*”. Casou em Mesão Frio com D. Adezinha de Baião, c.g.

4. Gonçalo Vaz Guedes, Diogo Vaz Guedes e D. Catarina Teixeira, s.m.n.

3. Filipa Vaz Guedes c.c. João de Figueiredo [GAIO], com descendência do filho Gaspar Rodrigues nos Guedes de Figueiredo, em Lourentim, Lobrigos. | 87

3. Maria Vaz Guedes Alcoforado casou com Luís Mendes de Vasconcelos, natural do Porto. Viveu no Couto do Peso (Régua) como se refere na Sentença do Morgado de Santa Comba. Foi sua filha única D. Brites Mendes de Vasconcelos.

4. c. 1505, Brites Mendes de Vasconcelos (ou Vaz Guedes) c.c. Heitor de Moura Coutinho (n. c. 1500), herdou em 1545 o Assento da Igreja de Sedielos, vid. Prazos de Monchique³, que lhe deu Dona Beatriz de Vilhena, mulher de Pedro da Cunha Coutinho, “*pelo bem que ele e seus irmãos tinham servido a seu marido*”. Fez a dita Dona Beatriz de Vilhena seu testamento em 25-11-1545, cuja verba se acha no Livro das Chapas, fl. 51 n^o 52 [GAIO], c.g. nos Moura Coutinho.

3. Helena Vaz Guedes Alcoforado c.c. Aires Leitão, morou na Vila de Mesão Frio, c.g.

3. Gonçalo Vaz Guedes, morreu menino [GAIO]

3. Pedro Vaz Guedes, morreu menino [GAIO]

3. c. 1470, **Francisco Vaz Guedes Alcoforado**, viveu na Quinta da Várzea, em S. Miguel de Lobrigos, Moço Fidalgo, FCR de D. João II (1481-1495) até D. João III (1521-1557), **2^o MORGADO DE SANTA COMBA**, Sr. dos Padroados de S. João e S. Miguel de Lobrigos, c.c. **D. Joana Pinto da Fonseca**, sua prima direita, f. Pedro Vaz Guedes e D. Ana Pinto da Fonseca, já apresentados.

Foi foreiro do Casal de Santa Comba de Lobrigos, como consta dos Livros de prazos do Mosteiro de S. João de Alpendurada [ADP], onde se diz “*No livro do recibo ano 1546 está Francisco Vaz pelo Casal de Sta. Comba 100 R\$, parece que emprazou Gregório Guedes seu filho com mais 50 e assim está ano 1547 e 1575 onde está por letra nova António Guedes.*”

4. c. 1500, **Henrique Vaz Guedes Alcoforado**, segue.

4. c. 1505, António Guedes Pinto, teve demanda com Pedro Guedes, Senhor de Murça, sobre a fidalguia e apelido dos Guedes, e nela foi julgado como **Chefe dos Guedes**, neste Reino, no tempo de D. Sebastião, 1562, pelo de-

³ Os livros dos prazos do Convento de Madre de Deus de Monchique, no Porto, fazem parte do Fundo documental do dito Convento, existente no Arquivo Distrital do Porto (ADP).



sembargador Francisco Mendes de Brito, de que foi escrivão Manoel da Costa Botelho, dos quais autos se tirou esta ascendência [GAIO], e foi Senhor do Padroado de Lobrigos. Na sentença é referido como seu avô, Pedro Vaz Guedes, de Cimo de Vila, que na verdade era seu tio-avô, irmão de seu avô Gonçalo Vaz Guedes.

Foi Familiar do Santo Ofício (FSO), Fidalgo da Casa Real (FCR) e Morgado de Santo António de Sanhoane. Teve descendência não legitimada, tendo ficado a preferência em seu irmão Henrique Vaz Guedes, Chefe dos Guedes neste Reino.

4. c. 1510, Gregório (Vaz) Guedes Alcoforado, segue abaixo no Capítulo 10.

4. c. 1515, João Francisco Guedes, “*querem que se chamasse João Vaz Francisco e por ausência de Henrique Vaz apresentou na Igreja de São Miguel a demanda*” foi **Abade de Lobrigos**.⁴

4. Gonçalo Vaz Guedes (alguns querem outro) ”*que por morte de João Francisco Guedes e ausência de Henrique Vaz Guedes apresentou [a demanda] ao Abade Gonçalo Vaz Pinto*”, diz-nos os Livros da Família dos Guedes.

4. Nuno Vaz Guedes, segundo [GAIO].

5. A DESAVENÇA E A NÃO SUCESSÃO

4. c. 1500, **Henrique Vaz Guedes Alcoforado**, foi Senhor da Casa de seu pai e **MORGADO DE SANTA COMBA**, Escudeiro Fidalgo, Padroeiro de Lobrigos e Moço Fidalgo de El Rei D. João III, em 1550, acrescentado a fidalgo Escudeiro (1554). Viveu muitos anos (105!), como consta na demanda sobre o Morgado, e os mais destes anos homiziado pela morte de um Fidalgo muito aparentado e poderoso naquele tempo. Acoutou-se em Bragança, depois de alguns anos estar fora do Reino,

Casou 1ª vez c. **D. Ana de Moraes**, n. c. 1510, como consta nos Livros da Família dos Guedes, identificada em “Meirelles Barreto de Moraes” por [SOVERAL] como filha do Licenciado Fernão Gomes e de s.m. Isabel de Moraes (Cogominho), da qual teve geração feminina, e moraram em Sedielos.

Casou 2ª vez c. **D. Leonor da Fonseca Osório**, filha de Francisco Lopes de Mansilha, e s.m. Filipa Rodrigues da Fonseca, [GAIO, Guedes, §5, N5], e provável neta paterna de João Lopes de Mansilha, Sr. da Quinta de Lourentim, em Lobrigos, e de s.m. Filipa da Fonseca natural de Trancoso – que trato no ensaio genealógico “Mansilhas, Tronco e Ramos, de Oliveira, Mesão Frio” [GUEDES] e foram moradores no lugar de Gervide, em São Pedro de Loureiro.

⁴ Este João, assim como o seguinte seu irmão Gonçalo, parecem estar repetidos com os homónimos João e Gonçalo que vão acima como filhos do instituidor do Morgado. São porém apresentados quer por Gaio quer nos Livros da Família dos Guedes, pelo que não os omiti.

No tempo das alterações (1580) seguiu as partes do senhor D. António, Prior do Crato, e teve desgostos grandes com seu filho Cristóvão, Capitão-mor em Penaguião, por seguir o dito seu filho as partes de Castela e levantar voz e gente contra o dito Senhor D. António.

“Nos tempos em que estive ausente e homiziado, o dito Henrique deixou sua Casa, Morgado e terras encomendadas a seu irmão Gregório Guedes Alcoforado o qual lhe dava os rendimentos, e depois de morto o dito Henrique se levantou com o dito Morgado dizendo-lhe tinha dado mais, e por morte do seu sobrinho Cristóvão Guedes Alcoforado e depois de andar o dito Morgado em quarto possuidor alienado e dele muitas terras que ainda hoje estão mal vendidas por esses possuidores e tirou por demanda Pedro Guedes de Magalhães Alcoforado, bisneto do dito Henrique Vaz Guedes, a António Guedes de Carvalho, bisneto de Gregório Guedes Alcoforado, depois de durar a demanda entrepolada 40 anos e se deu sentença final em todas as instâncias pelo dito Pedro Guedes, no ano de 1646 em que lhe foi restituído.

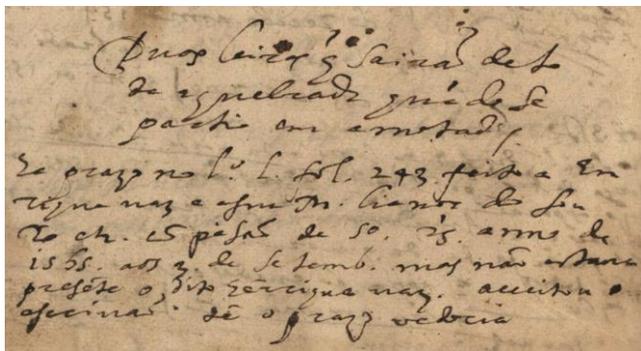
| 89

Este relato, retirado dos Livros da Família Guedes, é corroborado nos prazos de Lobrigos do Mosteiro de Alpendurada:

“Deste terço se pagam os 150 por Páscoa e também se lhe empraçaram os outros dois terços desta dita Quinta [de Santa Comba] com 300 mais de pensão se Gregório Guedes os tirasse a limpo porque andavam alheados, como ainda andam os que possui Francisco Pinto com pretexto de dizer que são de outro senhorio e que não pertencem a S. João de Pendurada. Finalmente no prazo acima se declara que lhe empraçamos toda a quinta mas que enquanto a demanda corre e não há sentença pelo Mosteiro se paguem somente os 150 e que havendo sentença pelo Mosteiro se pagarão 450 de renda em cada ano e de luctuosa além dos 450, cinquenta R\$ mais que fazem 500 de cada luctuosa.”

E noutro prazo se diz:

“Duas leiras que saíram desta quebrada [de Jagueiros, ou Casal da Ribeira] quando se partiu em metades. Há prazo no livro L, fol. 243, feito a Henrique Vaz e sua mulher Leonor de Osório com pensão de 50 R\$. Ano de 1565, aos 3 de Setembro mas não estava presente o dito Henrique Vaz, aceitou o escrivão, tem o prazo vedoria.”



Henrique Vaz Guedes Alcoforado faleceu em 5-1-1596 em Loureiro, seu filho Pedro Guedes por herdeiro e testamentário.



No restante deste capítulo apresenta-se resumidamente a descendência de Henrique Vaz Guedes até ao seu neto Pedro Guedes da Fonseca Alcoforado, cujo filho venceu a demanda e que seria portanto a linha legítima e herdeira do dito Morgado.

Filhos do 1º casamento de Henrique Vaz Guedes Alcoforado c. D. Ana de Moraes – o ramo de Sedielos:

5. c. 1538, Ana de Moraes casou com Domingos Gonçalves. Moradores no lugar das Asoreiras, em Santa Maria de Sedielos. Ana de Moraes faleceu em 7-2-1597 e Domingos Gonçalves faleceu em 20-11-1605, ambos em Sedielos.

Esta Ana de Moraes, e sua irmã Maria Guedes Alcoforado, são identificadas por [SOVERAL] – vid. “Meirelles Barreto de Moraes, das Casas do Pinheiro de Cête, Sermanha de Sedielos e Outeiro de Mouriz” como filhas de Henrique Vaz Guedes Alcoforado e D. Ana de Moraes, sua primeira mulher, o que seguimos. A cronologia, o local e os apelidos dos seus descendentes assim o confirmam, tendo-se mantido nas gerações seguintes os apelidos Moraes, Guedes e Alcoforado.

6. c. 1565, Pedro Guedes Alcoforado, c.c. Andresa Nunes e foram moradores no lugar do Covo (Covão), então um Casal pertencente ao lugar das Asoreiras em Santa Maria de Sedielos. Pedro Guedes faleceu em 4-2-1615 e Andresa Nunes em 27-9-1616, ambos em Sedielos, c.g.

6. c. 1570, Gaspar de Moraes, casado em 14-2-1593 em São Salvador de Medrões com Petronilha Coelho, filha de Simão Coelho e Isabel Afonso, manteira, do Sobrado de Medrões. Faleceu em Medrões em 19-12-1620 e Petronilha Coelho em 10-4-1630 (seu genro Gaspar da Fonseca por testamenteiro). Como seu irmão Pedro, acima, teve filha e neta ambas Ana de Moraes.

7. Ana de Moraes. Baptizada em 28-1-1598 em São Salvador de Medrões. Crismada em 1620 em Sedielos. Casada em Medrões em 21-1-1613 com João Ramalho, filho de Pascoal Pereira e Catarina Ramalha, das Asoreiras de Santa Maria de Sedielos, lugar onde foram moradores. Faleceu em 15-10-1646 em Sedielos. João Ramalho faleceu em 6-7-1663 em Sedielos. Tiveram muitos filhos entre Guedes e Moraes de entre os quais os três abaixo e ainda Catarina, Luísa Guedes, Clara Guedes, João Ramalho Guedes, Baltazar Guedes Alcoforado, Maria Guedes e Belchior Guedes:

8. Gaspar de Moraes Guedes. Baptizado em Medrões em 11-2-1614 e aí crismado em 30-10-1620.

Licenciado, documenta-se por várias vezes em Sedielos e em Medrões. **Abade em S. Miguel de Lobrigos**⁵ entre 1662 e 1686, ano em que faleceu no dia 15-11.

| 91

8. Petronilha Coelho. Crismada em 28-10-1620 em Sedielos. Ainda vivia em 1656.

8. Ana de Morais (Ana Guedes). Baptizada em 19-4-1623 em Sedielos. Era solteira em 1685.

6. c. 1570, Gonçalo Guedes Alcoforado. Casado com Maria de Queirós, natural do lugar de Peluqueiros em Santa Comba da Moura Morta. Moradores no lugar das Asoreiras. É possível que este Gonçalo Guedes tenha casado primeira vez com Isabel Fernandes, das Asoreiras, que se documenta como madrinha de baptismo em 1592 (dito: Isabel Fernandes mulher de Gonçalo Guedes das Asoreiras). Faleceu em 25-12-1631 em Sedielos. Maria de Queirós faleceu em 17-9-1669 em Sedielos, c.g.

6. c. 1575, Francisco de Morais (Francisco Guedes).

Foi várias vezes padrinho em Sedielos: em 1599, “*Diogo 1º de Domingos Glz e de sua segunda molber do Covo ... forão padrinhos Fr.co de Morais, 1º de D.os Glz das Açoreiras e Ana 1ª de D.o Glz da Ermida*”, repetiu em 1600, “*Francisco de Morais das Asoreiras, filho de Domingos Gonçalves dai*” e novamente em 1602, “*Catarina 1ª de D.os Glz do Covo e de sua molber C.na Fr.ca ... forão padrinhos Fr.co Gedes e M.a Vaz ãbos das Asoreiras*”.

Casado em 1602 em Sedielos (a assento paroquial não indica a cõnjuge), aí faleceu pouco depois, em 21-10-1604.

6. c. 1580, Dinis de Morais, Casado com Maria Álvares (Maria Pereira), crismada com seus filhos em 28-10-1620. Moradores no Outeiro de Cima e no lugar de Sermenha, em Santa Maria de Sedielos, tiveram três filhas Maria, Ana e Catarina e quatro filhos, António, Manuel, Francisco e Gonçalo, este último com descendência legítima.

7. Gonçalo de Morais. Baptizado em 1-6-1625 em Sedielos teve por padrinhos António de Almeida Carvalhais, filho de Francisco de Almeida Carvalhais, e Maria Guedes, filha de

⁵ A sua assinatura foi retirada dos assentos paroquiais de S. Miguel de Lobrigos dessa época.



António Guedes Alcoforado, que vão abaixo. Casado em 2-5-1647 em Sedielos com Páscoa Vieira filha de (?) e de Isabel Pereira, da Longra em Sedielos. Moradores no lugar de Sermenha, em Santa Maria de Sedielos. Páscoa Vieira faleceu em 19-5-1667 em Sedielos. Tiveram seis filhos.

5. c. 1540, Maria Guedes Alcoforado casou com Gonçalo Pereira, Morgado da Portela de Sedielos onde moraram com seus criados e escravos. Maria Guedes faleceu em 22-12-1593 em Sedielos. Gonçalo Pereira passou a segundas núpcias com Filipa de Barros de Santo André de Medim por volta de 1600. Gonçalo Pereira faleceu em 15-6-1614 em Sedielos e Filipa de Barros, faleceu em 1628 em Sedielos. Foram seus filhos:

6. Sebastião Pereira. Casado com Ana Correia, provável irmã de Leonor de Araújo casada com seu irmão Gonçalo Pereira. Ana Correia faleceu em 2-2-1616 em Santo André de Medim. Sebastião Pereira faleceu em 25-11-1632 em Santo André de Medim, c.g.

6. Maria Guedes. Casada em 24-7-1593 em Sedielos com **Diogo Borges**, filho de Diogo Rodrigues Rebelo e s.m. Antónia Borges, da Torre, de Loureiro (vid. Capítulo 10). Este casamento foi um dos vários entre Borges e Guedes durante o período em que o Morgado andou nas mãos de Gregório Guedes. Faleceu em 7-9-1598 em Sedielos já viúva de Diogo Borges, falecido em 11-5-1594 em Loureiro, e tiveram uma filha única, Catarina.

6. c. 1570, Gonçalo Pereira Alcoforado, casado em 27-7-1599 em Santo André de Medim com Leonor de Araújo, filha de Jorge de Gouveia e Ana Correia. Moradores no lugar da Portela, em Santa Maria de Sedielos. Gonçalo Pereira faleceu em 3-1-1631 em Sedielos. Leonor de Araújo faleceu em 14-11-1658 em Sedielos. Tiveram treze filhos, com descendência nos Almeida Carvalhais, dos quais se apresentam os três primeiros.

7. Maria Guedes Alcoforado. Baptizada em 1-6-1600 em Santo André de Medim. Casada em 29-5-1629 em Sedielos com Baltazar de Sequeira de Almeida, natural de S. Nicolau de Mesão Frio, filho de Francisco de Almeida Carvalhais (dispensados no 2º grau de consanguinidade). Baltazar de Sequeira de Almeida era seu primo direito, filho de Catarina Guedes Alcoforado. Tiveram dez filhos.

7. Gonçalo Pereira Alcoforado, baptizado em 17-9-1601 em Santo André de Medim. Casado com Mónica de Mesquita, irmã de Miguel de Mesquita, filhos de Maurício de Mesquita



e Ana Antónia, de Vila Real [GAIO, Carvalhos, §149, N10]. Moradores no lugar da Portela, em Santa Maria de Sedielos (Quinta da Portela). Mónica de Mesquita faleceu em 22-12-1652 e Gonçalo Pereira Alcoforado faleceu em 13-9-1666, ambos em Sedielos. Tiveram onze filhos.

7. Catarina Guedes Alcoforado, baptizada em 15-6-1603 em Santo André de Medim, casada em 29-5-1629 em Sedielos com Manuel de Almeida Carvalhais, filho de Francisco de Almeida Carvalhais (dispensados no 2º grau de consanguinidade). Catarina Guedes e sua irmã Maria Guedes (acima) casaram no mesmo dia com outros dois irmãos, Manuel de Almeida e Baltazar de Sequeira, seus primos, com vasta geração em ambos os casamentos. Salienta-se neste estudo a filha que viria a casar com um dos novos Morgados.

8. Maria Guedes de Sequeira, baptizada em 4-5-1643 em Sedielos e casada em 18-11-1665 em Sedielos com **André Borges de Mesquita**, Morgado de Santa Comba em S. Miguel de Lobrigos, pela linha dos Borges (vid. Capítulo 12).

6. c. 1575, Catarina Guedes Alcoforado, c.c. Francisco de Almeida Carvalhais, filho de João Monteiro de Almeida, tabelião em Mesão Frio, FCR [GAIO], e de sua mulher Francisca de Carvalhais. Moradores no lugar da Várzea, em Santa Maria de Sedielos. Catarina Guedes faleceu em 15-11-1624 em Sedielos.

Tiveram sete filhos de entre os quais Baltazar de Sequeira de Almeida e Manuel de Almeida Carvalhais, já acima referidos, casados com as irmãs Maria Guedes e Catarina Guedes, Alcoforadas, e o Capitão António de Almeida Carvalhais, a seguir.

7. António de Almeida Carvalhais. Baptizado em 12-2-1609 em S. Nicolau de Mesão Frio. Crismado em 28-10-1620 em Sedielos. Capitão de Cavalos (1645). Governador do Castelo de Bragança (1646). Governador de Salvaterra. Comissário Geral de Cavalaria (1657). General de Cavalaria. Fidalgo Cavaleiro (1665): Alvará a António de Almeida Carvalhais, natural de Penaguião, filho de Francisco de Almeida, de Fidalgo-cavaleiro com 1.600 réis de moradia por mês e 1 alqueire de cevada por dia, pelos serviços feitos como capitão-mor de Bragança e de Miranda. Alcaide-Mor de Melgaço. Casado com Maria de Araújo, filha de António Álvares de Araújo e



de sua primeira mulher Maria Pereira Alcoforado [GAIO, Amados, §2, N14]. Moradores no lugar das Asoreiras, em Sedielos, com vasta geração de Almeidas Carvalhais e Galafuras.

6. António Guedes Alcoforado. Casado em primeiras núpcias com Leonor Camelo. Moradores no lugar do Pedregal, em Sedielos. Leonor Camelo faleceu em 9-8-1632 em Sedielos e tiveram uma filha.

António Guedes Alcoforado passou a segundas núpcias em 13-6-1633 em Sedielos com Leonor Pinto de Figueiredo, filha de Belchior Pinto e Beatriz Mendes, já defuntos. António Guedes Alcoforado faleceu em 4-10-1634 em Sedielos. Leonor de Figueiredo casou segunda vez em 16-5-1637 em Sedielos, com António Álvares de Araújo, também viúvo e faleceu em 17-11-1668 em Sedielos (fez manda, em que deixou os bens móveis a seu sobrinho, o Padre Heitor de Moura).

6. Pedro Guedes. Foi padrinho em 1600 e faleceu em 10-1-1603 em Sedielos.

6. Beatriz Guedes. Faleceu em 19-1-1594 em Sedielos.

6. ... Pereira. Faleceu em 4-3-1594 em Sedielos.

6. Isabel Guedes. Faleceu em 11-7-1597 em Sedielos.

5. c. 1542, Catarina Guedes Alcoforado, que [SOVERAL] dá como irmã de Gonçalo Vaz Guedes, de Cimo de Vila, em Sedielos, filha de Francisco Vaz Guedes, e de s.m. D. Joana de Melo, já referido no nº 3, mas que nos parece ser antes irmã das Ana de Morais e Maria Guedes, que vão acima, quer pelo local onde morou quer pelo duplo apelido Guedes Alcoforado presente nos descendentes. Casou com Francisco Pinto o qual, tudo indica, seria filho de João Pinto, Senhor da Casa e Torre da Lagariça, Capitão-Mor de Aregos, e de Beatriz Machado. O “Textual Genealogico de cujos títulos se provam a Arvore dos Morgados de Velludo, e Collegio da Baeta” de Frei Teodoro de Melo [MELO], dá este Francisco Pinto como filho de Gonçalo Cochofel e Briolanja Pinto⁶ – o que não poderia ser pela cronologia. Moradores no lugar de Sermenha, em Santa Maria de Sedielos. Francisco Pinto faleceu em 1-8-1598 em Sedielos. Foram seus filhos:

⁶ Textual Genealogico de cujos titulos se provam a Arvore dos Morgados de Velludo, e Collegio da Baeta, de Frei Teodoro de Melo, fls. 126: 487 Huã escriptura de compra nas notas do Tabeliam em Aregos Ayres Teyxeyra em 12 de Junho de 1587. a folhas 12 da qual consta que Francisco Pinto filho de Gonçalo Cuchifer, e de sua mulher Briolanja Pinto cazou em Penaguão com Catharina Guedes, e teve huã filha Leoniza Pinto, a qual cazou em Villa Nova termo de Mesão Frio com Antonio de Medeiros.



6. Leonisa Pinto. Casada com António de Medeiros Pinto [GAIO, Pintos, §20, N11] e como também consta na “Árvore dos Pintos de Ribadouro”⁷. Moradores no lugar de Mouchinhos, em São Mamede de Vila Marim. Faleceram com cerca de quarenta anos de idade, Leonisa Pinto em 26-2-1605, António de Medeiros Pinto em 13-5-1605 em Vila Marim, c.g.

6. ? Maria Guedes. Casada com Baltazar de Freitas. Moradores no lugar de Sermanha, em Santa Maria de Sedielos. Baltazar de Freitas faleceu em 28-7-1605 em Sedielos. Maria Guedes faleceu em 1618 em Sedielos, c.g.

6. c. 1570, Beatriz Machado. Casada com Francisco Cardoso. Moradores no lugar de Sermanha, em Santa Maria de Sedielos. Beatriz Machado faleceu em 5-7-1632 em Sedielos. Francisco Cardoso faleceu em 16-7-1634 em Sedielos. Tiveram seis filhos.

6. c. 1573, António Pinto. Casado em 8-2-1593 em Santo André de Medim com Maria Guedes, filha de Gonçalo Guedes, da Portela. Moradores no lugar de Sermanha, em Santa Maria de Sedielos. António Pinto faleceu em 16-5-1632 em Sedielos. Maria Guedes faleceu em 18-11-1637 em Sedielos. Tiveram cinco filhas.

6. Amaro Pinto. Casado em 31-3-1596 em Santo Adrião de Sever com Isabel de Mesquita, filha de Fernão Pinto Ribeiro e Leonor de Mesquita, moradores em Mafômedes, Santo Adrião de Sever. Em 1612 Amaro Pinto era morador em Pousada, freguesia da Cumieira, conforme se refere no casamento de sua filha natural, Isabel Gonçalves, tida em Catarina de Moura, solteira, com Gaspar Dinis, de Bruñhais, Mesão Frio.

6. c. 1575, Francisco Pinto Guedes. Casado em 8-1-1596 em Sedielos com Andresa Nunes, filha de Gaspar Luís e sua mulher, do lugar das Asoreiras. Moradores no lugar de Sermanha, em Santa Maria de Sedielos. Em 1600 e 1614 foi padrinho de baptismos em Sedielos, juntamente com Beatriz Machado, acima. Andresa Nunes faleceu em 13-

⁷ Nobiliário Particular dos Morgados de Veludo e Colégio da Baeta, de Frei Teodoro de Melo (in Casas e Brasões de Resende, de Joaquim Correia Duarte): Árvore dos Pintos de Ribadouro, por Frei Teodoro de Melo – 1738, fls. 346: D. BRIOLANJA PINTO – casou com Gonçalo Cochifer, senhor da Casa da Lagariça e capitão-mor do concelho de Aregos, filho de Martin Gonçalves Cochifer, senhor que foi da dita Casa e Capitão-mor do mesmo concelho, fidalgo muito honrado, poderoso e rico em Ribadouro, e tiveram filhos João Pinto que segue, D. Isabel Pinto que casou no subramo 3, Álvaro Pinto, sem geração, Gonçalo Vaz Cochifer, vedor do Infante D. Luís, morreu em Ceuta, Capitão de Galés, Francisco Pinto que casou em Penaguião com D. Catarina Guedes, de quem teve filhos D. Leoniza Pinto que casou com Antonio de Medeiros, e outros que se ignoram os seus nomes.



8-1634 e Francisco Pinto faleceu em 25-3-1644, ambos em Sedielos, “fez sua manda em um dote que fez a Francisco de Moura”, seu genro. Tiveram sete filhos, destacando-se:

7. c. 1600, Catarina Guedes. Em 1619 foi madrinha de batismo em Sedielos e aí foi crismada em 28-10-1620. Casou em 6-2-1626 em Sedielos c. João Pereira da Fonseca Osório, batizado em 12-3-1604 em Santo André de Medim, f. Manuel Pereira e de s.m. primeira Leonor de Osório, casados em 1601 em São Miguel de Lobrigos, n.p. de Paulo Pereira e Isabel dos Banhos, n.m. de Domingos da Fonseca e Ana de Osório.

Moraram no lugar de Sermenha, em Santa Maria de Sedielos. João Pereira faleceu em 14-7-1659 e Catarina Guedes em 30-8-1662, ambos em Sedielos. Tiveram cinco filhos, três deles casados em São Paulo no Brasil: João Pinto Guedes, o Capitão Francisco Pinto Guedes Alcoforado e Manuel Pinto Guedes.

7. Jorge Pinto Guedes. Baptizado em 2-5-1610 em Sedielos (padrinhos: Gonçalo Guedes das Asoreiras e Beatriz Machado, mulher de Francisco Cardoso de Sermenha). Crismado em 28-10-1620 em Sedielos.

Morador no lugar de Sermenha, em Santa Maria de Sedielos. Recebeu “*Alvará a Jorge Pinto Guedes, natural de Seromenha, concelho de Penaguião, filho de Francisco Pinto Guedes, dos foros de escudeiro-fidalgo e cavaleiro-fidalgo com 750 réis de moradia por mês e 1 alqueire de cevada por dia, pelos serviços prestados em Centa.*” – Matrículas de Moradores da Casa Real, Livro 5, fôlio 404v (15/09/1650).

7. Maria Pinto Guedes. Casada em 3-5-1640 em Sedielos com Francisco de Moura, filho de Leonel Gonçalves e Francisca de Moura, do Pedregal em Sedielos. Moradores no lugar de Sermenha, em Santa Maria de Sedielos. Maria Guedes foi crismada em 1678 em São Nicolau de Mesão Frio, e faleceu em 2-7-1685 em Sedielos. Francisco de Moura faleceu em 1-12-1690 em Sedielos. Tiveram sete filhos.

6. Isabel Guedes. Casada em 8-1-1596 em Sedielos com Gaspar Antunes, filho de Gaspar Luís e sua mulher, do lugar das Asoreiras. Este Gaspar Antunes era irmão de Andresa Nunes que casou por troca no mesmo dia com Francisco Pinto, irmão desta Isabel Guedes. Mora-



dores no lugar das Asoreiras, em Santa Maria de Sedielos. Gaspar Antunes faleceu em 4-8-1618 em Sedielos. Isabel Guedes faleceu em 9-4-1640 em Sedielos (não fez testamento por ser mentecapta – ficaram por herdeiros seu genro e sua filha).

6. Antónia Pinto. Casada com Domingos de Freitas. Moradores no lugar de Sermenha, em Santa Maria de Sedielos. O dito Domingos de Freitas, filho de Helena de Freitas da Sermenha, poderá ter sido casado primeira vez com (?) de que tem teve Maria de Freitas casada em 22-2-1629 em Sedielos com Domingos Pedro. Domingos de Freitas faleceu em 3-6-1658 em Sedielos. Antónia Pinto faleceu em 25-9-1659 em Sedielos, c.g. legítima.

6. Jorge Pinto. Casado com Maria Correia, madrinha de baptismo em Sedielos a 3-5-1602. Jorge Pinto foi testemunha do casamento de João Pereira e Catarina Guedes, sua sobrinha, em 1626, juntamente com Diogo de Moraes Cogominho. Faleceu em 1629: *“faleceu Jorge P.to de Sermenha oie 12 de março de 629 annos não tem de seu cousa per onde se lha fação exéquias dicerão se lhe per ordem de Fr.co Cardoso tres missas hua dellas cantada tenbo per informação deixar seis m.s hua dellas cantada offertou ate o mês de setembro vi a manda deixa sinquo missas que estão ditas”*.

Filhos do 2º casamento de Henrique Vaz Guedes Alcoforado com D. Leonor Osório da Fonseca – ramo de Loureiro:

5. c. 1545, **Cristóvão Guedes Alcoforado**, embora os Livros da Família dos Guedes o dêem como filho do 1º matrimónio com Ana de Moraes, [GAIO] indica-o como filho de Leonor Osório da Fonseca e parece-nos assim ser. O local onde morou e os apelidos Osório e Fonseca presentes nos seus filhos são concludentes, segue abaixo.

5. c. 1550, Pedro Guedes c.c. Bárbara Mendes. Moradores no lugar do Vale, em São Pedro de Loureiro, onde faleceram, Pedro Guedes em 1600 e Bárbara Mendes em 1615 (Pedro Gonçalves, seu genro, e seu filho António Osório fizeram o enterro). Foram seus filhos:

6. c. 1575, Antónia Guedes. Casada em 1596 em Loureiro com Nicolau Cardoso, já viúvo, filho que foi de Silvestre Rodrigues e Ana Rodrigues, da freguesia de São Faustino da Régua, dispensados no 3º e 4º grau de consanguinidade e afinidade pelo Papa Clemente VIII.

6. c. 1580, Maria Osório. Casada em 1610 em Loureiro com Pedro Gonçalves, filho de Pedro Gonçalves e Ana Rodrigues, já defuntos, da freguesia de São João de Lobrigos. Moradores no lugar do Vale, em São Pedro de Loureiro, c.g.



6. António Osório (António Guedes). Baptizado em 20-11-1587 em Loureiro, teve por padrinhos Domingos da Costa, de Lamego, e Maria Pinto, m. Gaspar Pinto, da Gervide. Este **Gaspar Pinto era filho de António Pinto e Maria Borges** (vid. Capítulo 10), tornando evidente neste período de conflito entre o pai Henrique Vaz Guedes e o seu herdeiro Cristóvão a aproximação dos Borges aos Guedes do Morgado. António foi padrinho em Loureiro e em S. João de Lobrigos, foi morador no Vale, em Loureiro, e escrivão dos órfãos.

6. Manuel Guedes. Baptizado em 26-7-1590 em Loureiro teve por padrinhos **António Borges, da Granja da Torre** (vid. Capítulo 10) e Isabel, f. Beatriz Gonçalves, da Quinta do Vale, da Régua. Como dito no parágrafo anterior, foi clara nesta fase a tentativa de ligação entre as famílias Guedes e Borges traduzindo-se nos apadrinhamentos de baptismo e mesmo em casamentos, como se verá. Manuel Guedes faleceu solteiro em 12-10-1613, em Loureiro.

6. O HERDEIRO QUE NÃO FOI MORGADO

5. c. 1545, **Cristóvão Guedes Alcoforado**, foi Capitão-mor na Vila e Concelho de Penaguão no tempo em que El Rei Filipe, o Prudente, entrou neste Reino (1583) e seguiu as suas partes, porém não quis Deus que tivesse por isso remuneração alguma nem lograsse a Casa de seu pai, em que nem ele nem seus filhos entraram, nem tivesse paz com seu pai, nem muita vida. Por essa razão **nunca** desfrutou do título de **MORGADO DE SANTA COMBA** embora, como se veio a verificar na demanda pelo Morgado que seu neto venceu, a ele tivesse legítimo direito.

Casou com **D. Isabel Nunes de Andrade**, f. André da Fonseca de Andrade e neta de Baltazar Pires de Andrade, e teve dela filhos. Já eram casados em 1565 quando o Mosteiro de Alpendurada lhes emprazou o Casal da Ribeira, ou Quebrada de Jagueiros : *“O prazo feito a Cristóvão Guedes e a sua mulher Isabel Nunes e filho ou filha da metade da quebrada tirando duas leiras de toda ela está no livro 25, fol. 229 e foi feito no ano de 1565 aos 3 de Setembro, pensão de 150 R\$.”* e no livro do recibo de 1575 confirma-se o pagamento da dita pensão.

Cristóvão Guedes faleceu em S. Pedro de Loureiro, onde morou, a 6-12-1596 e teve filhos:

6. c. 1567, Leonor Guedes. Casada em 27-11-1588 em Loureiro com Francisco Pinto, filho de António Pinto e Maria Borges (vid. Capítulo 10), dispensados no 3º e 4º grau de consanguinidade. Foram moradores no lugar e Quinta da Portela, em São Pedro de Loureiro. Leonor Guedes faleceu em 1622 em Loureiro.



Durante o tempo em que Gregório Guedes, tio de Cristóvão Guedes, pai desta Leonor, andou com as terras de Henrique Vaz Guedes, seu avô, Francisco Pinto teve emprazados dois terços da Quinta de Santa Comba que depois ficaram para os seus filhos. Este prazo terá sido comprado (indevidamente) a Gregório Guedes na tentativa de recuperar as terras do Morgado que Cristóvão tinha perdido pela zanga com seu pai. E foi certamente por aqui que os Borges iniciaram os avanços para a posse do Morgado de Santa Comba. A proximidade com os Borges, nomeadamente o Abade de Jacente, é comprovada pelo facto de Leonor Guedes e o dito abade Baltazar Borges serem padrinhos no baptismo de Álvaro de Carvalho em 1592, em Loureiro.

Foram seus filhos:

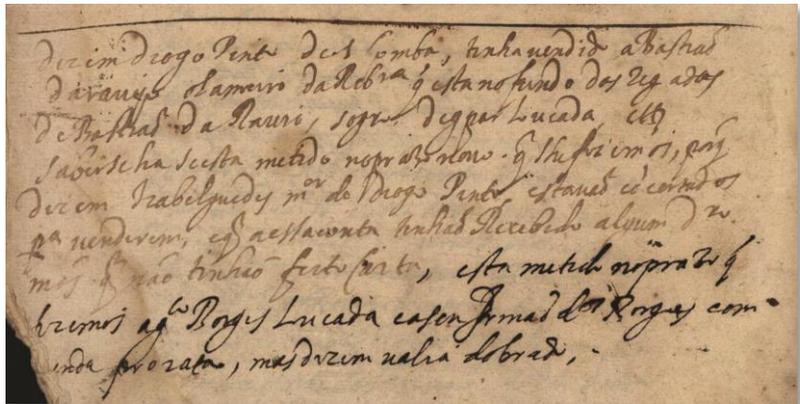
7. Manuel de Lousada. Baptizado em 1589 em Loureiro. Casado em 21-7-1620 com Maria de Mansilha, filha que ficou de Sebastião de Araújo e s.m. Jerónima de Mendonça, sendo recebidos na capela de Lourentim, de onde a desposada era natural, pelo reverendo abade Luís Rebelo de Carvalho (vid. Capítulo 7), neto de Gregório Vaz Guedes.

Nesta cerimónia celebrada em 1620, um casamento triplo entre 3 irmãos e 3 irmãs, todos eram parentes. Com efeito, os seus pais **Sebastião de Araújo e Francisco Pinto e ainda, Baltazar Borges, Abade de Jacente e Rui Borges eram todos primos co-irmãos, netos de Gaspar Borges Lousada** (vid. Capítulo 10).

7. Ana Guedes. Baptizada em 1591 em Loureiro, c.c. Manuel Rodrigues Homem, moraram na Portela de Loureiro onde tiveram seus filhos: Francisco, Leonor, Manuel, António e Diogo.

7. Faustina. Baptizada em 1593 em Loureiro, s.m.n.

7. Domingos Borges. Baptizado em 1595 em Loureiro e aí crismado em 1603. Casou em S. Miguel de Lobrigos em 1620, na cerimónia tripla acima assinalada c. Jerónima de Mendonça, f. Sebastião de Araújo. Conjuntamente com seus irmãos adquiriram vários prazos e terras de Lobrigos em 1621, alguns de forma pouco transparente como se vê abaixo o Casal da Ribeira ou Quebrada de Jagueiros, retirados dos prazos do Mosteiro de Alpendurada.



“dizem Diogo Pinto de S. Comba tinha vendido a Bastião d’Araujo o lameiro da Ribeira que está no fundo das regadas de Bastião d’Araujo, sogro de Gaspar Lousada, saber-se-á se está metido no prazo novo que lhe fizemos pois dizem que Isabel Guedes mulher de Diogo Pinto estavam concertados para venderem e que a essa conta tinham recebido algum dinheiro mas que não tinham feito carta, está metido no prazo que fizemos a Gonçalo Borges Lousada e a seu irmão Domingos Borges com venda pró-rata mas dizem valia dobrado.”

7. Gonçalo Borges Lousada, s.m.n. para além das referências nos prazos acima ditos.

7. Gaspar Borges Lousada c.c. Juliana de Mendonça, a terceira das três irmãs que casaram em 1620, esta n. 1602, em Lourentim, S. Miguel de Lobrigos, aí crismada em 1606 e falecida em 1662 s.g.

7. Patrício Guedes Pinto. Baptizado em 1607 em Loureiro, foi morador em Godim, no Hospital do Pinheiro.

6. c. 1570, Bartolomeu Guedes Alcoforado. Casado em primeiras núpcias em 24-2-1591 em São João de Lobrigos com Madalena Antónia, irmã do padre António Lopes, ambos filhos de Antão Alves e Catarina Alves, falecida a dita Madalena em 12-1-1596. Casado em segundas núpcias com Natália Teles, f. Simão Pinto e de s.m. Mécia Teles, e esta, provável filha de Isabel de Meireles e de Frei Francisco Teles, Balio de Leça. Foram moradores no lugar de Gervide, em São Pedro de Loureiro. Bartolomeu Guedes faleceu em 1625 em Loureiro. Natália Teles faleceu em 1645 em Loureiro, c.g.

7. Ana Guedes. Baptizada em 20-4-1593 em São João de Lobrigos. Crismada em 1603 em São João de Lobrigos. Faleceu em 13-11-1621 em São João de Lobrigos, referida como “sobrinha do padre António Lopes confilha familiar” com quem terá sido criada depois da mãe falecer.



7. Simão. Baptizado em 16-4-1597 em Loureiro, 1º filho do 2º casamento.

7. Clara Teles Guedes. Baptizada em 5-8-1608 em Loureiro, teve por padrinho Luís Pinto de Sousa, f. António Pinto da Fonseca, Morgado de Balsemão e por madrinha a sua irmã, do dito Luís, pela metade da mãe, Maria de Queirós, f. Cecília de Queirós, de S. Miguel de Lobrigos. Casada em 1-10-1631 em Loureiro com António Guedes (foram dispensados), f. Gonçalo Guedes e Maria de Queirós, das Asoreiras de Sedielos (vid. Capítulo 5). Moradores no lugar da Gervide e depois no de Paredes, em São Pedro de Loureiro onde tiveram seus filhos: Clara, Maria, João e Ana.

7. Maria. Baptizada em 28-1-1609 em Loureiro teve por padrinhos Gaspar Pinto, do Casal, Régua, e Maria de Osório, f. Bárbara Mendes, do Vale, ambos tratados neste estudo.

6. c. 1575, Domingas Guedes. Casada em 1597 em Loureiro com Francisco Correia, filho de Domingos de Brito e Maria Correia, da freguesia de São João de Lobrigos. Moradores no lugar de Gervide, em São Pedro de Loureiro. Francisco Correia faleceu em 1632 em Loureiro. Foram seus filhos:

7. Manuel. Baptizado em 1602 em Loureiro.

7. Francisco. Baptizado em 1605 em Loureiro.

7. João Correia. Baptizado em 1614 em Loureiro, teve por padrinhos ? Correia (seu tio), f. Domingos de Brito, de Vila Maior, S. João de Lobrigos e Clara Teles (sua prima), f. Bartolomeu Guedes, da Gervide. Casou c. Petronilha Brandão f. Manuel de Barros, de Matos, S. João de Lobrigos e falecida em 1648 e c. 2ª vez c. Maria de Figueiredo.

8. Manuel. Baptizado em 10-7-1641, n. Matos, S. João de Lobrigos.

8. **João Correia Guedes**, Baptizado em 30-9-1643, n. Matos, S. João de Lobrigos, teve por padrinhos Domingos Guedes, de Gervide (seu tio) e Leonor, f. Pedro Cardoso, do Bairro. Casou cerca de 1670 c. Catarina de Mesquita Borges, filha de André Borges de Mesquita e foi **MORGADO DE SANTA COMBA** por matrimónio, s.g. (vid. Capítulo 12).

7. Domingos Correia (Guedes). Baptizado em 2-1-1621 em Loureiro, teve por padrinhos André Borges, f. Rui Borges e sua mãe Maria de Mesquita, este **Rui Borges recém instituído Morgado de Santa Comba** pelo seu irmão, o abade de Jacente (vid. Capítulo 11). Casou duas vezes, 1ª vez em 1655 com Ana Pinto, de Santa Comba de Lo-

brigos, já viúva de João Lemos, falecido em 1654 com quem esteve casada apenas 5 meses, e 2ª vez em 1666 com Filipa Rodrigues, f. Pedro Dias e s.m. Filipa Rodrigues, também em S. Miguel de Lobrigos. Teve filhos do 1º matrimónio: Manuel, Mariana, João e Domingos. Domingos Correia faleceu em Santa Comba a 21-12-1669, já viúvo.

6. c. 1575, Ana Guedes. Casada em 1598 em Loureiro com António Pinto, filho de Brás Pinto e Maria Pinto, sendo o casamento anulado por impedimento de consanguinidade. Casaram novamente em 1603 em Loureiro, desta vez obtendo dispensa no 3º e 4º grau de consanguinidade. Moradores no lugar de Gervide, em São Pedro de Loureiro. António Pinto faleceu em 1612 e Ana Guedes em 1625, ambos em Loureiro. Tiveram dois filhos: Cristóvão Guedes e Isabel.

Esta Ana e sua irmã Isabel Guedes, abaixo, tiveram prazo de metade do Casal da Ribeira ou Quebrada de Jagueiros, em Lobrigos, feito ao Mosteiro de Alpendurada:

“Segue-se a metade menos 2 leiras de toda a Quebrada. Isabel Guedes viúva por um quarto (Isabel Guedes 2ª. Vida). António Pinto casado com Ana Guedes por outro quarto (Ana Guedes 1ª. Vida). Dois almudes de vinbo maduro cozido. Estas mulheres sendo moças ou seu pai Cristóvão Guedes por elas pagavam dantes 140, não sei por se pagavam 140 se há-de ser 150. Pediram vedoria e foram-lha fazer e lhe puseram em lugar deste dinbeiro o vinbo acima conforme apegção que está no livro das vedorias do A. Há prazo no livro do F, fol.118, feito aos 15 de Janeiro de 1605 por Manuel Pinto em o qual cada uma delas é 1ª. Vida em cada seu f. dos maridos com que casarem 2ª. Vida, filhos ou filhas em 3ªas, outro tanto de luctuosa e de pena 200. E diz que pagarão por dia de S. Miguel. Este Prazo se fez mas não está assinado nem acabado mas por ele recebo a Renda em cada ano. António Pinto que veio requerer o prazo, se foi. Deixou assinatura ao Padre Reverendo que se deu a Manuel Pereira a conta do prazo que foram 300 que lhe deu o padre Frei Theodósio.”

6. c. 1575, Isabel Guedes, c. em 5-5-1608 c. Diogo Pinto, f. Gonçalo Lourenço e Isabel Pinto, do Paço, S. Miguel de Lobrigos. Foram moradores em Santa Comba, onde faleceram, ele ainda novo a 18-8-1611 e ela apenas em 16-1-1660, sendo sepultada na sua Capela (dos Guedes). Esta Isabel foi a filha de Cristóvão Guedes que ficou a morar em Santa Comba e, após a sentença ganha em 1646 pelo seu irmão Pedro, residente em Lamego, quer ela quer seus filhos sepultaram-se todos na capela do Morgado que terá ficado a administrar. Foi também esta Isabel e seu marido Diogo Pinto que tinham vendido a Sebastião de Araújo algumas terras (ver acima o documento do prazo em 6. Leonor Guedes) no período em que seu pai esteve privado do Morgado pela zanga com o avô Henrique Vaz Guedes.

7. c. 1608, Manuel Pinto da Fonseca, nascido provavelmente antes do casamento dos seus pais, foi crismado em S. Miguel de Lobrigos com



sua irmã Ana em 31-10-1620. Casou c. Paula Rebelo e moraram nos Encambalados, S. Miguel de Lobrigos. Manuel faleceu em 4-9-1664 e Paula em 23-10-1669, ambos sepultados na Capela dos Guedes, bem como um dos seus filhos, o menino Luís, o Jerónimo ou o Pedro.

7. Ana Pinto Guedes, baptizada em 21-7-1609 em Santa Comba, c.c. Belchior Rebelo, de S. Pedro de Vila Real, onde faleceu em 18-7-1650. Este Belchior Rebelo teve uma filha em Catarina de Barros, de Vila Real, chamada Joana de Mesquita que c. c. André Cardoso, em 1662 em Lobrigos. Ana faleceu na véspera de Natal do ano de 1660, meses depois da morte de sua mãe, e foi sepultada na Capela dos Guedes.

| 103

8. Matias Pinto Rebelo, baptizado em 24-3-1630 em Santa Comba, foi herdeiro de sua mãe, c. em 7-1-1663 c. Leonor Guedes de Mansilha, sua parente, f. Gaspar Guedes Alcoforado e s.m. Filipa de Gouveia de Figueiredo, de Lourentim.

Apresenta-se a descendência deste casal no Capítulo 9, na linha que desce de Gregório Guedes, trisavô da dita Leonor.

7. Graciano, baptizado em 15-2-1611 em Santa Comba, teve padrinhos Cristóvão Pinto, de Taboadelo, e Beatriz Mendes, sua tia, irmã de seu pai, de Santa Marta de Penaguão, mulher de João Monteiro.

6. Francisco Guedes Osório, foi padrinho em 1587, morador no lugar da Gervide, onde faleceu em 1595 e deixou viúva, s.g.

6. c. 1580, Maria Guedes, c. em 1601 c. Gaspar Monteiro, morador no Vale em São Pedro de Loureiro, onde ficaram a morar e tiveram os seus filhos: Lourenço, nascido passado um mês no casamento, Maria, Ana, Bernarda e Isabel. Gaspar Monteiro faleceu em 1630 e Maria Guedes em 1642 ambos em Loureiro.

6. c. 1580, **Pedro Guedes da Fonseca Alcoforado**, segue.

6. António Osório Guedes da Fonseca Alcoforado, que serviu muitos anos na Índia onde morreu Capitão de Nau, s.g.

6. c. 1580, (B) Maria Guedes. Filha “bastarda” (ipsis verbis do assento paroquial) tida em Domingas Gonçalves, mulher solteira, da freguesia de Travassos. Casada em 1601, em Loureiro, com Domingos Martins, filho de Francisco Martins e Cecília Gonçalves, de Sergude, da freguesia da Régua. Como curiosidade o facto de as duas Maria Guedes, irmãs pela metade do pai, terem casado no mesmo ano de 1601.



6. c. 1580, **Pedro Guedes da Fonseca Alcoforado**, foi Meirinho da Correição em Lamego, por falecimento de seu sogro, foi Capitão da Infantaria Espanhola em Flandres ao serviço de El Rei Filipe e da Portuguesa em Tanger, na companhia de Nuno de Mendonça Capitão General daquela Praça. Casou em Lamego com **D. Isabel Botelho de Magalhães Proença**, nascida em 7-11-1593 e falecida em 6-8-1652, na Sé de Lamego, f. Pedro de Proença, Meirinho da Correição de Lamego e de s.m. Isabel Botelho de Sequeira. Pedro Guedes da Fonseca, embora herdeiro do Morgado como seu pai, não terá sido **MORGADO DE SANTA COMBA**.

D. Isabel Botelho de Sequeira faleceu em Lamego em 1632, era f. de Luís Botelho de Sequeira e s.m. D. Ana Rodrigues de Magalhães, filha esta de Manuel Fernandes da Cunha, Capitão-mor de Arzila, e de s.m. D. Filipa Reimoa de Magalhães, que alguns papeis chamam da Silva por ser filha de Jorge Vaz de Magalhães, Capitão-mor da Armada, e de D. Mécia de Almeida, que era neto de João de Magalhães de Meneses, Senhor da Barca e de s.m. D. Leonor da Silva. Luís Botelho de Sequeira, acima, de Mondim, era irmão de D. Guiomar de Sequeira, avó da Condessa de Vilar Maior D. Mariana de Mendonça e de Pedro da Cunha de Mendonça e do Bispo Capitão-mor D. Manuel da Cunha.

7. 13-10-1607, Maria de Magalhães, casou com Cosme Rodrigues de Carvalho, de que há sucessão, moço Fidalgo da Casa Real, acrescentado a fidalgo Escudeiro, e procurador de Cortes pela cidade de Lamego no tempo do Rei D. João IV, filho de Luís de Carvalho, Cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Maria Nunes de Brito.

7. 15-9-1608, **Pedro Guedes de Magalhães Proença**, segue.

7. A SENTENÇA

Como se viu nesta rápida descrição da linha dos Morgados de Santa Comba de Lobrigos, o período de domínio Filipino sobre o Reino de Portugal criou uma interrupção na passagem do Morgado entre Henrique Vaz Guedes, que seguiu o Prior do Crato, para o seu filho Cristóvão Guedes Alcoforado apoiante de El Rei Filipe de Espanha. O filho herdeiro deste, Pedro Guedes da Fonseca, foi inclusive Capitão da Infantaria Espanhola na Flandres.

O irmão de Henrique Vaz Guedes, Gregório Guedes e seus descendentes, ficaram a administrar o Morgado e Capela na sua ausência, na segunda metade do Séc. XVI, e terão mantido a sua posse após o falecimento de Henrique em 1596, até porque a linha familiar supostamente legítima de Cristóvão Guedes e seu f. Pedro Guedes da Fonseca estava agora a morar em Lamego. A tentativa de apropriação do Morgado pelos herdeiros de Gregório Guedes acabou numa disputa nos tribunais, tendo a sentença de 1646, da qual abaixo se transcreve o auto de posse, restituído o Morgado a Pedro Guedes de Magalhães Proença.



Auto de posse da Sentença de 1646

*“Saibam quantos este instrumento de posse virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1647 anos aos 23 dias do mês de Fevereiro do dito ano no Lugar de São Miguel do Concelho de Penaguião estando aí André Guedes de Figueiredo Juiz Ordinário o ano presente no dito Concelho perante ele apareceu Pedro Guedes de Proença Cavaleiro professo no hábito de Cristo morador na Cidade de Lamego e requereu a ele Juiz que na forma da Sentença atrás da Casa da Suplicação e do Precatório do Corregedor da Comarca lbe mandasse dar **posse da Capela e Morgado** que foi de Gonçalo Vaz Guedes que ele vencera o dito abade António Guedes de Carvalho e logo apareceu o Reverendo Gaspar Cura da Igreja de Lobrigos e procurador que disse ser do dito Abade que tinha embargos por quanto era Eclesiástico e havia ser obrigado perante seu Juiz e protestava ser nula a posse, e visto por ele Juiz mandou que sem embargo do Requerimento que fez o dito Reverendo Gaspar Lopes da Costa se desse a dita posse na forma do Precatório do Corregedor e se cumprisse a Sentença da Suplicação, e logo eu escrivão como o dito Juiz e o dito Pedro Guedes de Proença fomos à **Igreja de São Miguel a onde estava a Capela do dito Morgado** na qual entrou o dito Pedro Guedes de Proença e passeou de uma parte a outra pondo a mão no **Monumento do defunto Gonçalo Vaz Guedes** e daí fomos a Santa Comba às Casas que pertencem ao dito Morgado e nelas entrou o dito Pedro Guedes fechando e desfechando as portas da Casa e do Lagar e tomou terra, pedras, vides de vinha que está junto às ditas Casas passeando de uma parte para outra e nesta forma o dito Juiz e eu Tabelião lbe houemos por dado a posse do dito Morgado e nela ficou em virtude e lba houemos por dada atual, e real e corporal quanto em direito devemos ao nosso ofício, de qual foram testemunhas presentes André Borges de Mesquita, de Santa Comba, e Patrício Guedes Pinto do Concelho de Godim que aqui assinaram com o dito Juiz e Pedro Guedes de Proença, e eu Tabelião Baltazar Mendes da Mota que assinei em público = André Guedes de Figueiredo = André Borges de Mesquita = Pedro Guedes = Patrício Guedes Pinto = Lugar do sinal público.”*

105

Durante cerca de 50 anos entre 1596 e 1646, data da sentença sobre a legitimidade do Morgado, várias peripécias aconteceram na tentativa de obter a posse do Morgado quer pelos descendentes de Gregório Vaz Guedes quer mesmo de outros descendentes de Cristóvão Guedes sobretudo pelos que ficaram em S. Miguel de Lobrigos.

Como já acima referido, várias terras do Morgado terão sido alienadas durante esse período chegando o Morgado ao quarto possuidor à data da sentença. Um dos compradores dessas terras foi o abade de Jacente, Baltazar Borges, que terá instituído em 1621 (ver Azeredos de Mesão Frio) para seu irmão Rui Borges e descendência, um novo Morgado de Santa Comba, isto em plena “guerra” jurídica nessa data. Nos prazos do Mosteiro de Alpendurada comprova-se esta estratégia de aquisição das terras de Santa Comba pelo dito abade.

No mostrador de prazos da quinta de Santa Comba, lê-se:

“O Abade de Jacente comprou a vida que está dita ao bareiro de Sta. Comba que de baixo e de cima parte com o Abade e do poente com terras de Sebastião Monteiro e um pequeno de balde novo que está com o mesmo bareiro, escrivão Sebastião de Araújo”



E no prazo do Casal de Santa Comba, lê-se também:

“Comprou o Abade de Jacente a João Dias uma vida do uiso outra do bareiro que parte do nascente com Domingos de Osouro de Sta. Comba e das mais partes com Martim Francisco e um olival do Coutinhal que parte por cima com a estrada pública e das mais partes com João Pinto, escrivão Manuel Pinto da Fonseca, Concelho de Penaguão”

Em 1621, o Dr. Luís Rebelo de Carvalho, irmão de Francisco Guedes de Carvalho – o que perderia a demanda – era então cura em Lobrigos, tendo em seguida curado na mesma Igreja de S. Miguel de Lobrigos António Guedes Alcoforado, sobrinho neto do dito abade de Jacente e filho de Gaspar Guedes Alcoforado, primo co-irmão de Francisco Guedes de Carvalho, já o sendo em 1624 e assim se apresentando até à sua morte em 1642.

Após essa data passou a ser António Guedes de Carvalho, filho do dito Francisco Guedes de Carvalho, o abade das igrejas do padroado de Lobrigos, como se documenta nos paroquiais: 1643 (S. João de Lobrigos), 1646 (S. Miguel de Lobrigos) e 1650 (Santa Comba de Lobrigos).

Posteriormente, o padre Gaspar de Morais Guedes, Licenciado, bisneto de Ana de Morais e 3º neto de Henrique Vaz Guedes foi abade em S. Miguel desde 1662 até 1686 quando faleceu.

Observa-se assim que a Igreja teve papel importante no estabelecimento destas relações de cumplicidade e disputa entre as famílias, desenrolando-se ao redor da Capela dos Guedes na Igreja de S. Miguel de Lobrigos, símbolo do Morgado, e que de alguma forma o instituidor Gonçalo Vaz Guedes já adivinhava conforme as regras que estabeleceu na sua instituição.

Na sentença acima apresentada encontram-se representantes destas várias famílias:

Pedro Guedes de Proença – dos legítimos Morgados, de Lamego;

o abade António Guedes de Carvalho – dos Guedes que administraram o Morgado;

André Borges Mesquita – dos Borges, novos Morgados;

Patrício Guedes Pinto – dos Guedes de Lobrigos, parentes dos legítimos Morgados.

E foram estas famílias e suas descendências – Borges e Guedes – que prosseguiram em Lobrigos a linha dos Morgados de Santa Comba, com constantes tentativas de cruzamento entre elas, de alguma forma puxando o nome dos Guedes para esse Morgado tentando legitimá-lo e que acabariam por ter sucesso.

Apresentam-se em seguida essas descendências, primeiro a que venceu a demanda pela posse do Morgado, depois a de Gregório Guedes que a perdeu e, por último, a



dos Borges novos Morgados que, como se verá, convergem em Domingos José Guedes Borges Alcoforado.

8. LINHA DOS LEGÍTIMOS MORGADOS

7. **Pedro Guedes de Magalhães Proença**, nasceu a 15-9-1608, em Lamego, freguesia da Sé, foi Senhor do **MORGADO DE SANTA COMBA**, das Honras de Alvorções e do Padroado de S. Miguel, serviu na Guerra da Aclamação (1640), “*onde fez grandes serviços ao Rei e ao Reino, levantando uma companhia paga à sua custa de cento e sessenta homens com que foi por Capitão acudir à fronteira da Beira, além de outros homens aventureiros de Cavalo que também levou e a quem dava mesa*”. Foi este Pedro o que recuperou o Morgado em 1646.

| 107

De quatro vezes que houve Cortes no tempo de El Rei D. João [IV], sempre foi eleito pela Cidade de Lamego para vir assistir a elas e porque nas primeiras teve impedimento na saúde veio em seu lugar Cosme Rodrigues de Carvalho, seu cunhado, das outras três vezes veio ele e foi nelas sempre eleito por Definidor. Foi herdeiro dos serviços de Gaspar de Magalhães de Meneses, seu tio, e de Jorge Vaz de Magalhães que em África e na Índia e neste Reino fizeram assinalados feitos que andam em Livros impressos, vid. [GAIO, Magalhães, §170, N10] e Livros da Família Guedes. Foi Meirinho da Correição de Lamego, FCR, COX em 29-11-1653 com 40\$000 de renda (ANTT, Registo Geral de Mercês, Ordens, liv. 6, fl. 39).

Casou duas vezes, a primeira c. **D. Bárbara de Magalhães**, sua tia, f. Luís de Lobão de Almeida f. Domingos Lobão de Sequeira, e de D. Luísa de Almeida f. Luís Botelho de Sequeira e de D. Ana Rodrigues de Magalhães, o qual Luís Botelho Sequeira era f. Afonso Botelho, FCR, e de s.m. D. Isabel Botelho de Sequeira, e a qual Ana Rodrigues de Magalhães era f. Manuel Fernandes da Cunha, Alcaide Mor de Arzila, Capitão na Índia, f. Nuno Fernandes da Cunha por varonia dos Sr.es de Penacova, e de D. Filipa Reimão de Magalhães. Tiveram 5 filhos:

8. Pedro Guedes de Magalhães, o moço, Doutor em Cânones em Coimbra, Beneficiado de São Paio de Caria, eleito Deão de Miranda e Abade de S. Crístóvão de Vila Chã e Fidalgo Capelão de Sua Alteza.

8. 1-9-1639, Manuel Guedes de Magalhães, FCR, COX, FSO, Superintendente da Caudelaria dos Cavalos da Comarca de Lamego, herdeiro do Morgado, Casa e terras de seus pais, com o senhorio de muitos prazos que foram de seus antepassados e da fazenda que lhe deixou seu tio o Abade Manuel de Magalhães da Cunha. Morreu sem tomar estado e s.g., vid. [GAIO] e Livros da Família Guedes.

8. 7-1-1642, Frei Francisco Guedes, religioso de S. Bernardo, que acabou o curso de Filosofia.

8. 11-12-1643, Luís Guedes da Cunha, estudou em Coimbra, Fidalgo da Casa de Sua Alteza, Beneficiado de Santa Maria dos Prazeres em Aldeia Galega da Mariana, Chantre na Sé de Évora, Deão da Sé de Lamego, cidade onde construiu a Casa do Espírito Santo.



Ao lado, os brasões existentes na dita casa, o da esquerda, partido de Cunha e Guedes, o da direita, partido de Botelho e Magalhães.

8. 25-7-1645, Bento, s.m.n.

Casou segunda vez c. **D. Jerónima Teresa Osório** (ou Teixeira de Carvalho), da Casa do Poço em Lamego, f. Jerónimo Teixeira de Carvalho, FCR, e Morgado do Poço, e de D. Maria Osório de Castelo Mendo, também com geração:

8. c. 1660, **José Guedes de Magalhães**, segue.

8. Pedro Guedes de Magalhães. Morreu moço, sem geração.

8. Luís Guedes ou Luís da Cunha. Monge de Cister ou de S. Bernardo. Poderá ser o mesmo que vai acima como irmão por metade, apesar de ser referido em [GAIO] e Livros da Família Guedes.

8. Dona Maria Dionísia. Freira (ou Abadessa) nas Chagas de Lamego.

8. Dona Marinha Angélica. Freira no Tojal.

8. c. 1660, **José Guedes de Magalhães**, herdou o título de **MORGADO DE SANTA COMBA**, Fidalgo Cavaleiro (1697). Casado com **D. Luísa Clara Pinto Osório**, filha herdeira de Manuel Osório da Silva, Senhor da Casa de Samodães, e de D. Mariana Pinto da Fonseca, da Casa da Torre de Vigião em Aregos, f. de Manuel Pinto da Fonseca Capitão-mor de Aregos.

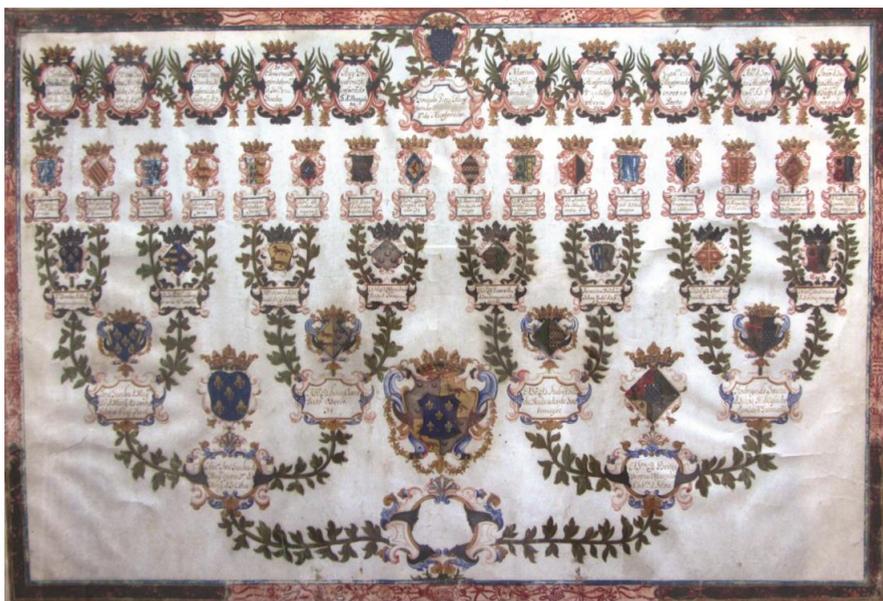
O brasão que se encontra na casa do Espírito Santo, em Lamego, esquartelado de Guedes, Magalhães, Botelhos e FONSECAS, é atribuído a José Guedes, vid. [AZEVEDO] “Brasões e Casas Brasonadas do Douro”. Correia de Azevedo parece estar errado quer na troca do Magalhães por Vasconcelos quer no José



Guedes que seria este e não o que vai como neto.

9. c. 1700, António José Guedes de Magalhães Osório, **SENHOR DOS MORGADOS DE SANTA COMBA** e Valdoleiros e da Casa do Espírito Santo em Lamego, Fidalgo Cavaleiro (1720), FSO (1738), c.c. D. Brites Teresa Vilhena de Lobera e Silva, da Quinta de Vila Pouca, Guimarães, f. Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado, FCR, e de D. Isabel Francisca de Lobera e Silva, filha esta de Jerónimo Brandão da Silva, Comendador de S. Miguel de Aveiro, Senhor da Casa de Val de Cunha e Padroeiro da Igreja de Refoios, e de D. Petronilha Maria de Andrade Lemos e Sottomayor, de Galiza.

| 109



A existência de um pergaminho cuidadosamente pintado (imagem acima) com toda a ascendência nobre que um filho deste casal teria, mostra como o mesmo terá sido desejado e aguardado. Mas o futuro Morgado nunca chegou e o local dedicado ao seu nome ficaria em branco...

Sem sucessão.

9. Luís Vaz Guedes Pinto, Fidalgo Cavaleiro (ANTT – Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 11, f.447, 1720), opositor na Universidade de Coimbra, Monsenhor da Patriarcal, nomeado para officiar na Capela Real da Ajuda, Presidente da Basílica de Santa Maria.

9. c. 1715, **Pedro Guedes de Magalhães Osório**, segue.

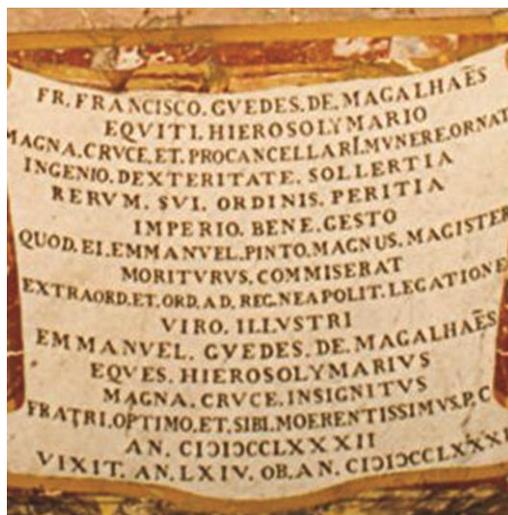
9. Manuel Guedes de Magalhães, Cavaleiro Professo na Sagrada Ordem de Malta, onde fez as suas caravanas navegando nas Galés e Naus da Ordem.

Com as cartas credenciais do Governo da Ordem veio de Malta às Cortes de Madrid e à nossa (Lisboa) no ano de 1754. Pelos serviços prestados à Ordem teve as Comendas de Vera Cruz, Portel, Torres Novas e Vedras, e foi feito Grã-Cruz. Foi também Monteiro mor da Ilha de Malta durante 14 anos em tempo do Eminentíssimo Grão-mestre Manuel Pinto da Fonseca.

9. Francisco Guedes de Magalhães, Cavaleiro Professo na Sagrada Ordem de Malta, e depois de acabadas as suas caravanas nas Galés e Naus da Ordem foi nomeado pelo Grão-mestre Pinto e Sagrado Conselho da Ordem, Camarada do Embaixador de Roma e por recomendação do Papa Benedito XIV foi feito Vice-chanceler da Ordem de Malta, cujo cargo ocupou por muitos anos vindo depois a renunciar em D. Luís de Almeida e Portugal, filho do primeiro Marquês de Alorna.

Foi Grã-Cruz da Ordem e o Balio titular de Aquila e também lugar-tenente do Grão-mestre Pinto. Passando à Corte de Nápoles para tomar as Caldas quis aquele Monarca que ali ficasse como Ministro Extraordinário e Plenipotenciário da Ordem e por morte do Balio Carinhani veio a ser também Ministro Ordinário na mesma Corte. Teve várias Comendas e acabou a sua vida em Nápoles no ano de 1781.

Está tumulado na Igreja da Sagrada Religião de Malta, em La Valeta, numa magnífica pedra sepulcral (abaixo).



- 9. D. Jerónima Teresa Osório, freira em Arouca
- 9. D. Mariana Rosa Guedes, freira em Arouca
- 9. D. Maria Leonarda, freira em Arouca



9. Bárbara Rita Guedes, s.m.n.

9. c. 1715, **Pedro Guedes de Magalhães Osório**, FCR, FSO, por falta de sucessão de seu irmão foi Senhor dos **MORGADOS DE SANTA COMBA** e Valdoleiros e da Casa da Torre de Vigião, c.c. **D. Teresa Clara de Sousa César de Lencastre**, f. de Francisco Filipe de Sousa da Silva Alcoforado, Senhor da Casa e Quinta de Vila Pouca, em Guimarães, Fidalgo da Casa Real, e de D. Rosa Maria de Viterbo de Lencastre, f. de Diogo Correia de Sá, 3º Visconde de Asseca, Comendador da Ordem de Cristo, e de D. Inês de Lencastre.

| 111

10. c. 1765 **José Guedes de Magalhães Osório**, segue no Capítulo 13.

10. D. Rosa Bárbara de Viterbo Guedes e Lencastre c.c. Jerónimo de Carvalho Rebelo, em 2-2-1800, f. Diogo Lopes de Carvalho e de D. Catarina Teresa de Vasconcelos, da Casa do Poço, em Lamego.

9. LINHA DOS PRETENDENTES AO MORGADO

Apresentada toda a descendência dos legítimos Morgados de Santa Comba, veremos neste capítulo a linha de Gregório Guedes, irmão do Henrique Vaz Guedes, que ficou com seus descendentes a tomar conta das terras do Morgado, no período em que o seu sobrinho Cristóvão Guedes foi renegado pelo seu pai. Alguns destes descendentes foram também para Lamego, nomeadamente os que estiveram na disputa judicial pelo Morgado, enquanto outros ficaram por Lobrigos e aí tentaram através de alianças quer com os Borges quer com os herdeiros de Cristóvão Guedes encontrar forma de justificar a posse das terras e do Morgado.

Com múltiplas ligações entre famílias parentes e próximas haveriam de se juntar representantes de todas estas linhas e fazer convergir o Morgado, primeiro, pelo casamento de Matias Pinto Rebelo e Leonor Guedes de Mansilha e por fim no de Matias José Guedes que c.c. Teresa Josefa Borges.

Vamos ver então...

4. c. 1510, **Gregório Guedes Alcoforado**, filho de Francisco Vaz Guedes Alcoforado e de s.m. Joana Pinto da Fonseca (vid. Capítulo 4, N3) que, por morte do seu irmão mais velho Henrique Vaz Guedes administrou a Casa e possuiu o Morgado de Santa Comba que pertencia a esse seu irmão e deixou a seus filhos, tendo sido depois reivindicado pelos descendentes do dito seu irmão.

No prazo da Quinta de Santa Comba, feito em 1539 pelo Mosteiro de Alpendurada, Gregório Guedes foi 1ª vida, o que dá ideia de que essas terras não pertenceriam antes ao dito Mosteiro. Nos livros mostradores desses prazos diz-se:

“O Prazo desta Quinta temos agora novamente tirado da nota de João Roiz tabelião na Cidade de Lamego o qual se fez aos 16 de Junho de 1539 de nomeações em que foi 1a. vida Gonçalo Guedes (parece que a 1a. vida foi Gregório Guedes e não Gonçalo Guedes) pai de António Guedes que deve ser 2a. vida se sua mãe o não foi. São mortos ficou Isabel Cardoso irmã nomeada por manda que diz o padre Fr. Theodosio viu em 3a. vida o qual prazo está no livro do L. fol. 181.”



Casou em Lamego c. **D. Mécia Cardoso de Carvalho**, [GAIO, Guedes, §10] e faleceu novo, cerca de 1550. Foram seus filhos:

5. Francisco Guedes, Cónego na Sé de Lamego
5. António Guedes Alcoforado, que terá sido 2ª vida do prazo acima referido, pois é o seu nome que está no livro de recibo do prazo de 1575, s.g.
5. Rui de Carvalho Alcoforado, terá casado primeira vez com D. Maria Coelho de Vasconcelos, f. Álvaro Ferreira de Vasconcelos e de s.m. Branca de Sequeira de Almeida, Fidalgos da Casa Real, de quem houve uma filha, Mécia Cardoso de Vasconcelos. Casou segunda vez com sua prima, Filipa de Carvalho (da Fonseca), f. Nuno Vaz Guedes, sem sucessão.
5. c. 1545, **Isabel Cardoso Alcoforado**, segue.
5. c. 1545, **Catarina Guedes**, segue mais abaixo.

5. c. 1545, **Isabel Cardoso Alcoforado** c.c. **Adão Rebelo de Carvalho** – o Rei da Beira, ou o Chiquito da Beira, Senhor da Quinta do Prado, Capitão-Mor de Caria, moradores na Quinta de Adbarros (A-de-Barros), no extinto Concelho de Caria, em Lamego. Adão Rebelo faleceu em 1610 conforme se retira da “Memória dos Conventos da Congregação da Terceira Ordem, composta por Fr. Vicente Salgado”, nomeadamente nas alusivas ao Convento de São Francisco, onde é referido:

“Pegada a esta [Campa de Álvaro Saraiva, junto ao altar da primeira Capela] se acha outra Campa, com a Legenda seguinte= Sepultura de Adão Rebello, e de seus herdeiros 1610 (?). Parece que esta campa pertence a Caça da Adbarros, de que hoje senhor Joaquim Guedes, Fidalgo da Casa Real, e Capitão Mor do Concelho de Caria...”

Ao lado, desenho de Jorge Braga da Costa, que reproduz a Casa Grande de AdBarros, hoje conhecida como Solar dos Noronhas, a quem pertenceria a dita campa de Adão Rebelo.



| 113

Isabel Cardoso, faleceu viúva na Vila da Rua, e foi 3ª vida no prazo da Quinta de Santa Comba embora apenas um de seus filhos e um de seus netos, ambos padres, tenham morado em Lobrigos.

Na disputa pelo Morgado de Santa Comba, o principal argumento usado pelos descendentes de Cristóvão Guedes foi precisamente o da quebra de varonia na descendência de Gregório Guedes para esta sua filha Isabel Cardoso, havendo herdeiro varão vivo, para além da prova de que Henrique Vaz Guedes seria mais velho do que seu irmão Gregório. Foram seus filhos:

6. c. 1565, António Guedes de Carvalho, sem sucessão.

6. c. 1580, Francisco Guedes de Carvalho, n. Concelho de Caria, Fidalgo Cavaleiro, com 10.000\$ reis de moradia por mês e 1 alqueire de cevada por dia pelos serviços prestados como capitão-mor no dito Concelho, segundo Alvará de 3-7-1660 (Livro de Matrículas da Casa Real), c.c. D. Beatriz Rebelo, f. Simão Rebelo. Francisco morreu a 9-9-1661, com testamento redigido por seu sobrinho Gaspar Leite Cabral.

7. c. 1610, António Guedes de Carvalho, o que perdeu a demanda com Pedro Guedes de Magalhães, foi abade das igrejas de Lobrigos como se documenta em 1643 (S. João de Lobrigos), 1646 (S. Miguel de Lobrigos) e 1650 (Santa Comba de Lobrigos).

7. Paulo Guedes de Carvalho, contraiu matrimónio, a 17-2-1653, com D. Eugénia Moutinho Cardoso, f. António Cardoso da Fonseca, senhor do Morgado de Armamar e de s.m D. Antónia Moutinho. Dela, além de 4 raparigas destinadas aos conventos da Ribeira e de Ferreira das Aves, teve Sebastião Guedes de Carvalho, que sucedeu na casa de Adbarros e c.c. D. Ana Pereira (Coutinho de Vilhena), filha de Luís Pereira Pinto, de Penedono e s.m. Leonor da Fonseca.

7. Francisco, foi Capitão-mor e faleceu sem geração, visto ter nomeado herdeiro o sobrinho Gaspar Leite Cabral.

6. c. 1580, Mécia (de Carvalho) Cardoso, n. de Adbarros, c. a 24-9-1604 c. Álvaro de Carvalho Teixeira, Morgado da casa do Poço, em Lamego, FCR, já viúvo de Francisca Teles de Albuquerque, f. de Diogo Lopes de Carvalho, que *“serviu na Índia com grande valor e foi um dos oitenta fidalgos nomeados para se res-*

gatarem depois da derrota de África, tendo falecido em Alcacer-Quibir, em 1578” e de s.m. D. Joana Teixeira Cabral.

6. c. 1585, Dr. Luís Rebelo de Carvalho, foi abade em S. Miguel de Lobrigos tendo celebrado em 1620 o triplo matrimónio dos filhos de Francisco Pinto e Leonor Guedes e das filhas de Sebastião de Araújo e de Jerónima de Mendonça (vid. Capítulo 6). Foi também padrinho em 1633 de André Borges Mesquita, filho de outro, ambos que viriam a ser Morgados de Santa Comba e era ainda abade de Lobrigos em 1634 quando foi padrinho de Manuel, f. António Borges e Isabel Guedes, vão abaixo.

Pode dizer-se que o padre Luís Rebelo foi dos que mais apadrinhou a união entre os Borges e os Guedes de forma a assegurar a continuidade do Morgado de Santa Comba – por um lado seguindo o desígnio do seu instituidor Gonçalo Vaz Guedes por outro, talvez, aspirando à posse do mesmo para a sua família mais próxima.

6. c. 1580, Bernardo Rebelo Carvalho, nascido e falecido na Quinta de AdBarros, foi senhor da quinta dos Álamos, no concelho de Caria, c.c. D. Joana Pimentel de Vasconcelos, de Valdigem, conforme se retira do processo de Habilitação para o Santo Ofício de sua neta D. Francisca Maria Guedes de Loureiro para casar com o FSO Henrique de Abreu Machado (HSO, Letra H, Maço 4, n.º 62), natural de Mortágua. Com sucessão.

Saliente-se, com relevância neste estudo, que D. Joana Pimentel foi f. Diogo de Mesquita e de s.m. D. Joana de Carvalho Pinto, n.p. André Antunes e D. Antónia Mendes de Vasconcelos [GAIO, Mesquitas, §18] e sobrinha de D. Maria de Mesquita Pimentel e de s.m. Rui Borges, que viria a ser o novo Morgado de Santa Comba.

5. c. 1545, **Catarina Guedes** c.c. Domingos Gonçalves e moraram em Lourentim, S. Miguel de Lobrigos. Terá sido esta Catarina quem ficou em Lobrigos e sucedeu a seu pai na administração da Casa e do Morgado. Na sentença do Morgado é dito que Gregório Vaz Guedes teve cinco filhos e filhas mas não é referido o nome da segunda filha. Tudo leva a crer ser esta Catarina Guedes pois foi sepultada na capela dos Guedes assim como o foram os seus filhos. Faleceu em 16-10-1604, jaz na Capela dos Guedes (a Capela do Morgado na Igreja de S. Miguel de Lobrigos), deixando seu filho Francisco Guedes herdeiro.

6. c. 1565, Francisco Guedes, herdeiro de sua mãe Catarina, c.c. Isabel Borges foram moradores em Lourentim onde tiveram seus filhos, e posteriormente no Lameiro onde viriam a falecer, ambos lugares de S. Miguel de Lobrigos. Isabel faleceu em 1631 e Francisco em 1637, enterrados na Capela dos Guedes. Este casamento foi o primeiro na época dos Filipes entre os Guedes que

administravam o Morgado e os Borges que viriam a ser os novos Morgados. Veremos no capítulo seguinte a ascendência desta Isabel Borges. Foram seus filhos:

7. 3-9-1589, André Guedes c.c. Salomé de Mesquita, de Santo André de Medim (posteriormente Sanhoane), f. Luís de Mesquita e de s.m. Paula Pereira, onde moraram, c.g.

7. 28-12-1593, António Borges c.c. Isabel Guedes, que não seria dos Guedes de Lobrigos, pois não existe aí registo do seu casamento. Foram moradores em Lourentim e depois no Lameiro, c.g.

7. 1-10-1600, Francisco Guedes c.c. Maria Pinto, moraram no Lameiro e tiveram um filho único também Francisco. Ambos os Franciscos jazem na Capela dos Guedes, o filho falecido à nascença, em 1618, e seu pai em 1644.

6. c. 1570, Manuel Guedes, faleceu em Lourentim em 15-9-1587.

6. c. 1575, **Gaspar Guedes (Alcoforado)**, segue.

6. c. 1575, **Gaspar Guedes (Alcoforado)**, casou em 13-6-1599 c. Isabel de Mesquita, n. Paradela, Loureiro, f. António de Mesquita e de s.m. Filipa de Mansilha e foram moradores em Lourentim, S. Miguel de Lobrigos. Aí crismaram os seus quatro filhos em 1620 e aí faleceram, ele a 27-2-1633, ela a 23-6-1640, e jazem na sua Capela (dos Guedes). Filipa de Mansilha, também dos Borges, seria prima direita de Isabel Borges c.c. Francisco Guedes, irmão mais velho deste Gaspar Guedes (vai acima).

7. 3-4-1600, António Guedes Alcoforado, n. Lourentim, S. Miguel de Lobrigos, **padre-cura de S. Miguel e S. João de Lobrigos**, e já o era em 1624, faleceu em 15-9-1642.

7. 11-7-1604, Isabel de Mesquita c.c. Pedro Pinto de Araújo em 8-12-1626, moraram em Santa Comba de Lobrigos, tiveram 9 filhos entre 1628 e 1644.

7. 10-3-1610, **Gaspar Guedes Alcoforado**, segue.

7. c. 1612, Maria de Mansilha de Mesquita, crismada em 1620 com os seus três irmãos, na igreja de S. Miguel de Lobrigos, c. em 1643 c. Domingos Rodrigues, neto sobrinho do **padre Gonçalo Frz**, “*que Deus tem*”, **cura de S. Miguel de Lobrigos**. Casou 2ª vez em 1649 c. Manuel Guedes da Fonseca, de Sanhoane, também já viúvo de Maria Fernandes, de Sanhoane. Maria faleceu em 29-5-1668 e foi sepultada na capela dos Guedes, sendo o seu óbito registado nas duas paróquias – S. Miguel de Lobrigos e Sanhoane – e Manuel faleceu em 18-4-1671 em Sanhoane.



7. 10-3-1610, **Gaspar Guedes Alcoforado** c.c. Filipa de Gouveia de Figueiredo, n. Santo André de Medim, f. Manuel de Gouveia Pinto e de s.m. Joana Cardoso. Gaspar Guedes foi Tabelião e morou em Lourentim onde teve os seus filhos e faleceu a 4-3-1683. Filipa de Gouveia faleceu em 7-11-1666 e não fez testamento por morrer de um acidente, foi sepultada na Capela do Reverendo Abade (Gaspar de Morais Guedes) que era a dos Guedes.

8. 31-3-1644, **Leonor Maria de Gouveia Guedes de Mansilha**, segue.

8. 7-9-1647, Maria, n. Lourentim, teve por padrinhos João de Mesquita, de Valdigem, e Mariana, f. Maria Ana de Sequeira e de Diogo Guedes Alcoforado, de Lourentim.

8. 25-12-1651, Manuel de Gouveia Alcoforado, c.c. Maria de Mansilha e foram moradores em Sanhoane (Sto. André de Medim) nos lugares da Rua e depois do Outeiro, criando aí os seus sobrinhos Ana e Manuel, órfãos de sua irmã Leonor. Maria de Mansilha faleceu em 15-1-1690. Manuel de Gouveia foi herdeiro de seu pai em 1683 e faleceu a 18-10-1724 sem descendência, deixando herdeiro seu sobrinho Matias José Guedes, e dinheiro para as obras da Sra. da Guia, de S. Miguel e da Sra. da Piedade de Lourentim.

8. 31-3-1644, **Leonor Maria de Gouveia Guedes de Mansilha**, n. Lourentim, c. em 7-1-1663 c. Matias Pinto Rebelo, n. Santa Comba, seu segundo primo, f. Belchior Rebelo e de Ana Pinto Guedes. Faleceram ambos em 1669, ela primeiro “*e está sepultada na capela dos Guedes*”, e ele 2 meses depois.

9. 30-1-1664, Ana Guedes, n. Santa Comba, ficou órfã cedo e morou com o seu tio Manuel de Gouveia, no Outeiro de Sanhoane, onde foi madrinha em vários baptismos e faleceu solteira em 9-2-1695.

9. 29-9-1665, **António Guedes Alcoforado**, segue.

9. c. 1667, Manuel, documenta-se em Sanhoane em 1697, onde terá vivido com o seu tio Manuel de Gouveia Alcoforado, s.m.n.

9. 29-9-1665, **António Guedes Alcoforado**, n. Lourentim, e teve o dito António por padrinho de baptismo o padre Luís Guedes da Cunha, de quem já falámos no Capítulo 8, f. Pedro Guedes de Magalhães, de Lamego, o que recuperou o Morgado em 1646, e por madrinha, Maria de Mesquita, de Sanhoane.

Casou c. Maria de Queirós Guedes, de S. João de Lobrigos, f. Francisco Guedes de Queirós, das Asoreiras de Sedielos e de Maria Pereira Pinto, da Casaria de S. João de Lobrigos. Moraram em Lourentim e aí tiveram seus filhos. Em Sedielos tiveram um prazo em 1692, conforme se vê nos prazos do Convento de Monchique, do Porto.



“Reconhecimento que fizeram António Guedes Alcoforado e sua mulher Maria de Queirós Guedes do lugar de Lourentim das propriedades que possuem no lugar das Asoreiras freguesia de Sedielos que saíram do Casal de Bartolomeu Frz. que é prazo de vidas e de geração com pensão cada de 250 reis em dinheiro e de lutuosa outro tanto como de renda o Dominio de cinco um [a quinta parte]”

António Guedes foi aceite como Familiar do Santo Ofício em 1695. Maria de Queirós faleceu viúva em 27-4-1726, deixando por herdeiro seu f. Matias José Guedes. | 117

10. c. 1690, (N) Maria Guedes, f. natural de António Guedes Alcoforado, e de Catarina Bento, de Nogueira, termo de Vila Real, c. em 9-2-1728 c. Sebastião Ferreira, f. João Rodrigues Ferrão e Maria dos Santos, de Chaves.

10. 6-5-1691, Francisca, teve por padrinhos o tio de seu pai, Manuel de Gouveia, e sua sobrinha Ana Guedes, ambos de Sanhoane.

10. 8-4-1692, Luísa, teve por padrinhos Manuel de Mesquita Pinto, de Sanhoane, e sua filha Jacinta de Queirós.

10. 8-8-1693, Maria da Guia Eufrásia, por padrinhos o padre Domingos da Anunciação, seu tio, e Maria Guedes, f. Manuel Guedes e de Ana Maria Juzarte, do Lameiro.

10. 7-10-1694, Francisca Teresa, por padrinhos António de Queirós, f. João de Queirós, e Francisca de Queirós, f. Manuel de Mesquita, de Sanhoane.

10. 20-11-1695, Francisco Justiniano, por padrinhos Manuel Pinto de Vasconcelos, de Santa Marta, e Catarina de Mesquita Borges, Morgada de Santa Comba, foi padre.

10. **Matias José Guedes Pinto Alcoforado**, segue.

10. Jacinta Caetana, baptizada em 18-4-1697, cujo assento de baptismo foi feito apenas em 14-9-1700 por requerimento dos pais.

10. 1-11-1700, Ana Maria Luísa Guedes Pinto (ou Ana Luísa dos Santos ou Ana Engrácia Jacinta) c. em 3-9-1722 c. Luís Rebelo de Carvalho e Albergaria, n. Cidade de Lamego, f. Domingos Monteiro e Albergaria e de D. Clara Maria de Magalhães, de Lamego, n.p. Belchior Monteiro e de s.m. D. Jerónima Pimentel de Vasconcelos, filha esta de Bernardo Rebelo de Carvalho, dos de Caria, e de s.m. D. Joana Pimentel de Vasconcelos, já falados neste Capítulo [GAIO, Monteiros, §11, N15].

10. **Matias José Guedes Pinto Alcoforado**, baptizado em 20-3-1696, sendo o seu assento de baptismo feito apenas em 14-9-1700 também por requerimento dos pais. Teve por padrinhos Manuel de Gouveia Alcoforado, de Sanhoane, e Manuel Guedes de Mesquita, do Lameiro. Licenciou-se em Leis na Universidade de Coimbra, em 1719, com Matias José de Queirós. Casou em 29-1-1725 c. D. Teresa Josefa Borges Pereira de Mesquita f. Caetano Luís Borges de Mesquita, Morgado de Santa Comba, e

de s.m. D. Mariana Helena de Almeida Pereira de Mesquita. Matias José Guedes Pinto Alcoforado, faleceu a 14-12-1727, em S. Miguel de Lobrigos, como **MORGADO DE SANTA COMBA**, deixando “24000 reis para as obras desta Igreja de S. Miguel e outros 24000 para as obras da Sra. da Guia desta freguesia”.

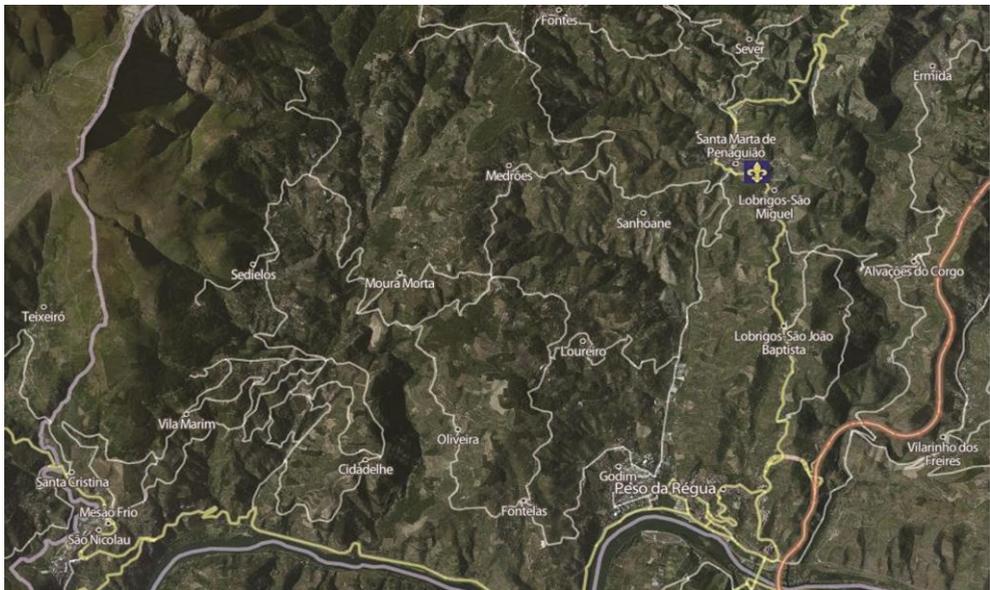
O registo tardio do seu baptismo deixa dúvida quanto ao seu nascimento ser em 1696 pois seu irmão, o padre Francisco Justiniano, teve baptismo em 20-11-1695. Por outro lado se aceitarmos a idade de 36 anos indicada no seu óbito então teria nascido entre 14-12-1690 e 13-12-1691 o que conflitua com o nascimento de sua irmã Francisca! Fica o enigma...

Da sua descendência daremos conta no Capítulo 12 deste estudo.

10. Os Borges de Penaguião

Dizem os Genealogistas [GAIO], “Azeredos de Mesão Frio” [PINTO MELO], etc. que em 1621 o abade de Jacente (ou Jazente), Baltazar Borges, instituiu um novo Morgado em Santa Comba para seu irmão Rui Borges. Antes de nos debruçarmos sobre este novo Morgado e os seus sucessores vejamos quem eram estes Borges que aparecem em Lobrigos.

Embora a genealogia destes Borges que se encontram nos vários nobiliários seja um pouco confusa, não existe grande dúvida de que se trata da estirpe dos Mansilhas, Borges e Lousadas, quer pelos apelidos encontrados nos seus descendentes quer pelos locais onde moraram.





O mapa anterior, mostra em relevo os vários locais acima do Douro por onde se distribuíram estas famílias dos Borges, nas proximidades de Santa Comba de Lobrigos, assinalada com a Flor de Liz.

De uma forma muito resumida, esta linha começa cerca de 1435 com o casamento de Afonso de Mansilha e D. Catarina Rodrigues Borges, f. de Rui Borges, cavaleiro da Casa Real, Alcaide-mor de Santarém, senhor do Concelho de Alva (Castro Daire) e 1º senhor do Prazo da Quinta de Carvalhais no termo da vila de Oliveira (Mesão Frio) e de s.m. D. Antónia Telles (ou, de Sousa, segundo Gaio). Os Lousadas juntam-se-lhe pelo casamento da filha destes em Penaguião, D. Senhorinha do Rego Borges, com João de Lousada, fidalgo Galego [GAIO], conhecendo-se ainda um seu irmão (talvez apenas pela metade paterna) Gil Afonso de Mansilha, que foi senhor da Quinta de Lourentim na freguesia de S. Miguel de Lobrigos, Concelho de Penaguião. Foi filho de D. Senhorinha, Gaspar Borges de Sousa (ou Lousada de Mansilha), senhor do prazo de Bamba e das Quintas de Nostim e do Paço de Carvalhais, em Oliveira, Mesão Frio⁸ e c.c. sua prima, D. Teresa Gomes Rebelo (ou de Castro), senhora de Alva, bisneta do Rui Borges, já referido. Um de seus filhos, homónimo de seu pai com quem é confundido por Gaio quanto ao 2º casamento, mas que Soveral corrige, foi o progenitor dos vários Borges ligados ao Morgado de Santa Comba de Lobrigos.

1. c. 1500, **Gaspar Borges Lousada**, escudeiro-fidalgo da Casa Real, senhor do prazo da Bamba, c. em 1536 c. **D. Isabel Vaz Guedes**⁹, f. Nuno Vaz Guedes e de s.m. Filipa Rodrigues Alcoforado, n.p. Pedro Vaz Guedes, de Sedielos, e de s.m. Ana Pinto da Fonseca. Terá casado 2ª vez c. **D. Leonor de Araújo Sottomayor**, f. Luís Alves de Araújo.

2. c. 1536, **Antónia Borges**, segue.

2. c. 1538, Maria Borges c.c. António Pinto, n. S. Pedro de Loureiro, f. de Sebastião Pinto, [GAIO, Lousadas, §8, N4].

3. c. 1560, Gaspar Pinto (Gaio, chama-o Gaspar Borges e dá-o como filho e não neto de Gaspar Borges Lousada) c.c. Maria Pinto, moraram na Gervide, em Loureiro, onde tiveram seus nove filhos. Gaspar faleceu em 1615 e s.m. deduz-se que tenha falecido pouco depois, uma vez que quando sua f. Domingas Pinto casa com Amador Pereira, em 1616, era já órfã de pai e mãe.

3. c. 1560, António Borges c.c. Andresa Rodrigues, no dia 27-7-1587, f. Manuel Rodrigues Fragoa [GAIO], irmã de outro Manuel Rodrigues, padre em Sever, e de s.m. Beatriz Fernandes, todos de Santo Adrião de Sever, moraram na Portela de Loureiro, com geração. An-

⁸ vid. [SERPA PIMENTEL], “Livro de Linhagens”

⁹ idem



tónio faleceu na Portela em 1601, dois meses antes de nascer a sua última filha, Beatriz Borges Pinto. Andresa faleceu em 1614 deixando órfãs suas filhas Beatriz e Maria Borges Pinto.

3. c. 1565, Francisco Pinto c.c. **Leonor Guedes**, vid. Capítulo 6, foram os pais dos três rapazes casados com suas três primas, filhas de Sebastião de Araújo e Jerónima de Mendonça, que vão abaixo.

3. c. 1565, Marcos Pinto c.c. Maria de Almeida, sendo esta Almeida a que Gaio dá como mulher de seu irmão Gaspar. Moraram na Paradelá, Loureiro, e tiveram pelo menos: Maria Borges, António, Ana, Custódio e Domingos. Faleceram, ele em 1612, ela em 1629.

3. c.1565, Isabel Borges c.c. **Francisco Guedes**, já falados no Capítulo 10, ele f. Catarina Guedes, neto de Cristóvão Guedes e bisneto de Henriques Vaz Guedes, Morgado de Santa Comba.

Existe dúvida sobre a filiação desta Isabel. Sabemos que teve um irmão António Borges, que morou ou era natural da Bamba, em Santa Maria de Oliveira, e cronologicamente poderá ser o que vai acima e é dado como filho de Maria Borges por vários Genealogistas [GAIO], [PINTO MELO]. Mas na Bamba viviam também outros Borges destas famílias e nestas datas, nomeadamente Sebastião Pereira de Mansilha e seu irmão Nuno Vaz de Mansilha, ambos filhos de Isabel de Mansilha, e esta, irmã do Gaspar Borges Lousada que vai em 1. Seguimos a primeira hipótese.

2. c. 1540, Francisca Borges Lousada, que Gaio dá como filha de Maria Borges, vai aqui como irmã pois a cronologia não o permite e adicionalmente o Araújo do seu filho Sebastião indica ser do 2º casamento de seu pai com Leonor de Araújo, c.c. Sebastião Vieira, Capitão em Lobrigos. Francisca faleceu antes de 1587 e o seu marido em 1598, já casado em segundas núpcias c. Ana Correia, de Santa Comba. Do matrimónio de Francisca e Sebastião nasceram três filhos:

3. c. 1560, Guiomar Vieira c.c. Domingos Osório de Araújo da Fonseca, f. Amador Afonso de Araújo, e s.m. Cecília do Rego da Fonseca. Moraram em Santa Comba de Lobrigos e aí faleceram, ela em 1608, ele em 1616. Tiveram vários filhos:

4. Francisca Borges c.c. António Guedes Pereira, em 1619, dos Guedes Senhores de Murça, viúvo de Maria Guedes de Gouveia.

4. Rodrigo e Cecília, s.m.n



4. Domingos Osório da Fonseca, o novo, FSO¹⁰ c. em 1620 c. Maria de Queirós de Carvalho, sua prima, filha do Morgado de Balsemão, António Pinto da Fonseca e de s.m. Cecília de Queirós, n.p. Aires Pinto da Fonseca e de D. Brites de Macedo, n.m. Afonso de Araújo Osório que, diz Gaio, andou nas guerras de Flandres e foi Aio do Duque de Bragança e Provedor de Leiria, e de s.m. Francisca de Queirós, com sucessão.

4. Inácia de Lousada Osório c. em 1627 c. António Guedes Pereira, filha do homónimo c.c. sua irmã Francisca, tiveram filhos, entre eles Luís Guedes Osório que em 11-10-1687 obteve carta de FSO¹¹, onde se confirma esta ascendência e a de s.m. Catarina Guedes Alcoforado, n. Asoreiras, em Sedielos, f. Gaspar Guedes Alcoforado, neta de Pedro Guedes Alcoforado, bisneta de Ana de Morais, trineta de Henrique Vaz Guedes e de s.m. primeira D. Ana de Morais.

4. Maria de Mansilha c.c. Manuel Guedes Pinto em 1627, c.g.

3. c. 1565, Isabel de Mansilha c.c. Jorge de Araújo Osório, seu parente, irmão de seu cunhado para o que houve dispensa [GAIO]. Moraram em Lourentim e aí faleceram, ele em 1620, ela em 1625. Jorge de Araújo documenta-se no prazo que lhe fez o Mosteiro de Alpendurada, em Lobrigos, do Casal da Ribeira ou Quebrada de Jueiros.

“Há prazo de todo o Casal inteiro que viu o Padre Fr. Teodósio feito por própria no ano de 1565 a Amador Afonso de Araújo e sua mulber Cecília do Rego filho ou filha os dois empraçantes são mortos ficou este filho em 3^a. Vida e ele tem este prazo. A Jorge de Araújo morador em Lourentim por esta metade pelo que comprou a Isabel Pinta. 3^a. Vida, mas mostrou o prazo e não o dote. É morto Jorge de Araújo. Em dinheiro duzentos e trinta Rs – 230.”

3. c. 1570, Sebastião de Araújo c.c. Jerónima de Mendonça, já várias vezes referidos neste estudo por terem sido pais das 3 meninas Jerónima, Juliana, e Maria, que casaram, já órfãs, em 1620 com os 3 rapazes filhos de António Pinto e **Leonor Guedes**, netos de Cristóvão Guedes, o que não foi Morgado. Moraram em Lourentim, S. Miguel de Lobrigos, onde faleceram em 1619.

4. c. 1595, Jerónima de Mendonça c.c. **Domingos Borges**

4. 12-7-1600, Gonçalo, s.m.n.

¹⁰ ANTT, Processo de Habilitação a Familiar do Santo Ofício, maço 3, n° 98, de 1639-1640.

¹¹ ANTT, Processo de Habilitação a Familiar do Santo Ofício, maço 6, n° 165, de 1685.



4. 1-7-1602, Juliana de Mendonça c.c. **Gaspar Borges de Lousada**
4. 26-11-1603, Sebastião de Araújo c.c. Maria da Silva
4. 10-3-1609, Maria de Mansilha c.c. **Manuel de Lousada**

2. c. 1536, **Antónia Borges** c.c. **Diogo Rodrigues Rebelo**, escudeiro-fidalgo da Casa Real, senhor da Casa da Torre de Loureiro, da Quinta da Granja em Penaguião e do prazo de Vila Maior, todas herdadas de seu pai Rodrigo Anes Rebelo e de s.m. D. Genebra Pires - vid. [SERPA PIMENTEL], “Livro de Linhagens”. Faleceram na Torre, Loureiro, ela em 3-3-1590, ele em 1-1-1602 ficando seu f. Rui Borges herdeiro.

3. c. 1555, Filipa de Mansilha c.c. António de Mesquita, foram moradores em Paradela, Loureiro onde faleceram, ele em 11-2-1594, ela em 22-8-1598.

4. c. 1575, Isabel de Mesquita, n. Paradela, Loureiro, casou após falecimento dos seus pais, em 13-6-1599 c. **Gaspar Guedes (Alcoforado)**, f. Domingos Gonçalves e de s.m. Catarina Guedes, moradores em Lourentim, S. Miguel de Lobrigos, n.m. de Gregório Vaz Guedes e de s.m. Mécia Cardoso de Carvalho, de Lamego. Faleceram ambos em Lourentim, ele a 27-2-1633, ela a 23-6-1640, e jazem na sua Capela (dos Guedes), c.g. que se apresentou na descendência de Gregório Vaz Guedes Alcoforado, no Capítulo 9.

4. c. 1575, Antónia Borges de Mesquita, n. Loureiro, c. em 15-5-1600 c. Manuel Cristóvão, f. do padre Cristóvão Rodrigues e de Joana Gomes, c.g.

4. c. 1580, António de Mesquita, n. Paradela, Loureiro, c. em 17-5-1604 c. Maria Teixeira, f. Pedro Rodrigues, de Paredes, Loureiro e de s.m. Catarina Vaz, c.g.

4. c. 1585, Maria de Mansilha c.c. Francisco de Mesquita (Pimentel), possível irmão de Maria de Mesquita, de Valdigem, casada com Rui Borges, seu tio, que vai abaixo. Foram moradores em Lourentim e tiveram vários filhos, com padrinhos de Valdigem e um deles de nome Francisco de Mesquita Pimentel.

Francisco de Mesquita faleceu em 25-6-1622, referindo-se no seu óbito que “*jaç na Capela dos Guedes*”, sua filha Isabel falecida em 1624 “*jaç na igreja fora da sua capela*” e sua mulher Maria de Mansilha em 1625 “*jaç no corpo da Igreja*”. Este empurrar sucessivo dos membros desta família para fora da Capela dos Guedes pode ser interpretado como uma apropriação indevida da dita capela após a instituição do novo Morgado em 1621.



3. c. 1560, Diogo Borges, n. Torre, Loureiro, c.c. Maria Guedes em 24-7-1593, em Sedielos, f. Sebastião Pereira, e de s.m. Ana Correia, de Santo André de Medim, n.p. Gonçalo Pereira, Morgado da Portela de Sedielos e de s.m. **Maria Guedes Alcoforado** (vid. Capítulo 5). Diogo faleceu a 11-5-1594 em Loureiro e Maria Guedes em 7-9-1598 em Sedielos.

| 123

4. (N) c.1580, Maria Borges, crismada em 1592 em S. Pedro de Loureiro, filha natural de seu pai e de Margarida Rebelo, solteira, n. Loureiro. Casou em 1599 c. André Álvares, de Fontelas, c.g.

4. Catarina. Baptizada em 24-6-1594 em Sedielos, sendo seu pai já defunto, teve como padrinhos Francisco de Almeida, da Vila de Mesão Frio, e Ana Correia mulher de Sebastião Pereira, de Sanhoane.

3. c. 1560, Baltazar Borges, **abade de Jacente**, em Amarante, documenta-se como padrinho em Loureiro, em 1592 e nos prazos do Mosteiro de Alpendurada como adquirente de várias terras em Santa Comba de Lobrigos (vid. Capítulo 9). Foi este abade o instituidor do novo Morgado de Santa Comba, em Penaguião, para seu irmão Rui Borges [GAIO, Lousadas, §6, N5; Barbosas, §127, N26] e o mesmo é dito nos “Azeredos de Mesão Frio” [PINTO MELO] atribuindo-se-lhe o ano de 1621 a essa instituição.

3. c. 1565, Belchior Borges, clérigo, n. Torre, Loureiro, ainda vivia em 1603 quando foi padrinho de seu sobrinho António, em S. Pedro de Loureiro.

3. c. 1565, Francisca Borges, n. Loureiro, foi madrinha com seu irmão Belchior em 1603 e faleceu na Granja, Loureiro a 27-6-1632, s.g.

3. c. 1570, **Rui Borges**, segue.

3. c. 1570, António Borges, n. Granja da Torre, Loureiro, casou cerca de 1592 c. Maria Barbosa Cabral, f. Francisco Barbosa Cabral, FCR, Instituidor da Capela de Nossa Senhora da Ajuda em Campelo e de s.m. Maria Caldeira de Miranda f. de Gaspar Dias de Miranda Abade de S. João de Ovil no concelho de Baião, da Família dos Mirandas [GAIO, Barbosas, § 13, N25]. Maria Barbosa faleceu em 1-4-1607 e António em 25-7-1628, deixando seu filho primogénito Francisco Borges por herdeiro.

4. (N) Antónia, filha natural havida em Juliana, solteira, em 1591.

4. Francisco Borges, Maria de Mansilha, Diogo, Antónia Borges, todos sem geração conhecida.

4. António Borges c. em 1640 c. Maria de Mesquita de Vasconcelos, faleceu em 1645.

4. João Borges Barbosa, foi Capitão-mor de Ferreiros de Tendais, c.c. Catarina Barbosa, n. Ferreiros de Tendais [GAIO, Barbosas, §127, N27].

11. LINHA DOS NOVOS MORGADOS

Rui Borges foi o primeiro dos novos Morgados de Santa Comba. Nesse tempo, o homónimo Morgado dos Guedes e suas terras andava nas mãos de Gregório Vaz Guedes em virtude da zanga na sucessão de seu irmão Henrique Vaz Guedes com seu filho primogénito Cristóvão Guedes.

3. c. 1570, **Rui Borges**, n. Torre, Loureiro, onde se documenta como padrinho em 1589, c.c. D. **Maria de Mesquita Pimentel** f. André Antunes, Fidalgo da Casa Real, da Valdigem, Lamego, e de s.m. D. Antónia Mendes de Vasconcelos [GAIO, Lousadas, §7, N5]. Esta Maria de Mesquita foi, como já vimos no capítulo anterior, tia de Joana Pimentel de Vasconcelos c.c. Bernardo Rebelo Carvalho, este, neto de Gregório Vaz Guedes. Foram moradores no lugar da Torre, tendo Rui Borges falecido na Granja, Loureiro, a 28-2-1624 sendo pois curto o período de detenção do Morgado. Maria de Mesquita faleceu em 1-11-1647, sendo sepultada na capela de S. Miguel de Lobrigos como mãe do novo **MORGADO DE SANTA COMBA**, André Borges de Mesquita.

4. c. 1600, **André Borges Mesquita**, sucedeu no Morgado, segue.

4. 29-3-1604, Maria de Mesquita, n. Torre, Loureiro, teve por padrinhos Simão Guedes de Figueiredo, de Sanhoane, e D. Luísa de Mesquita, f. Manuel Cão de Meireles e de Francisca de Proença, todos de Loureiro, mulher que foi de Gaspar de Carvalho Pinto, da Casa da Figueira [GAIO, Carvalhos §16, N 11]. Foi crismada em 1620 na igreja de S. Pedro de Loureiro tendo seu irmão André por padrinho.

Apresenta-se ao lado, imagem das armas esquarteladas dos Pintos e dos Carvalhos, ainda existente no tecto da sala principal da casa da Figueira.



4. 8-8-1606, Diogo Borges de Mesquita, n. Torre, Loureiro, teve por padrinhos seus tios Diogo de Mesquita, de Valdigem [GAIO, Mesquitas §18, N3] e Joana de Mesquita, sua irmã. Casou em 15-9-1644 c. D. Luísa de Carvalho, f. Manuel Pereira Pinto, FCR, da Casa dos Vales de Penaguião, e de D. Maria de Carvalho, esta f. Gaspar de Carvalho Pinto e de D. Luísa de Mesquita, da Casa da Figueira, em Lamego.



Em solteiro, Diogo foi por diversas vezes padrinho em Loureiro, a última que se documenta em 29-1-1644, de um filho de Maria da Fonseca do Vale, da dita Casa dos Vales.

5. (N) 6-11-1639, Pedro, filho natural havido em Maria, solteira, e “*que disseram ser de Diogo Borges*”.

| 125

5. c. 1650, **Diogo Borges de Mesquita**, que foi também Morgado, segue mais abaixo.

5. c. 1655, Isabel (de Carvalho?) c.c. Paulo Coelho de Novais, do lugar do Peso, Régua, onde foram moradores. Foi madrinha em Santa Maria de Oliveira de seu sobrinho Caetano Borges de Mesquita (vai abaixo) em 1694, referida apenas como D. Isabel.

4. c. 1610, Antónia, crismada em 1620 com suas irmãs Maria e Francisca.

4. Novembro de 1612, Verónica, n. Loureiro, teve por padrinho seu tio António Borges e a filha deste, sua prima, Maria de Mansilha, s.m.n.

4. 28-10-1614, Francisca Pimentel Borges, n. Loureiro, teve por padrinho Álvaro Pinto da Fonseca, Senhor de Lourentim, FCR, c.c. Antónia de Vilhena e por madrinha Leonor de Mansilha, m. Gaspar Pinto (Borges), da Quinta do Hospital de Godim, na Régua. Casou em 15-9-1644, no mesmo dia em que casou seu irmão Diogo Borges, c. Manuel Pinto de Carvalho Teixeira, FCR, irmão de D. Luísa de Carvalho, da Casa da Figueira (acima).

5. c. 1650, Maria de Mesquita Pimentel c.c. Joaquim de Queirós Rebelo de Magalhães, natural de Brunhedo, em Fontelas, c.g.

4. c. 1600, **André Borges de Mesquita**, n. Torre, Loureiro, e aí crismado em 1620. Entrou na posse do **MORGADO DE SANTA COMBA** após morte de seu pai, sendo já referido como Morgado em 18-4-1624 quando foi padrinho de um baptismo em Santa Comba de Lobrigos – claramente marcando “*in loco*” o seu título.

Casou três vezes, c. **D. Isabel de Almeida** por volta de 1625 e teve dela vários filhos até à morte da mesma, em 4-11-1634, casou 2ª vez cerca de 1640 com **D. Maria Taveira** que faleceu, s.g. a 10-11-1647, ambas sepultadas na capela-mor da Igreja de S. Miguel de Lobrigos e c. 3ª vez perto de 1655 c. **D. Maria de Melo**. André Borges faleceu a 20-6-1657, com testamento.

5. 29-9-1627, Isabel de Mesquita, n. Torre, Loureiro, teve por padrinhos o abade André Marques, tio de sua mãe Isabel de Almeida e António Cerqueira (de Carvalho), dos Borges Cerqueira, de Vila Marim, Capitão-Mor de Penaguião morador na Quinta de Matos, em Sedielos.

5. 28-10-1628, Maria de Mesquita, n. Santa Comba de Lobrigos, c. em 29-10-1650 c. Cristóvão Coelho de Melo, Morgado da Quinta de S. Paio, recebidos



na Capela de Santa Comba pelo abade “*destas igrejas*” António Guedes de Carvalho (vid. Capítulo 9). Repare-se na mudança de residência do Morgado pois esta segunda filha de André Borges nasceu já em Santa Comba de Lobrigos e não em Loureiro.

- 5. 2-6-1630, **Catarina de Mesquita Borges**, foi Morgada, segue mais abaixo.
- 5. 19-10-1631, Antónia, n. Santa Comba de Lobrigos, s.m.n.
- 5. 9-1-1633, **André Borges de Mesquita**, foi o Morgado sucessor, segue.

12. CONVERGÊNCIA

5. 9-1-1633, **André Borges de Mesquita**, o quinto filho e o primeiro varão, n. Santa Comba de Lobrigos, teve por padrinhos o Dr. Luís Rebelo de Carvalho, abade da igreja, e Leonor de Mansilha, m. Gaspar Pinto, do Pinheiro, de Loureiro – ambos já tratados neste estudo. Casou em 18-11-1665 em Sedielos c. **D. Maria Guedes de Sequeira**, f. Manuel de Almeida Carvahais e de s.m. Catarina Guedes, dos Guedes Alcoforado, de Sedielos, (vid. Capítulo 5). André Borges faleceu em 10-1-1670, como **MORGADO DE SANTA COMBA**, sem descendência legítima, e foi sepultado na capela-mor da Igreja de S. Miguel de Lobrigos.

6. (N) 7-12-1652, Isabel Correia, f. natural tida em Maria Correia, de Santa Comba, que “*deu por pai a André Borges, o novo*”. Isabel Correia c.c. Vicente Leitão, f. Francisco Leitão e de s.m. Domingas Gaspar, de Sever, em 9-4-1670, na Igreja de S. Miguel de Lobrigos.

6. (N) c. 1653, Maria de Mesquita, f. natural de Brites da Fonseca, dos Encambalados, S. Miguel de Lobrigos, casou em 19-4-1673 c. João da Fonseca, f. Gregório Antunes e de Páscoa Rodrigues, do Salgueiral, na Régua.

5. 2-6-1630, **Catarina de Mesquita Borges**, n. Santa Comba de Lobrigos, herdou o Morgadio após morte do seu irmão André em 1670. Terá casado por volta desse ano c. João Correia Guedes, n. Gervide, Loureiro f. João Correia e de s.m. Petronilha Brandão, f. Manuel de Barros, do lugar de Matos em S. João de Lobrigos. João Correia era f. Francisco Correia e de s.m. Domingas Guedes, esta f. Cristóvão Guedes Alcoforado (vid. Capítulo 6), todos da Gervide, em S. Pedro de Loureiro. Moraram em Santa Comba, S. Miguel de Lobrigos onde foram crismados em 1678, já casados.

Deste casamento, um pouco apressado e tardio para assegurar a continuidade do Morgado e novamente com um Guedes, descendente de um legítimo Morgado, não floresceu descendência. Catarina de Mesquita faleceu em Loureiro em 27-2-1705, com 75 anos de idade (e não 90 como diz no óbito) como **MORGADA DE SANTA COMBA**, passando o Morgadio para o seu primo Diogo Borges de Mesquita. João Correia Guedes morreu também em Loureiro em 1713, com 70 anos, deixando por herdeira

de todos os seus bens sua sobrinha Úrsula Guedes Correia, m. Simão Guedes de Figueiredo, naturais e moradores em S. João de Lobrigos.

5. c. 1650, **Diogo Borges de Mesquita**, n. Loureiro, não se conhecendo a data de nascimento exacta por se terem perdido os registos paroquiais dos baptismos de S. Pedro de Loureiro entre 1645 e 1690.

| 127

Diogo Borges foi morador no Eiró, em Oliveira, e tomou posse do **MORGADO DE SANTA COMBA** de Lobrigos pela morte de sua prima Catarina em 27-2-1705, tendo falecido cerca de um ano depois em 7-4-1706, em Santa Comba, e foi sepultado na Igreja de S. Miguel, lê-se no óbito: “*não veio á sua Capela de Loureiro que é a Capela do Morgado*”. Note-se que nesta altura a Capela de Loureiro, onde moraram Catarina de Mesquita e Diogo Borges, era a Capela do Morgado, sendo a de S. Miguel de Lobrigos a do Morgado original dos Guedes, então em Lamego.

Foi casar a Santa Maria de Oliveira c. **D. Sebastiana de Mansilha Cerqueira**, f. Ma-

nuel Antunes Bandeira e de s.m. Maria de Mansilha, f. esta de João de Mansilha de Mesquita e de s.m. Antónia Veloso de Figueiredo, n.p. Nuno Vaz de Mansilha e de Isabel de Mesquita, descendente de Afonso de Mansilha, Escudeiro do Infante D. Henrique e o primeiro dos Mansilhas de que há registo em



Portugal, nomeado pelo infante D. Pedro, regente de Portugal, para Coudel em Santa Maria de Oliveira, Mesão Frio, tributo pelos serviços prestados em Ceuta e outras batalhas. Dele já falámos brevemente no início do Capítulo 10. Seu avô João de Mansilha foi senhor da Casa do Paço de Oliveira, localizada, admite-se, onde se encontra hoje a casa das Torres de Oliveira, construída mais tarde em meados do séc. XVIII por sua bisneta, Maria Caetana Veloso de Figueiredo.

D. Sebastiana c. 2ª vez, já viúva, em 1712 c. Álvaro Pinto da Fonseca, n. Gervide, Loureiro e faleceu no Outeiro, em Oliveira a 4-6-1716, com 60 anos de idade, pouco mais ou menos, s.g. no segundo matrimónio mas com vários filhos no primeiro.

6. c. 1685, Luísa Caetana de Mendonça, n. Eiró, Oliveira, casou três vezes. Em 18-8-1707, em Santo Adrião de Sever, c. João Correia Botelho, f. Damião Correia Botelho, do Concieiro, em Sever e de s.m. Maria Botelho da Fonseca, de S. Pedro de Vila Real, e moraram na Quinta de Santa Comba, de Lobrigos. Em 12-4-1710, c. Domingos Vaz de Faria, f. António de Faria e de s.m. Isabel

Leitão, da Quinta do Casal, Nogueira, Bispado de Lamego. Casou 3ª vez em 15-12-1714, por procuração a Caetano Luís Borges, seu irmão, c. Luís Borges Pimentel, f. de outro, n. Lamas Redondas, Lamego e morador em Santa Senhorinha de Tões, Lamego, viúvo de D. Maria de Vasconcelos, daí.

6. 20-3-1687, Eusébio, n. Eiró, Oliveira, teve por padrinhos Jerónimo de Mansilha, da Rede, S. Cristina de Mesão Frio, e D. Maria de Sequeira, m. João de Mansilha, seu tio irmão de sua mãe, morador em Oliveira, filha de Baltazar de Sequeira de Almeida e de s.m. Maria Guedes Alcoforado (vid. Capítulo 5). Faleceu menino em 25-11-1693.

6. 12-12-1689, Clara, n. Eiró, Oliveira, teve por padrinhos Luís Botelho de Lucena, da Granja, Loureiro, e D. Maria de Mesquita Pimentel, prima de seu pai, mulher de Joaquim de Queirós, de Fontelas – já falados neste Capítulo. O dito seu padrinho foi casado com D. Catarina de Almeida, f. Capitão João Monteiro de Almeida irmão de D. Maria de Sequeira (madrinha do Eusébio, acima) e em segundas núpcias com Maria Borges, 2ª prima de Diogo Borges Mesquita, f. João Borges Barbosa e de s.m. e prima Catarina Barbosa (vid. Capítulo 10). Clara faleceu em 17-1-1698.

6. 15-5-1694, **Caetano Luís Borges de Mesquita**, segue.

6. 15-5-1698, Eusébio, segundo de nome, n. Eiró, Oliveira, teve por padrinhos Paulo Coelho de Novais, do Peso, Régua, seu tio, e Cecília Correia, m. João Guedes, da Gervide, Loureiro. Faleceu em Outubro de 1706.

6. 15-5-1694, **Caetano Luís Borges de Mesquita**, n. Eiró, Oliveira, teve por padrinhos Fabião Ferraz de Magalhães, e D. Isabel, tia do baptizado e m. Paulo Coelho de Novais, do Peso da Régua, testemunhado por Nicolau Guedes, solteiro, tio do baptizado e morador no Eiró. Casou com apenas 14 anos de idade, conforme certidão em 4-11-1708, c. **D. Mariana Helena de Almeida Pereira de Mesquita**, f. Gabriel de Almeida Pereira, n. S. Miguel do Souto, Comarca da Feira, e de D. Mariana de Almeida, n. Rua das Congostas, moradora na Porta Nova, S. Nicolau, Porto, sendo já **MORGADO DE SANTA COMBA** desde 1706, data da morte de seu pai.

Caetano Luís Borges morou e teve os seus filhos em Santa Comba de Lobrigos, regressando ao local da origem do Morgado depois das passagens por Loureiro e Oliveira. Aí faleceu em 5-2-1722, 3 meses depois de nascer o filho varão seu possível sucessor no Morgado e que faleceria também nesse ano. D. Mariana faleceu em 4-7-1761 “*deixando por sua universal herdeira sua f. D. Clara Joaquina de Almeida, com obrigação de pagar todas as dívidas que ela defunta tinha contraído antes do seu falecimento, e lhe mandaria dizer 6 missas a Nossa Senhora da Guia na sua Capela cita nesta freguesia de S. Miguel*”.

7. 17-5-1713, **Teresa Josefa Borges Pereira de Mesquita**, segue.



7. 25-6-1714, Jacinta, n. Santa Comba, S. Miguel de Lobrigos, teve por padrinhos o abade de Loureiro, Francisco Barreto Mariz e Camila de Magalhães m. Luís Botelho de Lucena, de Sever, sendo testemunhas João Correia de Almeida e seu f. António de Almeida, de S. Miguel de Lobrigos (da família de Luís Borges Pimentel).

| 129

7. 10-2-1716, Ana, n. Santa Comba, teve por padrinhos o padre Luís Botelho de Lucena, do Urval, Sever e D. Florência Caetana de Almeida, sua tia materna, de Santa Comba, testemunhou o padre João Correia de Almeida.

7. 6-6-1717, Clara Joaquina de Almeida, n. Santa Comba, teve por padrinhos o Doutor Corregedor João Botelho de Lucena, de Sever e João Pinto de Queirós, de Medrões, por procuração de s.m. D. Clara Maria Luísa.

7. 28-9-1719, Angélica Margarida Borges de Almeida e Albergaria, n. Santa Comba, teve padrinhos José Carlos Monteiro, do Peso, e D. Teresa Josefa, irmã da mesma baptizada, de S. Comba, testemunharam Rodrigo Correia de Almeida Pimentel e António de Almeida. Casou em 16-8-1738 c. Luís Correia de Almeida Pimentel Mendonça Furtado, f. Rodrigo Correia Pimentel e D. Angélica de Mendonça Furtado e Sequeira, de S. João de Lobrigos.

8. 2-11-1742, Luís Correia de Almeida Mendonça Carvalhais, teve por padrinhos Clemente Monteiro de Almeida, de Sever, e D. Vicência, de S. Miguel de Lobrigos, c.c. D. Ana Teresa Micaela Pinto Guedes de Sousa Mendonça Botelho, em Loureiro a 21-8-1780, f. José Manuel Guedes Pinto da Fonseca, da Quinta da Portela de Loureiro, e de D. Bernarda Caetana Botelho de Sousa, de S. Pedro de Abaças, n.p. Manuel Guedes Pinto da Fonseca, e de D. Escolástica Guedes Salgado, da Veiga, Cumieira, n.m. José Botelho de Mendonça, de Abaças, e de D. Maria Leonor Botelho, c.g.

8. José Inácio de Almeida Carvalhais Pimentel c. em 5-1-1784 c. D. Maria do Carmo Osório e Mendonça, f. José de Mendonça Guedes e Mansilha, de Santa Comba, e de s.m. Luísa Violante Pereira Rebelo, n.p. Luís Guedes Osório e de s.m. Ana Luísa Guedes de Mansilha, de Santa Comba, n.m. Domingos Lopes Pereira e de s.m. Isabel Rebelo de Carvalho, de Vila Maior, S. João de Lobrigos. Este casamento é mais um exemplo de que os círculos familiares se mantinham fechados! Assim, o dito Luís Guedes Osório, era f. António Alves Homem e de Maria Guedes Osório, esta f. Francisco Pinto Pereira e de s.m. Bernarda Guedes de Mesquita, esta f. Francisco Guedes Osório, tabelião em Lobrigos e de s.m. Maria de Mansilha de Mesquita, de Medim, e o dito Francisco Guedes Osório irmão de António Guedes Pereira c.c. Inácia de Lousada (vid. Capítulo 10).



7. 10-12-1721, António José, n. Santa Comba, teve por padrinhos Clemente Monteiro, de Sever, e D. Paula, solteira, de Fontelas, e testemunhas, o Reitor Pensionário Manuel de Figueiredo Borges, e António de Almeida. O aguardado filho varão faleceu ainda antes de completar um ano de vida em 5-11-1722 já órfão de seu pai.

7. bp 17-5-1713, **Teresa Josefa Borges Pereira de Mesquita**. O seu assento de baptismo foi registado em S. Miguel de Lobrigos uns anos mais tarde do seu baptismo por certidão apresentada em 22-7-1717, pelo que a data efectiva do nascimento poderá estar errada, tendo por padrinhos Luís Botelho de Lucena, de Sever e D. Ana Luísa de Queirós, m. José de Sequeira, de S. João de Lobrigos. Por morte de seus pai e irmão foi sucessora no Morgado e casou com apenas 11 anos, a 29-1-1725 c. o Licenciado **Matias José Guedes Pinto Alcoforado**, n. Lourentim, já com 29 anos de idade, f. António Guedes Alcoforado, de Lourentim, e de Maria de Queirós Guedes, de S. João de Lobrigos, moradores em S. Miguel de Lobrigos (vid. Capítulo 9). Casaram na sua capela de Santa Comba, testemunhando o padre Luís Botelho de Lucena, de Sever, e Rodrigo Guedes Osório, de S. João de Lobrigos.

Com este casamento convergem as várias linhas que sucederam e disputaram em Lobrigos o Morgado de Santa Comba:

- ❖ O noivo, **Matias José Guedes Pinto Alcoforado**, neto de Matias Pinto Rebelo, este bisneto de Cristóvão Vaz Guedes e terceiro neto de Henrique Vaz Guedes Alcoforado, legítimo herdeiro do Morgado original instituído por Gonçalo Vaz Guedes em 1468, e neto também de Leonor Guedes de Mansilha, terceira neta de Gregório Vaz Guedes, irmão do dito Henrique Vaz Guedes e cujos descendentes administraram e disputaram a posse do Morgado.
- ❖ A noiva, **Teresa Borges Pereira de Mesquita**, descendente dos Borges que refundaram o Morgado em 1621, por Baltazar Borges, o abade de Jacente, e que desde aí ostentaram o título de Morgado de Santa Comba em Lobrigos e tiveram na sua posse a Quinta de Santa Comba.
- ❖ O padre **Luís Guedes da Cunha**, padrinho de António Guedes Alcoforado, pai do noivo, abençoando esta relação e representando os legítimos Morgados de Santa Comba, de Lamego, sendo irmão de um Morgado e tio de outros dois.

Matias José Guedes Pinto Alcoforado, faleceu a 14-12-1727, em S. Miguel de Lobrigos, como **MORGADO DE SANTA COMBA**, apenas dois meses após ter alcançado sucessor varão.

8. 1-10-1727, **Domingos José Guedes Borges Pinto Alcoforado**, n. Lourentim, S. Miguel de Lobrigos, teve por padrinhos o padre Francisco Justiniano (tio paterno), e o



Reverendo António de Magalhães, com procuração de D. Maria Eufrásia. Casou c. D. **Maria Teresa Inácia de Coimbra Pereira e Castro**, n. Mós, Foz Côa, f. Manuel de Coimbra Pereira e Castro, e de D. Clara de Almeida, de Mós, Sta. Maria Madalena. Moraram em Lourentim e aí faleceram, Domingos José em 14-3-1781, já viúvo de sua mulher falecida em 14-6-1780. Tiveram onze filhos:

9. 20-10-1742, D. Josefa Teresa Coimbra Pereira e Castro, freira em Barrô
9. 21-10-1743, D. Maria Jacinta de Queirós Guedes
9. 15-1-1745, António
9. 16-12-1745, Manuel Guedes, faleceu em 1777
9. 30-10-1747, Jacinta
9. 29-9-1748, D. Francisca Teresa Guedes Pereira e Castro
9. 1-11-1750, Ana, faleceu em 1776
9. 29-9-1751, D. Joana Margarida
9. 26-4-1753, José Guedes Pereira e Castro Alcoforado
9. 22-5-1755, Jacinta, segunda de nome.
9. 8-10-1758, Frei Matias José Guedes Alcoforado

| 131

Nas memórias paroquiais de 1758 é referido como administrador da Capela do **MORGADO DE SANTA COMBA**, “*de invocação do Espírito Santo, que fica à direita entrando pela porta principal da Igreja de S. Pedro de Loureiro, com missa quotidiana*”¹². Loureiro em 1758 ainda pertencia ao Concelho de Santa Marta de Penaguião, passando em 1898 para o Concelho de Peso da Régua. Note-se também que o orago do Morgado de Santa Comba original era S. Miguel, sendo o do novo Morgado o Espírito Santo, curiosamente, ou não, o local em Lamego onde os Morgados legítimos se fixaram.

13. O ÚLTIMO MORGADO

10. c. 1765 **José Guedes de Magalhães Osório**, f. Pedro Guedes de Magalhães Osório e de s.m. D. Teresa Clara de Sousa César de Lencastre (vid. Capítulo 8), Moço Fidalgo com exercício no Paço. Cavaleiro da Ordem de Malta. Comendador da Ordem de Cristo. Coronel de Milícias de Arouca.

Casou em 11-7-1802, na Sé de Lamego na capela da Senhora Sant’Ana da quinta dos Varões, pertença da Ilustríssima Casa de Balsemão, dispensado no 2º grau de consanguinidade c. **D. Josefa Adelaide Pinto de Sousa Lencastre**, n. 1780 em Lisboa, f. Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º visconde de Balsemão, Ministro e Secretário de

¹² ANTT, Memórias Paroquiais, Vol. 21 Mem 38, fls. 1223-1227

Estado dos Negócios do Reino, e de D. Catarina Micaela de Sousa César de Lencastre (1749-1824), poetisa muito distinta, dama da Ordem de S. João de Jerusalém.

Ao lado, imagem do documento com a Bula Papal obtida para a dispensa matrimonial de José Guedes e D. Josefa Adelaide.

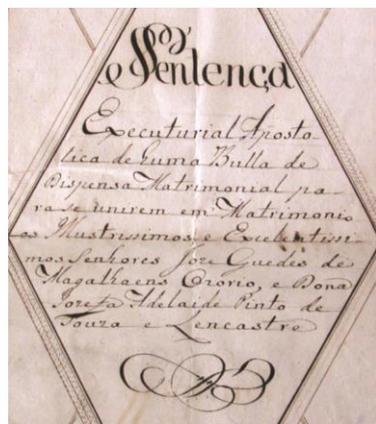
Foram seus filhos:

11. 23-4-1813, **Pedro de Alcântara Pinto Guedes de Magalhães Osório**, segue.

11. 11-2-1816, Luís Alfredo Guedes Pinto de Sousa. Moço Fidalgo com exercício e acrescentamento a Fidalgo Escudeiro, por Alvará de 13-10-1818, conforme nos informa o Dicionário Aristocrático, de Sanches de Baena, reportando-se às mercês honoríficas conferidas por D. João VI (Livro 45º fol. 193 verso) durante o período de treze anos em que residiu a corte portuguesa no Rio de Janeiro, mercê póstuma pois falecera em 9-3-1818.

O retrato pintado (ao lado) por Joaquim Rodrigues Braga, do Porto, e datado de 2 de Fevereiro de 1829, apresenta-o com s.m. Josefa Pinto de Balsemão e seu filho Pedro de Alcântara, então com a idade de 15 anos.

No pormenor abaixo, consegue ver-se a data do quadro e observar-se na zona do peito do lado direito as duas cruzes: das Ordens de Malta e de Cristo.



Foi este certamente o último dos **Morgados de Santa Comba** pois nenhum dos seus filhos teve descendência legítima e provavelmente o responsável pelo brasão dos Guedes ainda existente em Santa Comba de Lobrigos, na casa e quinta que hoje se chama do Lamego.





11. 23-4-1813, **Pedro de Alcântara Pinto Guedes de Magalhães Osório**. Foi batizado pelo Exmo. Sr. Bispo de Lamego, D. João António Binet Pincio, no oratório das casas do Espírito Santo aos 3-5-1813, tendo por madrinha sua avó, a Ilma. Viscondessa de Balsemão D. Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre, por procuração que fez a D. Rosa Bárbara de Viterbo César e Lencastre, sua tia.

Moço Fidalgo com exercício e acrescentamento a Fidalgo Escudeiro, por Alvará de D. João VI em 13-10-1818 (Livro 45º fol. 194). Pouco mais se conhece deste Pedro mas por informação obtida da sua descendente ainda viva, D. Maria Teresa de Aragão que vai abaixo no nº 15, sabe-se que morreu da queda de um cavalo com apenas 19 anos de idade, em 7-9-1832, como se pode ler na margem do medalhão em ouro e esmalte com o seu retrato que se mantém na família (imagem em baixo). Note-se também o verso do medalhão com as iniciais “P” e “A” sobre fundo de cabelo entrançado do dito Pedro.



Quando faleceu, Pedro de Alcântara tinha já uma filha de uma criada. Chamou-se Virgínia.

12. **Virgínia d'Alcântara Pinto Guedes (de Vasconcelos)**, nasceu a 15-12-1829, foi exposta na Roda da Paróquia de Piães, em Cinfães, e logo no dia seguinte aí foi baptizada e “*trazia escrito para lhe por este nome [Virgínia d'Alcantâra]*”.

Recolheu-se no Convento das Religiosas das chagas da cidade de Lamego, antes de casar por procuração no Bonfim, na cidade do Porto, aos 27-1-1852 c. **José de Vasconcelos Noronha e Meneses**, natural de São Cristóvão de Nogueira e morador na Rua do Poço das Patas, no Bonfim, Coronel do Estado-maior do Exército com exercício de Chefe de Estado Maior do Quartel General do Porto, Comendador da Ordem de Avis e da de Cristo (vid. Correia de Azevedo), f. de Manuel de Vasconcelos Noronha e Meneses Pimentel, com ascendência nos Mendes de Vasconcelos, da Casa da Quintã em Cinfães e de s.m. D. Maria Benedita de Azevedo e Castro.



Foi governante da sua casa do Espírito Santo em Lamego onde teve seus filhos:

13. c. 1852, José de Vasconcelos Noronha e Meneses Júnior, c.c. D. Adelaide Angelina dos Santos Costeira (e Vasconcelos), de 33 anos, governante de sua casa, n. Almacave, Lamego, onde se receberam em 28-9-1878, filha de Manuel Fernandes Costeira e D. Maria da Assunção dos Santos (Costeira), moraram na Rua do Espírito Santo, na freguesia da Sé de Lamego, tiveram 2 filhos, antes do dito José, segundo consta, ser “*posto fora de casa pela mulher por ser jogador e mulberengo*”. José de Vasconcelos terá rumado a Resende onde se tornou professor primário e teve vários filhos.



Do casamento de José e Adelaide foram filhos:

14. 3-6-1880, Dr. Vasco Guedes de Vasconcelos, n. de Lamego, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra (1901-1909) e foi Ministro das Colónias (1920) e da Justiça (1921) na primeira República Portuguesa. Fez parte do Partido Republicano Evolucionista e do Partido Popular, sendo eleito deputado por Lamego entre 1919-1922. Faleceu em Lisboa em 22-12-1960, s.g.

14. 21-5-1881, D. Maria da Assunção Guedes de Vasconcelos, n. Sé de Lamego, c.c. Daciano de Melo Brandão, em 30-3-1911, na Sé de Lamego, ele Segundo Tenente da Armada Portuguesa, n. Sé do Porto, f. Abel Eduardo Pereira Brandão, do Rabaçal, e de D. Júlia Emília Pereira de Melo (Brandão), s.g.

Na fotografia ao lado, apresentam-se da direita para a esquerda: Maria da Assunção, s.m. Daciano atrás, sua cunhada irmã do dito Daciano, e seu irmão Vasco.



| 135

13. c. 1853, Maria da Esperança Pinto Guedes de Vasconcelos, n. Lamego, na Casa do Espírito Santo, c. em 12-10-1876 c. António de Almeida Carvalhais, Coronel do Regimento de Infantaria nº 9,



f. João Caetano Pinto de Almeida Carvalhais e de D. Ana Amália de Almeida Carvalhais, dos Encabelados, S. Miguel de Lobrigos, n.p. João Caetano Gonçalves Pinto e de D. Ana Joaquina de Almeida Carvalhais, n.m. António de Almeida Carvalhais e de D. Maria Caetana de Almeida Carvalhais, do Concieiro, Sever. Tiveram três filhas: Branca Guedes de Vasconcelos Carvalhais, Virgínia Guedes de Vasconcelos Carvalhais e Maria da Esperança Guedes de Vasconcelos Carvalhais, sendo esta a última a falecer.

A fotografia ao lado apresenta o Coronel Carvalhais e as suas três filhas Branca, Maria da Esperança e Virgínia, considerando a ordem da esquerda para a direita.

13. c. 1853, Bernardo, faleceu s.g. com 33 anos.

13. 13-7-1860, Virgínia d'Alcântara Pinto Guedes de Vasconcelos, natural da freguesia da Sé de Lamego, onde foi baptizada, tendo por padrinhos seu avô paterno e sua irmã Maria da Esperança. Foi moradora na casa do Espírito Santo e faleceu com 92 anos.



Casada na Sé de Lamego em 18-05-1881 c. Abel Acácio d'Almeida Botelho, n. de Tabuaço onde nasceu em 23-9-1854, residente em Lisboa, filho legítimo de Luís Carlos d'Almeida Botelho, major do exército, natural de Viseu, e de Dona Maria Preciosa d'Azevedo Leitão (Botelho), n. de Tabuaço. Abel Botelho foi um coronel de Estado-Maior do Exército, escritor, político e diplomata português, falecendo em Buenos Aires, como ministro da República Portuguesa, em 1917. Como escritor assinava como Abel Acácio e foi representante em Portugal do realismo extremo, conhecido como Naturalismo.

A ele se ficou a dever o projecto gráfico da bandeira da República Portuguesa, em que o verde representa a esperança e o vermelho o sangue derramado pelo povo nas muitas guerras travadas. Sem geração no matrimónio.



13. Henrique de Noronha Guedes de Vasconcelos, segue.

13. 18-2-1865, **Henrique (de Noronha) Guedes de Vasconcelos**, natural e baptiza-

do na Sé, Lamego, era militar (aspirante do regimento de infantaria número nove) e morador na casa do Espírito Santo em Lamego quando c.c. **D. Júlia Adelaide Osório (de Aragão)**, em 3-5-1893, ela de 18 anos, n. da Sé, f. natural de D. Maria Adelaide Cândida da Cruz, n. Porto, e perfilhada por José Osório de Aragão Magalhães, já



falecido, neta paterna de Manuel Osório de Aragão de Magalhães Machuca, Bacharel

em Direito pela Universidade de Coimbra, Senhor da Casa da Boa Vista, em Fermil de Basto, junto ao Rio Veade, por herança de s.m. D. Maria Jerónima de Alpoim Cerqueira Borges Cabral.

De seu pai, D. Júlia herdou a Casa das Mores, em Lamego, no Largo da Vitória, da qual foi proprietária, onde moraram e tiveram seus filhos. D. Júlia viria a falecer com a propecta idade de 97 anos.

O brasão existente na Casa das Mores – esquadrelado de Botelho (com menos uma banda) no primeiro e quarto quartéis, no segundo quartel os Monteiros e no terceiro, com três flores-de-lis, parece ser de Paiva (e não de Guedes, como erradamente é referido em algumas publicações) – reproduz as armas do anel com o mesmo brasão ainda existente na família.



Comparando as duas figuras, pode ver-se que o brasão da casa é encimado por um chapéu eclesiástico enquanto o do anel por um elmo, sendo as armas exactamente as mesmas.

Foram filhos de Henrique Guedes e D. Júlia Adelaide:

14. **D. Berta Osório de Aragão Vasconcelos**, segue.

14. c. 1898, Raul de Vasconcelos, n. Lamego, Sé. Ainda jovem, teve problemas com o Exército pelo que emigrou para

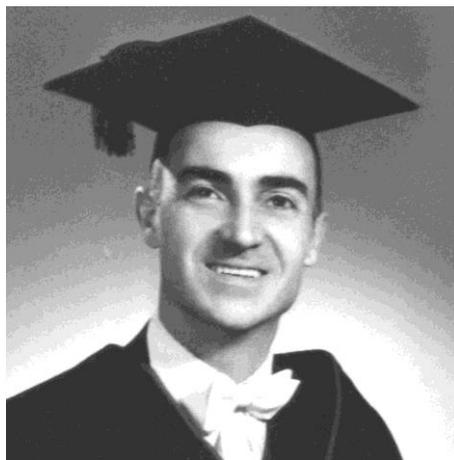
S. Paulo, no Brasil, onde ficou e deu notícia em 1950.

14. **D. Berta de Aragão Vasconcelos Osório**, n. 25-5-1894 e baptizada na Sé, Lamego. Na época, era Berta um nome da moda, em Lamego e não só, ditada então pelo romance novelesco de Júlio Dinis "Os Fidalgos da Casa Mourisca".

D. Berta mudou o seu Osório para o fim quando casou na Capela do Assento em Santa Comba de Regilde, Felgueiras, em 11-10-1923, com **Celestino Ribeiro Osório**, n. Coutada, Vizela, em 16-1-1893, f. António Ribeiro Osório, proprietário, n. Santa Eulália de Barrosas, então no Concelho de Lousada e hoje no de Vizela, e de Maria Leite Ribeiro, n. Regilde, n.p. Manuel Ribeiro Osório e de Ana Ribeiro, n.m. António Leite Ribeiro e de Engrácia Ribeiro, comerciante, esteve alguns anos no Brasil antes de se estabelecer no Porto, Sócio da firma Osório, Vasconcelos & Ca., Sita à Rua Trindade Coelho, nº 33, e com ligações à Maçonaria. Celestino faleceu com 75 anos, em 2-2-1968 deixando D. Berta viúva.



15. **D. Maria Teresa de Aragão Vasconcelos Osório**, n. 10-12-1928, em Paranhos, Porto, baptizada na Sé de Lamego, Licenciada em Filologia Germânica pela Universidade de Coimbra em 1955 com a dissertação “Shakespeare: Noite de Reis ou o que quiserdes”, Bolseira nas Universidades de Leeds - Inglaterra, Austin, Texas – EUA e University College, Dublin - Irlanda, Professora do Liceu durante 40 anos.



Casou com o **Doutor José da Costa Aguilar Piçarra Carvalho**, n. Moura, Beja, f. de Carlos da Costa Carvalho e s.m. D. Elvira da Costa de Aguilar Barbosa Piçarra, Licenciado em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1946, com a tese, " Alguns aspectos da civilização dos germanos vista através da filologia comparativa : ensaio de paleontologia linguística", Professou Universitário em Oxford, faleceu com 84 anos sem geração no casamento.

A Dra. Maria Teresa, ”única e última representante da família Guedes”¹³, teve a amabilidade e gentileza de ceder para este estudo, alguns dos conteúdos e imagens que ainda preserva.

E para finalizar...

A ideia que se retira deste estudo é de que o Morgado de Santa Comba, instituído em 1462 estaria um pouco abandonado por volta de 1580, devido à ausência do Morgado desse tempo, Henrique Vaz Guedes, homiziado em Bragança, e à discórdia na sucessão com seu filho no período de domínio dos Filipes, e por causa destes. Esse abandono coincidiu com a ida para Lamego de Cristóvão Guedes, legítimo sucessor e, terá sido amplificado por Gregório Guedes, irmão do Henrique, que administrava então o Morgado e estaria a vender terras em proveito próprio. Os Borges, sobretudo Baltazar

¹³ Conforme dito na História Custodial e Arquivística dos Livros da Família dos Guedes que lhe foram adquiridos em 1984 pelo Arquivo Distrital de Viseu



Borges, o abade de Jacente, foram adquirindo essas propriedades e tentaram com a instituição em 1621 de um novo Morgado de Santa Comba, com o mesmo nome, legitimar a sua posse. As ligações matrimoniais com vários dos descendentes dos Guedes do Morgado, sobretudo como os de Cristóvão Guedes, foram também tentativas dirigidas a essa legitimação. Contudo, a sentença de 1646 veio restituir o Morgado aos Guedes de Lamego, descendentes do Cristóvão, mantendo-se o novo Morgado paralelamente mas mudando a Capela da igreja de S. Miguel para a de Loureiro. As ligações com os descendentes dos Guedes continuaram e manteve-se em Lobrigos a utilização por estes do título de Morgado de Santa Comba, embora os legítimos e originais Morgados permanecessem em Lamego até que uma queda fortuita ditasse o seu FIM.

[Referências e Bibliografia]

Sem ser exaustivo...

ADP – Arquivo Distrital do Porto, Livros de Prazos de propriedades do Convento de Madre de Deus de Monchique – Porto, 1500-1834.

ADP – Arquivo Distrital do Porto, Livros de Prazos de propriedades do Mosteiro de S. João Baptista de Alpendurada – Marco de Canaveses, 1280-1834.

ADVR – Arquivo Distrital de Vila Real, Livros de Registos Paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos, de S. Miguel de Lobrigos, S. João de Lobrigos, Santo André de Medim, Santo André de Sanhoane, S. Salvador de Medrões, Santo Adrião de Sever, todas freguesias de Santa Marta de Penaguião.

ADVR – Arquivo Distrital de Vila Real, Livros de Registos Paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos, de S. Pedro de Loureiro, Santa Maria de Sedielos, freguesias de Peso da Régua.

ADVR – Arquivo Distrital de Vila Real, Livros de Registos Paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos, de Santa Maria de Oliveira, S. Mamede de Vila Marim, freguesias de Mesão Frio.

AMD L – Arquivo Museu Diocese de Lamego, Livros de Registos Paroquiais de baptismos, casamentos e óbitos, de Nossa Senhora da Assunção da Sé, Santa Maria Maior de Almacave, Lamego.

ADVIS – Arquivo Distrital de Viseu, Livros da Família Guedes, Lamego, 1547-1783.

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, letra F, mc. 32, n.º 23, Habilitação de Francisco Guedes, 1643.

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo, Registo Geral de Mercês, Ordens Militares, liv. 6, fl. 39, Pedro Guedes de Magalhães, 1653.

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho



Geral, Habilitações, Domingos, mç. 3, doc. 98, Diligência de Habilitação de Domingos Osório, 1639-1640.

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Luís, mç. 6, doc. 165, Diligência de Habilitação de Luís Guedes Osório, 1685.

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 29, doc. 781, Diligência de Habilitação de António Guedes Alcoforado, 1695.

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Pedro, mç. 31, doc. 564, Diligência de Habilitação de Pedro Guedes de Magalhães, 1760.

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Henrique, mç.4, doc. 62, Diligência de Habilitação de Henrique de Abreu Machado.

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Manuscrito 164, n°13, "*Treslado das provanças de nobreza fidalguia legitimidade e limpeza de sangue de Manuel José Guedes de Magalhães Ozório por comissão do reverendo Balio de Negro Ponte frey D. Lopo de Almeida como consta deste processo*", 1728.

GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras – Nobiliário de Famílias de Portugal, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992, 12 vols.

ALÃO DE MORAIS, Cristóvão – Pedatura Lusitana (Nobiliário das Famílias de Portugal), Porto, Livraria Fernandes Machado, 1943-1948, 6 tomos.

MATTOSO, José – Ricos-homens, infantes e cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII. Lisboa 1982.

SERPA PIMENTEL, Jaime Pereira de Sampaio Forjaz de – Livro de Linhagens: Traços historico-genealogicos da minha família, suas ascendencias e alianças e subsídios para a historia genealogica d'algumas famílias portuguezas, Braga, Edição de Autor, 1917, 4 vols.

LAVANHA, João Baptista – Nobiliário de D. Pedro Conde de Barcelos Hijo del Rey D. Dionis de Portugal, Roma, Estevan Paolinio, 1640

SOVERAL, Manuel Abranches de – Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu, Séculos XIV a XVII. Porto, 2004, 2 vols.

COSTA, Manuel Gonçalves da – História do Bispado e Cidade de Lamego. Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier (Braga), Edição de Autor, Lamego, 1977-1992, 6 vols.

PINHO LEAL, Augusto Soares d' Azevedo Barbosa de – Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, ... , Livraria Editora de Mattos Moreira, Lisboa, 1873-1890, 12 vols.

PINTO MELO, Álvaro de Azeredo Leme – Azeredos de Mesão Frio, Seus Ramos e



Ligações, Livraria Civilização Editora, 1992

MELO, Frei Teodoro de – Textual Genealogico de cujos títulos se provam a Arvore dos Morgados de Velludo, e Collegio da Baeta, 1733, Edição de Autor de José António Reis, 2010

TEIXEIRA, Júlio A. – Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo: Genealogias, Brazões, Vínculos, J. A. Telles da Sylva, 1946-1949, re-edição de 1990, 4 vols.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279-1325), Porto, Universidade Moderna, 1999, 3 vols.

AZEVEDO, Correia de – Brasões e Casas Brasonadas do Douro, Gráfica de Lamego, 1974

CAPELA, José Viriato - As freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património, Braga, 2006, vol. 3

BAENA, Visconde de Sanches de – Archivo Heraldico-Genealogico. Typographia Universal, Lisboa, 1872.

AZEVEDO, D. Joaquim de – História Ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego, Typographia do Jornal do Porto, 1877.

BAENA, Augusto Romano Sanches de Baena e Farinha de Almeida, Visconde de Sanches de – Diccionario Aristocratico, 1808-1822, Lisboa, Typographia do Panorama, 1867.

GUEDES, Vítor Manuel Pacheco – Mansilhas, Tronco e Ramos, de Oliveira, Mesão Frio, Ensaio Genealógico, Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica - Nº 5, Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto, 2011.

SOVERAL, Manuel Abranches de – Meirelles Barreto de Moraes, das Casas do Pinheiro de Cête, Sermanha de Sedielos e Outeiro de Mouriz, Ensaio, Revista Raízes e Memórias, da Associação Portuguesa de Genealogia, nº 14, 1998.

[Esquemas Genealógicos]

Anexam-se a seguir três esquemas com os ramos genealógicos das três linhas familiares envolvidas neste estudo:

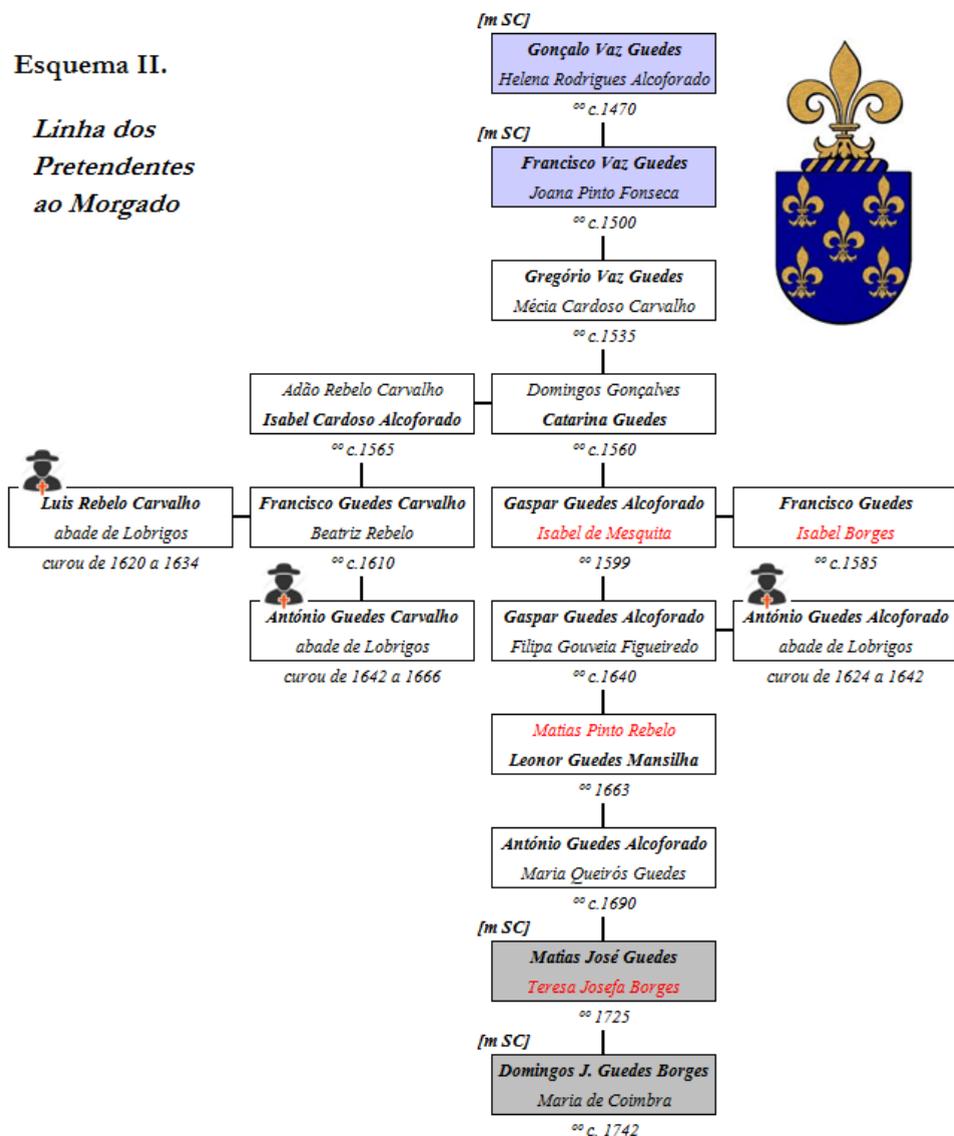
- I. Linha dos legítimos Morgados
- II. Linha dos pretendentes ao Morgado
- III. Linha dos novos Morgados

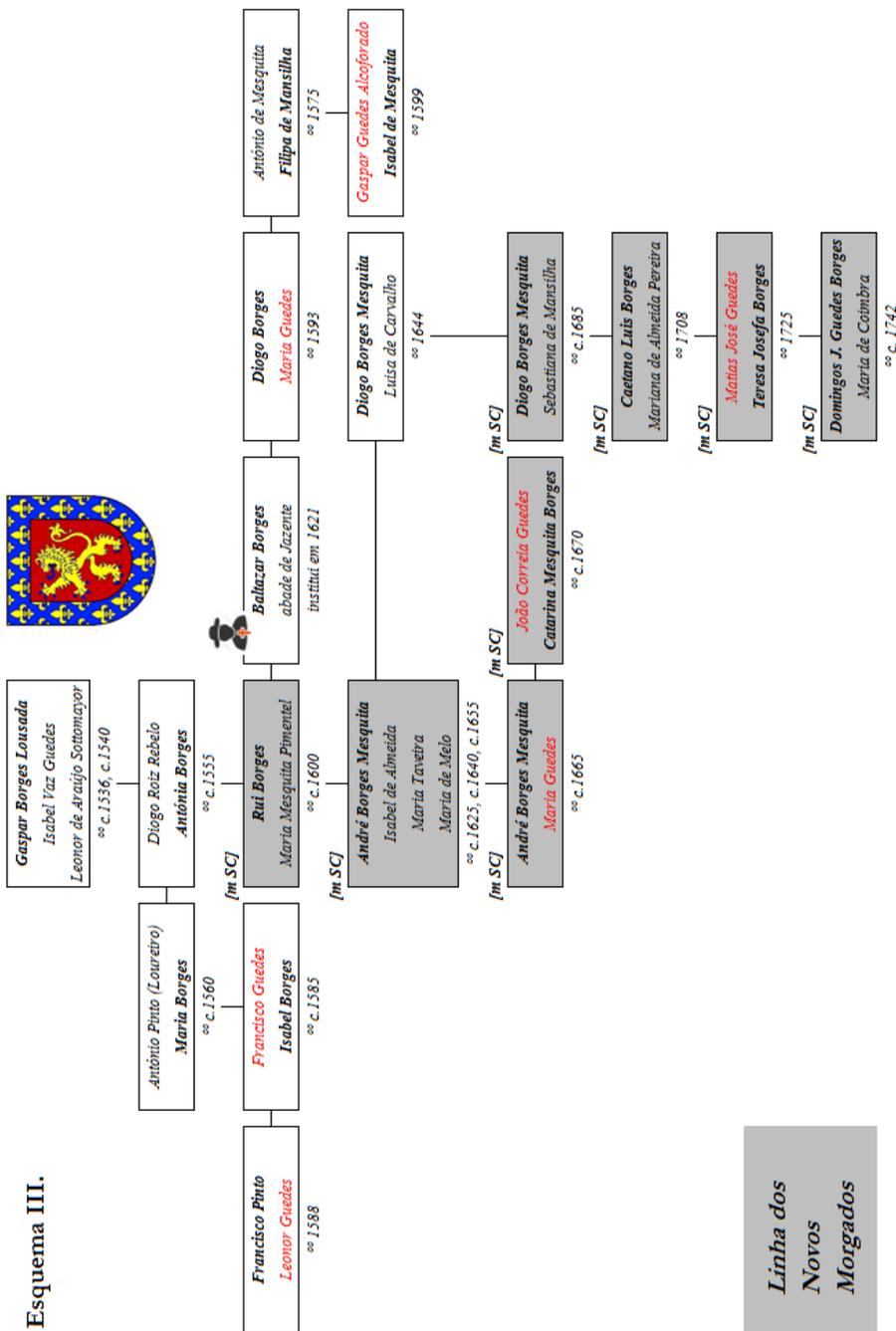
Os esquemas não apresentam todos os elementos das respectivas genealogias mas apenas os principais protagonistas deste ensaio, nomeadamente os que originaram casamentos entre as várias linhas e os vários clérigos envolvidos.

A negrito salientam-se os descendentes da linha familiar do esquema em causa e a vermelho os cônjuges que são apresentados nos esquemas das outras linhas. Por baixo de cada caixa indicam-se os anos dos casamentos, quando apropriado.

Esquema II.

*Linha dos
Preterdentes
ao Morgado*







GENEALOGIA

OS
GIRALDES QUADRADO
DE ALMENDRA E
FREIXO DE NUMÃO

| 145

por Óscar Caeiro Pinto

OS GIRALDES QUADRADO,
DE ALMENDRA E FREIXO DE NUMÃO

por *Oscar Caeiro Pinto*

Introdução

O nosso objeto de estudo passa por estabelecer a génese de algumas famílias coevas da vila de Freixo de Numão. Nesta senda, somos normalmente direcionados a sair deste pequeno “cosmos” populacional em direção a outras terras e coordenadas geográficas já que muitas famílias vieram de fora, especialmente das redondezas. Neste contexto, foi com redobrada satisfação que no decorrer de uma investigação genealógica apuramos um parentesco existente entre os nossos avós maternos de Freixo de Numão (António Augusto Martinho Risca e Maria Adelaide Caeiro), por serem ambos descendentes dos Giraldes Quadrado da antiga vila de Almendra (Vila Nova de Foz Côa)¹.

Concretamente sobre os Quadrado², constatámos ainda que na vizinha região de Ciudad Rodrigo (Salamanca) existe este apelido, bastante antigo por sinal. Um ramo desta família teve uma Casa nobre na dita cidade, sendo seu fundador um artesão chamado Miguel Quadrado³, nascido cerca de 1580, referido como mestre bordador. Este apesar de ter um ofício mecânico, fez e dotou um sepulcro na catedral de Ciudad Rodrigo onde colocou as suas armas, descritas como um “*escudo dividido en cuatro partes. En una de ellas, dos ciervos subidos a una fuente; en el outro, seis cuadrados*”⁴; e *debajo, un león rampante, y enfrente, doce redondelas*”, segundo descreve o pleito de fidalguia de seu bisneto Isidoro Quadrado, regedor perpetuo de Ciudad Rodrigo em 1726. Dado a origem

¹ Ambos são 4.ºs netos do casal (aqui referidos no nº 6) Francisca Quadrado do Amaral e Alexandre Domingues Ferreira.

² Ao que parece este apelido é de origem castelhana, encontrando-se difundido por toda a península Ibérica, com a forma de Quadrado/Cuadrado. Em Portugal, já no reinado de D. João I existiam pessoas com este nome, na chancelaria deste rei aparece um Martim Quadrado (abade que teve um filho de Alda, mulher solteira, que legitimou) e uma Maria Quadrado, mulher solteira que teve um filho de João Durães, (que foi legitimado pelo pai). Mais tarde, documentamos ainda um Vicente Quadrado, mestre-escola da Sé de Silves a 12/10/1444 (Chancelaria de D. Afonso V, 25, 3v); Martim Quadrado, prior da igreja de Rei, termo da vila de Celorico a 6/11/1497 (Chancelaria de D. Manuel I, liv. 28, fl. 3); Luís Dias Quadrado, morador em Setúbal (a 16/1/1497 o rei D. Manuel confirma-lhe os privilégios pelos seus serviços prestados no reino de Castela, nomeadamente na batalha de Toro a “8/3/1476), Chancelaria de D. Manuel I, liv. 16, fl. 133v); um João Álvares Quadrado, que foi escrivão das sisas de Guimarães, que por erros cometidos foi substituído a 6/6/1499. Deste ultimo podem ser filhos um Pedro Anes de Quadrado, que teve carta de perdão a 3/9/1483 (Chancelaria de D. João II, liv. 3, fol. 56) e um Estevão Anes Quadrado, escudeiro e juiz ordinário na Vila de Palmela (parece que foi seu filho Lopo Esteves Quadrado, homem bom de Palmela, ambos documentados numa procuração das Cortes de 30/7/1502).

³ Seus descendentes diretos foram até ao século XIX regedores perpétuos de Ciudad Rodrigo.

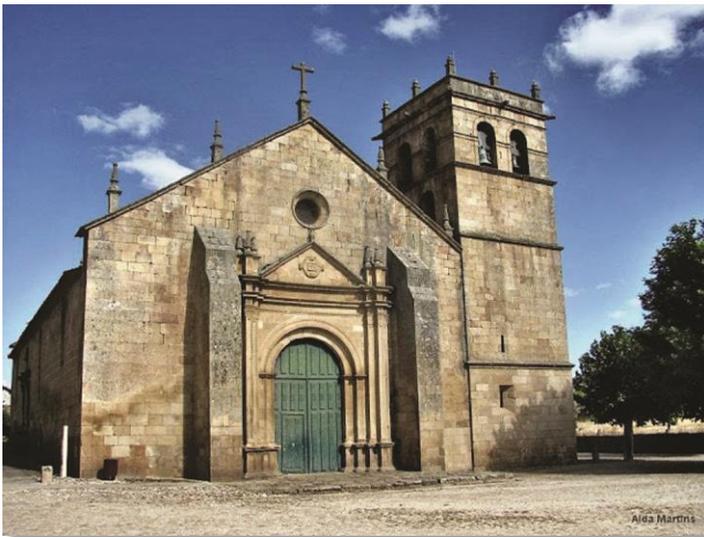
⁴ Julgamos que este quartel apresenta a heráldica da família Quadrado da região de Salamanca. As armas dos Quadrado podem ser vistas na igreja de Villar de Ciervo, na chamada capela “de los Cuadrado”.

social deste ramo que depois se afidalgou, será que estamos na presença de um caso de heráldica assumida de cariz popular ou burguesa? Fica a questão no ar!

De um ramo dos Quadrado de Ciudad Rodrigo devem proceder os que existem em Figueira de Castelo Rodrigo (concelho que faz fronteira com Ciudad Rodrigo), cujo mais antigo que documentamos é um Fernão Quadrado, almocreve, morador em Escalhão (freguesia limítrofe com Almendra) que recebeu uma carta régia a 3/3/1512 de privilégio para espingardeiro (Chancelaria de D. Manuel I, liv. 7, fl. 16v). Para o estudo dos Quadrado de Escalhão temos ainda vários processos⁵ na Inquisição de Coimbra, em virtude de muitos membros desta família possuírem uma parte de cristão-novo. Devido a estas proximidades geográficas, julgamos mesmo que os Quadrado existentes no atual concelho de Vila Nova de Foz Côa provenham do vizinho concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, ficando muito confinados a esta zona fronteira.

| 147

Para já não vamos explorar a questão do entronque dos Quadrado, pois o âmbito deste modesto artigo é apenas divulgar a memória genealógica dos Giraldes Quadrado, uma família popular que saiu de Almendra e assentou “arrais” em Freixo de Numão onde teve descendência.



Igreja matriz de Almendra (foto de Aida Martins)

⁵Ambrósio Quadrado, a 1/8/1671 (Inquisição de Coimbra, proc. 6645); Catarina Quadrado, a 8/7/1671 (Inquisição de Coimbra, proc. 1973); Antónia Quadrado, a 19/9/1675 (Inquisição de Coimbra, proc. 4133); Bento Quadrado, a 19/11/1674 (Inquisição de Coimbra, proc. 6186); Miguel Quadrado, a 17/11/1671 (Inquisição de Coimbra, proc. 6538); Domingos Quadrado a 12/3/1673 (Inquisição de Coimbra, proc. 8150); João Quadrado, a 12/03/1673; Inquisição de Coimbra, proc. 9182.



1 – **ANTÓNIO FERNANDES QUADRADO**⁶ nasceu cerca de 1560 e faleceu em Almendra a 2/4/1629 deixando como testamenteiro o filho Gonçalo Giralde, das Eiras. Casou com **ANA GIRALDES**, da mesma freguesia, ali falecida a 31/10/1627. Desta apenas sabemos que era filha de uma Catarina Garcia, falecida a 11/11/1627. Tiveram:

2 – Gonçalo Giralde, das Eiras, foi testamenteiro do pai. Deve ser o Gonçalo Giralde falecido a 11/11/1650 e o que casou com uma Maria Guerra, das Eiras, falecida a 17/10/1637, deixando como testamenteiro o filho João Giralde. Com geração.

?2 – DOMINGOS QUADRADO, *que segue*

?2 – Beatriz Quadrado, falecida a 15/11/1649.

?2 – Maria Quadrado, falecida a 6/2/1661.

?2 – Ana Quadrado, falecida a 10/9/1652. Casou com João Afonso Tostado. Filha:

3 – Catarina, falecida a 7/10/1611.

2 – **DOMINGOS QUADRADO**, natural de Almendra. Tendo em conta que a filha usou o nome Giralde e o neto os apelidos Giralde Quadrado, deduzimos a filiação no referido casal António Fernandes Quadrado e Ana Giralde. Casou com **ANA GUERRA**, da antiga e numerosa família Guerra⁷ de Almendra. Filhos:

3 – Francisco, falecido a 3/10/1624.

3 – MARIA GIRALDES, *que segue*

3 – **MARIA GIRALDES**, de Almendra. Casou com **DOMINGOS FERNANDES**. Filhos nascidos em Almendra:

⁶ Segundo João Bráz, que nos ajudou na determinação das primeiras gerações deste artigo, António Fernandes Quadrado poderá ser ainda irmão de uma Maria Quadrada, falecida em Almendra a 17/12/1636 deixando como testamenteiro o filho João. Esta foi também mãe de uma Barbara falecida a 12/6/1637.

⁷ Provavelmente descendente de um Pedro Guerra, tabelião de Almendra a 30/8/1486 (Chancelaria de D. João II, liv. 8, fol. 21) que viria a perder o cargo por erros cometidos, pai (?) de Gregório Guerra, escudeiro, morador em Almendra, onde foi escrivão das sisas a 6/8/1517 (Chancelaria de D. Manuel I, liv. 10, fl. 69v), contador e inquiridor de Almendra a 24/8/1516 (Chancelaria de D. Manuel I, liv. 25, fl. 123). O dito Pedro da Guerra, também foi morador em Pinhel, onde aparece documentado a 22/2/1496 (Chancelaria de D. Manuel I, liv. 32, fl. 119v), possivelmente irmão de Nuno Guerra, tabelião de Pinhel (a 11/11/1489) e de João Guerra, morador em Pinhel, falecido antes de 6/6/1513 (Chancelaria de D. Manuel I, liv. 42, fl. 45) que foi caminheiro da correição da Beira. Devem ser da família do comendador de Pinhel Fernão da Guerra (este dos Guerra de Estremoz).



4 – uma menina (sem nome) falecida a 8/8/1641. Neste registo o pai Domingos Fernandes aparece referido como sendo "*genro do Quadrado*".

4 – DOMINGOS GIRALDES QUADRADO, *que segue*

?4 – Ana Fernandes Quadrado, de Almendra, casou a 16/8/1676 com Francisco Giraldes Chusco, filho de Pedro Giraldes "o Chusco" e de Brites Fernandes, casados a 15/9/1647. No registo de casamento de Ana Fernandes Quadrado, o pai dos nubentes não é referido mas pela cronologia, apelidos e o facto do provável irmão Domingos ter casado no mesmo dia com uma "Giraldes Chusca" sugere naturalmente um casamento "por troca". Tiveram:

| 149

5 – Maria Giraldes Chusco, baptizada a 2/6/1680 (padrinhos Lourenço Fernandes e Maria filha de António Francisco Sarnoso). Casou a 14/5/1702 com Bartolomeu Gonçalves, filho de Francisco Gonçalves e de Maria Fernandes. Com geração na freguesia de Castelo Melhor.

5 – Catarina, baptizada a 28/5/1684, foram padrinhos Marcos Guerra e Catarina Giraldes.

5 – Manuel, baptizado a 15/9/1685, padrinhos Marcos Guerra e Catarina Giraldes.

5 – Francisco, baptizado a 31/8/1687, foram padrinhos Manuel de Sousa e Maria solteira filha de Francisco Martins Freire e Ana Pereira.

5 – Francisco, baptizado a 4/6/1690, padrinhos Manuel de Sousa e Maria Fernandes.

5 – Úrsula, baptizada a 25/2/1692, foram padrinhos Manuel de Sousa e Maria filha de Francisco Martins Freire.

4 – **DOMINGOS GIRALDES QUADRADO**, natural de Almendra. Casou duas vezes, a primeira em Almendra a 16/8/1676 com (1) MARIA GIRALDES CHUSCO, provável irmã do seu proposto cunhado (Francisco Giraldes Chusco). Casou segundas núpcias em Freixo de Numão a 11/5/1699 com (2) **MARIA FERNANDES**, natural de Freixo de Numão, filha de Apolinário Fernandes, natural do lugar de Arnozelo, freguesia de Numão e de Isabel Gonçalves, natural de Freixo de Numão (onde casaram a 30/4/1675), neta paterna de João Gonçalves⁸ e de Maria Fernandes, neta materna também de um João Gonçalves e de Maria Dias. Filhos:

5 – (1) João, baptizado a 25/10/1682 em casa.

5 – (1) Francisco baptizado a 5/8/1685, teve por padrinhos Francisco Gonçalves ferrador e Catarina Giraldes Chusca.

⁸ Filho de um Apolinário Gonçalves, de Arnozelo.

5 – (1) Catarina, baptizada a 3/4/1688, foram padrinhos António Cabral e Maria da Cunha.

5 – (2) João Fernandes Quadrado⁹, natural de Freixo de Numão, casado em Trevões, a 11/1/1757, com Maria de Lemos, natural, baptizada em Trevões a 2/5/1717. Filho:

6 – Jerónimo de Lemos Quadrado, baptizado em Trevões, a 3/10/1757, e de sua mulher Engrácia Teresa, natural de Castainço, filha de Manuel Lopes e de sua mulher Maria dos Santos, ambos de Castainço. Com geração em Trevões, na família Lemos Quadrado.

5 – (2) ANTÓNIO FERNANDES QUADRADO, *que segue*



Igreja matriz de Freixo de Numão

5 – (2) **ANTÓNIO FERNANDES QUADRADO**, nasceu em Freixo de Numão, onde faleceu a 20/12/1777. Casou nesta freguesia a 7/1/1737 com **MARIA DO AMARAL**, natural de Freixo de Numão, filha de Domingos do Amaral e de Maria Francisca (casados a 19/2/1702), neta paterna de Domingos Gomes¹⁰ e de Maria do Amaral¹¹ (ca-

⁹ Vide a obra “*Famílias de São João da Pesqueira – Sousa, Távora, Telo*”, de Albano Chaves, João Braz e Óscar Caeiro Pinto, página 117.

¹⁰ Pastor, filho Pedro Gomes e de Maria Dias, casados em Freixo de Numão a 10/5/1637, neto paterno de Domingos Francisco da Quinta e de Maria Gomes, neto materno de Francisco Dias Raposo, de “Além do Ribeiro” e de Catarina Pires.



sados a 12/11/1668), naturais de Freixo de Numão, neta materna António Francisco, natural das Mós e de Maria Francisca. Filhos nascidos em Freixo de Numão:

6 – FRANCISCA QUADRADO DO AMARAL, *que segue*

6 – Antónia, baptizada a 14/12/1743.

6 – António José, baptizado a 10/7/1746.

6 – Manuel dos Santos Quadrado, baptizado a 10/11/1748, casou em Freixo de Numão a 31/1/1773 com Maria dos Santos Carvalho natural da freguesia de Mós do Douro, viúva de Manuel Fernandes Paulo.

| 151

6 – **FRANCISCA QUADRADO DO AMARAL**, baptizada a 25/4/1741, teve por padrinhos Manuel Lopes da Silva e sua mulher Maria do Amaral. Casou em Freixo de Numão a 23/7/1756, com **ALEXANDRE DOMINGUES FERREIRA**, baptizado nesta freguesia a 12/1/1719, filho¹² de Manuel Domingues Ferreira, “o moço” e de Isabel Dias Rodrigues (casados a 21/4/1708), neto paterno de Manuel Ramos Domingues “da Ferreira”¹³ e de Maria Domingues (casados a 12/2/1673), neto materno de Manuel Dias Pisoeiro¹⁴ e de Isabel Pires Rodrigues¹⁵ (casados em Freixo de Numão a 15/6/1669). Filhos nascidos em Freixo de Numão:

7 – Maria Bernarda Ferreira do Amaral, casou em Freixo de Numão a 25/5/1777 com Manuel Gomes Cavaco, filho de Lourenço Gomes Cavaco e Isabel de Aranda.

7 – Antónia Joaquina, baptizada a 20/2/1765.

7 – Joaquina Teresa Ferreira, baptizada a 14/9/1769, casou em Freixo de Numão a 19/2/1796 com José António Tavares, viúvo de Isabel Lopes, de Santo Amaro.

7 – Manuel, baptizado a 3/8/1769 “*foram padrinhos Manuel Domingues Ferreira e sua mulher Isabel Rodrigues.*”

7 – MANUEL ANTÓNIO DOS SANTOS ALEXANDRE DOMINGUES, *que segue.*

7 – Antónia Maria, baptizada a 4/3/1777, teve por padrinhos os avós paternos.

7 – Ana Jacinta Domingues Ferreira do Amaral, casou com Manuel Lopes Pedreiro, falecido em Freixo de Numão a 27/5/1812, filho de Manuel Lopes e de Maria

¹¹ Filha de António do Amaral e de Maria Fernandes, casados em Freixo de Numão a 13/10/1652, ela já viúva de um Pedro Gonçalves. António do Amaral é certamente descendente de um ramo da linhagem dos Amaral de Freixo de Numão, descendentes dos de Viseu.

¹² Segundo filho com o nome Alexandre, pois o primeiro baptizado a 25/12/1715 deve ter falecido criança.

¹³ Chamado “da Ferreira”, porque sua mulher era “*filha do ferreiro*” Francisco Martins e de Maria Lourenço Pinto, “a Pinta” (filha de Domingos Lourenço, “o Surdo” e de Catarina Pinto, de Freixo de Numão).

¹⁴ Filho de Manuel Dias e de Maria Dias.

¹⁵ Já era viúva de Luís Fernandes. Apenas se sabe que era filha de Mateus Dias, natural de Custóias.



Pereira, naturais de Fonte Arcada (Sernancelhe). Filhos nascidos em Freixo de Numão:

8 – João António Lopes Pedreiro, faleceu solteiro em Freixo de Numão a 30/12/1857. Relacionado com Maria Joaquina Risca, solteira, baptizada a 7/3/1811 e falecida a 2/9/1888, filha de Joaquim Inácio Rodrigues Risca e de Maria Inácia Joaquina do Amaral. **Com descendência¹⁶ (por via natural) que segue na família Risca de Freixo de Numão.**

8 – José Bernardo Lopes Pedreiro, casado com Ana da Assunção, filha de Manuel António Freixinho e de Marcelina Maria Lopes. Com geração em Freixo de Numão.

8 – Maria Angélica Lopes, casada com José Manuel Freixinho.

7 – **MANUEL ANTÓNIO DOS SANTOS ALEXANDRE DOMINGUES**, baptizado a 22/4/1774, teve por *“padrinhos Manuel dos Santos Quadrado também desta freguesia e sua mulher Maria dos Santos Carvalho natural da freguesia de Mós”*. Casou primeiras núpcias com (1) ANA JOAQUINA ANTUNES DE CARVALHO, filha de Manuel António Antunes e de Maria de Carvalho, do Poço do Canto (Mêda). Casou segundas núpcias em Freixo de Numão a 15/2/1820, com (2) **ROSÁRIA MARIA DE CARVALHO**, natural da dita freguesia, filha de Manuel de Carvalho e de Catarina Rodrigues Pinto (casados em Freixo a 11/11/1777) natural da freguesia da Touça, neta paterna de Manuel Lourenço e de Maria de Carvalho, neta materna de António Pinto e de Maria Rodrigues (ou Pereira) da freguesia de Poço do Canto (Mêda). Filhos:

8 – (1) Francisco, nasceu a 21/12/1813, baptizada a 27/12.

8 – (1) João, nasceu a 22/8/1816, baptizada a 29/8.

8 – (2) Maria, nasceu a 13/4/1824, foi baptizada dia 13.

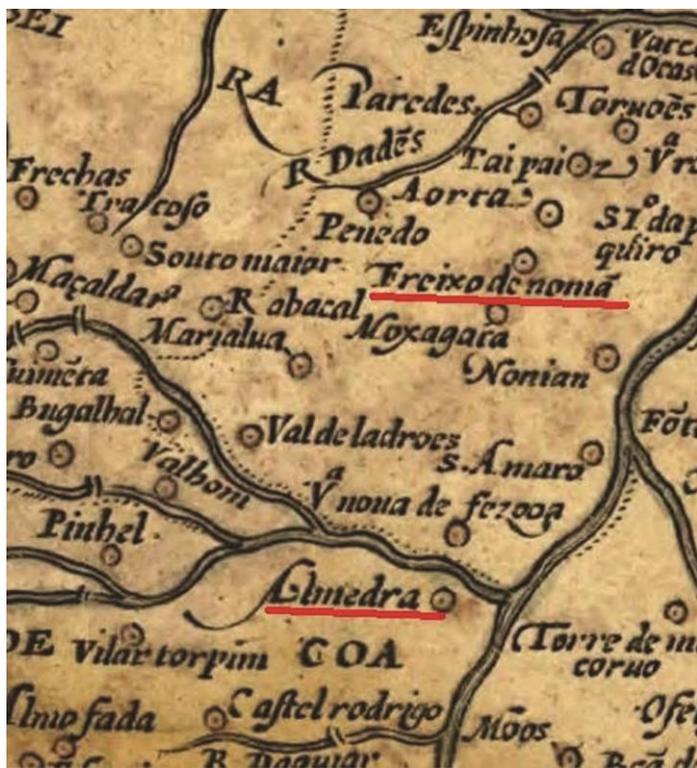
8 – (2) **JOÃO ANTÓNIO ALEXANDRE DOMINGUES**, nasceu a 3/2/1822, baptizado a 10/2, faleceu a 19/9/1896. Casou com **JOSEFINA DE JESUS SOBRAL**, baptizada em Freixo de Numão a 20/5/1828, filha de António José Baptista e de Joaquina Inácia de Jesus Sobral, naturais de Freixo de Numão, neta paterna de José António Baptista, natural de Freixo de Numão e de Florência Maria dos Santos de Carvalho, natural da Póvoa do Concelho (Trancoso), neta materna de Alexandre José Lopes de Sousa da Fonseca, natural de Riodades (S. João da Pesqueira) e de Antónia do Sobral e Sousa¹⁷, natural de Freixo de Numão. Filha:

9 – **MARIA DOS ANJOS DOMINGUES SOBRAL**, nasceu a 29/11/1853, sendo baptizada a 4 de Dezembro. Casou com **JOAQUIM MANUEL CAEIRO**, nasceu em Freixo de Numão a 15/7/1846, baptizado a 26, filho de João Bernardo Ca-

¹⁶ Que segue no livro do autor *“O Sangue e a História da Família Quadros e Risca de Freixo de Numão”*.

¹⁷ *“Notas genealógicas - Os Soveral de Fonte Longa (Mêda) e Sobral de Freixo de Numão”*, artigo do autor no prelo.

eiro e de Maria Ludovina Francisca Trovisco, neto paterno de José Joaquim Caeiro e de Maria do Nascimento do Amaral, naturais de Freixo de Numão (vide o artigo do autor "Os Saraiva de Vasconcelos de Mós do Douro"), neto materno de Fernando José Lopes de Andrade, natural das Seixas e de Ana Joaquina Trovisco, moça solteira, natural de Freixo de Numão. **Com geração num ramo da família Caeiro de Freixo de Numão.**



Freixo de Numão e Almendra, na mapa "Portugaliae" de 1561



Fontes Documentais

Registos paroquiais de Almendra.

Registos paroquiais de Freixo de Numão.

Bibliografia

ACHA, Maria Paz de Salazar e – “Un llamamiento para la guerra a los Hidalgos de Ciudad Rodrigo em 1637”, in *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogia*, Vol. III, ano 1994-1995.

CHAVES, Albano; Bráz, João; Pinto, Óscar Caeiro – “Famílias de São João da Peseira – Sousa, Távora, Telo”.

PINTO, Óscar Caeiro – “O Sangue e a História da família Quadros e Risca de Freixo de Numão”. Edição Guarda-mor, 2014.

PINTO, Óscar Caeiro – “Os Saraiva de Vasconcelos de Mós do Douro”, in *Cadernos Barão de Arêde*, N°4.2015.



GENEALOGIA

OS HEREDIA
(Conclusão)

| 155

por Luís Soveral Varella



OS HEREDIA

por *Luís Soveral Varella*

(*Conclusão*)

PARTE III

LINHAS DESENTRONCADAS EM PORTUGAL

Nem sempre é claro nem por vezes fácil entender se alguns dos que usaram o apelido Heredia e alguns dos que usaram as suas variantes Hereda, Areda e Arede, eram descendentes do cavaleiro Afonso de Heredia passado a Portugal em finais do séc. XV. E como tal não é fácil colocar muitas das linhas encontradas com esses apelidos no seu devido lugar. Como opção, e para que se corram os menores dos riscos, optou-se por tratar todas essas linhas não entroncadas cuja dúvida da sua origem persiste, nesta parte final deste trabalho independentemente de qual das variantes do apelido foi usada. Aqui mesmo são registadas também outras linhas de apelido Heredia tardiamente passadas a Portugal ou às ilhas dos Açores e que por lá deixaram rasto quer documental apenas quer também descendência. Outras linhas em Portugal que usaram também os mesmos apelidos ou o apelido nas suas variantes, embora também desentrocadas, serão tratados em título diferente no estudo sobre os Arêde, de Lourizela, dado ser mais transparente que a essa linha pertencem.

§ 1.º

de Lisboa, São Nicolau

1. **MARCOS DE CARAUSA**, nasceu cerca de 1600. Casou com **Leonor Espinhosa**. *Foi seu filho conhecido:*

1.1. **Luís de Heredia**, nasceu cerca de 1625 em Lisboa, São Nicolau. Casou em 1651 com dispensa matrimonial¹, com **Isabel de Moraes**, nascida em Lisboa, Santa Justa, filha de Manuel de Moraes e de Margarida Monteiro. No mesmo maço, proc.18, datado de 14.7.1651, é referido como **Luís de Areda** e a noiva é referida como nascida e morador em Lisboa, São Nicolau.

§ 2.º

de Lisboa

1. **ÚRSULA DE PAIVA DE HEREDIA**, viveu em Lisboa. Casou duas vezes: a primeira vez com **Manuel de Barros** (a); casou segunda vez com **Francisco de Matos** (b). A

¹ PT/TT/CEL/Sumários de Dispensas Matrimoniais m.654 proc.13.



14.9.1639 surge em Lisboa nas notas do tabelião António Bravo que servia António Rodrigues Marques a vender juntamente com o licenciado João de Abreu Callaca Roxyo como curador de Isabel, filha de seu marido Manuel de Barros e moradora na rua dos Escudeiros, e com o seu então marido Francisco de Matos, como procuradores de Miguel de Vasconcelos de Brito Barbosa, secretário de estado, um pinhal em Alhos Vedros que partia com o cônego Manuel de Andrade, ao dr. Luís Fernandes Teixeira, morador na rua da Betesga.²

§ 3.º dos Açores (I)

1. **CHRISTÓBAL DE HEREDIA**³, nasceu cerca de 1530 em Espanha e viveu como lavrador em Alanis no termo de Guadalcanal a 13 léguas de distância de Sevilha. Casou com **Juana García**. *Foi seu filho conhecido:*

1.1. **Juan de Heredia** ou **João de Heredia**, nasceu cerca de 1563 em Alanis no termo de Guadalcana a 13 léguas de distância de Sevilha, declarando em 1593 ter 30 anos de idade. Em 1592 era soldado, espanhol, morador na fortaleza da cidade de Ponta Delgada, nos Açores, Ilha de São Miguel, quando foi preso nos cárceres da inquisição por ter blasfemado dizendo que *mais valia o diabo que Deus*. Nas suas confissões perante o tribunal do santo ofício na 1ª sessão de interrogatório a 4.1.1593 declara que tinha perdido muito dinheiro ao jogo e que estava fora de si quando proferiu tais afirmações. Declara que é cristão-velho, que fora baptizado na igreja matriz de Alanis tendo por padrinho Christóbal Pérez, já falecido e que também tinha sido crismado, pedindo perdão ao tribunal do santo ofício e alegando ser pobre e sem dinheiro nenhum. Saiu em auto de fé em 1592, tendo cumprido 3 meses de prisão e saindo em liberdade em 1593 condenado a pagar mil réis e missa nos dias de festa, sem capa, em pé e sem sombreireiro.⁴ *Foi seu filho conhecido:*

1.2. ? **Hernando de Heredia**, nasceu cerca de 1570 em Alanis, termo de Sevilha. Casou com **María Díaz del [...]**. *Foi sua filha conhecida:*

1.2.1. **Grazia de Porras**, nasceu cerca de 1595 em Alanis. Casou com **Gabriel de Zamudio**, nascido em Sevilha, filho de Lucas de Zamudio e mulher Ynes de Zamudio. *Foi sua filha conhecida:*

1.2.1.1. **Ynes de Zamudio y Alarcón**, baptizada a 29.9.1619 em Sevilha. Casou com **Diego de Porras y Ribera**, nascido em Cantillana, ministro da

² PT/INBL/Index das notas de varios tabelliães de Lisboa, entre os annos de 1580 e 1747: subsidios para a investigação historica em Portugal, Tomo II.

³ Vide nota seguinte.

⁴ PT/TT/TSO/IL/8554.



inquisição em Cartagena, filho de Chistóbal de Ribera, nascido em Cantillana, e mulher Grazia de Porras, nascida em Alanis. *Foi seu filho conhecido:*

1.2.1.1.1. **Francisco de Porras y Alarcón**, nasceu em Portobelo, nas Índias de Castela. Foi racioneiro da catedral de Sevilha⁵.

§ 4.º dos Açores (II)

1. **ANDRÉ DE AREDIAS**, que usou o apelido Aredias numa clara mistura entre o apelido Heredia e Areda, nasceu cerca de 1650 e foi morador no lugar da Ribeirinha termo de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, onde foi alferes. Parece ser descendente dos Areda de Barcelos como se depreende da acusação de seu filho no tribunal da inquisição de Lisboa, podendo ser descendente do cavaleiro Afonso de Heredia *referido no 1 da Parte II deste trabalho*, o que cronologicamente o faria seu seria seu quinto ou sexto neto. Casou com **Águeda Lopes**. *Foi seu filho conhecido:*

1.1. **Mateus de Aredias**, foi baptizado a 14.11.1679 na freguesia de São Pedro, lugar da Ribeirinha termo de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, tendo por padrinhos Luís Fonseca e Apolónia Evangela filha de Rafael de Freitas e mulher Apolónia Evangela⁶. Foi lavrador e viveu nesse lugar da Ribeirinha. Preso no Aljube desta cidade em 1721 pela inquisição por ser contra as regras da igreja católica e condenado em auto de fé em 1723 apenas a penas espirituais sem ser condenado a cárcere nem a sequestro de bens. A acusação refere que ele ensinava aos filhos o Pai Nosso desta forma: *padre nosso de Barcelos, mais comêramos se tivêramos, mas a culpa não é nossa, ela é de nossos amos, que eles andem por onde nós andamos, eles por nossos criados, e nós por seus amos*. Ensinava também aos seus filhos as 3 virtudes teológicas: 1.º - Fé – *que dão os porteiros na audiência*; 2.º - Esperança – *uma mulher que mora junto ao adro*; 3.º - Claridade – *que dá a candeia*.⁷ A referência a Barcelos neste *padre nosso* pode tratar-se de uma referência às suas ascendências de Barcelos. Depreende-se também que este ramo dos Arêde tinha o estatuto social de *criado* e não de *amo*, podendo ter decaído socialmente por qualquer motivo, nomeadamente por uma bastardia.

⁵ MIR, Adolfo de Salazar, Los expedientes de limpieza de sangre de la catedral de Sevilha: Expedientes 1 al 541. Instituto de Salazar y Castro, 1998, Expediente F-66, Leg.18, 1678.

⁶ PT/TT/TSO/IL/14059 e TSO/IL/17609.

⁷ PT/TT/TSO/IL/14059 e TSO/IL/17609.



§ 5.º
da Covilhã, Teixoso

1. **MIGUEL LOPES DE EREDA**, nasceu cerca de 1630 e já tinha morrido em 1688, à data do casamento do seu filho homónimo. Casou na Covilhã com **Maria Rodrigues**, também já falecida nessa data.⁸ *Foi seu filho conhecido:* | 159

1.1. **Miguel Lopes de Ereda**, foi baptizado a 27.9.1660 na Covilhã, São Paulo. Casou a 3.2.1688 na Covilhã, Teixoso, com **Isabel Fernandes**, aí nascida a 8.10.1662 e baptizada a 16.10, em casa, filha de Belchior Gonçalves (o processo de familiatura para o santo ofício de seu bisneto chama-lhe Belchior Fernandes) e mulher Clara Rodrigues, casados a 24.4.1656 na mesma vila; neta paterna de António Fernandes e mulher Maria Fernandes, casados em 1630 no Préstimo⁹; e neta materna de Jácome Rodrigues (que surge no assento de casamento de sua filha como Miguel Rodrigues, e filho de Henrique Rodrigues, já falecido em 1626 e Maria Juzarte), que foi de Oiaias, termo de Tomar, casar a Teixoso, e de sua segunda mulher, com quem casou a 20.10.1626 na mesma freguesia, Maria Fernandes (filha de Lourenço Fernandes e de Beatriz Fernandes). Clara Rodrigues casou segunda vez com um José Rodrigues *o pelado* que tinha fama de cristão-novo mas que se não veio a provar no processo de familiatura para o santo ofício dum bisneto dela, referido adiante¹⁰. *Foram seus filhos conhecidos:*

1.1.1. **Miguel**, nasceu a 26.9.1687 em Teixoso e foi baptizado a 3.10 do mesmo ano.¹¹

1.1.2. **Miguel**, segundo do nome, nasceu a 18.4.1689 em Teixoso e foi baptizado a 2.5 do mesmo ano.¹²

1.1.3. **Miguel Lopes de Hereda**, terceiro do mesmo nome, nasceu a 29.5.1700 em Teixoso sendo baptizado a 5.6 do mesmo ano. Casou a 21.1.1728 na mesma vila com **Jerónima Botelho de Mendonça**, aí nascida a 26.1.1703 e baptizada a 1.2 do mesmo ano, filha de Manuel Botelho de Mendonça e mulher Maria Esteves (irmã do avô de Manuel Nunes da Fonseca, familiar do santo ofício); neta paterna de Rafael Botelho e mulher Leonor de Mendonça (filha de Domingos Fernandes e mulher Leonor de Mendonça, o qual quando casou era criado do seu sogro, o padre Baltazar Manso Temudo, que foi de Oleiros para Teixoso com esta sua filha bastarda, com escravos e criados, pelo que correu a fama de que ela era uma escrava sua e mulata, o que se veio a provar falso no processo

⁸ PT/TT/TSO-CG/HSO/Manuel m.218 d.1289.

⁹ PT/AUC/Índice de Batismos, Matrimónios e Óbitos da autoria do padre António da Cunha do seminário Jesus Maria José de Coimbra em 1764 (freguesia do Préstimo, 1608-1749).

¹⁰ PT/TT/TSO-CG/HSO/Manuel m.218 d.1289.

¹¹ PT/TT/TSO-CG/HSO/Manuel m.218 d.1289.

¹² PT/TT/TSO-CG/HSO/Manuel m.218 d.1289.



de familiatura para o santo ofício de seu bisneto Manuel, referido adiante); e neta materna de António Vaz Penedos e mulher Maria Esteves (por cujo lado Jerónima Botelho de Mendonça era prima do padre António Rodrigues Fortuna, de Teixoso, e de José Agostinho de Mendonça, cavaleiro da ordem de Cristo e filho de Urbano José de Mendonça, sargento-mor da comarca de Teixoso).¹³ *Foi seu filho conhecido:*

1.1.3.1. **Manuel Lopes de Hereda de Mendonça**, nasceu a 3.8.1732 em Teixoso, onde foi baptizado a 10 do mesmo mês e ano. Foi bacharel formado em leis e familiar do santo ofício por carta de 17.9.1770¹⁴, não tendo ainda tomado juramento a 15.6.1793. Á data era ainda solteiro.

§ 6.º da Guarda

1. **ANTÓNIO FERNANDES**, nasceu cerca de 1645 em Porcas, Guarda, Sé. Casou com **Domingas Jorge** e foram moradores em Porcas. *Foi seu filho conhecido:*

1.1. **António Fernandes**, nasceu cerca de 1670 em Porcas. Casou a 1.2.1693 em Aldeia do Bispo, termo da Guarda com **Maria Nunes** ou **Rodrigues**, filha de Manuel Rodrigues Rabão e mulher Ana Nunes. *Foi seu filho conhecido:*

1.1.1. **Tomé Nunes Arêde**, nasceu cerca de 1695 em Aldeia do Bispo. Casou entre 8.9.1743 e 3.11.1744 em Aldeia do Bispo com sua parente em 4.º grau de consaguinidade, para o que foram dispensados, **Teresa Rodrigues Arêde**, aí nascida, filha de Domingos Rodrigues, nascido na quinta do Pontão, na Guarda, Sé, e mulher Simoa Dias, nascida em Aldeia do Bispo. *Foram seus filhos conhecidos:*

1.1.1.1. **António Nunes Arêde**, nasceu cerca de 1745 em Aldeia do Bispo. Casou a 25.2.1781 na mesma aldeia com **Rita Rodrigues da Costa**, filha de Manuel Rodrigues Cairrão e mulher Maria Rosália.

1.1.1.2. **Teresa Nunes**, nasceu na Aldeia do Bispo onde foi morador com seu marido nas quinta de Almerendinha. Casou a 30.4.1778 com Francisco João, nascido em Galegos, na Guarda, Sé, filho de Manuel João e de Maria João, da quinta dos Galegos.

1.1.1.3. **Custódio**, nasceu a 14.7.1793 em Aldeia do Bispo, onde foi baptizado a 21 do mesmo mês e ano.

¹³ PT/TT/TSO-CG/HSO/Manuel m.218 d.1289.

¹⁴ PT/TT/TSO-CG/HSO/Manuel m.218 d.1289.



§ 7.º

em Lisboa

1. **ALBERTA DE ARADE**, nasceu cerca de 1600. Casou com **António Ferreira**. *Foi sua filha conhecida:*

1.1. **Maria Arade**, nasceu cerca de 1624. Casou a 23.6.1644 em Lisboa, Mercês, com **Francisco de la Torre**, nascido em Lisboa, Santa Catarina, filho de Agostinho de la Torre e de Mécia Ferreira. *Foi sua filha conhecida:*

1.1.1. **Manuel**, nasceu a 19.7.1645 em Lisboa, Mercês

| 161

§ 8.º

1. **SIMÃO DE ARÊDE**, nasceu por volta de 1500/1510 e era capitão da armada do governador e vice-Rei da Índia D. João de Castro (1545-1548).¹⁵

§ 9.º

em Viana do Castelo e Lisboa

1. **MARIA DE AREDE**, nasceu cerca de 1575. Casou com **Gregório Conca**. *Foi sua filha conhecida:*

1.1. **Maria da Fonseca**, nasceu em 1600 no termo de Viana do Castelo, São Bartolomeu, foi viver para Lisboa, Loreto, em 1609 com 9 anos de idade, e em 1629 era criada da Condessa de Sortelha. Casou a 22.2.1629, com dispensa de banhos de 21.2.1629 em Lisboa, Loreto, com **Francisco Dias**, aí morador na mesma freguesia.¹⁶

§ 10.º

1. **LUÍS DA SILVA DE AREDA**, teve alvará para formatura em dia santo¹⁷.

§ 11.º

de Malaca

1. **JOÃO DE HEREDIA** chamado *Aquaviva*¹⁸, nasceu cerca de 1523. Fidalgo Português¹⁹ e capitão-mor de Malaca que dizem ser descendente do cavaleiro Afonso de

¹⁵ COUTO, Diogo de Couto, Da Asia, Década Sexta, Liv.V Cap.VI.

¹⁶ PT/TT/CEL, Sumários de Dispensas Matrimoniais, m.590 p.129.

¹⁷ PT/TT/CHR/D. João IV, L.14 f.66.

¹⁸ CORTESÃO, Armando; MOTA, A. Teixeira da – *Portugaliae Monumenta Cartográfica*.

Heredia referido no 1 da Parte II deste trabalho²⁰, mas também da família Godinho portuguesa como se verifica do auto-retrato de seu filho Manuel, retratado com as armas esquarteladas de Heredia e de Godinho Portugueses. Casou cerca de 1562 na catedral de Macassar, em Malaca, com a Princesa burginesa Helena de Vessiva, que morreu em 1575 sendo enterrada na principal igreja de Malaca, filha do Rei de Supa Macáçar e de Cynta, convertidos ao catolicismo, baptizado no santuário de Santo Rafael em Macassar com o nome de João Tubinanga, e mulher, baptizada com o nome de Arcangela de Linta, nobres burgineses e afilhados de baptismo de João de Heredia. O casamento deu-se depois da fuga da Princesa com João de Heredia o que veio a perturbar grandemente as relações entre Portugal e Malaca, que só voltaram a restabelecer-se plenamente 12 anos depois quando a Princesa voltou a contactar os pais. *Foram seus filhos conhecidos:*

1.1. **Manuel Godinho de Heredia**, nasceu a 16.7.1563 em Malaca e morreu em Goa pouco antes de 12.3.1623. Luso-malaio, foi provavelmente o primeiro português mestiço com sangue indonésio²¹. Padre e missionário, foi conhecido temático, cosmógrafo, cartógrafo, desenhador e pintor, tendo deixado muitas obras e notas sobre a cosmografia e geografia dos mares da Índia, e é considerado por alguns como o descobridor da Austrália em 1601, de cujo feito existem ainda muitas dúvidas²². Deixou um auto-retrato com as suas armas: escudo esquartelado de Heredia nos 1.º e 4.º quartéis e Godinho nos 2.º e 3.º quartéis.

1.2. **Ana Godinho de Heredia** ou **Ana de Heredia Aquaviva**, nascida a 17.4.1587, uma quinta-feira, às 8 horas da manhã²³.

1.3. **Domingos Godinho de Heredia**, sacerdote e mestre-escola em Malaca.

RETRATO DE EMANUEL GODINHO DE HEREDIA:



¹⁹ Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland Malaysian Branch, Singapore, *Journal of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society*, 1998.

²⁰ Instituto de Coimbra, *O Instituto*, Vol.29. Muito errados andam os estudos sobre esta linha da qual recolho esta informação que pouco sentido fazem para além de acordar no facto de ser descendente da linha dos Heredia que passaram a Portugal com Afonso de Arêde. Diz a mesma que Manuel Godinho de Heredia estava ligado a don Filipe de Heredia, conde de Fuentes através de Lourenço Fernandez de Heredia e através de Juan Francisco Aquaviva à família do duke da Attri. Acrescenta que descendia da família de don Filipe de Heredia, conde de Fuentes em Aragão que, tendo-se mantido fiel a Dona Joana, a Beltraneja, fixou-se em Portugal durante o reinado de Dom Afonso V (VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina Silva dos, e NESVES, Guilherme Pereira das (2006), *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*, edição de EdUFF, Editora da Universidade Federal Fluminense.

²¹ GEPBC, HEREDIA, Manuel de.

²² Academia das Ciências de Lisboa, *Boletim da segunda classe*, Vol.1-2, 1898.

²³ VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina Silva dos, e NESVES, Guilherme Pereira das, op.cit.



1.4. Francisco Godinho Aquaviva, sacerdote em Malaca.

§ 12.º
do Brasil, Pernambuco

| 163

1. **CRISTÓVÃO RAMIRES [DE HEREDIA²⁴]**, nasceu cerca de 1510 provavelmente na Galiza, Espanha, onde foi morador e mercador de pesos em Gueto, aldeia da paróquia de Seoane, concelho de Monforte de Lemos, Lugo²⁵, e sua comarca. O ramo dos Heredia de onde é oriundo era certamente de Castela ou de Aragão, reinos por onde esta Família estava já espalhada, não sendo provável que seja oriundo de alguma ramo dos deste apelido da Galiza onde não foi possível documentar à época ninguém²⁶. Casou com **Joana Queixada²⁷** nascida cerca de 1515 certamente na Galiza, em Espanha, onde viveu²⁸. *Foram seus filhos conhecidos:*

²⁴ PT/TT/TSO/IL/6333. Este ramo surge identificado documentalmente como Herede num claro meio termo entre Heredia e Arede.

²⁵ De acordo com a «Gran Enciclopédia Gallega», 1974: GUETO, esta aldeia, que dista 2,8 km da capital municipal, tinha em 1974 apenas 20 habitantes.

²⁶ Conforme pude constatar na documentação coeva bem como das informações recolhidas em Espanha junto de vários genealogistas, quer estudiosos desta Família, quer estudiosos da Galiza. Na província de Lugo existem actualmente catalogados na lista de telefones apenas três indivíduos com este apelido, quer intermédio, quer final, sendo que apenas 1 é morador em Monforte de Lemos. Como se verificará adiante estes Heredia estavam muito ligados, ou ligaram-se posteriormente, por afinidade, à Casa dos condes de Monterrey, proprietários em Ourense, na Galiza. Deste modo também nesta província foram feitas buscas de pessoas actualmente com este apelido, tendo verificado o registo de apenas dez indivíduos, todos, com excepção de um, moradores em Padrenda e constituído um aglomerado familiar. Por outro lado, a ligação destes Heredia aos Lunas de La Rioja, Logroño, País Basco, deixa prever que fossem ligados à Casa de Heredia original.

²⁷ Na documentação coeva, Quixada, Quixada e Queixada são o aportuguesamento do apelido espanhol Quijada, apelido de uma Família donde se supõe ser don Quixote de La Mancha. Este apelido surge também como Quisada ou Quisado.

²⁸ Viveu em Portugal, na Beira, um João de Queixada, que terá nascido à roda de 1475, escudeiro de Diogo Lopes de Sousa do conselho do Rei, morador na vila do Vouga, concelho de Sever do Vouga, onde foi tabelião a 3.6.1501 (PT/TT/CHR/D. Manuel I, ofícios e mercês, L.1 f.27). Também em Bobadela, no termo de Oliveira do Hospital, viveu Manuel Queixada, que terá nascido à roda de 1520, casado com Ana Pais [Ribeiro], aí nascida à roda de 1530 (e eventualmente casado segunda vez com Ana Francisca, com descendência em Bobadela), de quem teve um Gaspar Quixada Fragoso que foi bacharel e morador nessa vila. Casou este Gaspar com Maria Figueira Girão de quem teve pelo menos: Manuel de Araújo Quixada Fragoso; João Queixada; e António Queixada Fragoso que foi baptizado em Bobadela a 27.09.1580, *soldado na Índia e cavaleiro-fidalgo*, casado com Maria de Gusmão, de quem parece não ter havido descendência, mas tendo-a por via natural. Manuel de Araújo Quixada Fragoso, *acima*, também nascido em Bobadela, foi casado com Águeda Ribeiro Pinto filha de António Ribeiro Pinto e mulher Leonor Tavares, e deles foram filhos: António Ribeiro Pinto que foi vigário da igreja de Figueiró do Campo; Manuel de Araújo Pinto que foi prior de São Payo de Gouveia; frei Pedro da Madre de Deus que foi religioso da ordem Terceira; e mais cinco filhas que não deixaram descendência (PT/TT/GM/RMC, m.4



1.1. **Cristóvão Queixada**, nasceu cerca de 1540 certamente em Gueto, concelho de Monforte de Lemos, Galiza, sendo identificado com fidalgo caste-lhano. Foi para o Brasil onde teve a alcaidaria-mor de Pernambuco que lhe veio pelo seu casamento, *nobre, honrado e bom cristão*, como se declara no processo da inquisição de Lisboa de seu sobrinho Cristóvão²⁹. Casou no Brasil com **Clara Fernandes de Lucena**, filha natural de Vasco Fernandes de Lucena, capitão no Brasil que aí edificou a primeira povoação e fortaleza de Pernambuco da qual foi alcaide-mor³⁰ e onde já vivia em 1535³¹ quando a 9.3 desse ano tomou posse das terras, *Capitania, governança e jurisdição della com todas as liberdades e privilegios, que lhe foram concedidas na cartas de doação Regias passadas em Évora a 24 e 15 de Setembro de 1534, e a seus sucessores [...]*³², e o 1.º alcaide-mor de Olinda, também pai e do seu casamento com D. Beatriz Dias Correia, de Sebastião de Lucena de Azevedo (quarto-avô do 1.º marquês de Pombal e 1.º conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro ministro do Rei D. José I); e neta de Sebastião de Lucena e mulher Maria de Vilhena, por sua vez filha de Diogo de Azevedo, Senhor de São João de Rei e mulher Maria de Vilhena. *Com descendência nos Queixada de Paraíba, Brasil.*

1.2. **João Queixada Ramires o Português**, nasceu cerca de 1540 certamente em Gueto, concelho de Monforte de Lemos, Galiza. Tal como seu irmão Cristóvão foi para o Brasil, onde foi o 3.º alcaide-mor de Pernambuco³³. Teve o nome de seu avô materno o que poderá ter a ver com a tradição da época para os filhos secun-

n.331). João Queixada que ficou acima filho de Gaspar Queixada Fragoso e mulher, nasceu também em em Bobadela e à roda de 1575, declarando ter 17 anos a 30.1.1592, sendo então morador em casa de D. Francisco de Sousa, governador do Estado da Baía, Brasil. Nessa data confessa as suas culpas perante o tribunal do santo ofício durante a primeira visitação do santo ofício ao Brasil (1591-1595), por, cerca de uma ano antes, sendo então morador em Lisboa em casa do deão da Sé dessa cidade Afonso Furtado, parente do referido governador da Baía, ter ficado uma noite a dormir no quarto dos criados do deão e ter tido relações sexuais com um pagem de nome Leonardo, mulato e então de 18 ou 19 anos de idade (PT/TT/TSO/IL/visitações, L.1, 777, mf.4319). A ida deste João Queixada para o Brasil permite supor uma ligação aos Quixada alcaides-mor de Pernambuco tratados neste parágrafo. Na inquisição de Lisboa existe ainda outro processo relativo a um João Queixada (PT/TT/TSO/IL/3624), que foi frei da ordem da Santíssima Trindade, licenciado em teologia e morador na Lourinhã, que poderá ser neto de João de Queixada acima referido, e que é suspenso de pregar durante 6 meses pela inquisição por, ao dar o sacramento, dizer do púlpito da igreja: *que se não havia de dizer quando se dava o santo sacramento que assim estava Deus pai Deus Filho e Deus Espírito Santo*, causando escândalo entre os fiéis que dele apresentaram queixa.

²⁹ PT/TT/TSO/IL/6333. Neste processo surge também como testemunha um Francisco Fernandes de Ayama, cristão-velho e que foi criado deste Cristóvão, e Jácome Pires que declara ter 47 anos de idade à data (1595) e ser cunhado deste Cristóvão por terem casado os dois com duas irmãs, pelo que se deduz que também ele foi casado com uma filha de Vasco Fernandes de Lucerna.

³⁰ FG, op.cit., título de Azevedos, § 81 e § 139; e FALCÃO, Armando de Sacadura Falcão (1993), Os Lucenas, Braga, Tomo II, § 396.º, f.703-704, onde Cristóvão surge como Queixada.

³¹ GEPBC, PERNAMBUCO.

³² *Memórias que se conservam na capitania de Pernambuco das habilitações do santo ofício que há nos descendentes de Vasco Frz de Lucena*, in *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1926, vol.48.

³³ PT/TT/TSO/IL/6333.



dogénitos, e o apelido do Pai. Casou com **Leonor Reimoa [Reimão]**, filha de Frutuoso Barbosa, irmão de Pedro Barbosa³⁴. *Foi sua filha conhecida:*

1.2.1. **Maria de Herede** ou **Maria de Heredia**³⁵, nasceu cerca de 1572 em Pernambuco declarando a 4.11.1593 perante o tribunal do santo officio ter 21 anos de idade pouco mais ou menos, ser cristã-velha, que da parte da sua mãe tem raça de cristã-nova, que sua mãe era filha de cristão-novo e cristã-velha, que era natural desta capitania, filha de João Queixada, *o Português*, cristão-velho, mameluco, filho de homem branco e de brasílica, e que sua mãe (da biografia), se chamava Lianor Reimoa, era meia-cristã-nova filha de pai cristão-velho e mãe cristã-nova, ambos já defuntos. Casou cerca de 1585/86, com 13 ou 14 anos de idade, com **Mateus de Freitas de Azevedo**, nascido cerca de 1566/67³⁶ ou 1568 em Lisboa, fidalgo da Casa Real que era capitão-mor de Pernambuco a 18.8.1595 quando surge em Olinda como testemunha no processo de seu parente Cristóvão Queixada declarando ter 27 anos de idade³⁷. Foi o 4.º alcaide-mor de Pernambuco e era irmão de Jorge de Azevedo de Mesquita, senhor de Mata de Lobos³⁸, e de Joana de Mesquita³⁹; todos filhos de Sebastião de Lucena de Azevedo, comendador de Mata de Lobos e guarda-mor da cidade de Lisboa durante a peste (1569⁴⁰), e mulher Jerónima de Mesquita de Mendonça; e netos paternos de Vasco Fernandes de Lucena, *referido acima* e mulher D. Beatriz Dias Correia⁴¹. *Foram seus filhos conhecidos:*

1.2.1.1. **Sebastião de Lucena de Azevedo**, nasceu cerca de 1587 em Pernambuco. Foi cavaleiro da ordem de Cristo habilitado em 1629, capitão-mor

³⁴ PT/TT/TSO/IL/6333.

³⁵ FG, op.cit, título de Azevedos, § 139; e FALCÃO, Armando de Sacadura, op.cit., Tomo II, § 396.º f.704 onde se regista a descendência que aqui se segue.

³⁶ Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda (1948), imprensa oficial.

³⁷ PT/TT/TSO/IL/6333.

³⁸ Casado segunda vez com Catarina de Vilhena, neta de Diogo de Azevedo Coutinho, de quem foi filho Bartolomeu de Azevedo Coutinho, por sua vez pai de Marco António de Azevedo Coutinho, amigo pessoal do Rei Dom João V e o primeiro-ministro dos negócios estrangeiros (Itamaraty), mentor e primo do marquês de Pombal. Os descendentes deste Marco António de Azevedo Coutinho serviram na Índia e depois no Brasil, dando origem ao Azevedo Coutinhos de Montauray, no Brasil (nota de José de Azevedo Coutinho).

³⁹ Casada com Gaspar Leitão Coelho de Melo, senhor da honra de Gaiate, de quem foi filha herdeira Luísa de Melo casada com Sebastião de Carvalho, sendo seu filho Sebastião de Carvalho e Melo, familiar do santo officio (PT/TT/TSO-CG/HSO/Sebastião m.3 d.71), casado com Leonor Maria de Ataíde, avós de Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º marquês de Pombal e 1.º conde de Oeiras, primeiro-ministro do Rei D. José I.

⁴⁰ GEPBC, PESTE.

⁴¹ Vasco Fernandes de Lucena, dos Lucenas de São João de Rei, foi filho de Sebastião de Lucena e de sua prima Maria de Vilhena, filha de Diogo de Azevedo, 4.º senhor de São João de Rei, casados a 18.1.1497 em Estremoz sendo testemunhas o Rei Dom Manuel I e sua 2ª mulher Maria de Vilhena Coutinho, prima de ambos os noivos.

e governador do Grão-Pará em 1645, 1647 e 1648, e capitão governador da Torre de Cascais. Estava na armada do Maranhão em 1615 e socorreu Pernambuco como capitão a 6.12.1635. Casou com [...]. *Fois sua filha conhecida:*

1.2.1.1.1. [...]. Casou com **Agostinho de Meneses**, capitão de infantaria e governador da fortaleza de Santa-Cruz da barra do Rio de Janeiro, e senhor da Ribeira de Meari. Deste casal foi bisneto o 1.º barão de Meirim (por carta do Imperador Dom Pedro II do Brasil de 25.3.1849) José Teodoro Correia de Azevedo Coutinho, nascido a 30.8.1775 no Brasil, em Alcântara, Maranhão, onde morreu a 11.3.1855.

1.2.1.2. **Vasco Fernandes de Lucena**. Casou com **Maria de Senas**. *Foi sua filha conhecida:*

1.2.1.2.1. **Joana**, nasceu a 18.9.1616⁴².

1.2.1.3. **Cristóvão de Freitas de Azevedo**.

1.2.1.4. **Joana** ou **Jerónima de Mesquita**. Casou com **António Bandeira de Melo**.

1.2.1.5. **Clara de Mesquita** ou **Clara de Azevedo**. Casou duas vezes: a primeira com **Gaspar Fernandes Dourado** (a), licenciado, de quem foi a segunda⁴³; casou segunda vez com **António Malheiros de Melo**. *Foi seu filho conhecido e do primeiro casamento:*

1.2.1.5.1. (a) **Alberto Dourado de Azevedo**, nasceu em Paraíba no Brasil. Serviu depois da Restauração em 1640 de provedor da fazenda Real dessa cidade durante a menoridade de seu sobrinho Salvado Quaresma Dourado, que teve mercê da propriedade desse ofício.⁴⁴

1.3. **Luísa de Herede**, nasceu cerca de 1543 certamente em Gueto, concelho de Monforte de Lemos, na Galiza. Casou cerca de 1562/63 com **Evangelista Manoel de Luna**, nascido cerca de 1535/40, mordomo do conde de Monterrey⁴⁵ e du-

⁴² Nobiliarquia Pernambucana.

⁴³ *Annaes da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro*, 1903, Vol.25, p.58.

⁴⁴ *Annaes da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro*, 1903, Vol.25, p.58.

⁴⁵ Don Gaspar de Zuñiga y Acevedo, 5.º conde de Monterrey e vice-Rei do México (Nueva España), cargo que já tinha a 4.2.1590 quando envia uma carta ao Rei de Espanha dando-lhe conta da redução dos índios e do pessoal (ESP/PARES/AGI/ ES.41091.AGI/15./MEXICO,26,N.17). Estes Monterrey, em Ourense, Galiza, eram genuinamente Azevedo sendo descendentes de Diogo Gonçalves de Azevedo, 9.º senhor do couto de Azevedo e senhor da Torre de Vasconcelos, com uma geração distintíssima em Espanha, senhores do morgado de Taxado, com cargos relevantes e ligações às principais casas de Espanha. Um trisneto de Diogo Gonçalves de Azevedo, de nome Diogo de Azevedo, casou com doña Francisca de Zúñiga e Ulhoa filha herdeira do 1.º conde de Monterrey, Sancho Sánchez de Ulloa (título de 1513), e mulher e prima doña Teresa de Zúñiga, viscondessa de Monterrey, tornando-se o 2.º conde deste título. É curioso verificar que este ramo da Família Heredia/Quixada orbitava na influência dos Azevedo, de Portugal (São João de Rei), nomeadamente o ramo Azevedo de Lucena, e dos Azevedos de Espanha



rante muitos anos fronteiro da Galiza, irmão de Francisco Manoel, de Gaspar Manoel e de outros que já tinham morrido em 1595, todos pessoas da governança da sua terra; filhos de João de Muça [?] e mulher Alberta Manoel⁴⁶ [de Luna (?)]. A ligação de Evangelista Manuel de Luna ao conde de Monterrey era certamente por parentesco por afinidade pelo lado dos de Luna. De facto em dois documentos datados 24.9.1502⁴⁷ e de 8.8.1506⁴⁸ surge uma Mencia de Zúñiga, moradora em Zamora, Castela, casada com Juan de Luna, senhor de Cornago [y Jubera] (em La Rioja, Logroño, País Basco), já falecido à data do segundo documento, sobre o cumprimento de uma escritura de compromisso de partilha de uma herança com Francisco de Zúñiga, señor de Monterrey, seu irmão⁴⁹. *Foram seus filhos conhecidos:*

(Monterrey). Esta relação próxima terá certamente influenciado a sua entrada em Portugal, neste caso através do Brasil.

⁴⁶ PT/TT/TSO/IL/6333.

⁴⁷ ESP/PARES/ARCHV/ES.47186.ARCHV/1.7.2./REGISTRO DE EJECUTORIAS. CAJA 0173.0006.

⁴⁸ ESP/PARES/ARCHV/ES.47186.ARCHV/1.7.2./REGISTRO DE EJECUTORIAS. CAJA 0207.0020.

⁴⁹ Se de facto se comprovar que a biografada, Evangelista Manoel de Luna, era parente do referido Juan de Luna, a Família da biografada era assim a dos de Luna, senhores de Cornago y Jubera que se aparentaram por casamento com as Casas da mais alta nobreza espanhola. Curiosamente don Álvaro de Luna, condestável de Castela, *referido adiante*, teve um filho natural de uma senhora da Casa dos Manoel, filha de don Enríque Manoel, conde de Montalegre, o que poderá ser interessante dado o apelido do ramo aqui estudado precisamente Manoel de Luna. Juan de Luna era sobrinho-neto e neto de don Álvaro de Luna, sendo filho de outro Juan de Luna, senhor de Magaña (em Soria), e mulher (de quem foi o primeiro marido), sua prima, irmã do conde de Albuquerque seu homónimo, doña María de Luna (*confirmación de la Villa de Magaña (Soria) hecha por Juan II a favor de Juan de Luna, sobrino del Maestre de Santiago Álvaro y de su mujer María de Luna, hija del citado Maestre* (ESP/PARES/SNAHN/ ES.45168.SNAHN/1.7.2.99.99./OSUNA, C.2244, D.10). Esta senhora casou segunda vez com don Iñigo López de Mendoza, 2.º duque do Infantado, nascido em Guadalajara em 1438 e aí falecido em 1500. Doña María de Luna teve os senhorios de Cornago e de Jubera que lhe foram confirmados a 15.7.1453 (ESP/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/1.7.2.2.0./OSUNA, C.2189, D.5) e que, certamente porque lhe foram confiscados, o Rei Don Enríque IV de Castela restituiu-lhos a 10.4.1457 (ESP/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/1.7.2.2.0./OSUNA, C.2189, D.6), sendo novamente confirmados pelos Reis Católicos a 31.1.1485 e a 10.2.1486 (ESP/PARES/SNAHN/ES.45168. SNAHN/1.7.2.2.1./OSUNA, C.2189, D.7). Doña María de Luna, irmã do conde de Albuquerque, era filha don Álvaro de Luna, *acima referido*, nascido cerca de 1390 e executado a 2.6.1453, condestável de Castela, mestre da ordem de Santiago, 1.º duque de Trujillo (1431), conde de Santisteban (que já era a 12.6.1442), sobrinho-neto do Papa Benedito XIII, e mulher doña Juana [Pimentel] documentada em data posterior a 1453 num acordo firmado entre, de um lado o Rei de Navarra, Juan e Fadrique, almirante de Castela e Diego Gómez de Sandoval, conde de Castro e de Denia, e por outro entre esta senhora, então referida como condessa de Santisteban e mulher de Álvaro de Luna, mestre de Santiago e condestável de Castela (entretanto já falecido), seu filho Juan de Luna, conde de Alburquerque, e Juan de Luna, senhor de Cornago e de Jubera [Juan de Luna *referido acima*]. Don Álvaro de Luna foi, para além de vários senhorios que teve, senhor de Cornago e Jubera, que lhe foram doados por mercê em 1420 (ESP/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/1.7.2.2.0./OSUNA, C.2189, D.1-4), com nova carta datada de 9.8.1420 dada em Ávila pelo Rei Dom João II de Castela (ESP/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/1.7.2.0./OSUNA, C.2182, D.5(4)), cuja posse tomou a 15.8 desse ano (ESP/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/1.7.2.2./OSUNA, C.2182, D.8), e de que teve confirmação, juntamente com o senhorio de Jubera por privilégio concedido pelo mesmo Rei datado de

1.3.1. **Cristóvão Queixada**, nasceu cerca de 1563 em Gueto, na Galiza, Espanha, declarando em 1595 que era castelhano e tinha 32 anos de idade. Foi viver para Pernambuco, Brasil, onde viviam seus tios, ou terá mesmo ido com eles. Foi alcaide-mor de Olinda e Pernambuco até cerca de 1592 e em 1595 vivia em Paraíba, declarando que não tinha profissão e que vivia de suas roças. A 22.4.1594 é acusado pelo tribunal do santo ofício da inquisição de Lisboa, na primeira visitação do santo ofício ao Brasil (1591-1595)⁵⁰, para o que foi denunciado pelo meirinho Martim Moreira e pelo escrivão da vara Francisco Correia, de, tendo-o visitado em sua casa numa sexta feira e tendo ele acabado de jantar lhes disse que tinha comido um bom pedaço de carne. Perguntado pelo meirinho se sabia que era sexta-feira, dia em que a carne não era permitida comer, terá respondido: *não me acordei que era sexta feira mas pouco importa porque o que entra pela boca não é pecado, o que sai pela boca é pecado*. Após ouvidas as testemunhas da sua defesa, todos pessoas nobres e importantes da comarca, chegou-se à conclusão que teria sido vítima de uma conspiração por ódio do meirinho e do seu escrivão, ambos denunciadores, porque um tio do réu, João Queixada Ramires, *referido no 1.2 deste parágrafo*, era genro de Frutuoso Barbosa, irmão de Pedro Barbosa, com quem o meirinho tinha tido uma questão pelo facto de ambos os acusadores terem estado presos por insultos ao governador de Paraíba Feliciano Coelho de Carvalho quando recrutavam pessoas para a guerra de Paraíba, e porque o réu tinha chamado na altura bêbedo ao meirinho Martim Moreira. No final do processo o réu foi apenas repreendido pelo tribunal do santo ofício sem pena nem penitência pública. Casou com **Catarina Rodrigues**, de nacionalidade portuguesa.⁵¹ *Foram suas filhas conhecidas:*

1.3.1.1. **Antónia**, nasceu cerca de 1588, certamente em Pernambuco, declarando seu pai em 1595 que tinha 7 anos idade⁵².

1.3.1.2. **Joana**, nasceu certamente em Pernambuco⁵³.

1.3.2. **João de Herede**, nasceu cerca de 1565 certamente em Gueto, concelho de Monforte de Lemos, na Galiza⁵⁴. Foi para o Brasil com o seu irmão Cristó-

18.11.1420 em Talavera (ESP/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/1.7.2.1./OSUNA, C.2180, D.7, e ES.45168.SNAHN/1.4.1.5.8./OSUNA, CP.187, D.18). Este senhorio tinha anteriormente pertencido a Carlos [Ramírez] de Arellano, [2.º] senhor de Cameros por doação que tinha sido feita pelo mesmo Rei Don Juan II de Castela a 10.6.1408 por carta passada em Alcaná de Henares (Madrid), juntamente com uma série de outros senhorios (ESP/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/21.99.99./CAMEROS, CP.10, D.4). Foi ainda senhor da vila de Escalona por carta datada de 12.6.1442 do mesmo Rei Don Juan II de Castela (ESP/PARES/SNAHN/ES.45168.SNAHN/252.22./LUNA,CP.19, D.1).

⁵⁰ PT/TT/TSO/IL/6333.

⁵¹ PT/TT/TSO/IL/6333.

⁵² PT/TT/TSO/IL/6333.

⁵³ PT/TT/TSO/IL/6333.

⁵⁴ PT/TT/TSO/IL/6333.



vão e é por certo o capitão don João de Xereda que a 10 e 11 de Dezembro de 1631 chefia os portugueses que controlam uma trincheira na guerra contra os holandeses, fazendo-se acompanhar por Sebastião de Palácios, *don* Aleixo d'Aza, Belchior de Valadares e pelo alferes Nicolau de Plaçaola⁵⁵.

1.3.3. **Luís Manoel**.⁵⁶

1.4. **Diogo de Herede**.⁵⁷

1.5. **Outros** que já tinham morrido em 1595.⁵⁸

§ 13.º do Brasil, São Paulo

1. **JOÃO MARTINS DE HEREDIA**, nasceu cerca de 1590. Foi para o Brasil onde foi vereador da câmara de São Paulo que exercia em 1641, e capitão da sua aldeia em 1642, de cujo cargo se demitiu por imposição da Coroa por ser estrangeiro e como tal não poder exercer o cargo. É referido a 7.2.1633 no inventário feito por morte de seu sogro no qual refere todos os seus filhos, filhas, genros e noras, e no qual, sendo citado nas partilhas não quis herdar⁵⁹. É referido novamente a a 24.7.1654 no Brasil, São Paulo, como João Martins Eredea, a propósito do inventário dos bens de um Rafael de Oliveria *o moço* que tinha casas confinantes com as suas na rua velha de Santo António desta cidade⁶⁰, e dois dias depois aquando do inventário feito por morte de sua sobrinha Maria Borges, que morreu sem descendentes e com testamento datado de 26.3 do mesmo ano no tabelião Manuel Soeiro Ramires, em sua casa⁶¹. Casou, talvez nessa cidade, com **Brígida Pais**, filha de Simão Borges de Sequeira, natural de Mesão Frio, Portugal, moço da câmara do cardeal-Rei Dom Henrique, falecido com testamento datado de 9.8.1632, e mulher, com quem casou em São Paulo, Brasil, Leonor Leme. No seu testamento Simão declara todos os seus filhos: Domingos que encarrega do cumprimento do seu testamento; Fernão Dias; Simão Borges; frei António do Carmo; Francisco Dias; Lucrecia Leme então viúva de Gaspar Barreto; Brígida Pais então mulher de João Martins de Heredia; Isabel Pais então mulher de Francisco de Miranda; e Maria Borges, então mulher de Francisco Barreto; e ainda que vive em casa

⁵⁵ PINTO, Irineu Ferreira, (1908), *Datas e Notas para a História da Paraíba*, facsímile de 1977, editora Univ., UFPb, p.41. O tratamento de *dom* nesta crónica refere-se à sua condição de castelhano e não tem a ver com tratamento ou título nobiliárquico.

⁵⁶ PT/TT/TSO/IL/6333.

⁵⁷ PT/TT/TSO/IL/6333.

⁵⁸ PT/TT/TSO/IL/6333.

⁵⁹ BR/SAESP (Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo)/Inventário e Testamentos, vol.9, f.35.

⁶⁰ BR/SAESP/Inventário e Testamentos, vol.46, f.277-284.

⁶¹ BR/SAESP/Inventário e Testamentos, vol.42, f.181-186.



de [...] Ribeiro um menino chamado António que *o vulgo diz ser meu filho*⁶². Foi sua filha conhecida:

1.1. **Maria de Cerqueira**. Casou com **Diogo da Fonseca Homem**, nascido na Baía e falecido em 1687 em São Paulo, sendo seu testamenteiro o seu filho João.⁶³

Foram seus filhos conhecidos:

1.1.1. **João Martins de Heredia**, foi testamenteiro de seu pai.⁶⁴

1.1.2. **António**.⁶⁵

1.1.3. **Manuel**.⁶⁶

⁶² BR/SAESP/*Inventário e Testamentos*, vol.9, f.35, 7.2.1633.

⁶³ LEME, Luís Gonzaga da Silva, *Genealogia Paulistana*, vol.III, cap.6.º, p.546.

⁶⁴ LEME, Luís Gonzaga da Silva, *Genealogia Paulistana*, vol.III, cap.6.º, p.546.

⁶⁵ LEME, Luís Gonzaga da Silva, *Genealogia Paulistana*, vol.III, cap.6.º, p.546.

⁶⁶ LEME, Luís Gonzaga da Silva, *Genealogia Paulistana*, vol.III, cap.6.º, p.546.

**BIBLIOGRAFIA**

Fontes Manuscritas:

PORTUGAL (PT)

Torre do Tombo (TT)**Gavetas da Torre do Tombo (GAV)**

15/23/8, 18/2/1

Chancelaria Régia (CHR)

D. João I, L.4 f.106v

D. Afonso V, L.14 f.51, L.25 f.111, L.32 f.157, L.32 f.177v

D. João II, L.11 f.49v, L.13 f.108v, L.18 fls.52 e 52v

D. Manuel I, L.1 f.27, L.1 f.50v-51, L.2 f.44v, L.5 f.141v, L.9 f.7v, L.15 f.140v, L.18 f.45v-46, L.18 f.120-121v, L.23 f.42v, L.31 f.15v, L.35 f.11, L.37 f.91, L.39 f.59

D. João III, ofícios e mercês, L.10 f.71, L.17 f.66, L.20 f.7, L.24 f.4, L.24 f.7, L.45 f.79v, L.46 f.47v, L.47 f.38, L.50 f.170v, perdões e legitimações, L.16 f.182-182v

D. Sebastião e D. Henrique, ofícios e mercês, L.30 f.199

D. Filipe II, ofícios e mercês, L.1 f.14, L.11 f.185v, L.17 f.295, L.26 f.118v, L.36 f.267v, Privilégios, L.1 fl.249v.

D. Filipe III, ofícios e mercês, L.35 f.55, L.38 f.190, L.39 f.113.

D. João IV, doações ofícios e mercês, L.5 f.21v, L.5 f.22, L.7 f.229-230, L.10 f.19, L.13 f.70-72, L.14 f.66, L.16 f.516v, L.22 f.121-121v

Registo Geral de Mercês

D. João IV, L.1 f.52v-53v, L.8, f.441v

Chancelaria da Antiga Ordem de Cristo, L. 52 fl.215 e 215v**Chancelaria da ordem de Cristo (CHOC), Felisberto, m.33 n.34****Tribunal do santo ofício (TSO)**

Conselho Geral/Habilitações do santo ofício (CG/HSO): Inácio m.4 d.63, Inácio m.2 d.19, Jerónimo m.1d.33, Luís m.2 d.49, Manuel m.32 d.702, Manuel m.218 d.1289, Sebastião m.3 d.71

Inquisição, IL/3256, 3624, 4059, 5880, 6333, 8554, 17609, visitasões, L.1, 777, mf.4319, IC/147

Livros de Matrícula de Moradores da Casa Real (LMMCR), L.2, f.390**Câmara eclesiástica de Lisboa (CEL), Sumários das justificações matrimoniais, m.590 p.129, m.592 p.161, m.654 proc.13****Genealogias manuscritas, 21 F 15, 21 F 19, Real Mesa Censória (RMC), m.4 n.331**



Biblioteca Nacional (PT/BN/secção de reservados)

RES. 34-A, HG27443P/HG5846P, Coleção Pombalina, PBA 350, PBA 648 f.99, PBA 648 f.150

Universidade de Coimbra (PT/UC)

Biblioteca (BGUC), D. Flamínio de Sousa, MS.3192, t.2 f.503v, t.4 f.16-16v, t.5 f.245v, t.5 f.261v

Arquivo Geral (AGUC), Matrículas de Estudantes, António de Mena Falcão Erédia, Baltazar de Arede, Inácio Bandeira de Erédia, José de Erédia, José de Arede

Arquivo Distrital de Braga (PT/ADBR), Genealogias Manuscritas, 5569

Biblioteca da Ajuda, Catálogo Temático, Madeira, Cod. 51-VIII-22 fl.191v

Documentos particulares, Manuscritos genealógicos do bispo da Guarda, coleção particular

Documentação manuscrita consultada na internet:

ESPAÑA (ES)

PORTAL DE ARCHIVOS ESPAÑOLES (PARES):

Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional (SNAHN)

Archivo de los Condes de Priego (PRIEGO), C.3,D.3; C.6,D.81; C.8, D.8: C.8, D.9-10; C.8,D.12; C.9,D.1; C.9, D.3; C.9, D.4; C.9,D.5; C.9,D.6.; C.9,D.12; C.9,D.13; C.9,D.25-28; C.9,D.29; C.9,D.30-31; C.10,D.5; C.10,D.17; C.10,D.20; C.11,D.4; C.11,D.5-6; C.11,D.7; C.11,D.8; C.11,D.9; C.11,D.10; C.11,D.11-12; C.11,D.13-15; C.11,D.16; C.11,D.21; C.11,D.22-23; C.11,D.24-25; C.11,D.26; C.11,D.29; C.11,D.30-32; C.11,D.34; C.11,D.35-36; C.11,D.38 e D.48; C.14,D.67; C.14,D.65; C.14,D.65; CP.16,D.10; CP.16,D.24; CP.16,D.22; CP.16,D.22; CP.16,D.4; CP.16,D.19; CP.16,D.18; CP.16,D.20; CP.16,D.23; CP.17,D.13; CP.17,D.14; CP.17,D.1; CP.17,D.14; CP.17,D.13; CP.17, D.1; CP.17,D.14; CP.17,D.16; CP.17,D.19; CP.17,D.12; CP.17,D.12; CP.53,D.3; CP.53,D.14; CP.53,D.13; CP.53,D.15; CP.53,D.3; CP.326,D.14; CP.348,D.14

Archivo de los Condes de Fuentes (FUENTES), CP.1,D.2; CP.1,D.5; CP.1,D.6; CP.1,D.8; CP.1,D.9; CP.1,D.10; CP.1,D.11; CP.1,D.12; CP.1,D.13; CP.1,D.14; CP.1,D.15

Ducado de Osuna (OSUNA), C.36,D.20; CP.187, D.18; C.1875,D.7; C.1875,D.8; C.1875,D.9; C.1926,D.1; C.2180, D.7; C.2182, D.5(4); C.2182, D.8; C.2189, D.1-4; C.2189, D.5; C.2189, D.6; C.2189, D.7; C.2244, D.10

Archivo de los Duques de Parcent (PARCENT), C.41,D.2; C.132,D.7; C.132,D.8; C.34,D.11; C.41,D.17; C.42,D.18; C.41,D.20; C.116,D.31

Archivo de los Duques de Frías (FRIAS), C.126, D.5



Colección de documentos nobiliarios, FERNANDEZ DE HEREDIA, CP.375,D.8; LUNA,CP.19, D.1

Archivo de los Marqueses de Torrelaguna (TORRELAGUNA), C.891

Archivo de los Señores de los Cameros (CAMEROS), CP.10, D.4

Archivo de la Corona de Aragón (ACA)

| 173

Conde de Sástago, DIVERSOS,Sástago,Pergaminos,CARPETA 05, PERGAMINO N° 224 (LIG 018/017); DIVERSOS,SÁSTAGO,NÚM. 082 (LIG 002/025); LIG 002/005; LIG 004/012; LIG 007/021B; LIG 007/020; LIG 008/002; LIG 009/022; LIG 015/036; LIG 019/002; LIG 020/029

Archivo Real (Real Cancillería) (CANCILLERÍA),Registros,NÚM.3571

Gran Priorato de Cataluña de la Orden de San Juan de Jerusalén, ORM, Gran Priorato, núm. 0537.

Archivo General de Simancas (AGS)

Registro General del Sello (RGS), 147503,285; 147701; 147703,290; 147711,279; 147802,49; 147803,3; 147911,23; 148002,144; 148002,148; 148004,55; 148010,14; 148509,170; 148509,245; 148707,1; 148803,145; 148806,141; 148905,31; 148902,251; 149007,375; 149008,224; 149202,229; 149202,316; 149209,205; 149212,6; 149212,9; 149212,21; 149212,31; 149212,108; 149212,125; 149302,58; 149302,106; 149401,72; 149405,237; 149405,328; 149409,329; 149508,43; 149510,101; 149608,134; 149610,106; 149708,25; 149708,193; 149708,287; 149710,60; 149710,131; 149710,169; 149809,241; 149903,104; 149907,76; 149908,58; 149908,159; 149909,368; 1480,f.101; II, 226, f.108.

Condejo Rel de Castilla (CRC),674,1; 761,EXP.6

Cámara de Castilla (CCA,CED), 2-1,158,5

Archivo General de Indias (AGI),

MEXICO,26,N.17; SANTO_DOMINGO,868,L.1,F.53R-55R; SANTA_FE,987,L.1,F.6V-7; JUSTICIA,1090; CONTRATACION,5536,L.1,F.361(2); CONTRATACION,5443,N.2,R.51; PASAJEROS,L.6,E.3906; INDIFERENTE,1963,L.7,F.12-13; INDIFERENTE, 1964,L.10,F.312R-312V; I

Archivo Historico Nacional (AHN)

Comunidad de Aldeas de Daroca, DIVERSOS-COMUNIDADES,CAR.61,N.60

Monasterio de Jesús Nazareno de Montearagón de Quicena (Huesca). Canónigos Regulares de San Agustín, CLERO-SECULAR_REGULAR,CAR.675,N.17; CAR.675,N.21

Iglesia de San Bartolomé de Cortes de Aragón (Teruel), CLERO-SECULAR_REGULAR,CAR.2917,N.10

Iglesia de la Natividad de Nuestra Señora de Rubielos de Mora (Teruel), CLERO-SECULAR_REGULAR,CAR.2924,N.8



Colegiata de Santa María la Mayor de Calatayud (Zaragoza), CLERO-SECULAR_REGULAR,CAR.3611,N.19

Monasterio de Santa María de Piedra de Nuévalos, CLERO-SECULAR_REGULAR: CAR.3701,N.7; CAR.3703,N.2; CAR.3705,N.12; CAR.3705,N.13)

Consejo de Inquisición. INQUISICION,4822, EXP.4

Orden de San Juan de Jerusalén. Lengua de Aragón, OM-SAN_JUAN_DE_JERUSALEN, EXP.24586.

Archivo de la Real Chancillería de Valladolid (ARCV)

PL CIVILES (PLCIV), PÉREZ ALFONSO (F). CAJA 0189.0001; Escribanía Zarrandona y Wals, Pleitos Olvidados, C 312/10 - L68; FERNANDO ALFONSO (F). CAJA 0548.0001; Escribanía Moreno. Pleitos Fenecidos. C 3523/4 - 3525/L 642; PÉREZ ALFONSO (F). CAJA 0663.0005; ZARANDONA y BALBOA (OLV). CAJA 1862.0004

CÉDULAS y PRAGMÁTICAS. CAJA 0006.0148

REGISTRO DE EJECUTORIAS (RE),CAJA 116,6; CAJA 0173.0032; CAJA 0173.0006; CAJA 183,23; CAJA 0207.0020; CAJA 0345.0009; CAJA 0347.0083; CAJA 0347.0084

PROTOCOLOS y PADRONES, CAJA 0179.0002

SALA DE HIJOSDALGO, CAJA 0229.0007; LEG.1378; CAJA 0403.0025

ARCHIVO DE LA CASA DE ZAVALA – FONDO DE LA CASA DE ZAVALA (ACZ-FCZ)

Sección 6, Heredia-Zuloaga, Heredia

Heráldica, 329.5, Casa de Heredia, legajo 10, nº 3; legajo 10, nº 5

Transmisión de bienes, 327.26; 327.11; 327.18; 327.27; 328.1 a 3; 329.1; 329.6; 330.3; 330.7; 330.11; 330.12; 330.20; 330.21

Curriculum y honores, 327.15; 329.4

Administración del Patrimonio, 327.16; 327.17; 330.4

Relaciones con la Iglesia, 328.1,4; 328.5

Pleitos, 334.3

ARCHIVO HISTÓRICO PROVINCIAL DE CÓRDOBA (AHPC):

Protocolos Notariales (PN), 14-05(05) f.2v./F.44-21; 14-07 (07), f.49v/F.87-21; 14-12/14, f.37; 14-18(20) f.12v./F187-15; 14-19 (21) f.15v./F.185-21; 14-19 (21) f.15v./F.185-21; 14-28, f. 8v; 18-2 f.134v; 18-2 f.472v; 18-2 f.134v; Oficio 14, Legajo 9, f.10v; Oficio 18, Legajo 3, f.977r.; Corpus Municipale Cordubense (CMC), Colección Vázquez Venegas, signatura 282; AP. 22.8.1479, CMC



SISTEMA NACIONAL DE ARCHIVOS DE EUSKADI (SNAE), Disponível na internet em <http://dokuklik.snae.org/salazar.php> (data da consulta 1/2005)

Índice de la Colección de D. Luis de Salazar y Castro, cópia do séc. XVII (ICDLSC), A-13, f.17; A-49, f. 31; A-49, f.116; A-49 f.145; A-49, f.146; A-49, f.147; K-47, f.13-24 y f.24 v; M-1, f.128; M-20, fl.253; M-70, f.121-124v; M-82 f.2-33; manuscrito n.º 20211-138, Papeles de Gayangos, Sustraído del volumen A-49, entre los f.115-116; Sustraído del volumen A-49, entre los f.º 115 y 116. Biblioteca Nacional. Manuscrito n.º 20211-138. (Papeles de Gayangos)

175

BRASIL (BR)

SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (SAESP), Inventário e Testamentos, vol.9, f.35; vol.42, f.181-186; vol.46, f.277-284

ARCHIVES PORTAL EUROPA, AGI/41091/UD/1859528

Manuscritos Genealógicos

LEITÃO, Belchior de Andrade, Famílias de Portugal, manuscrito genealógico, PT/BA/49-XII-35, tomo 10º

LIMA, Jacinto Leitão Manso de, Famílias de Portugal, manuscrito genealógico, título de Mendanhas, PT/BN

MACEDO, Diogo Rangel de, manuscrito genealógico, PT/BNP/secção de reservados/coleção pombalina/PBA 381

MASCARENHAS, José Freire de Montarroyo, Theatro Genealogico, manuscrito genealógico, PT/BNP/secção de reservados, coleção pombalina/PBA 338

Manuscrito original datado de 4.8.1588, propriedade do autor destas notas e composto por 11 folios numerados de 471 a 482 faltando o fólio 473

Origen de la Casa de Valenzuela, Manuscrito da Biblioteca Nacional, Madrid, signatura: MS 11663, referindo Diego Enriquez del Castillo, *Cronista del Señor Rey Don Enrique IV en la Historia de aquel Príncipe, Cap. 46;*

SOUSA, D. Flaminio de, PT/BGUC/MS.3192, t.2 f.503v, e idem, t.4, f.276

TELES, Agostinho Pacheco, Manuscrito Genealógico do Paço de Fráguas, propriedade do Eng. Gonçalo da Bandeira Calheiros

Fontes impressas:

ALBIAZ, Cristina Monterde, PECOURT, María Desamparados Cabanes, Aragón en las carta Reales de Jaime II (1290-1300)

ALONSO, Jorge (1973), Historia de Almuñécar (la enigmática), Edic. Iberoamericanas



- ALONSO, María Esperanza, e VICENT, Vicente de Cadenas y (1983), Pleitos de hidalguía que se conservan en el Archivo de la Real Chancillería de Valladolid, tomo IV, Madrid
- ÁLVAREZ, Manuel Lucas (1999), El Archivo del Monasterio de San Martiño de Fora o Pínavio de Santiago de Compostela, Vol.1.
- ANTONIO, Joseph, BAENA, Alvarez y, (1789), Hijos de Madrid: ilustres en santidad, dignidades, armas, ciencias y artes; diccionario histórico por el orden alfabetico de sus nombres, que consagra al illmo. y nobilísimo ayuntamiento de la imperial y coronada villa de Madrid
- ARIZ, Luis de, padre frei benedito (1607), Historia de las Grandezas de Ávila.
- ARMAS, Antonio Rumeu de (1999), La invasión de Las Palmas por el almirante holandés Van der Does en 1599, Cabildo de Gran Canaria.
- ATAÍDE, Manuel de Carvalho e, Theatro Genealogico (1702)
- ATÓN, José María Fernández, DÍAZ, Manuel Cecilio Díaz Y (2004), Escritos dedicados a José María Fernández Caton
- AZEVEDO, Marcelo Olavo Corrêa (1987), *Corrêas Herédias da Ilha da Madeira*, Raízes & Memórias, n.º 1, Lisboa
- AZEVEDO, Marcelo Olavo Corrêa de, LARA, António Costa de Albuquerque de Sousa, e SAMPAIO, Vasco de Bettencourt de Faria Machado e, (1999), Ascendência Reais de Sua Alteza Real a Senhora Dona Isabel de Herédia, Duquesa de Bragança, Lisboa
- BASCH, Martín Almagro, e VILÁ, Jacinto Bosch (1964), Historia de Albarracín y su sierra, ed. Instituto de Estudios Turolenses, Vol. 4
- BAENA, Alvarez y, ANTONIO, Joseph (1789), Hijos de Madrid: ilustres en santidad, dignidades, armas, ciencias y artes; diccionario histórico por el orden alfabetico de sus nombres, que consagra al illmo. y nobilísimo ayuntamiento de la imperial y coronada villa de Madrid
- BAENA, Visconde de Sanches de (1872), Archivo Heraldico-Genealogico
- BAEZ DIAZ, Luis (1979), *Información de Nobleza, méritos y servicios de Don Francisco y Don Rafael de Tovar, Arcediano de la Catedral de Caracas y Regidor perpetuo de la misma Ciudad, respectivamente*, Estudios a la Convencion del Instituto Internacional de Genealogia y Heráldica com Motivo de su XXV Aniversario 1953-1978, Ediciones Hidalguia: Instituto Internacional de Genealogia Y Heráldica, Instituto Salazar Y Castro (C.S.I.C), Madrid



- BALLESTER, María José Casaus (2004), *Acumulación de Posesiones y Títulos Nobiliarios de la Casa de Híjar (Teruel.) Siglos XIII-XVIII*, Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía, N.º. 8, 1, p.213-250
- BALLESTER, Vicente Vignau y (1903), GUARDAMINO, Francisco Rafael de Uha-gón y Guardamino, Marqués de Laurencín (1903), Índice de pruebas de los caballe-ros que han vestido el hábito de Calatrava. Madrid.
- BAQUERO, Luis Enrique Rodríguez, PARRA, Andrés Roncancio, e MEJÍA, William Jaramillo (1998), Nobles, blancos y mestizos en la Villa de Nuestra Señora de La Candelária. Instituto Colombiano de Cultura Hispánica Jorge Tomás Uribe Angel
- BARRENECHEA, Raúl Porras (1959), Colección de documentos inéditos para la historia del Perú, Vol.3.
- BARROS, Cândida, *Entre heterodoxos e ortodoxos: notas sobre catecismos dialogados na Europa e nas colônias no século XVI*, Revista de História e Estudos Culturais, vol.5, Ano V, n.º 4, Outubro/Novembro/Dezembro 2008
- BASCH, Martín Almagro, e VILÁ, Jacinto Bosch (1964), *Historia de Albarracín y su sierra*, Instituto de Estudios Turolenses, Vol. 4
- BATAILLON, Marcel (1950), Erasmo y España, Estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI, México: Fondo de Cultura Económica
- BATLLORI, Miguel, e MIGUEL, Jerónimo (1999), La familia de los Borjas, Real Academia de la Historia, Madrid
- BATLLORI, Miguel (1979). Através de la història i la cultura.
- BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (2002), *Los Fernández de Heredia y sus descendientes: Condes de Fuentes, Grandes de España*, Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática, vol.VIII, p.47-90.
- BENEDÍ, Rafael de Fantoni y (1999), *Caballeros Aragoneses en la Orden Militar de Calatrava, 1530-1702*, Hidalguía, número 276 Ano XLVII, Setembro-Outubro 1999
- BENAVIDES, Antonio (1860), Memorias de D. Fernando IV de Castilla, vol. 2
- BETTENCOURT, J. Moniz (2000), Miscelanea, ed. autor
- BLEIBERG, Germán, IHRIE, Maureen, e PÉREZ, Janet Pérez (1993), Dictionary of the Literature of the Iberian Peninsula
- BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira (2003), Cartas de Brazão de Armas, Colectânea. CBA de Francisco de Menezes Bettencourt; CBA 453; CBA 648; CBA 892
- BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira (2008), Habilitações nas Ordens Militares, Séculos XVII a XIX, Ordem de Cristo, A-F, Tomo I.
- BOTERO, Álvaro Pineda (1999), La fábula y el desastre.
- BURDICK, Bruce Stanley (2009), Mathematical works printed in the Americas, 1554-1700.



- CABALLERO, Magán y, e HENRION, Mathieu, (1863), Historia general de las misiones, desde el siglo XIII hasta nuestros días
- CABRERA, Manuel Lobo (1990), Gran Canaria e Indias durante los primeros Austrias: documentos para su historia, Archivo Histórico Provincial de Las Palmas.
- CALVO, María del Carmen Ansón (1984), La ciudad de Zaragoza en la Corona de Aragon: comunicaciones
- CARNEIRO, José Augusto (1902), Menas e Suas Alianças, Porto
- CARRAFFA, Alberto García, e CARRAFFA, Arturo García (1923), Enciclopedia heráldica y genealógica hispano-americana, vol.43 e 79
- CARRAFFA, Arturo García, e CARRAFFA, Alberto García, (1923), Enciclopedia heráldica y genealógica hispano-americana, vol.43 e 79
- CARRILLO, Abade Martín (1615), Historia de San Valero, e Catálogo de los Arzobispos de Zaragoza
- CASTAÑER, José Enrique López de Coca (1989), El reino de Granada en la época de los Reyes Católicos: repoblación, comercio y frontera
- CASTRO, Luis Bartolomé de Salazar Y (1658-1734), Arboles de Costados de las primeras Casas de Estos Reynos, Arbole 93, ed. 2 de 1995, Wilsen Editorial
- CASTRO, Luis Bartolomé de Salazar y (1658-1734), História Genealógica da Casa de Lara
- CIPRÉS, García, Linajes de Aragón
- COLLADO, Tomás (1848), Historia de Albarracín, Centro de Estudios de la Comunidad de Albarracín
- CÓRDOBA, don Luis Cabrera de (1858), Relaciones de las Cosas Sucidadas en la Corte de España desde 1599 hasta 1614, Madrid
- CORTADELLAS, Rafael Nieto (1974), *La Esposa del libertador y su Linaje Los Rodríguez Tomo*, Hidalguía, Año XXII, n.º 124, Instituto Salazar Y Castro, Madrid
- CORTESÃO, Armando, e MOTA, A. Teixeira da, Portugaliae Monumenta Cartográfica
- COSTELLOE, M. Joseph, The letters and instructions of Francis Xavier
- COUTO, Diogo de Couto, Da Asia, Década Sexta, Liv.V Cap.VI.
- CUENCA, Mariano Perez Y (1871), Historia de Pastrana Y Sucinta Noticia de Los Pueblos, edição de 2009
- DÁVILA, Vicente (1949), Encomiendas, vol. 5, Archivo General de la Nación, Venezuela
- D' COSTA, Anthonya (1965), The Christianisation of the Goa islands, 1510-1567. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade Church History of the Gregorian University at Rome



- DÍAZ, Isabel García Díaz (1989), Colección de documentos para la historia del reino de Murcia, XIII, Documentos del siglo XIV, Volume 4, Academia Alfonso X el Sabio, Archivo de la Catedral de Murcia
- DÍAZ, Manuel Cecilio Díaz Y, e ATÓN, José María Fernández, (2004), Escritos dedicados a José María Fernández Caton
- DOMÍNGUEZ, Joaquín María, e O'NEILL, Charles E. (2001, Madrid), Diccionario histórico de la compañía de Jesús
- DUEÑAS, Juan Bautista Carpio (1998), La tierra de Córdoba: el dominio jurisdiccional de la ciudad durante la Baja Edad Media. Tese de doutoramento apresentada à universidade de Córdoba
- DURO, Cesáreo Fernández (1891), Colección bibliográfico-biográfica de noticias referentes á la provincia de Zamora: ó materiales para su historia
- ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da (2011), A Batalha de Toro. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- ESTEBAN, José Luis Castán (2005), *Historia del Señorío de Albarracín*, Rehalda, n.º 1
- ETAYO, Carlos de Valenzuela y (trabalho em preparação extremamente bem documentado). *Árbol de la Casa de Valenzuela*
- FALCÃO, Armando de Sacadura Falcão (1993), Os Lucenas, Braga, Tomo II
- FALENCIA, Angel González (1945), *Moros y Cristianos en España Medieval*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas Instituto Antonio de Nebrija, Estudios Histórico-Literarios, Madrid
- FERNÁNDEZ, Luis Suárez (1989, Madrid), *Los Reyes Católicos, La Conquista del trono*
- FERRER, Fernando Patxot y, TORDESILLAS, Antonio de Herrera y, ZAMALLOA, Esteban de Garibay y, e SANDOVAL, Prudencio de (1852), *Las glorias nacionales: grande historia universal de todos los reinos, provincias, islas, y colonias de la monarquía española, desde los tiempos primitivos hasta el año de 1852*. Barcelona
- FONSECA, António José Victoriano Borges da (1935), *Nobiliarquia Pernambucana*, in *Annaes da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1903, Vol.25
- FRAIKIN, Jorge Valverde (1991), *Titulos Nobiliarios Andaluces*.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1930), *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, edição da Imprensa Nacional Casa da Moeda
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Crítica e História*
- FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de, e TRIGUEIROS, António Júlio Limpo (1998), *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*

- FUENTES, José María García (2006), *Visitas de la Inquisición al Reino de Granada*, in *Monumenta regni granatensis histórica*, vol. 3, Universidad de Granada.
- GALVÃO-TELLES, João Bernardo, *Os Telles de Santa Cruz de Alvarenga*.
- GARCÍA, José Luis del Pino (1993), *El Concejo de Córdoba a Fines de la Edad Media: Estructura Interna y Política Municipal*. Historia. Instituciones. Documentos, n.º 20, p.355-402.
- GARIBAY, Esteban de, *Compendio Historial*, Libro 17, Cap. 9
- GAYO, Manuel da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, títulos de Araújo, Botelhos, Carneiros, Costas, Gouveas, Heredias, Leitões, Machados, Mendanhas, Ribafrias, Sás, Vasconcelos e Villasboas
- GONÇALVES, Sebastião (c.1555-1619), *Primeira parte da Historia dos religiosos da Companhia de Jesus*, edição de 1962
- GONZÁLEZ, José Fernando González (1867), *Crónica de la provincia de Zaragoza*, Madrid.
- GRAHAM, R. B. Cunninghame (1921), *Cartagena and the Banks of the Sinu*.
- GUARDAMINO, Francisco Rafael de Uhagón y Guardamino, Marqués de Laurencín (1903), BALLESTER, Vicente Vignau y (1903), *Índice de pruebas de los caballeros que han vestido el hábito de Calatrava*. Madrid
- GUTIÉRRES, Teodomiro Ramirez de Arellano y (1873), *Paseos por Córdoba. O sea apuntes para su Historia*.
- HENRION, Mathieu, e CABALLERO, Magán y (1863), *Historia general de las misiones, desde el siglo XIII hasta nuestros días*
- HILLERKUSS, Thomas (1997), *Diccionario biográfico del occidente novohispano*, siglo XVI, vol.3
- HUERTA, Baltazar Cuartero y, e ZUÑIGA, Antonio Vargas, Marqués de Siete Iglesias (1949-1979), *Índice de la Colección de don Luis de Salazar y Castro*. Madrid: Real Academia de la Historia, 49 vols, D-31, f.243 v, *Tabla genealógica de la familia de Cabrera, señora de los Cansinos*; M-20 fl.258, M-21 fl.172v-173, M-20, f.253, *Copia del original del archivo del marqués de Priego*, K-37, f.127v-129, e K-37, f.129-130v, *Copia del original del archivo del marqués de Priego*, K-37, f.126-127, K-37, fº 131-132, M-72 fl.374
- IHRIE, Maureen, PÉREZ, Janet Pérez, e BLEIBERG, Germán, (1993), *Dictionary of the Literature of the Iberian Peninsula*
- IMPRESA OFICIAL (1948), *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda* (1948), Pernambuco, Brasil
- JANER, Florencio (1857), *Condición social de los Moriscos de España: causas de su expulsión*, Real Academia de la Historia.



- LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de, e TRIGUEIROS, António Júlio Limpo, e FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, (1998), *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*
- LAFUENTE, José Luis Corral (2006), *El proceso de monopolización del poder municipal en la ciudad de Daroca en la baja edad media*, Aragón en la Edad Media, n.º 19.
- LARA, António Costa de Albuquerque de Sousa, SAMPAIO, Vasco de Bettencourt de Faria Machado e, e AZEVEDO, Marcelo Olavo Corrêa de, (1999), *Ascendência Reais de Sua Alteza Real a Senhora Dona Isabel de Herédia, Duquesa de Bragança, Lisboa*
- LEME, Luís Gonzaga da Silva, *Genealogia Paulistana*, vol.III, cap.6.º, p.546.
- LACH, Donald F. (1965), *Asia in the Making of Europe, Volume I: The Century of Discovery*, University of Chicago Press, E.U.A.
- LOPEZ, Ampelio Alonso de Cadenas Y, e VALENZUELA, Adolfo Barredo Y Arroio (1999), *Nobiliario de Extremadura*, ed. Hidalguía, Instituto Salazar Y Castro
- MACHADO, Alberto de Sousa (1980), *Os Nossos Costados*
- MACHADO, Maria de Fátima (2010), *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do Grau de Doutor em História
- MARIANA, Padre Juan de, *Historia General*, Libro 23, Cap. 5 e 9; *Historia del Condestable Don Miguel Lucas de Iranzo*, año 1465
- MARÍN, Luis Astrana (1948), *Vida ejemplar y heroica de Miguel de Cervantes Saavedra con mil documentos hasta ahora inéditos y numerosas ilustraciones y grabados de época*.
- MARTON, Leon Benito Marton (1750), *Sallent, cabeza de el valle de Tena, sus anti-guedades y varones*
- MATOS, Armando de (1940-1943), *Brasonário de Portugal*
- MEDINA, José Guillén, SANABRIA, Julio Cuenca, e MELIÁ, Juan Tous (2005), *Arqueología de la Fortaleza de las Isletas, La memoria del Patrimonio Edificado*, Cabildo de Gran Canaria
- MEJÍA, William Jaramillo, BAQUERO, Luis Enrique Rodríguez, PARRA, Andrés Roncancio (1998), *Nobles, blancos y mestizos en la Villa de Nuestra Señora de La Candelária*. Instituto Colombiano de Cultura Hispánica Jorge Tomás Uribe Angel
- MELIÁ, Juan Tous, SANABRIA, Julio Cuenca, e MEDINA, José Guillén, e (2005), *Arqueología de la Fortaleza de las Isletas, La memoria del Patrimonio Edificado*, Cabildo de Gran Canaria
- METCALF, Alida C. (2005), *Go-betweens and the colonization of Brazil, 1500-1600*, University of Texas Press, E.U..



- MEYERNHOFF, Pedro Moreno (2004), *Los Condes de Fuentes* in *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía*
- MIGUEL, Jerónimo, e BATLLORI, Miguel (1999), *La familia de los Borjas*, Real Academia de la Historia, Madrid
- MIR, Adolfo de Salazar (1998), *Los expedientes de limpieza de sangre de la catedral de Sevilla: Expedientes 1 al 541*, Instituto de Salazar y Castro, Expediente A-20, Leg.1 bis, 1613; Expediente P-46, Leg.55, 1681; Expediente G-1 bis, Leg.25, 1569; Expediente F-66, Leg.18, 1678
- MOGOBREJO, Endika, Com a colaboração de Aitziber, Irantzu y Garikoitz de Mogrobojo-Zabala, *Diccionario Hispano-Americano de Heráldica*
- MOLINA, Gonzalo Argote de, *Nobiliario de Andalucía*, Libro 2, Cap. 48
- MORA, Antonio Sánchez de (1991), *La Trama Vasallática de los Lara: una aproximación Prosopográfica*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II Série, Vol. VIII, Porto,
- MORAES, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana, títulos de Bandeiras, Britos de Andrade, Carneiros, uns, do Porto, Carneiros de Vila do Conde, Farias, Figueiredos de Aveloso, Herédias, Mendanhas, Pimentas de Avelar, Sás, Sás, de Vila do Conde, Vilasboas*
- MORALES, Bartolomé Domínguez, e PERAL, Ana Verdú (1992), *Catálogo de los pergaminos que se custodian en el Archivo Municipal de Córdoba con expresión de su contenido, redactado conforme a las reglas de la Norma Internacional General de Descripción Archivística ISAD(G) (1241-1901)*
- MORENO, Ana Moreno (1998), *Índice de los Protocolos Notariales de Córdoba, oficio 18 (1482-1495), 3a 919, 1470r, 2104v, 2367v, 3 a 714r, 3 a 824 v, 3 a 946 r, 3 a 962 r, y 3 a 977 r*
- MUÑOZ, Miguel Luis López-Guadalupe, PEÑA, Antonio Luis Cortés, e RAMOS, Antonio Lara (2003), *Iglesia y sociedad en el reino de Granada (ss. XVI-XVIII)*, Universidad de Granada
- NAVASCUÉS, Faustino Menéndez Pidal de (1954), *Hidalguia*, n.º 5
- NÁPOLES, João Carlos de Metello, e NÁPOLES, Jorge de Metello (1997), *Solares e Casas Nobres do Concelho de Pinhel*, Beira Alta, Assembleia Distrital de Viseu, n.ºs 3 e 4
- NÁPOLES, Jorge de Metello, e NÁPOLES, João Carlos de Metello (1997), *Solares e Casas Nobres do Concelho de Pinhel*, Beira Alta, Assembleia Distrital de Viseu, n.ºs 3 e 4
- NEVES, Guilherme Pereira das, VAINFAS, Ronaldo, e SANTOS, Georgina Silva dos (2006), *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*, edição de EdUFF, Editora da Universidade Federal Fluminense
- NIETO, José Ojeda (1997), *Comendadores y vasallos: La orden de San Juan y el partido de valdeguareña*, edição de Instituto de Estudios Zamoranos Florian de Ocampo



- NORONHA, Henrique Henriques de (1700), Nobiliário da Ilha da Madeira, cópia de 1948
- O'NEILL, Charles E., e DOMÍNGUEZ, Joaquín María (2001, Madrid), Diccionario histórico de la compañía de Jesús
- PADRÓN, Francisco Morales (1996), XII Coloquio de Historia Canario-Americana. | 183
- PALENCIA, Alfonso Fernández (1423-1492), Crónica de Enrique IV.
- PARRA, Andrés Roncancio, MEJÍA, William Jaramillo, e BAQUERO, Luis Enrique Rodríguez (1998), Nobles, blancos y mestizos en la Villa de Nuestra Señora de La Candelária. Instituto Colombiano de Cultura Hispánica Jorge Tomás Uribe Angel
- PASCUAL, Ernesto Zaragoza (1007), Catàleg dels monestirs catalans
- PASCUAL, Luis Vilar y, e PSAYALA, Juan José (1866), Diccionario histórico, genealógico y heráldico de las familias ilustres de la monarquía Española, Madrid 1866
- PECOURT, María Desamparados Cabanes, e ALBIAZ, Cristina Monterde, Aragón en las cartas Reales de Jaime II (1290-1300)
- PEÑA, Antonio Luis Cortés, MUÑOZ, Miguel Luis López-Guadalupe, e RAMOS, Antonio Lara (2003), Iglesia y sociedad en el reino de Granada (ss. XVI-XVIII), Universidad de Granada
- PERAL, Ana Verdú, e MORALES, Bartolomé Domínguez (1992), Catálogo de los pergaminos que se custodian en el Archivo Municipal de Córdoba con expresión de su contenido, redactado conforme a las reglas de la Norma Internacional General de Descripción Archivística ISAD(G) (1241-1901)
- PEREIRA, Marcelino, *Memórias Genealógicas*, Arquivo Distrital de Braga, n.º 1701
- PERERA, Doctor Ambrosio (1967), Historial Genealógico de Familias Caroreñas. Tomo I, Gráfica Americana, C.A, Caracas
- PÉREZ, Janet Pérez, BLEIBERG, Germán, e IHRIE, Maureen (1993), Dictionary of the Literature of the Iberian Peninsula
- PÉREZ, Roberto Castilla (1998), *Expediente de genealogía y limpieza de sangre del doctor don Antonio Mira de Amescua, aspirante em 1609 a una plaza em la Capilla Real de la Catedral de Granada*, Criticón, n.º 73
- PEROZO, Mario Briceño (1981), Temas de historia colonial venezolana, vol. 2
- PINTO, Irineu Ferreira, (1908), Datas e Notas para a História da Paraíba, facsímile de 1977, editora Univ., UFPb
- PIRES, Lourdes Leitão Bandeira (2003), *Ascendência e Descendência de Gonçalo Vaz Leitão, Progenitor dos Leitões de Pinhel*, Beira Alta, n.º 3 e 4
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, Os Patronos do Mosteiro de Grijó
- PORTILLA, Micaela Josefa Portilla (1978), Torres y casas fuertes en Alava. Obra Cultural de la Caja de Ahorros Municipal

- PRAXTOR Y FERRER, Fernando (1852), *Las glorias nacionales: grande historia universal de todos los reinos, provincias, islas, y colonias del monarquía española, desde los tiempos primitivos hasta el año de 1852*
- PSAYALA, Juan José, e PASCUAL, Luis Vilar y (1866), *Diccionario histórico, genealógico y heráldico de las familias ilustres de la monarquía Española, Madrid*
- RAMOS, Antonio, e LA CUESTA, Miguel de (1781), *Descripción genealógica de la Casa de Aguayo*
- RAMOS, Antonio Lara, MUÑOZ, Miguel Luis López-Guadalupe, e PEÑA, Antonio Luis Cortés (2003), *Iglesia y sociedad en el reino de Granada (ss. XVI-XVIII)*, Universidad de Granada
- RAMOS, Valeriano Sánchez (2000), *Las Viudas de la Alpujarra en la Repoblacion de Felipe II*, Almería, 5 a 7 de noviembre de 1998
- REGO, António da Silva (1947), *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente*; e idem (1958), *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente*, Vol.5.
- REVUELTA, Luisa (2008), Córdoba como recurso didáctico, *Itinerarios histórico artísticos por el patrimonio urbano*, Itinerário 4.º (30/X/2008), Junta de Andaluzia, CEP, curso, El centro, Introduccion
- RESTREPO, Luis Mejía (1951), *Historias de San Pedro Claver*
- RODRÍGUES, María Luisa Pardo, e SALCEDO, Pilar Ostos (1995), *El notariado andaluz en el tránsito de la Edad Media a la Edad Moderna*
- RUANO, Francisco e RIBADAS, Joannes (1779), *Casa de la Cabrera en Córdoba, Córdoba*
- QUESADA, Rafael Cañada (2009), *Expedientes de limpieza de sangre conservados en el Archivo de la Catedral de Jaén, 2ª parte*, «Elucidario», n.º 7
- SALAZAR Y CASTRO, Luís (1696), *História Genealógica da Casa de Lara*
- SALCEDO, Pilar Ostos, e RODRÍGUES, María Luisa Pardo (1995), *El notariado andaluz en el tránsito de la Edad Media a la Edad Moderna*
- SALTILLO, Miguel Lasso de la Vega y López de Tejada (Marqués del) (1951-53), *Historia nobiliaria española: contribución a su estudio*, vol.. 2
- SAMPAIO, Jorge Faria Machado Vieira de (1938), *Subsídios para a Genealogia dos Farias Machados das Casas da Bagoeira e das Hortas*
- SAMPAIO, Vasco de Bettencourt de Faria Machado e , LARA, António Costa de Albuquerque de Sousa, e AZEVEDO, Marcelo Olavo Corrêa de, (1999), *Ascendência Reais de Sua Alteza Real a Senhora Dona Isabel de Herédia, Duquesa de Bragança*, Lisboa



- SANABRIA, Julio Cuenca, MEDINA, José Guillén, e MELIÁ, Juan Tous (2005), *Arqueología de la Fortaleza de las Isletas, La memoria del Patrimonio Edificado*, Cabildo de Gran Canaria
- SÁNCHEZ, Juan Manoel Berges Sánchez, professor doutor (2007), *Los López De Heredia. Señores de la Baronía de Santa Croche y Gaibiel*, Rehald, n.º 6.
- SÁNCHEZ, Margarita Cabrera (1998), *Nobleza, oligarquía y poder en Córdoba al final de la Edad Media*, Edição de Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba
- SÁNCHEZ, Juan Manoel Berges Sánchez, professor doutor (2007), *op.cit.*
- SANDOVAL, Prudencio de, FERRER, Fernando Patxot y, TORDESILLAS, Antonio de Herrera y, e ZAMALLOA, Esteban de Garibay y (1852), *Las glorias nacionales: grande historia universal de todos los reinos, provincias, islas, y colonias de la monarquía española, desde los tiempos primitivos hasta el año de 1852*. Barcelona
- SANZ, Fructuoso (1914), *El doctor Mira Amescua: nuevos datos para su biografía*, in «Boletín de la Real Academia Española», I
- SANTOS, Georgina Silva dos, VAINFAS, Ronaldo, e NEVES, Guilherme Pereira das (2006), *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*, edição de EdUFF, Editora da Universidade Federal Fluminense
- SÃO PAYO, António de Vilasboas e (1676), *Nobiliarchia Portugueza, Tratado da nobreza hereditaria, & politica*, publicado em 1728
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1939-41), *O Carmo e a Trindade: subsídios para a história de Lisboa*, Vol. 2
- SILVA, Gomes da (1907 e 1908), *As Tenças Testamentárias da Infanta D. Maria, e os Cadernos das Tenças*, in «Arquivo Histórico Português» MCLXXXX
- SILVA, Manuel de Sousa, *Nobiliário das Gerações de Entre-Douro e Minho*
- SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Provas, Tomo II, Parte II; idem, Tomo VI, Parte II; idem, tomo XI; idem, *Lista dos moradores da Casa do Rei D. João III*, em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*
- TÁRRAGO, Torquato (1888), *El doctor Mira de Amescua, La Ilustración Española Y Americana*, suplemento ao n.º XLIII, in «Boletín de la Real Academia Española» (1930)
- TELLES, Padre Baltasar (1645), *Chronica da Companhia de Iesu, na prouincia de Portugal*
- TORDESILLAS, Antonio de Herrera y, ZAMALLOA, Esteban de Garibay y, FERRER, Fernando Patxot y, e SANDOVAL, Prudencio de (1852), *Las glorias nacionales: grande historia universal de todos los reinos, provincias, islas, y colonias de la monarquía española, desde los tiempos primitivos hasta el año de 1852*. Barcelona



- TRIGUEIROS, António Júlio Limpo, FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de, (1998), *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*
- VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina Silva dos, e NEVES, Guilherme Pereira das (2006), *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*, edição de EdUFF, Editora da Universidade Federal Fluminense
- VALDEOLIVOS, Barón (2002), *Los Martínez de Luna, ricos hombres de sangre y naturaleza de Aragón*, in «Emblemata, Revista Aragonesa de Emblemática», vol.VIII, p.9-45
- VALENZUELA, Adolfo Barredo Y Arroio, e LOPEZ, Ampelio Alonso de Cadenas Y, (1999), *Nobiliario de Extremadura*, ed. Hidalguia, Instituto Salazar Y Castro
- VARELLA, Luís Soveral (2013), *Os Soveral da Beira*; idem (1996, 1997 e 1998), *A Família Arêde Soveral*, in «Raízes & Memórias», n.ºs 12, 13 e 15
- VICENT, Vicente de Cadenas y, ALONSO, María Esperanza (1983), *Pleitos de hidalguía que se conservan en el Archivo de la Real Chancillería de Valladolid*, tomo IV, Madrid
- VILÁ, Jacinto Bosch, e BASCH, Martín Almagro (1964), *Historia de Albarracín y su sierra*, ed. Instituto de Estudios Turolenses, Vol. 4
- VITALES, Pedro (sec. XVI), *Nobiliario de Aragon*
- BURGOS, Augusto de, *Blason de España*, ed. 1853-1860
- XAVIER, Francisco, *Epistolae*, Vol.2
- ZAMALLOA, Esteban de Garibay y, FERRER, Fernando Patxot y, TORDESILLAS, Antonio de Herrera y, e SANDOVAL, Prudencio de (1852), *Las glorias nacionales: grande historia universal de todos los reinos, provincias, islas, y colonias de la monarquía española, desde los tiempos primitivos hasta el año de 1852*. Barcelona
- ZUÑIGA, Antonio Vargas, Marqués de Siete Iglesias, e HUERTA, Baltazar Cuartero y, (1949-1979), *Índice de la Colección de don Luis de Salazar y Castro*. Madrid: Real Academia de la Historia, 49 vols, D-31, f.243 v, *Tabla genealógica de la familia de Cabrera, señora de los Cansinos*; M-20 fl.258, M-21 fl.172v-173, M-20, f.253, *Copia del original del archivo del marqués de Priego*, K-37, f.127v-129, e K-37, f.129-130v, *Copia del original del archivo del marqués de Priego*, K-37, f.126-127, K-37, f.º 131-132, M-72 fl.374
- ZURITA, Jeronimo de (1562-1580), *Anales de la Corona de Aragón*

Outras publicações:

Acta salmanticensia: Filosofia y letras (1963), Universidad de Salamanca

Anales de la Academia Matritense de Heráldica y Genealogía (1991), Tomo I, n.º 104; (2004); (2007)

Anuário da Nobreza de Portugal (1985), III, Tomo II: Instituto Português de Heráldica



- Armas e Troféus*, revista do Instituto Português de Heráldica, 1965
- Armorial Lusitano (1961): editorial Enciclopédia
- Boletim da segunda classe*, Volumes 1-2, 1898: Academia das Ciências de Lisboa
- Boletín de la Real Academia Española (1930)
- Congresso de Historia del Descubrimiento (1992), Real Academia de Historia, Confederacion Española de Cajas de Ahorros, Actas, Tomo III, Madrid | 187
- Ediciones Hidalguia: Instituto Internacional de Genealogia Y Heráldica, Instituto Salazar Y Castro (C.S.I.C), Madrid
- Estúdios a la Convencion del Instituto Internacional de Genealogia y Heráldica com Motivo de su XXV Aniversario 1953-1978, Ediciones Hidalguia, Instituto Internacional de Genealogia Y Heráldica, Instituto Salazar Y Castro (C.S.I.C), Madrid
- Gavetas da Torre do Tombo, edição do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Volume 5
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (GEPB), HERÉDIA, CUNHA, Tristão da, HEREDIA, Manuel de, PERNAMBUCO, PESTE
- Gran Enciclopédia Gallega (1974), GUETO
- Index das notas de varios tabelliães de Lisboa, entre os annos de 1580 e 1747: subsidios para a investigação historica em Portugal (1937), Tomo II, PT/BN
- Instituto Chileno de Investigaciones Genealógicas (1971), ed.16-9, *Revista de estudios históricos*, Issues 25-2
- Instituto de Estudios Turolenses, Vol. 4
- O Instituto*, Vol.29, Instituto de Coimbra
- Real Academia de la Historia (ES), Confederación Española de Cajas de Ahorros, «Congreso de Historia del Descubrimiento (1492-1556): actas...» (1922)
- Revista* (1948), Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
- Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II Série, Vol. VIII
- Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland Malaysian Branch, Singapore - «*Journal of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society*» (1998)
- Publicações disponíveis na internet
- http://www.armoria.info/libro_de_armoria/FERN%C3%89NDEZ+DE+HEREDIA.html,
- Orígenes Beltrán de Heredia* disponível em <http://www.reocities.com/Heartland/Plains/7313/freoribh.html> (consulta Julho 2014)
- Gea en el Tiempo*, disponível em www.geadealbarracin.com (data da consulta: 7/2014)
- Cronologia desde la aparicion de los Azagra hasta la reforma de los fueros de Albarracin por Felipe II (1161-1592)*, disponível em www.geadealbarracin.com (data da consulta: 7/2014)
- Molina*, disponível na internet em abcgenealogia.com (consulta: 11/2008)



Convento de San Francisco de Teruel, disponível em www.ofmval.org (data da consulta: 7/2014)

abgenealogia.com (consulta: 11/2008)

Carrillo, disponível na internet em abgenealogia.com (consulta: 11/2008)

<https://www.uclm.es/ceclm>, página web do centro de estudos Castilla-La Mancha – Auñón (consulta: Setembro 2013)

geneanet, geni e Roglo disponíveis na internet em <http://www.geneanet.org/>, <http://geni.com>, e <http://roglo.eu/roglo> (datas das consultas 9/2013)



HERÁLDICA

BREVES
CONSIDERAÇÕES À
IMPORTÂNCIA DAS
“PARAHERÁLDICAS”
NO TARDO MEDIEVAL E
RENASCIMENTO

| 189

*por José Manuel Martins
Ferreira Coelho*

BREVES CONSIDERAÇÕES À IMPORTÂNCIA DAS “PARAHERÁLDICAS” NO TARDO MEDIEVAL E RENASCIMENTO

por José Manuel Martins Ferreira Coelho ¹

O “ALEO” DIVISA DE DOM PEDRO DE MENEZES, PRIMEIRO CAPITÃO DE CEUTA²

Nos textos da “*Crónica da Tomada de Ceuta*”, de Gomes Eanes de Azurara, reflectindo António Sérgio no seu escrito “*Ensaio não romântico do texto de Azurara*” bem como, num escrito actual de A. C. Anica, sobre “*A expedição a Ceuta em 1415: operação mal conduzida, mas bem-sucedida*”, teremos que considerar que El-rei Dom João I³ possuía um plano para a conquista de Ceuta.



¹ MD; PHD; FACS; HE; KL-J.

² Grande parte deste artigo já foi, por nós escrito e publicado em 2010 no livro **Portugal nos séculos XIII-XIV-XV – Reflexões Históricas**.

³ Um dos factos mais notáveis do reinado de Dom João I, e que no nosso entender, assinalamos como um marco de mestria na história da expansão marítima portuguesa, foi sem dúvida a conquista marítima de Ceuta. A decisão de um empreendimento marítimo relevante com uma estratégia militar bem definida (embora para alguns considerem confusa, hesitante e do acaso), para uma incursão armada no norte de África, em território inimigo, numa Ibéria adversa ao sul com um reino mouro, o de Granada, poderia originar a curto prazo possíveis desavenças com Castela e Aragão, embora existisse um tratado de paz (1411). Seria um feito de grande ousadia e considerável determinação no domínio do estreito de Gibraltar, (segundo a mitologia grega, “*as colunas ou pilares de Hércules*”, nome dos promontórios que existem à entrada do estreito, um em África, o monte de Hacho <> Abília e o outro na Europa, o monte Calpe ou rochedo de Gibraltar) chave na circulação marítima do Mediterrâneo e Atlântico. Nas perspectivas de Robert Ricard, é considerado que as causas e origens da expedição, permanecem obscuras e são em grande parte do domínio da conjectura.

Após as informações fornecidas, por dois espíões por ele enviados para recolha de dados, referentes às características da defesa da cidade, como a altura das muralhas e valas, portas fortes, funduras dos ancoradouros, praias adjacentes às muralhas, bem como a incidência dos ventos e força das correntes marítimas locais, visando as condições indispensáveis para uma operação segura (*verdadeira operação anfíbia*).

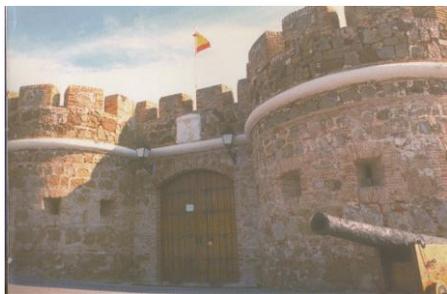
A espionagem e o reconhecimento detalhado desta cidade do Norte de África fora conduzida, por Dom Álvaro Gonçalves Camelo prior do Hospital e, por Afonso Furtado, homem de armas e de combate, notável capitão experimentado. O pretexto desta missão seria de uma pseudo embaixada à rainha da Sicília, querendo o seu casamento com o infante Dom Pedro.

Nos paços de Sintra Dom Álvaro Gonçalves Camelo apresentou ao regente “*um modelo da cidade com areia, fita, favas, e uma escudela, o que muito admirou Dom João, pois nela estavam representadas as praias que rodeavam Ceuta, as suas muralhas, as casas, as serras, tudo o que era necessário conhecer para um eficaz planeamento ao assalto.*” (Nuno Silva Campos, 2008).

Nesse período de conjecturas⁴, encontrava-se a rainha Dona Filipa gravemente doente, conhecedora e incentivadora da empresa a Ceuta por el-rei e seus filhos, concedendo-lhes antes de morrer: “*à hora do repouso eterno, com palavras repassadas de dignidade e de ternura, três espadas cravejadas de pedraria, que mandara fazer para serem armados cavaleiros*”.

Nessa mesma altura, “*distribuiu pelos três filhos mais velhos e pelo seu marido um pedaço de santo lenho. Dizja mais tarde o Infante Dom Henrique «que nunca lhe lembrava, depois que o dito lenho lhe fora dado, que o tivesse fora de si, somente um dia, que o tirara por esquecimento em desvestindo a*”. *nenhuma cousa.*» (Oliveira Marques, 2010).

A rainha morria em 18 de Julho de 1415.



Ceuta – Porta antiga

⁴ À nobreza jovem e renovada a partir de 1385, mas igualmente atingida pela crise que afectou a economia ao longo do século XIV, interessavam as conquistas militares e a dilatação territorial. Mas não se viria a excluir, ao mesmo tempo, de participar nos negócios lucrativos da actividade mercantil ao lado da burguesia, que encarava a expansão como um meio privilegiado de alargar os mercados e aumentar o volume de negócios e dos lucros. **A expedição fora organizada com tempo, meticuloso método e grande sigilo.**



Ceuta – Muralhas e Fosso envolvente (fotografia do autor)

Factos de maior importância na génese política da época, seriam também as diversas interrogações acerca do destino da mesma. Algumas hipóteses foram consideradas: uma possível guerra contra a França com o apoio da armada britânica, após o matrimónio da infanta Dona Isabel; deslocação para Nápoles e Sicília dos infantes reais Dom Pedro e Dom Henrique para consumação dos seus casamentos; cumprimento de cruzada para Jerusalém pelo rei Dom João I em cumprimentos de votos de agradecimento pelas vitórias e, independência do reino perante Castela, devendo trazer para Portugal todas as relíquias da Terra Santa bem como o santo sepulcro; ataque da coroa portuguesa à Flandres com a tomada da cidade de Bruges por litígios económicos; uma guerra específica ao duque da Holanda como punição e retaliação dos múltiplos ataques navais dos piratas e corsários holandeses aos nossos navios; intervenção armada nas questões da Santa Madre Igreja para pôr termo ao papado de Avinhão e finalizar com o grande cisma do ocidente; conquista da Normandia a que por direito Dom João I, como trineto de Dom Afonso III conde de Bolonha, se considerava senhor e pretendente; não se afastavam, também as hipóteses de um ataque a Sevilha, como ao reino mouro de Granada. As preocupações destas atitudes bélicas na península Ibérica foram tomadas em conta, pelos reinos de Castela e de Granada, tendo estes enviados emissários e embaixadores diplomáticos ao rei de Portugal a Lisboa, a solicitar garantias.

Há quem formule, que o empreendimento a Ceuta foi totalmente financiado pela Ordem de Cristo, com o objectivo do seu próprio enriquecimento.

Azurara refere-se que foram constituídas duas grandes esquadras, uma das naus sob o comando do infante Dom Pedro, outra das galés sob ordens do infante Dom Henrique, com pessoal do norte do País. Esta última largara do Porto. A armada que zarpara da praia do Restelo, em 25 de Julho de 1415, tivera como comandante supremo o rei Dom João I e, como imediato o seu sucessor, o infante Dom Duarte.

| 193

No sábado, 27 de Julho, foi dobrado o Cabo de São Vicente e nesse mesmo dia ancoraram na baía de Lagos. No dia seguinte, domingo 28 de Julho o rei em terra com o seu leal Conselho deu a conhecer à tripulação o destino da expedição. Azurara refere-se a tal anúncio, pois que, a partir daí, já essa revelação não perturbaria o segredo, da possibilidade dos mouros reforçarem as suas defesas com providências atempadas de reforços vizinhos.

No dia 31 desse mês a frota zarpuou em direcção a Faro ficando aí retida, cerca de seis dias em resultado da falta de ventos. No dia 7 de Agosto de 1415, seguiram rumo ao norte de África. A 9 de Agosto, pelo final da tarde avistaram terra moura, ordenando Dom João I que os navios seguissem rumos irregulares, tomassem destinos de rodopio, navegassem aos círculos uns em redor dos outros, iludindo os infiéis de qualquer intenção de ataque ou desembarque. Logo que anoiteceu os navios rumaram de novo para a baía de Algeciras, fundeando perto, em Tarifa.

Tarifa era já povoação castelhana, ao contrário de Gibraltar posse do reino de Granada.



Tarifa actual (foto do autor)

O alcaide de Tarifa, de origem lusitana, de nome **Martim Fernandes Portocarreiro** ⁵, homem afável e generoso ofereceu à tripulação, uma manada de vacas e um rebanho de carneiros, que em breve foram mortos esfolados e assados satisfazendo os vorazes apetites. (*Capítulo 54 e 55 da Crónica da Tomada de Ceuta*)

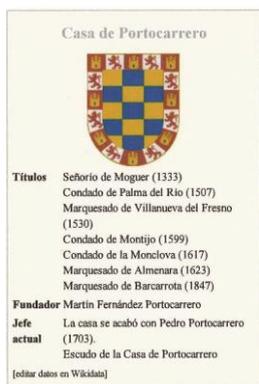
No dia 11 de Agosto partiram para Ceuta, com a finalidade de ancorarem no lado sul da cidade, local de Barbaçote. Novo impedimento aconteceu, pois algumas naus foram arrastadas para Málaga, ao sabor das correntes, tendo o infante Dom Henrique conseguido reunir a frota.

Porém novos acontecimentos alteraram os planos estabelecidos, já que um inesperado temporal, obrigou que todos os navios por segurança de novo rumassem para Algeciras.

Incidente semelhante ao anterior, voltou depois à acontecer, quando as naus do infante Dom Pedro, se desviaram para Málaga, tendo novamente o infante Dom Henrique, numa galé ido recolher as perdas, a bom porto.

Em resultado das sucessivas alterações e modificações dos planos da tomada de Ceuta, começou-se a verificar por parte da “*raia miúda*” e de alguns cavaleiros, uma descrença e dúvida do êxito da empresa: “*o frade (Frei João Xira) enganou-nos em Lagos e enganou também o Rei. O que Xira pretendia era levar-nos a Ceuta, para sermos lá todos prisioneiros*”.

⁵ Martín Fernández Portocarrero (IV Señor de Moguer). En 1403 aparece como alcaide de Tarifa. Consta como IV Señor de Moguer y III Señor de Villanueva del Fresno, desde 1386 por un documento en el que designa al escribano de Moguer, hasta 1418 en que realiza su testamento e instituye el mayorazgo de Villanueva del Fresno. Vivió durante los reinados de Juan I, Enrique III y Juan II. En 1387 consiguió otra confirmación del mayorazgo de Moguer. En 1394 fue corregedor de Jerez de la Frontera por orden de Enrique III para acabar con ciertas alteraciones que existían en la ciudad. En 1403 aparece como alcaide de Tarifa. En 1410 es citado por un manuscrito genealógico del siglo XVI entre los caballeros que tomaron parte en el cerco de Antequera. Por último entre 1414-1416 participó en las contiendas civiles y políticas de los bandos nobiliarios de Andalucía. Casó con Leonor Cabeza de Vaca, hija del maestre de la orden de Santiago, Pedro Fernández Cabeza de Vaca, en 1384. Del matrimonio nacieron cuatro hijos: Pedro Portocarrero, Francisca Portocarrero, Beatriz Portocarrero y Elvira Portocarrero.





Sabendo o rei do ambiente de indefinição e descontentamento de alguns, convocara o seu Conselho em plena baía de Algeciras e estabelecendo-se então três grupos de partidos: uns a favor da conquista de Ceuta em que se incluíam os infantes; outros, que a expedição se centralizasse em Gibraltar, uma vez que estava ali mesmo na sua frente; e outros, que opinavam o regresso imediato à Pátria.

Dom João I mandou embarcar as forças, e rumou para oeste, para a Ponta dos Carneiros, a ocidente de Algeciras. Tal atitude agradou à maioria dos combatentes, pois grande parte eram expedicionários e viam nesta rota o regresso imediato a Portugal. Na Ponta dos Carneiros, o Rei, reuniu-se em terra com o seu Conselho alegando que a tomada de Gibraltar era uma vergonha pois tratava-se de tomar uma mera vila, enquanto Ceuta era uma cidade. Assim em 20 de Agosto, decidiu Dom João I, que nesse mesmo dia, logo que escurecesse, toda a frota rumaria para Ceuta, previndo-se que as galés rebocassem as naus, nos casos de estas ameaçarem desgarrar.

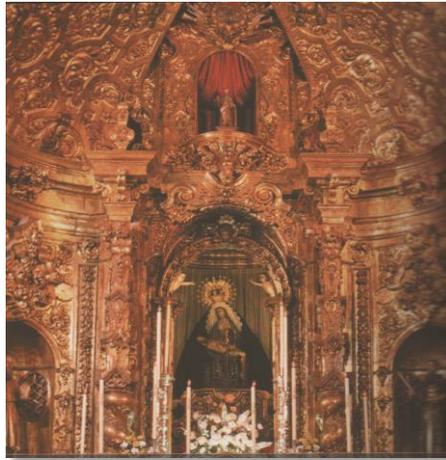
“Foi então digno de ver todos aqueles navios rumando a sul, em direcção a Ceuta, em bicha de «pirilau», parecendo uma ponte de terra a terra”.

Era ainda alta a noite quando a frota se acercou de Ceuta.

No nascer do dia, de **21 de Agosto de 1415** começara o desembarque e a tomada da fortificação da cidade.

“Entretanto Çalabençala, depois que vio que a cidade era entrada, que não avia outro remédio, senão perderse de todo.....ficou passeando por aquellas casas de seus ricos Paços, chorando tamanha perda, e tão mal cuidada delle, até que cavalgou em hum ginete, e se foi fora da cidade” (Crónica Del Rey Dom João I, cap. XCII – Duarte Pacheco Pereira).

Após a conquista da cidade de Ceuta a principal mesquita foi consagrada ao catolicismo e aí teve lugar a primeira Eucaristia, em que participou Dom João I, o príncipe Dom Duarte e os infantes seus irmãos. Nesse local, em solene cerimónia, foram os Infantes armados cavaleiros. Na descrição de Pedro Dias “Para o efeito e dadas as circunstâncias que facilmente se adivinham, apenas umas cortinas trazidas dos navios deram um ar mais composto ao espaço destacando também o cronista oficial a presença de um frontal, que disse ser muito rico. Os portugueses aproveitaram dois sinos que encontraram, que tinham sido roubados num ataque mouro a Lagos”. Um documento datado de 1460 cita, que o infante Dom Henrique ofereceu à nova *Igreja de Nossa Senhora de África ou de Santa Maria*, uma outra escultura de madeira entalhada e policromada, uma Piedade, que ainda aí se conserva em bom estado, sendo fonte de uma forte devoção e peregrinação popular.



Nossa Senhora de África, uma Piedade oferecida pelo Infante Dom Henrique

Reza a lenda que o bastão da mão esquerda da Virgem, é um bastão de zambujeiro, entregue por Dom Pedro de Menezes (2.º conde de Viana), na altura da tomada da cidade. Este nobre fora eleito alcaide de Ceuta, após o regresso do rei e infantes para Lisboa, ao fim de treze dias, em Setembro de 1415.

Após a tomada de Ceuta, não foi simples o destino de continuidade daquela praça, pois jogavam-se posições pouco favoráveis ao rei, em relação ao seu seguimento, como a continuidade da presença portuguesa ou admitindo-se mesmo, o seu abandono.

Segundo Affonso de Dornellas, via Dom João I “com desgosto que todos se recusavam a ficar governando a Praça.----- De facto, a maioria dos que, pelo seu prestígio ali deviam ficar, estavam velhos e cansados de mil lutas, sucedendo-lhes as desculpas. -----Os novos, aqueles para quem o cansaço ainda não existia e o perigo é o principal divertimento, enquanto se demonstrava no Conselho, que ninguém queria ficar em Ceuta, divertiam-se num intervalo dum batida aos Mouros.-----Jogavam-se a Choca, descansavam das lutas a sério, lutando bem.-----

-----Dom Pedro de Menezes, filho do primeiro Conde de Viana, vencia o jogo e bradava “**Aleo**”, levantando uma pernada de zambujeiro ao ar. Todo o seu grupo o cercava gritando Alleo quando chegou a notícia de que ninguém aceitava o cargo de Governador.-----Corre Dom Pedro de Menezes à presença d’El-Rei, e no meio do calor e do entusiasmo por ter ganho o jogo, oferece-se para com o mesmo zambujeiro com que acabara de gritar “**Aleo**” ficar no terreno conquistado mantendo a Barberia em peso.----- Dom João I tomando-lhe o zambujeiro, tornou a entregar-lhe dizendo-lhe que com aquele bastão o nomeava Governador Capitão General de Ceuta, sem lhe exigir juramento, pois tinha na sua fidelidade a maior segurança. Em seguida deu-lhe o título de segundo Conde de Viana”.

Além da Choca, príncipes, fidalgos e grandes senhores, praticavam os jogos da moda, como o jogo da péla, sendo este o mais procurado, se bem que as távoas, as tábulas, as justas, as canas, a bola de argolinha e os bancais, também tivessem acolhimento.



| 197

Divisa ou Paraberáldica de D. Pedro de Menezes, numa das paredes da Igreja das Ondas em Tavira (fotografia do autor).

Mário Justino Silva (2002) nos seus estudos sobre os Ditos Portugueses dignos de memória descreve: “o jogo da péla suscitou, desde longa data, grande adesão junto da realeza e da nobreza, por força de dupla dimensão de divertimento e de preparação física e militar: «[...] acontece a usados jogadores / que na péla se querem mostrar destros / uns rebate ou boléu, com revés outros, / outros com duros punhos, os combatem: / a veloz péla vai deles forçada, / ora toca este canto, ora outro toca, / salta, voa através, ao longo voa, / não repousa nem pára um só momento, / dá-lhe aquele dali, dá-lhe outro e outro, / já levantado no ar, já vai rasteira, / todos trás ela correm com estrondo, / de soberbas, discordes e altas vozes.» Era portanto um jogo exigente que requeria uma técnica apurada: « [...] tem de haver proporção nos movimentos de quem atira com ela (a péla) e do que a recebe.»”

“Ceuta cai em nosso poder lá se encontra uma Casa da Moeda que vai continuar a emitir os preciosos «ceitis» de ouro”.

Dom Pedro de Menezes assumiu funções de governo da cidade de Ceuta, dado as recusas para tal cargo de Dom Nuno Álvares Pereira, do marechal Gonçalo Vasques Coutinho, como também Dom Martim Afonso de Melo, guarda-mor da casa de Dom João I, alegando os primeiros a sua provector idade para tão complexo atributo, e o guarda-mor do rei, não estaria disponível pois, os seus homens queriam tornar ao reino.

Dom Pedro de Menezes foi capitão de Ceuta durante um período de 22 anos (1415-1437), com nobres ideais de defesa, de justiça, de equilíbrio de valores e de valente

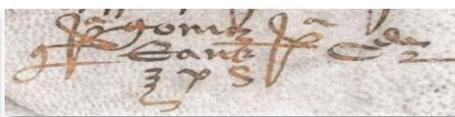
defensor. Apontado por Azurara como possuidor de elevado «avisamento» “qualidades na arte de prever os acontecimentos e saber resolve-los”.

Na “Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes”, de Gomes Eanes de Azurara evidencia-se: «Senhores Irmãos, Parentes, e Amigos verdade he, que antre as cousas, que me EIRey principalmente encomendou assy foi, que me trabalhasse de nom sabir fora desta Cidade, se não por muy grande resguardo, e que ainda não fosse se não por cousa muy necessária; porem em considerando quem vós outros sois, e a vontade, que som certo, que tendes de acreditar em vosso nome, pensei de buscar maneira pêra sabirmos a estes Mouros com serviço de Deos, e d’EIRey nosso Senhor, e guardada nossa honra; e como quer que cavallos nom tínhamos, vamos de pee, e se quer ao menos nom poderemos sabir longe da Cidade, e seja assy que todos esteis percebidos, pêra quando virmos tempo, que sabiâmos por tal modo, que afastemos estes infiéis da cerca destes muros, e crêo, que se nos Deos com elles der vitoria, que os huma vez bem escarmentaremos, elles se hirão afastando, e nos darão lugar pêra sabirmos per sua terra, como per nossa própria herdade; porque d’outra guisa nunca al faríamos todo o dia, se não estarmos com elles em rebates, e se isto bem nom parece podermoeis dizer; caa sem o vosso conselho não entendo fazer nenhuma cousa.»

Ceuta após a tomada, foi meticulosamente protegida e defendida, com treinos militares permanentes, com desencadeamento de ataques aos lugares limítrofes, bem como, frequentes saídas por mar, em “saltos” e curso às aldeias costeiras. Dom Pedro de Menezes consegue ultrapassar e ser bem-sucedido, nos dois grandes ataques e cercos à cidade em 1418 e 1419. Ceuta por usufruir de uma excelente situação geoestratégica, possibilitava um controlo da circulação marítima do Estreito, como o conhecimento atento, do seu fluxo comercial. Em 1416, Dom Pedro de Menezes promove a actividade do curso como a mais aliciante em termos bélicos, de ocupação e treino de parte do seu efectivo militar, com a vantajosa compensação e extraordinária valência lucrativa, e como também, enriquecedora da sua frota. Ao Capitão de Ceuta cabe um quinto dos despojos. Uma das primeiras embarcações para essa actividade foi uma fusta, «**Santiago Pé-de-Prata**». Em pouco tempo Dom Pedro de Menezes tornara-se “o proprietário com maior número de embarcações que se dedicavam a tal actividade: tinha, pelo menos quatro fustas, três bergantins, uma galeota e um alaúde.”

*Azurard*⁶ (seguimos a nomenclatura antiga deste nome, pois não nos parece credível a actual), refere-se: «[...] trazia sempre seus navios aparelhados, que casy cada semana avia preza grande, ou pequena.»

⁶ **Gomes Eanes de Azurara**, grande historiador do seu tempo, muito considerado por seu saber e, qualidades de valimento nas cortes de D. Duarte e de D. Afonso V. Os seus biógrafos não afirmam com rigor, a data do seu nascimento nem de sua morte, contudo, apontando-se para uma vivência de cerca de 64 anos. Possibilidades de ter nascido em 1410 e morrido em 1474. Percorreu os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V. Sabe-se ser filho de João Eanes de Azurara, bispo de Évora e de Coimbra. “Sendo mancebo na ordem de cavalaria de Cristo, onde chegou a ter o grau de comendador de Alcains, a qual comenda possuía em 1454, e que depois trocou pelas do Pinheiro Grande e da Granja do Ulmeiro,



Nuno Silva Campos (2008) descreve: “Será talvez pouco abonatório chamar à cidade

um porto de corsários, mas para os mouros da região, era nisso que Ceuta se transformara.”

Só em 1424, consegue regressar à metrópole, sendo recebido por Dom João I, em Santarém, com alegria e profundo reconhecimento pelas provas dadas, na sua conduta de governação.

Foi agraciado pelo rei (1424), com o título de **conde de Vila Real (Vila Real de Trás-os-Montes)**. Nesse mesmo ano parte novamente para Ceuta, onde permaneceu até 1433, voltando ao reino, assistindo à morte do “*Mestre de Avis*” e nomeado **alferes-mor do reino por Dom Duarte**, tendo sido

empenhado nessa altura, no alto cargo na coroação do novo regente.

As funções de governador de Ceuta foram prorrogadas pelo rei Dom Duarte, com total confiança.

Em 1434, embarca de novo de Lisboa para a sua amada cidade africana, onde permaneceu até à sua morte em 1437.

Nos escritos de Fernando Pedrosa (1989): “Um simples feito podia valer uma fortuna: antes de 1418 Vasques Ferreira partiu de Ceuta com uma galeota «à busca de sua ventura e regressou com uma rica e honrada presa»; dois cavaleiros mouros apanhados em 1422 renderam 3 milhões de libras sem contar o quinto que reverteu para o rei; Luís Gonçalves saqueou uma grande carraca e ficou para sempre rico. A principal fonte de cabedais dos capitães de Ceuta consistia no quinto real de todas as presas; as crónicas dos Menezes e os Anais de Arzila registam inúmeras acções de corso; o conde Dom Pedro de Menezes tinha sempre navios a guerrear os infiéis e quase todas as semanas fazia boa presa”

No «*Leal Conselheiro*» (Cap. XVII), Dom Duarte diz que «*a cobiça do alheio não é pecado se se tratar de guerra aos infiéis*».

“Dom Duarte isentou os infantes Dom Henrique e Dom Pedro do quinto das presas que os seus corsários fizessem. Diz Azurara que nas tentativas para alcançar o Bojador muitos se desviavam da missão: «*uns iam sobre as costas de Granada, outros corriam para o mar de Levante, até que pilhavam grossas presas de infiéis com que se tornavam honradamente ao*

que se vê serem suas pelos anos de 1459.” Foi Guarda-Conservador da Livraria Real, em 1451 e depois em 1454, Guarda-Mor da Torre do Tombo sucedendo a Fernão Lopes.

reino». Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor Ceuta e um dos homens mais ricos do reinado de Dom Afonso V, trazia sempre os seus navios na pirataria e no comércio. Em 1446, foram de Lagos 9 caravelas contra os mouros, entre as quais uma do bispo de Silves, D. Rodrigo, armada à sua custa.” (Fernando Pedrosa, 1989)

Dom Pedro de Menezes encontra-se sepultado em Santarém na Igreja da Graça⁷ num aparatoso túmulo de calcário, ornado de um rico gótico de composição, heráldica e para-heráldica dos tumulados (juntamente com o da sua primeira mulher, **Dona Margarida de Miranda**), com apresentação da sua divisa (tenção), muito própria **“alleo”**. A sua representação figurativa, jaz deitado em decúbito dorsal, de mão direita dada, à mão direita da sua segunda esposa, **Dona Beatriz Coutinho**.

Este templo escalabitano “engloba elementos de duas correntes distintas do gótico português: o chamado gótico mendicante, de forte tradição na vila de Santarém, nomeadamente nos conventos Dominicanos e dos Franciscanos do século XIII, e o gótico flamejante, bem patente no Mosteiro da Batalha.”



Túmulo de D. Pedro de Menezes em Santarém (fotografia do autor)

Foram fundadores do Convento da Nossa Senhora da Graça, seus Avós, tomando-se por panteão familiar esta Igreja, encontrando-se também aí sepultados, *Dom João Afonso Tello de Menezes e Dona Guiomar de VilaLobos*.

⁷ Igreja de Santa Maria da Graça também conhecida por Igreja de Santo Agostinho, convento masculino de importância como monumento gótico monacal, foi mandada construir em 1380 pelos primeiros Condes de Ourém, D. João Afonso Tello de Menezes e de D. Guiomar de VilaLobos, sua mulher, em guarida aos Agostinhos sobre tutela dos Agostinhos de Lisboa. Em 1535 a capela do Senhor Jesus dos Passos, fora edificada na na nave lateral sul, sob mando de D. Mécia Mendes de Aguiar, mulher de do navegador Gonçalo Gil Barbosa. A capela de São Nicolau Tolentino, edificada no final do século XVI (1594). “Os actuais tectos de madeira foram colocados em meados do século XVI, após o desmoronamento das abóbadas das naves, tendo o transepto sido então adequado ao estilo manuelino.

A divisa ou tenção de D. Pedro de Menezes, desde cedo, na sua idade de jovem cavaleiro, sempre fora imposta como fiel, de emblemática do “**ALEO**”, verdadeiro grito de vitória e de mando de sua especificidade e identidade. Tal paraheráldica sempre o acompanhou em vida, fazendo questão na perpetuação do mesmo, pela sua descendência directa como, eterna recordação dos seus feitos no Norte de África aos seus bens quer, materiais como morais



Túmulo de D. Pedro de Menezes em Santarém (fotografia do autor)

Numa das faces da arca tumular do seu mausoléu, esta divisa **aleo**⁸, apresenta-se envolvida por elementos fitomórficos, correspondendo a troncos de carvalho entrelaçados.

O uso desta tenção ou divisa fora obrigatório para os seus herdeiros.

Após sua morte em Setembro de 1437, sucede-lhe no cargo em 1458 seu filho ilegítimo, **Dom Duarte de Menezes**, como capitão-mor de Alcácer Ceguer ainda em 1458, ainda no tempo do Infante Dom Henrique.

«Foi o Conde Dom Duarte, filho do Conde Dom Pedro de Menezes, e neto do Conde Dom João Affonso Tello, e da Condessa Dona Mayor de Portocarreiro, e bisneto do Conde Dourem, a que per semelhante chamaraõ Dom João Affonso Tello, e da Condessa Dona Guiomar de Villa-Lobos, de

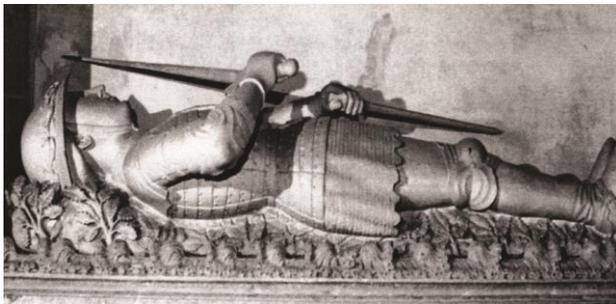
⁸ Temos encontrado a designação de **ALEO**, como **ALLEO**, **ALEEO** parecendo-nos a primeira a mais usual e correcta. Assim na Grande Enciclopédia “Aleo: termo de heráldica diz-se dos animais que se apresentam com asas. Para Francisco Simas Alves de Azevedo “*des plus anciennes armes portugaises timbres*», mostra no timbre uma cabeça de lobo com a pele do corpo entre dois cornos de veado que furam a pele (?? serão ASAS ??). Lê-se dos dois lados das armas – Menezes escudo pleno, partido com VilaLobos. No Cabalismo, Moisés Espírito Santo, a palavra “ALEO” poderá ser lida de várias formas conforme a rotação fonética do vocábulo; *«álea ôla âlia aula aloa aleo ailo // aloa aleo alia // alio olio aleo âlôâloa // ôla oloa allo ailo // » quer dizer Juro, na presença do, Altíssimo Governador, este emblema, da parantela // ou: Esta cidade de Além-mar // Valente como o Carvalho // ou: como, esta pele de veado // ou este Carvalho.*

cuja parte este Conde descende de linhagem de Reis de Castella. E dos avoengos do Conde Dom Pedro descendeo a rainha Dona Leonor que foi molher DelRey Dom Fernando de Portugal, como se mais largamente pôde achar scripto no começo da Chronica do dito Conde Dom Pedro. Nem escrevemos aqui a geração da madre do Conde Dom Duarte, per quanto elle era filbo natural, o qual seu padre fezera em huma moça nobre de sua caça. E foi este Conde de baixa estatura de corpo, enformado em carnes, e de cabellos corredios, e graciosa presença, embargado na fala, e homem de grande e bom entendimento, pouquo risonho, nem festejador, tal que quasi do berço começou de ter authoridade, e representação de senhorio. Foi muito amador de verdade e de justiça, muy temperado em comer, e beber, e dormir, e sofredor de grandes trabalhos, tanto, que parecia que elle mesmo se deleitava em os haver, porque quando lhos a necessidade nom apresentava elle per si mesmo os buscava. Foi homem muito ardido, e de honroso coração. E segundo entender dos homens nom se desenfadava tanto em outra cousa, como nos feitos de cavallaria, como aquelle que quasi do berço, usara o officio das armas. Homem devoto a Deos, e guardador da sua ley. E assy foi sempre ajudado do ajudoiro Divinal caa de quantas pejejas bouve com os contrairos, sempre sayo com victoria, sem nunca ser vencido. E se no dia do seu falecimento a força do encarrego fora seu, os Mouros ficaram com a principal parte do danno.[...] Foi cazado duas vezes. [...]»

“Dom Duarte de Menezes (1414-1464), ao participar numa expedição de Dom Afonso V ao Norte de Marrocos, teve dois pressentimentos sobre o que lhe iria suceder. À mulher disse: «*Senhora, guardai esse dente, que poderá ser que, quando eu morrer, não se ache outra coisa que se possa lançar na minha sepultura*».” (Mário Justino Silva, 2002).

Dom Duarte de Menezes, perdeu a sua vida acompanhando Dom Afonso V, numa das campanhas marroquinas na serra de Benacofú em 1464.

O seu túmulo encontra-se vazio, no Museu Municipal de Santarém, e aí está depositado um cofre com um dente molar de adulto sem existência das raízes.



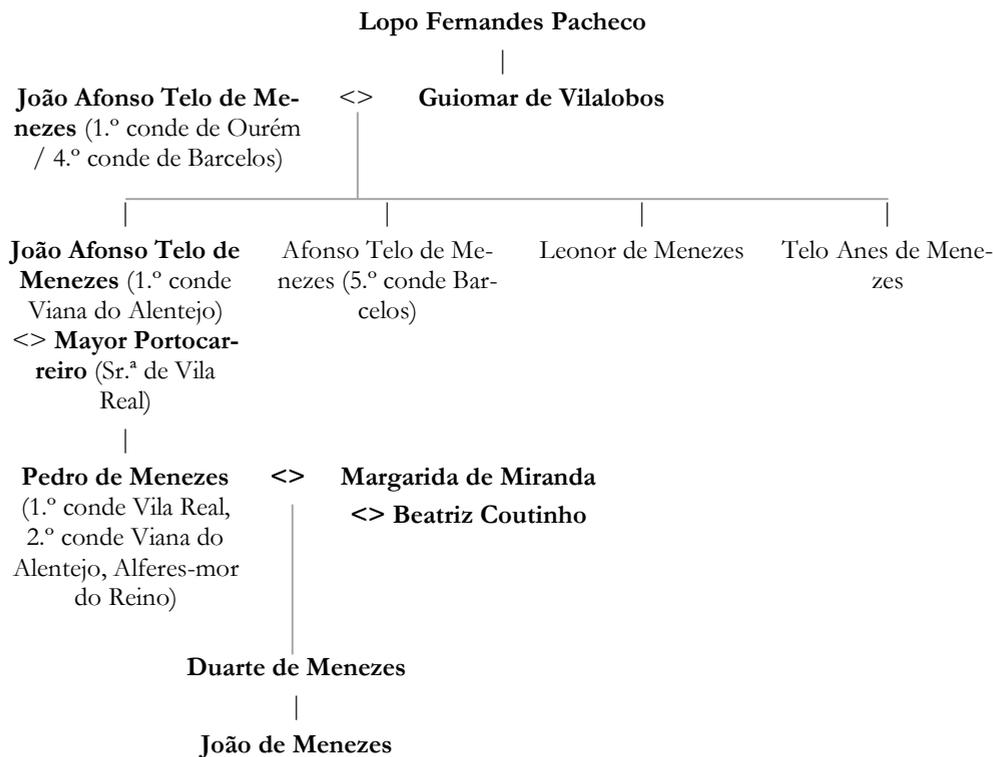
Túmulo de D. Duarte de Menezes em Santarém

A **Dom João de Menezes**, segundo filho de Dom Duarte de Menezes, senhor de Tarouca, comendador de Sesimbra, da Ordem de Sant'Iago, Prior do Crato, em 1481, o rei Dom Afonso V concedeu-lhe a capitania de Arzila, confirmada por carta de



Évora (11 de Janeiro de 1482), por Dom João II. Em 6 de Outubro de 1486, fora transferido para Tânger.

No trabalho de João Silva de Sousa relata: “*verificámos que a D. Pedro de Menezes, D. Duarte de Menezes, e D. João de Menezes – este como senhor e 1.º conde de Tarouca, entre 1415 e 1522, coube a administração de Ceuta, Tânger, Alcácer Ceguer e de Arzila*”.



Quadro genealógico dos Menezes (Os Menezes no norte de África – João Silva de Sousa).

“Os Menezes estiveram ligados a três ducados, catorze marquesados, cinquenta condados, dez viscondados e seis baronias”.

“A história de Ceuta no reino de Portugal, que começa com Dom Pedro de Menezes, primeiro conde de Vila Real, terminará ao mesmo tempo que esta Casa nobiliárquica.” (Nuno Silva Campos, 2008).

Após a Restauração da Independência Portuguesa, com Dom João IV, em 1 de Dezembro de 1640, são acusados de conspiração contra o rei, em 29 de Agosto de 1641,

e condenados à morte: *Dom Luís de Noronha e Menezes (7º marquês e 9º conde de Vila Real)* e *Dom Miguel Luíz de Menezes (2º duque de Caminha)*, tendo sido confiscados os bens e revertidos à coroa.

Apesar de Ceuta pertencer nos dias de hoje a Espanha, conserva com a dignidade merecida as armas da cidade, o mesmo brasão do seu passado, as armas da corte de Dom João.



Ceuta em Março de 2005

Damos por terminado este ensaio referente à tomada de Ceuta em 1415 e à figura de D. Pedro de Menezes, neste número dos Cadernos, com seguimento à figura de Dom João II, no próximo número em obediência à temática: “**BREVES CONSIDERAÇÕES À IMPORTÂNCIA DAS PARAHERÁLDICAS NO TARDO MEDIEVAL E RENASCIMENTO**”.

A Bibliografia será apresentada no final da colectânea



HERÁLDICA

CARLOS NAVARRO
ARTISTA HERÁLDICO

| 205

CARLOS NAVARRO, ARTISTA HERÁLDICO

Sobejamente conhecido dos que se movimentam no mundo da heráldica, Carlos Navarro é um Artista Heráldico Espanhol com diversa obra produzida e responsável nomeadamente pelo desenho dos brasões das cartas de armas registadas no Cartório de Don Alfonso de Ceballos-Escalera, Vizconde de Ayala y Marqués de La Floresta, Grande de España y Cronista de Armas Castilla y León.

A par dos nossos Membros Luís Camilo Alves e David Fernandes Silva, amplamente publicados e referidos por nós, é um dos mais distintos Artista Heráldicos da actualidade.

Apresentamos alguns excertos do seu catálogo que pode ser consultado na internet em <https://www.dropbox.com/s/sy7u45b93qd9ydy/2016%20LISTA%20DE%20PRECIOS%20esp.pdf?dl=0> (consulta Fevereiro de 2016), através do qual poderão ser consultados os preços dos seus trabalhos bem como o seu contacto.

Carlos Navarro

Artista Heráldico



www.heraldicahispanica.blogspot.com

carlosnavarro@outlook.com

Nacido en Madrid, 1973, he dedicado los últimos 20 años al arte heráldico, habiendo realizado numerosos trabajos para clientes tanto particulares como públicos, pintando y diseñando escudos de armas, diplomas, páginas iluminadas, medallas y condecoraciones, etc. Igualmente he colaborado en la ilustración de libros, artículos, publicaciones oficiales y realizado los diseños oficiales para las armas de S.M. El Rey D. Felipe VI, como Príncipe de Asturias en su día y recientemente para S.A.R. la Princesa D^a. Leonor.

Soy miembro de la Academia Melitense, Belgo-española de Historia, Real Matritense de Heráldica y Genealogía y otras corporaciones; dibujante de la Real Academia de la Historia y del Cronista de Armas de Castilla y León.

Como artista me he especializado en la pintura heráldica de la más alta calidad. Dibujo escudos de armas, ex-libris, monogramas, diseños para papel timbrado o joyas y cualquier otra cosa que necesite; dibujos en blanco y negro y color sobre papel o pergamino natural y pinturas sobre lienzo con óleo/acrílico.

**A****B**

1-CORONA



2-CIMERA

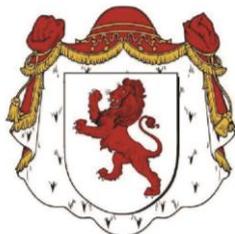
3-YELMO + PLUMAS
+ LAMBREQUINES4-YELMO + CIMERA
+ LAMBREQUINES



5-SOMBREIRO
ECLESIÁSTICO



6-CINTA CON LEMA



11-MANTO



12-SOPORTE ACOLADO



7-CRUZ ACOLADA



8-MEDALLA
PENDIENTE



13-SOPORTES
(ANIMALES)



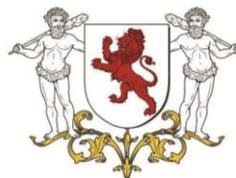
14-TENANTES
(HUMANOS)



9-COLLAR



10-OTROS ELEMENTOS



15-TERRAZA
PARA SOPORTES Y TENANTES



CALIDAD
ALTA



CALIDAD
SUPERIOR



TRABAJOS CON CALIDAD ALTA



TRABAJOS CON CALIDAD SUPERIOR





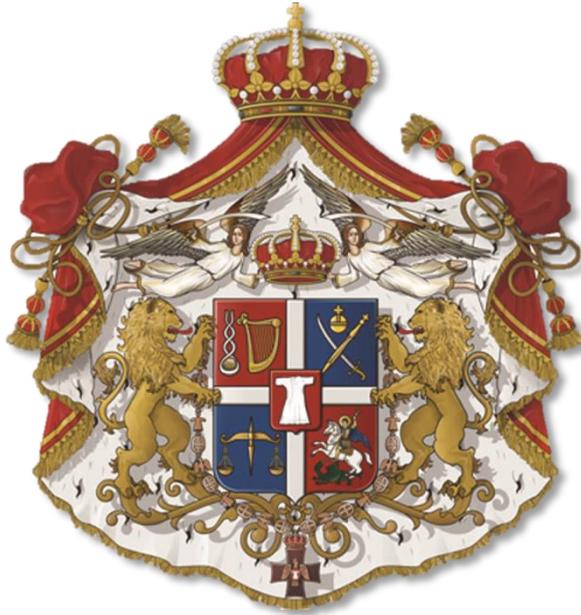
À CONVERSA COM
SUA ALTEZA REAL
O PRÍNCIPE DAVIT
CHEFE DA CASA REAL
E HERDEIRO
DO TRONO
DA GEÓRGIA

| 211

por Luís Soveral Varela

À CONVERSA COM SUA ALTEZA REAL O PRÍNCIPE DAVIT
CHEFE DA CASA REAL E HERDEIRO DO TRONO DA GEÓRGIA

por Luís Soveral Varela



Armas da Casa Real da Geórgia

Em exclusivo para os nossos *Cadernos Barão de Arêde*, S.A.R. o Príncipe Davit da Geórgia dispôs-se a deixar algumas palavras de que publicamos hoje com o seu consentimento o excerto de uma conversa que tive o privilégio de com S.A.R. ter.

Foi no sábado dia 30 de Janeiro último, num hotel no Bom Jesus em Braga, que tive a oportunidade de privar com Sua Alteza Real o Príncipe Davit, Chefe da Casa Real e Herdeiro do Trono da Geórgia.

Tinha sido já apresentado formalmente ao Príncipe Davit no dia anterior em Fátima e logo a seguir novamente e de forma bem mais pessoal pelo seu Grão-Chanceler, Don Alfredo Escudero y Díaz-Madroñero, Duque de San Jorge, Marquês de Gori e Barão de Santa Maria, o qual tinha conhecido um ano antes, em Janeiro de 2014 num jantar em que ambos estivemos presentes no Grémio Literário em Lisboa, e que teve a amabilidade de agora me apresentar como seu amigo. No âmbito de um encontro formal de intercâmbios e assinaturas de protocolos de cooperação entre a Casa Real Portuguesa e a Casa Real da Geórgia representadas pelos seus Chefes, Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança e Chefe da Nobreza Portuguesa, e Sua Alte-

za Real o Príncipe Davit Bragationi, tive o privilégio e a honra de conhecer e privar com o Príncipe Davit. Nesse anterior dia 29 de Janeiro tive também a enorme honra e igual privilégio de estar presente no jantar no Castelo de Ourém presidido por S.A.R. o Príncipe Davit e pelo Ilustre Senhor Marquês de Rio Maior D. João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa, em representação de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte.

| 213

Durante as assinaturas de protocolos entre as duas Casas Reais o Príncipe Davit condecorou S.A.R. o Duque de Bragança com o Grande-Colar da Ordem da Águia da Geórgia e a Túnica Sem Costura de Nosso Senhor Jesus Cristo, a mais alta condecoração concedida pela Casa Real da Geórgia, tendo S.A.R. o Duque de Bragança, por Sua vez, condecorado o Príncipe Davit com as Honras da Casa Real Portuguesa.



S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança e Chefe da Nobreza Portuguesa, e S.A.R. o Príncipe Davit, Chefe da Casa Real da Geórgia

Um fim-de-semana intenso e enriquecedor que culminou com a VII Gala Jantar de Reis no dia 30 de Janeiro em Braga, cujo principal mentor e continuador, o caríssimo Manuel Beninger, quero cumprimentar, e em que S.A.R. o Príncipe Davit foi convidado de S.A.R. o Senhor Dom Duarte, acontecimento que foi por demais divulgado na imprensa e teve lugar de destaque na página na internet da Casa Real da Geórgia.

Descansado das vicissitudes das viagens, das várias deslocções e cerimónias, mesmo antes do Jantar de Reis, encontrámo-nos no hotel em que S.A.R. o Príncipe Davit estava hospedado, numa sala privada, onde me deu a enorme honra de consigo privar em presença do seu Grão-Chanceler o Duque de San Jorge.



Com S.A.R. o Príncipe Davit

Dotado de uma notória postura e delicadeza, de uma serenidade, olhar dócil, e um diplomata de uma lucidez invejável a muitos dos nossos governantes e Chefes de Estado, S.A.R. respondeu a algumas questões com o *à vontade*, a confiança e a simplicidade que têm os Príncipes de Linhagem, conscientes das suas responsabilidades e da sua disponibilidade para servir os seus povos.

Nessa mesma ocasião tive a oportunidade de oferecer a S.A.R. dois dos números já publicados e impressos dos nossos *Cadernos Barão de Arêde*: o número 2, que publica de entre outros vários artigos interessantes, a genealogia do nosso Membro Professor Doutor António de Sousa Lara, Conde de Guedes e representante para Portugal dos assuntos da Casa Real da Geórgia, e o número 3, que publica de entre vários interessantes artigos a genealogia do nosso Membro o Conde de Santa Maria, Arq. Nuno de Pinto Leite, afinal o fazedor destes acontecimentos ao ser responsável pela minha apresentação tanto ao Duque de San Jorge como a S.A.R. o Príncipe Davit.

Dessa conversa informal recolho e registo alguns apontamentos que entendo serem significativos para melhor entendimento da Sua personalidade e da Sua leitura do mundo actual.

De seu nome completo Davit Bragationi Mukhrani, ou Davit Bragationi de Moukhрани y de Zornosa, nasceu a 24.6.1976 em Madrid, Espanha, e vive actualmente na Geórgia sendo o único membro da Sua Família que aí vive e têm nacionalidade Georgia-



na, a par da nacionalidade do seu país de nascimento, Espanhola. Filho do conhecido piloto de automóveis de Fórmula I e de Rally, o Príncipe George Bragationi-Mukhraneli e de sua primeira mulher Doña María de las Mercedes de Zornosa y Ponce de León, tornou-se com a morte de seu Pai em Madrid a 16 de Janeiro de 2008, o herdeiro do Trono da Geórgia. Desde logo assumiu a sua responsabilidade de Príncipe e em Agosto desse ano, durante a guerra entre a Rússia e a Geórgia esteve na frente de batalha juntamente com os soldados Georgianos para lhes dar apoio moral.

Descendente da Dinastia dos Bragationi Georgianos, é o representante da linha primogénita da Casa Real da Geórgia que reinou desde a época medieval até aos princípios do séc. XIX. Reconhecido como Chefe da Casa Real pelo estado da república da Geórgia e pelas Casas Reais Europeias reinantes e não reinantes, foi o único Chefe de uma Casa Real convidado e presente na coroação do Rei Filipe VI de Espanha em 2014, com quem mantém uma relação de proximidade. É pai do Príncipe Giorgi nascido em Madrid a 27.9.2011.

Alteza, a Europa atravessa actualmente um período muito conturbado, com uma crise económica e uma crise financeira, com o problema dos refugiados que todos os dias chegam à Europa sem esta parecer estar preparada para os receber, com uma crise política eminente, com a ameaça permanente do terrorismo, e essencialmente uma crise filosófica e de valores que em vez de aproximar os povos está pelo contrário a afastá-los. Parece pois claro que enfrentar questões desta dimensão terá de levar os governos e os Chefes de Estado dos vários países europeus a entenderem-se numa estratégia comum. Qual a leitura que Vossa Alteza faz desta nossa realidade? ***No que diz respeito á crise humanitária e às suas repercussões na Europa entendo que a questão tem de ser colocada e resolvida nos países de origem dos refugiados que procuram a Europa, e não é apenas recorrendo à ajuda humanitária a esses mesmos refugiados, que afinal fogem da guerra e de uma situação terrível, que a solução será en-***

contrada. É efectivamente nos seus países de origem que a situação tem de ser abordada e resolvida. Quanto à situação económica é uma situação muito complicada a que ninguém parece saber ainda responder. Tudo parece apontar para que vá haver uma crise mundial, sobretudo no sistema bancário. E nos termos em que as coisas estão, resta-nos esperar para ver qual a evolução dessa situação de que dependem hoje todas as outras.

A deslocação de Vossa Alteza a Portugal nesta ocasião teve como objectivo o intercâmbios e protocolos que está a assinar com S.A.R. o Senhor Dom Duarte Duque de Bragança, entre a Casa Real da Geórgia e a Casa Real de Portugal. É também do conhecimento geral que Vossa Alteza mantém relações próximas com a Casa Real Espanhola tendo nomeadamente sido o único Chefe de Casa Real estrangeira que esteve presente na coroação de Sua Majestade o Rei Filipe VI de Espanha. Tudo isso manifesta uma relação próxima e uma maior vontade de



ainda maior aproximação entre as Casas Reais da Europa. Pensa Vossa Alteza que essa aproximação entre as várias Casas Reais da Europa poderá ter vantagens para os vários países europeus nomeadamente ao nível diplomático e da restauração de regimes monárquicos no futuro? *Sim. Sem dúvida nenhuma que sim. As Casas Reais não reinantes fazem um trabalho constante e muito importante pelos seus países, de que as pessoas em geral não têm conhecimento mas que seria interessante que tivessem. Por exemplo a nossa Casa e eu em particular durante as minhas deslocações e intercâmbios faço questão de dar sempre a conhecer o meu País, a sua cultura e a sua História muito rica, tantas vezes a pessoas que desconheciam completamente. E também o fazem as outras Casas Reais. As Casas Reais têm a permanente preocupação com o seu País e com o seu povo e não com outras questões como os partidos políticos. O Rei reina, não governa. E eu confio e estou convencido que no futuro haverá uma restauração monárquica na Europa. Cada vez que venho a Portugal apercebo-me que existe um sentimento monárquico forte. Muita gente tem um sentimento monárquico. E na Geórgia cada vez mais gente tem hoje esse sentimento, talvez cerca de sessenta por cento da população. Mas existe um sistema muito poderoso que nos ataca e nos atacará a nossa Causa. Em Portugal não sei qual será a percentagem de apoiantes da restauração monárquica. Pessoalmente, não sou partidário de*

um referendo porque de entre outras questões há países em que a fiabilidade do referendo não é possível de assegurar. Por outro lado trata-se de um instrumento democrático, pelo que, haverá que encontrar uma forma de entender o sentimento do povo.

la precisamente falar-Lhe da Geórgia. A Geórgia tem uma situação geográfica interessante, entre a Rússia e a Turquia e bastante perto da Síria, pelo que naturalmente tem uma influência significativa desses países. E nesses termos o povo da Geórgia estará preparado para uma restauração monárquica? *A monarquia na Geórgia não foi derrotada pelo seu povo que tem por esse sistema um carinho muito grande.*¹

Alteza, sem qualquer intuito de ingerência na Sua via privada, mas sem dúvida por uma questão de curiosidade, quer da generalidade das pessoas, quer minha pessoalmente, como é hoje ser-se um Príncipe Real? Como vive hoje em dia um Príncipe Real? *É uma responsabilidade. É uma grande responsabilidade e é um trabalho de que tenho de estar orgulhoso e em que tenho de me empenhar em todos os aspectos. De resto sou uma pessoa normal com outro tipo de actividades que não são exclusivas de um Príncipe Real. Mas o que realmente me move é a satisfação que tenho em servir a a Geórgia e o seu povo.*

¹ Nota nossa: o afastamento da Casa Real da Geórgia do poder não se deveu a uma revolta popular mas sim pela anexação à Rússia pelo Czar Alexandre I nos princípios do séc. XIX violando o tratado de Georgievsk.

ANTÓNIO DE SOUSA LARA
GRANDE OFICIAL DA ORDEM DO INFANTE D. HENRIQUE

No passado dia 18 de Fevereiro o Presidente da República, reconhecendo o mérito da carreira de António de Sousa Lara, condecorou-o com o Grande-Oficialato da Ordem do Infante D. Henrique.

| 217

D. António da Costa de Albuquerque de Sousa Lara, Membro do nosso Centro de Estudos e que publicou no n.º 2 da nossa revista um artigo intitulado “A Mercê do Tratamento de Dom na Varonia Sousa Lara”, p.118, acrescenta assim às suas inúmeras condecorações e Ordens, a Ordem do Infante D. Henrique. O nosso Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho orgulha-se do facto e felicita o nosso Membro Professor Doutor António de Sousa Lara.

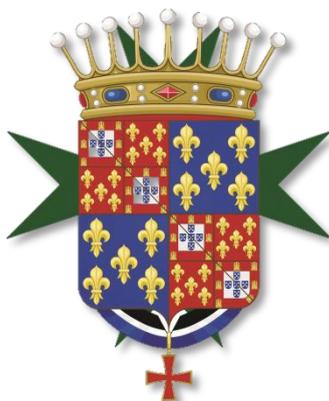


Fotografia de Tiago Petinga, Agência Lusa, disponível na Internet (consulta: 18 de Fevereiro 2016)

Professor Catedrático do ISCSP, presidente do conselho científico do mesmo Instituto Superior, foi deputado à assembleia da República nas 2.^a, 5.^a e 6.^a legislaturas; sub-secretário de estado da Cultura e antigo vereador da Aliança Democrática da câmara municipal de Cascais. Presidente da Academia de Letras e Artes, presidente do conselho de administração do Instituto de Estudos Políticos, académico correspondente da Academia Portuguesa de História, da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, da Real Academia de Ciências Morais e Políticas de Madrid, da Academia de Jurisprudência e Legislação de Madrid, sócio efectivo do Instituto Português de Heráldica, correspondente do Instituto Internacional de Genealogia e Heráldica, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, da Associação Portuguesa de Genealogia, da Academia Portuguesa de Ex-líbris, do Centro de Estudos de Genealogia e Heráldica Barão de Arêde Coelho, etc.

É o 2.º conde de Guedes, reconhecido pelo Chefe da Casa Real das Duas Sicílias, S.A.R. o Príncipe D. Fernando de Bourbon, Duque de Castro, por decreto de 23.3.1991, reconhecido a 4.2.2011 em diploma pelo Lugar-Tenente de Sua Majestade o Rei Fuad II do Egipto e Sudão S.A.R. o Príncipe Osman Rifat Ibrahim, e registado em 2011 no Royal College of Nobility Reitorado por S.A.I.R o Príncipe André Salvador de Habsbourg-Lothringen, Arquiduque e Príncipe da Áustria, Príncipe da Boémia da Hungria e da Toscânia; 2º Marquês da Casa de Lara em sucessão a seu Pai, por decreto de S.A.R. o Príncipe Davit Bagrationi Chefe da Casa Real da Geórgia datado de 24.3.2009; com o tratamento de *Dom* reconhecido e autorizado por S.A.R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança e Chefe da Casa Real Portuguesa; fidalgo de cota d'armas por alvará do Conselho de Nobreza de 5.8.1991 (escudo esquartelado: no 1.º e 4.º quartéis as armas dos Albuquerque, e no 2.º e 3.º as dos Guedes; por diferença uma vieira de prata; e timbre dos Guedes); membro do Cuerpo de Hijosdalgo de la Nobleza de Madrid, da associação da Nobreza Histórica de Portugal e da Asociación de Hidalgos a Fuero de España.

Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Sabóia, cavaleiro de 1.ª Classe (Grã-Cruz) da Ordem do Cavaleiro de Madara (Bulgária), Grande-Oficial das Ordens de São Maurício e São Lázaro, de Isabel a Católica, do Mérito Civil de Espanha, Alcaide do Reino de Marrocos, do Barão do Rio Branco do Brasil, Grande-Oficial da ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém, Oficial da Ordem da Polónia Restituta, Cavaleiro da Honra e Devoção da Ordem Soberana de Malta, de Justiça da Ordem Constantiniana de São Jorge, Infanzon de Illescas, Grão-Prior Emérito de Portugal da Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro de Jerusalém, etc., a que junta agora o Grande-Oficialato da Ordem do Infante D. Henrique.



Brasão de armas de D. António da Costa de Albuquerque de Sousa Lara cujo esquartelamento foi autorizado pelo Conselho de Nobreza a 5.8.1991, sobre a Cruz da Ordem de São Lázaro e pendentes as insígnias do grande-Oficialato da Ordem do Infante D. Henrique; coroa de Conde (desenho de Nuno Pinto Leite)

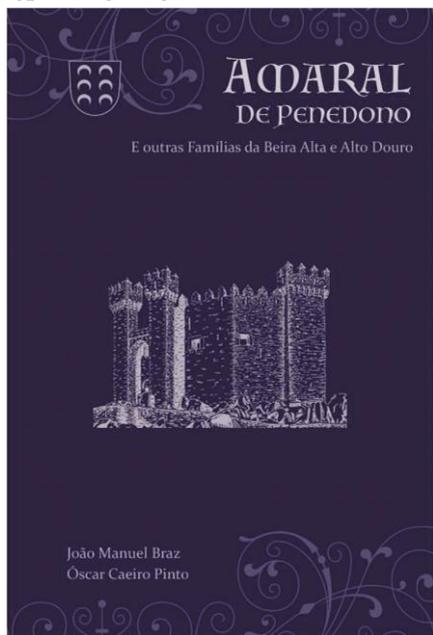


NOTÍCIAS

PUBLICAÇÕES

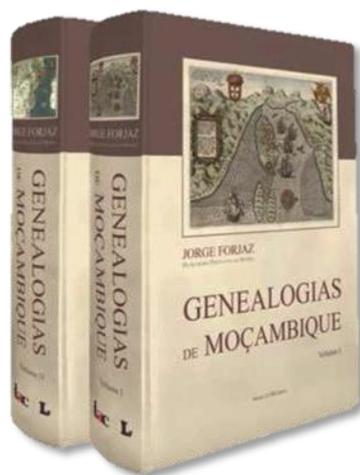
AMARAL DE PENEDONO, E OUTRAS FAMÍLIAS DA BEIRA ALTA E ALTO DOURO

É o novo título do livro do nosso Membro Óscar Caeiro Pinto e de João Bráz que está já à subscrição. Editado por Nuno Gonçalo Pereira Borrego, com capa do nosso Membro Luís Camilo Alves, o livro tem 750 páginas, encadernado em capa dura, ilustrado, e a edição será limitada à subscrição, que decorre até ao dia 26 desde mês de Março. Balizado pelos séculos XVI e XX, os Autores procuraram reconstituir a descendência do casal António Rodrigues Escudeiro e Maria do Amaral que viveram em Penedono nos Sécs. XVI e XVII. Para fazer a sua reserva contacte com Nuno Borrego através do endereço de email ngpborrego@gmail.com.



GENEALOGIAS DE MOÇAMBIQUE

É o mais recente trabalho de Jorge Forjaz na senda do levantamento, organização e publicação das Genealogias dos Portugueses pelas antigas colónias e que nos presenteou já com «Famílias Macaeneses», «Genealogias da Ilha Terceira», «Os Luso-descendentes da Índia Portuguesa», «Famílias Portuguesas de Ceuta», e «Genealogias de São Tomé e Príncipe», de entre a sua vasta obra publicada. Editada pelo Instituto Açoriano de Cultura e pela Publiçor, a sua nova obra *Genealogias de Moçambique*, está agora a subscrição. Nela o Autor Estuda as mais antigas famílias daquele país, especialmente as que se estabeleceram na Ilha de Moçambique, Ilha do Ibo, Tete, Inhambane, Quelimane e Lourenço Marques (Maputo), ao longo de 2 volumes de 880 páginas cada, com um completo índice de nomes. Impressa em papel couché silk de 115 grs, encadernados com capa dura.

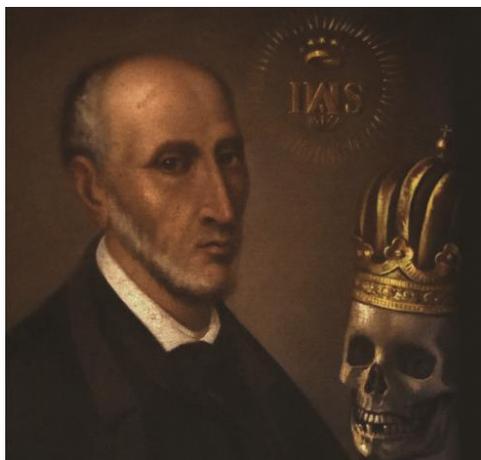


A CASA SENHORIAL EM PORTUGAL – MODELO, TIPOLOGIAS, PROGRAMAS INTERIORES E ESQUIPAMENTO

Da autoria do Arquitecto Hélder Carita e de António Homem Cardoso, a Associação Portuguesa das Casa Antigas apresentou no passado dia 16 de Dezembro de 2015 o livro «A Casa Senhorial em Portugal, modelo, tipologias, programas interiores e equipamento».

REVISTA ALBERGUE

No passado dia 14 de Novembro de 2015 teve lugar no Salão Nobre da Biblioteca Municipal de Albergaria-a-Velha a apresentação do n.º 2 da revista Albergue. Ao Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-A-Velha, ao nosso Membro Delfim Bismark, vice-Presidente da mesma Câmara Municipal, e a todos os colaboradores, os nossos parabéns e os nossos melhores votos de prosseguimento desse trabalho de divulgação da História e Património do concelho.

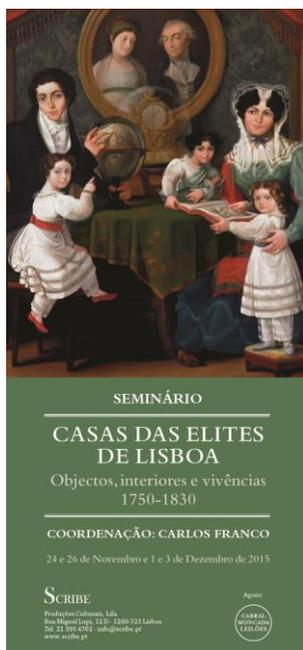


CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E WORKSHOP

«CASAS DAS ELITES DE LISBOA»

Com a coordenação do Doutor Carlos Franco e organização de Scribe, Produções Culturais Lda., realizou-se nos passados dias 24 e 16 de Novembro e 1 e 3 de Dezembro o Seminário intitulado «Casas das Elites de Lisboa, Objectos, Interiores e Vivências, 1750-1830».

| 221



DOM FERNANDO MASCARENHAS

A Fundação das Casas de Fronteira e Alorna organizou, no Palácio Fronteira, uma Sessão Pública de Homenagem a Dom Fernando Mascarenhas, Instituidor desta Fundação, no dia 12 de Novembro de 2015, data em que se cumpriu um ano da sua morte. Da programação constou o lançamento da 4.ª edição da obra “Jardins



e Palácio dos Marqueses de Fronteira”, com o apoio da Associação dos Amigos da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.

**WORKSHOP «LIVRARIAS NOBILIÁR-
QUICAS NO ESPAÇO IBÉRICO ENTRE A
IDADE MÉDIA E O RENASCIMENTO»**

Organizado pelo Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar, realizou-se no dia 15 de Fevereiro na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa o workshop «Livrarias Nobiliárquicas no Espaço ibérico entre a Idade Média e o Renascimento», inserido no grupo de investigação «Configurações Políticas e Institucionais» e na linha temática «A Europa do Renascimento, os Velhos e os Novos Mundos».

**CURSO SOBRE ARISTOCRACIA MEDI-
EVAL PORTUGUESA**

A Coroa e a Aristocracia, Velhos e Novos Olhares sobre o Portugal Medieval, foi o título do Curso sobre a Aristocracia Medieval Portuguesa que se realizou nos dias 25, 26, 27 e 28 de Janeiro no Palácio Fronteira, organizado pela Fundação das Casas de Fronteira e Alorna com o apoio do Instituto da Nobreza Portuguesa e da Associação da Nobreza Histórica de Portugal, e a coordenação do Professor Doutor José Augusto de Sottomayor Pizarro.

**SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA
Secção de Genealogia, Heráldica e
Falerística**

Publicamos o programa desta secção da Sociedade de Geografia de Lisboa previsto para o ano de 2016:

Janeiro, dia 19, Terça-Feira:

- Sessão Académica com a Conferência: *Patriotas da Causa e Traidores do Reino em 1581: memória das mais antigas insígnias das Ordens Militares Portuguesas*, pelo Engenheiro António Trigueiros.

Fevereiro, dia 23, Terça-Feira:

- Sessão Académica com a Conferência: *Duas cartas de Armas e duas genealogias do reinado de D. Afonso VI: algumas reflexões genealógicas e políticas*, pelo Dr. Fernando Correia da Silva.

Março, dia 22, Terça-Feira:

- Sessão Académica com a Conferência: *Raízes tavadenses dos Águas*, pelo Dr. José Filipe Menéndez.

Abril, dia 19, Terça-Feira:

- *V Seminário Internacional de Falerística da Sociedade de Geografia de Lisboa*

Abril, dia 26, Terça-Feira:

- Sessão Académica com a Conferência: *A Heráldica das Forças Nacionais Destacadas como elemento de identificação e de integração no Teatro de Operações*, pelo Mestre José Colaço

Maior, dia 24, Terça-Feira:

- Sessão Académica com a Conferência: *Reguengo d’Assca – Genealogia dos seus Proprietários*, pelos Senhores Dona Madalena Ferreira Jordão e Comendador Ernesto Ferreira Jordão.

Junho, dia 21, Terça-Feira:

- Encerramento do Ano Académico.
- Conferência: *O Tosão de Ouro e a frateria cavaleiresca*, pelo Dr. Vítor Escudero. (Mostra de exemplares das insígnias).

Julho, dia 19, Terça-Feira:

- Sessão de Trabalho

Entretanto, no passado dia 18 de Dezembro no auditório Adriano Moreira na mesma Sociedade de Geografia de Lis-



boa e organizado pela referida Secção de Genealogia, Heráldica e Falerística, teve lugar uma conferência em que foi orador o nosso Membro David Fernandes Silva subordinada ao tema

Quinas e Linbagens – algumas reflexões sobre as primitivas armas do Rei de Portugal.



GENEALOGIA FB

Repositório de de recursos e documentos com interesse para a Genealogia

Por nos parecer do maior interesse para a investigação genealógica, onde se disponibilizam recursos e documentos para a Genealogia, registamos este *blog* que poderá ser consultado na internet em <http://genealogiafb.blogspot.pt/>.



SERVIÇOS DE GENEALOGIA

Com mais de 35 anos de experiência em investigação genealógica, Luís Soveral Varella, é membro do Instituto Português de Heráldica, da Associação Portuguesa da Genealogia, do Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto, consultor do Royal College of Nobility, e autor

de vários trabalhos publicados tendo merecido as mais honrosas referências por parte de outros investigadores e especialistas da área, seus pares, sendo reconhecido pelo seu método de investigação e apresentação dos resultados.

O que nos distingue é o facto de nos interessar particularmente a Genealogia e não especialmente a Nobiliarquia.

Distingue-nos o processo e a metodologia, o conhecimento das fontes e o seu manuseamento. Distingue-nos a eficácia e os resultados.

Visite-nos em

<http://luissoveral.com.sapo.pt/igp.htm>,
contacte-nos e surpreenda-se conhecendo a História da sua Família

luissoveral@sapo.pt







Na contra-capá: brasão de armas de Arlindo da Silva Pinho Martins

Escudo espartelado: no 1.º as armas dos Pinho, no 2.º as armas dos Almeida, no 3.º as armas dos Pereira, e no 4.º as armas dos Pinto; timbre dos Pinho. Sem diferença pessoal por ter sido registado em Espanha.

Armas registadas a 24.6.2011 em Segóvia no Cartório de Don Alfonso de Ceballos-Escalera y Gila, de Contreras Girón y González de Navia, Meléndez de Ayo-nes, de La Pezuela y de Potau, Vizconde de Ayala y Marqués de La Floresta, Grande de España y Cronista de Armas Castilla y León.

